

FINISTERRA

Revista Portuguesa de Geografia



Centro
de Estudos
Geográficos

Volume LII
Número 105
Agosto 2017

FINISTERRA

REVISTA PORTUGUESA DE GEOGRAFIA

COMISSÃO EDITORIAL / *EDITORIAL BOARD*

DIRETOR / *EDITOR IN CHIEF*

MARGARIDA QUEIRÓS

COMISSÃO EXECUTIVA / *EXECUTIVE COMMITTEE*

Maria Helena ESTEVES, Marcelo FRAGOSO, Ricardo A. C. GARCIA, Jennifer McGARRIGLE, Sandra OLIVEIRA, Jorge ROCHA, João SARMENTO

EDITOR CARTOGRÁFICO / *CARTOGRAPHY EDITOR*

Jorge ROCHA

EDITORES DE SECÇÃO / *SECTION EDITORS (CEG / UNIVERSIDADE DE LISBOA)*

Isabel ANDRÉ (ZOE), Maria Lucinda FONSECA (MIGRARE), António LOPES (ZEPHYRUS), Eduarda MARQUES DA COSTA (MOPT), José Manuel SIMÕES (TERRITUR), Jorge TRINDADE (SLIF), José Luís ZÉZERE (RISKam)

FUNDADORES E ANTIGOS DIRETORES / *FOUNDERS AND FORMER EDITORS IN CHIEF*

ORLANDO RIBEIRO, SUZANNE DAVEAU, ÍLIDIO DO AMARAL, JORGE GASPAR, CARLOS ALBERTO MEDEIROS, MARIA JOÃO ALCOFORADO

INDEXADA EM / *INDEXED IN*

ESCI (Emerging Sources Citation Index), DOAJ (Directory of Open Access Journals), Dialnet, EBSCO Information Services, e-revist@s, Latindex, SciELO Scientific Electronic Library – Portugal, SciELO Citation Index (ISI-Thomson Reuters), SCImago/SCOPUS, Sherpa/ROMEO – Journals database. WebQualis (Capes).

EDITORA / *PUBLISHER*

CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO
DO TERRITÓRIO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

COMISSÃO EDITORIAL EXTERNA / *EXTERNAL EDITORIAL COMMITTEE*

Abel ALBET i MAS (U. Autònoma, Barcelona), Maria João ALCOFORADO, Antoine BAILLY (U. Genebra), Teresa BARATA SALGUEIRO (U. Lisboa), Michael BARBOUR (U. Califòrnia), Horacio CAPEL (U. Barcelona), Carminda CAVACO (U. Lisboa), João CORTE-REAL (U. Évora), Fernanda CRAVIDÃO (U. Coimbra), Michael CROZIER (Victoria U. Wellington), Lúcio CUNHA (U. Coimbra), Michael DEAR (U. Berkeley, Califòrnia), Wilfried ENDLICHER (U. Humboldt, Berlim), João FERRÃO (U. Lisboa), Jacobo GARCÍA ÁLVAREZ (U. Carlos III, Madrid), Maria Dolors GARCIA-RAMON (U. Autònoma, Barcelona), Thomas GLADE (U. Viena), Claude GRASLAND (U. Paris 7), Ricardo Mendez GUTIERREZ DEL VALLE (Conselho Sup. Inv. Científica, Madrid), Rogério HAESBAERT (U. Federal Fluminense), Peter HALL (U. Simon Fraser, Vancouver), Petri HOTTOLA (U. Oulu), Russell KING (U. Sussex), Juan-Luís KLEIN (U. Québec-Montréal), Denis LINEHAN (U. Cork), Diana MacCALLUM (U. Griffith), Javier MARTIN VIDE (U. Barcelona), Andreas MATZARAKIS (U. Freiburg), Héctor MENDOZA VARGAS (U. Nacional Autònoma de México), Bernadette MÉRENNE-SCHOUMAKER (U. Liège), Piotr MIGON (U. Wroclaw), Janice MONK (U. Arizona), Armando MONTANARI (U. La Sapienza, Roma), Laco MUCINA (U. Curtin Technology), Frederick NELSON (U. Delaware), Jorge OLCINA CANTOS (U. Alicante), Mary PEDLEY (U. Michigan), Andy PIKE (U. Newcastle), Emmanuel REYNARD (U. Lausanne), Joseli Maria SILVA (U. Estadual Ponta Grossa), Mauro SOLDATI (U. Modena e Reggio Emilia), Robert STIMSON (U. Queensland), José Carlos TEIXEIRA (U. British Columbia), Allan WILLIAMS (U. London Metropolitan), Brenda YEOH (U. Singapura)

FINISTERRA

REVISTA PORTUGUESA DE GEOGRAFIA

VOLUME LII

Número 105



Lisboa

2017

APOIO

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Portugal



Instituto de Geografia
e Ordenamento do Território

UNIVERSIDADE DE LISBOA

NOTA EDITORIAL

Os balanços do ano fazem-se em Dezembro, ensinam-nos os princípios da gestão, tão popularizados nos dias que correm e aplicados a uma miríade de actividades, tenham ou não carácter empresarial. Claro que não há apenas o “final do ano civil”, podendo identificar-se “anos” para vários fins, do financeiro ao escolar e do desportivo ao académico, que na maioria dos casos não decorrem de Janeiro a Dezembro. Ademais, circunstâncias excepcionais podem justificar balanços intermédios e estes, afinal, podem também decorrer, apenas, da necessidade de um controlo mais frequente das tarefas correntes e seus correlatos, financeiros e outros.

Felizmente, o Centro de Estudos Geográficos (CEG) não é uma empresa, nem a Revista *Finisterra* cai na categoria dos boletins empresariais, o que permite, apesar das necessidades de adaptação a uma investigação excessivamente competitiva e *fast*, não só apostar nos princípios de serviço público de ciência (por exemplo, manter um processo de difusão aberta e sem custos para os investigadores; aceitar e valorizar artigos em diversas línguas, recusando o monolinguismo científico) como, também, assumir uma orientação que, para além da qualidade e do rigor, incorpora princípios de respeito pela memória histórica da instituição e dos seus membros. Como nos lembrava Seda Nunes, a ciência é um produto, mas é, também, um sistema de produção, reflectindo as condições concretas que dão origem ao tal produto. E este é o resultado das inquietações e da criatividade dos cientistas, que constroem processos de análise e interpretação do “real” inovadores, tanto mais ricos, quanto maior for a liberdade com que exercem a sua actividade.

EDITORIAL

The ‘audits of the year’ are made in December, they teach us the principles of management, so popularized nowadays and applied to a myriad of activities, whether or not they have a business character. Of course, there is not only the ‘end of the calendar year’, it is possible to identify ‘years’ for various purposes, from the financial to the scholar and from the sports to the academic, which in most cases do not run from January to December. Furthermore, exceptional circumstances may justify interim balances and, in the end, they may also stem from the need for more frequent monitoring of current tasks and their related, financial and other tasks.

Fortunately, the Centre for Geographical Studies (CEG) is not a company, nor does the *Finisterra* journal fall into the category of business bulletins, which allows, despite the need to adapt to an excessively competitive and fast research environment, not only by adhering to the principles of public service (e.g. to maintain an open and cost-free dissemination process for researchers; to accept and value articles in different languages, refusing scientific monolinguals), as well as to adopt guidelines that, in addition to quality and rigor, incorporate principles of respect for the historical memory of the institution and its members. As Seda Nunes reminded us, science is a product, but it is also a production system, reflecting the concrete conditions that give rise to such a product. And this is the result of the restlessness and the creativity of the scientists, who build innovating processes of analysis and interpretation of the ‘real’, the richer, and the greater the freedom with which they carry on their activity.

É precisamente esta conjugação do respeito pela memória histórica da instituição (e daqueles que lhe dão “corpo”) com a liberdade para investigar que requer, ou melhor, exige, que façamos neste número da Finisterra de meados de 2017, um breve balanço do “nosso” ano. Tristeza é o substantivo que marca, de forma primeira e mais significativa, este balanço, uma vez que no espaço de duas semanas, entre 24 de Março e 4 de Abril, perdemos dois dos nossos melhores investigadores: Ilídio do Amaral e Isabel André. Membros do CEG praticamente desde a conclusão das respectivas licenciaturas, geógrafos e investigadores de referência, foram autores muito relevantes de textos para Finisterra, com contributos fundamentais para a sua qualidade científica que, no caso de Ilídio do Amaral, fundador do periódico e membro da direcção até 1995, remontam ao primeiro número (sumário sobre Geomorfologia Mundial), logo em 1966. No que respeita a Isabel André, que pertenceu à Comissão Editorial da Revista por vários anos e foi editora de secção até ao seu falecimento, o envolvimento é necessariamente mais tardio, iniciando-se em 1981 com a publicação, produzida em colaboração, de uma notícia sobre Geografia Eleitoral. Pertencentes a gerações distintas, deram contributos relevantes para diversas esferas do conhecimento geográfico, sendo significativa a perspectiva mais holística de Ilídio Amaral, que o levou a incursões na geomorfologia e na climatologia, não obstante o trabalho mais significativo na área da geografia urbana, destacando-se as questões das regiões tropicais. Já Isabel André, geógrafa mais jovem, situava a sua produção no âmbito da Geografia crítica Social e Cultural, tendo sido fundamental para o arranque dos estudos de Geografia nos anos 90 do século XX, contribuído para o desenvolvimento da Geografia Política e da

It is precisely this combination of respect for the historical memory of the institution (and those who embody it) the freedom to investigate that requires we make in this mid-2017 issue of Finisterra a brief balance of ‘our’ year. Sadness is the noun that marks, first and most significantly, this balance, since in the space of two weeks, between March 24 and April 4, we lost two of our best researchers: Ilídio do Amaral and Isabel André. They were Members of the CEG since the conclusion of their respective degrees, geographers and researchers of reference and were very relevant authors of texts for Finisterra, with contributions fundamental for ensuring its scientific quality which, in the case of Ilídio do Amaral, founder of the journal and member of the board until 1995, goes back to the first issue (summary on World Geomorphology), as early as 1966. As regards to Isabel André, a member of the Finisterra Editorial Committee for several years and an editor of the section until her death, her involvement is necessarily later, beginning in 1981 with the publication of a report, produced, in collaboration, on Electoral Geography. Belonging to different generations, they gave relevant contributions to several spheres of geographic knowledge, with Ilídio Amaral’s holistic perspective being significant, which led to incursions into geomorphology and climatology, notwithstanding the more significant work in the area of urban geography for the issues of tropical regions. Isabel André, a younger geographer, placed her production in the field of Social and Cultural critical Geography, and was central for starting the studies of Gender Geography in Portugal in the 1990s, contributed to the development of Political Geography and of Electoral Geography and, in the last fifteen years, to the study of processes of socio-territorial innovation and the relationship between arts, society and space.

Geografia Eleitoral e, nos últimos 15, para o estudo dos processos de inovação sócio-territorial e da relação entre artes, sociedade e espaço.

Claro que estas breves linhas não fazem minimamente justiça ao enorme significado destes dois cientistas para a investigação geográfica, em geral, e para a comunidade de pesquisadores do Centro de Estudos Geográficos, em particular. Para isso, temos neste número as contribuições mais profundas e conhecedoras de Jorge Gaspar e Maria João Alcoforado, a propósito de Ilídio do Amaral, e de Patrícia Rego, no que concerne a Isabel André.

De qualquer modo, há ainda espaço para dizer que, apesar de distintos no estilo e nas perspetivas geográficas com que norteavam as suas investigações, partilhavam, contudo, bem mais do que as iniciais I.A. dos seus “nomes científicos”, sendo intensos, rigorosos e entusiasmados com o seu trabalho e sabendo transmitir esse gosto pela Geografia a alunos, discípulos e demais interessados pelas questões espaciais. Porque a ciência é um produto colectivo resultante do tal “sistema de produção”, a perda destes dois geógrafos deixou mais pobre a comunidade de investigadores do CEG, até porque, como escreveu o poeta seiscentista inglês John Donne em *Meditation XVII*, posteriormente adaptada e difundida por Hemingway no início de *Por Quem os Sinos Dobram: Nenhum homem é uma ilha isolada; cada homem é uma partícula do continente, uma parte da terra; se um torrão é arrastado para o mar, a Europa fica diminuída, como se fosse um promontório, como se fosse a casa dos teus amigos ou a tua própria...*

Mas não é justo, sobretudo para a memória de Isabel André e de Ilídio do Amaral, terminar esta Nota editorial sob a égide da tristeza. Não eram pessoas taciturnas e assumiam-se como parte de um colectivo de investigação em Geo-

These brief lines, of course, do not do justice to the enormous significance of these two scientists for geographic research in general and for the research community of the Centre for Geographical Studies in particular. For this, we have in this issue profound and knowledgeable contributions from Jorge Gaspar and Maria João Alcoforado, regarding Ilídio do Amaral, and of Patricia Rêgo, regarding Isabel André.

In any case, there is still room to say that, although distinct in the style and geographic perspective with which they investigated, they still shared much more than the initial I.A. of their ‘scientific names’, being intense, rigorous and enthusiastic about their work and knowing how to transmit this ‘taste’ for Geography to students, mentorees and others interested in space issues. Because science is a collective product resulting from such a ‘production system’, the loss of these two geographers left CEG’s research community poorer, for, as the seventeenth-century English poet John Donne wrote in *Meditation XVII*, later adapted and disseminated by Hemingway at the beginning of *By Whom the Bell Tolls: No man is an isolated island; every man is a particle of the continent, a part of the earth; if a clod is dragged into the sea, Europe is diminished, as if it were a promontory, as if it were the house of your friends or your own...*

But it is not fair especially for the memory of Isabel André and Ilídio do Amaral, to finish this editorial under the aegis of sadness. They were not taciturn persons and they assumed themselves as part of a group of research in Geography that helped to grow and in which they believed, valuing its continuity and improvement in the future. It is true that we have lost two of our ‘best’, but it is also certain that, over the period in balance, we have been able to honour their memory, working to continue

grafia que ajudaram a crescer e no qual acreditavam, valorizando a sua continuidade e melhoria no futuro. É certo que perdemos dois dos “nossos melhores”, mas também é seguro que, ao longo do período em balanço, soube-mos honrar a sua memória, trabalhando no sentido de dar continuidade ao seu legado. Cingindo-nos exclusivamente à Finisterra, são ótimas evidências, a passagem sustentada da Revista a três números por ano (logo após termos comemorado 50 anos de produção bianual contínua), a boa evolução conseguida em 2016 no *CiteScore* da *Scopus* (de 0.04, em 2015, para 0.16) e a recente reintegração no *Emerging Citation Sources* da ISI (Web of Science), para além do reconhecimento progressivo no âmbito da comunidade académica internacional e, sobretudo, ibero-americana, bem manifesto no número crescente de submissões e publicações de artigos de investigadores com estas origens ou afiliações. Fora do âmbito da Finisterra, no painel dos Geógrafos portugueses, há aspectos que ainda não podemos avaliar. Para já, 2017 é um ano de perdas, mas, quiçá, o futuro evidencie que também foi um ano de ganhos... talvez daqui a 50 anos, nas celebrações do centenário da Finisterra, as referências ativas da Geografia portuguesa tenham nascido ou entrado para a licenciatura no presente ano. Quem sabe? Teremos de esperar até lá para ver...

their legacy. Taking Finisterra as a case, we have excellent evidence of the sustained path of the journal to three issues a year (just after we celebrated fifty years of continued biannual production), the progress achieved in 2016 in the Scopus CiteScore (from 0.04 in 2015, to 0.16) and the recent integration into the Emerging Citation Sources of ISI (Web of Science), in addition to its progressive recognition in the international academic community and, above all, Ibero-American, well established in the growing number of submissions and publications of articles by researchers with these origins or affiliations. Outside the scope of Finisterra, in the panel Portuguese Geographers, there are aspects that we still cannot evaluate. For now, 2017 is a year of losses, but, perhaps, the future shows that it was also a year of gains... perhaps fifty years from now, in the celebrations of the centenary of Finisterra, the active references/authors of Portuguese Geography were born or began a degree in geography in this year. Who knows? We'll have to wait and see...

Lisboa, 31 de julho de 2017

Jorge Malheiros, Gonçalo Vieira, Mário Vale
(Direção do CEG | CEG Scientific Board)

Margarida Queirós
(Diretora da Finisterra | Editor in chief of Finisterra)

ENTRE SUBSÍDIOS E TURISMO: INSTITUIÇÕES E PODER NA GESTÃO DOS BALDIOS DO PARQUE NACIONAL DA PENEDA-GERÊS

ANA LUÍSA LUZ¹

RESUMO – Os baldios são terras comunitárias historicamente geridas para pastagem e recolha de recursos essenciais à sobrevivência das populações de montanha, constituindo-se igualmente como base dos sistemas agrícolas de subsistência. Em Portugal localizam-se hoje sobretudo nas montanhas do norte do país. A modernização tecnológica da agricultura, a florestação pelo Estado Novo (1938-1968), a emigração nos anos 1950-1960s e o decorrente declínio da actividade agrícola, criaram uma nova conjuntura económica e social para os baldios. Em 1986 a adesão de Portugal à União Europeia (UE) e a submissão à Política Agrícola Comum (PAC) reflectiu-se também nestes espaços e respectivas instituições. Entrevistas semiestruturadas, efectuadas nos trinta baldios existentes no Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG), permitiram analisar o tipo de uso e de utilizadores e as estratégias de gestão implementadas nos baldios desta região. Sobretudo em áreas protegidas e adaptando-se a directivas da UE, o baldio começa a assumir um papel relevante na conservação da natureza e do património cultural. Ao mesmo tempo o turismo apresenta-se cada vez mais como uma panaceia para as dificuldades do mundo rural. Nos baldios do PNPG, embora o turismo tenha presença e os subsídios auxiliem a manutenção dos espaços naturais e culturais, verifica-se que o baldio não acede às contrapartidas geradas por essa procura, ainda que alguns membros das comunidades dela beneficiem directamente. Até que ponto o turismo constitui uma alternativa eficaz à produção agrícola irá depender em grande parte da vontade dos compartes e da capacidade negocial dos órgãos gestores dos baldios.

Palavras-chave: Baldios; turismo; propriedade; Parque Nacional da Peneda-Gerês; PAC.

ABSTRACT – BETWEEN TOURISM AND SUBSIDIES: INSTITUTIONS AND POWER GOVERNING THE *BALDIOS* OF THE PENEDA-GERÊS NATIONAL PARK. *Baldios* are lands usually integrated in subsistence farming systems and historically

managed by the local communities for pasture and collection of livelihoods. In Portugal, today, these common lands are located mainly in the country's northern mountain ranges. Multiple events such as the technological modernization of agriculture, the afforestation by the dictatorial *Estado Novo* (1938-1968), the massive emigration in the 1950-1960's and the consequent decline of the agricultural sector, created a new economic and social conjuncture with consequences over the use of the common lands. In 1986 Portugal's adherence to the European Union (EU) and submission to the Common Agricultural Policy (CAP) also influenced the use of the common lands and the functioning of its institutions. Semi-structured interviews were performed on the thirty *baldio* units located in the Peneda-Gerês National Park (PGNP) in order to perceive their usage and its subjects, as well as the management strategies implemented in those common lands. As an adaptation to the EU's directives, the *baldios* are starting to assume a relevant role on the conservation of nature and maintenance of the cultural heritage, especially in protected areas. Simultaneously, tourism is increasingly accepted as a panacea for some of the problems of rural areas. In the *baldios* of the PGNP, although tourism is present and subsidies from the EU help to maintain the natural and cultural spaces, it is found that the *baldios* do not benefit from the revenue generated by touristic activities, even though members of the communities benefit indirectly from them. The extent to which tourism is an effective alternative to agriculture production is largely dependent on the commoners' will and on the negotiating skills of the *baldios'* managing bodies.

Keywords: Common lands; tourism; property; Peneda-Gerês National Park; CAP.

RÉSUMÉ – LES SUBSIDES ET LE TOURISME: INSTITUTIONS ET POUVOIR DANS LA GESTION DES COMMUNAUX (*BALDIOS*) DU PARC NATIONAL DE LA PENEDA-GERÊS. Les communaux sont des espaces communautaires traditionnellement consacrés au pâturage, à la production de ressources essentielles pour les montagnards et servant aussi de base aux systèmes agricoles de subsistance. Au Portugal, ils se localisent aujourd'hui surtout dans les montagnes du Nord. La modernisation technique de l'agriculture, le reboisement effectué par l'Estado Novo (1938-68), l'émigration des années 1950 et 1960 et le déclin des activités agricoles ont donné aux communaux un nouveau cadre économique et social. L'adhésion du Portugal à l'Union Européenne (UE) en 1986, son acceptation de la Politique Agricole Commune (PAC), marquent aussi ces espaces et leurs institutions. Les entrevues effectuées dans les 30 communaux gérés par le Parc (PNPG) ont permis d'analyser leurs types d'usage et d'utilisateurs, ainsi que leurs stratégies de gestion. Selon les directives de l'UE, et surtout dans les aires protégées, les communaux commencent à être un efficace instrument de conservation de la Nature et du Patrimoine culturel. Le tourisme est, lui aussi et de façon croissante, un remède aux difficultés du monde rural. Mais, relativement au PNPG et en dépit du tourisme et des subsides aidant à la conservation des espaces naturels et culturels, les communaux qui y sont situés ne jouissent pas eux-mêmes de ces avantages, bien que les communautés d'habitants en bénéficient indirectement. Jusqu'où le tourisme constituera-t-il ici une alternative efficace à la production agricole, c'est ce qui dépendra surtout du choix des habitants et de la capacité de négociation des organes de gestion des communaux.

Mots clés: Communaux; tourisme; propriété; Parc National Peneda-Gerês; PAC.

I. INTRODUÇÃO

Este estudo enquadra-se no debate em torno da gestão de recursos comuns, mais especificamente dos baldios, terras comunitárias outrora inseridas nos sistemas agrícolas de subsistência e que hoje se encontram numa fase de transição. Os baldios em Portugal localizam-se em zonas rurais despovoadas e votadas a isolamento geográfico, acentuado pela escassez histórica de vias de comunicação, onde iniciativas que favoreçam o desenvolvimento local se tornam fundamentais. Neste estudo focam-se os baldios inseridos no Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG), estabelecido maioritariamente em propriedade comunitária, onde o turismo tem vindo a ganhar importância. Este artigo propõe uma reflexão sobre a actual utilização do espaço do Parque (e dos baldios) por empresas de animação turística e sobre o papel assumido pelo Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) no controlo e/ou dinamização dessa utilização. Por outro lado analisa-se a posição dos compartes, legítimos utilizadores e gestores dos baldios, e discute-se o lugar do regime de propriedade nas relações que se estabelecem entre as comunidades locais, o ICNF e as empresas de animação turística.

Na secção introdutória que se segue sumariza-se o quadro conceptual associado aos direitos de propriedade, gestão comunitária e capacidade de acção colectiva e faz-se uma breve descrição da história recente dos baldios focando particularmente os aspectos que determinaram o actual panorama jurídico e institucional.

II. QUADRO CONCEPTUAL

1. Recursos comuns, direitos de propriedade, acção colectiva

A gestão local e autónoma de recursos por comunidades ou grupos de utilizadores tem integrado desde sempre o funcionamento das comunidades humanas em todo o mundo. No início do século XIX as terras comunitárias eram uma realidade comum na Europa ocidental (Iriarte-Goñi, 2002; Bravo & De Moor, 2008; Pemán & De Moor, 2013). Em contextos pré-industriais as terras comunitárias assumiam um papel central na organização da produção, constituindo um complemento à agricultura e a outras actividades económicas (Behar, 1984; Iriarte-Goñi, 2002). Grande parte dos sistemas de recursos usados por múltiplos indivíduos pode ser classificada de recursos comuns, isto é, recursos que geram quantidades finitas de unidades de recurso, cujo consumo/uso por uma pessoa é subtraído da quantidade disponível para todas (Ostrom, 1990). A gestão de recursos comuns está dependente da noção de propriedade e de direitos de propriedade. De acordo com Bromley (1992), o termo “propriedade” refere-se à reivindicação de um fluxo de benefícios, enquanto “direito de propriedade” corresponde à reivindicação de um fluxo de benefícios que um órgão superior, geralmente o Estado, aceita defender, atribuindo deveres a quem possa ambicionar ou interferir nesse fluxo de benefícios (Bromley, 1992, p. 4). Outras instituições, que não o Estado, podem validar os direitos de

propriedade, nomeadamente em situações em que os direitos de propriedade derivam do direito consuetudinário, de leis religiosas ou de outros quadros normativos (Meinzen-Dick & Knox, 1999; Meinzen-Dick & Di Gregorio, 2004). Contudo, nem as regras locais nem as estatais detêm poder total em determinado contexto, nem operam isoladas umas das outras. Pelo contrário, os direitos de propriedade resultam de uma interação complexa entre vários tipos de enquadramentos legais (Meinzen-Dick & Knox, 1999).

Os trabalhos desenvolvidos sobre a gestão dos recursos de propriedade comum até às décadas de 1970-80 partiram do princípio que “a propriedade de todos é propriedade de ninguém”, e que os utilizadores competiriam continuamente por uma parcela maior do recurso, em detrimento de si mesmos, do recurso e da sociedade (Ciriacy-Wantrup & Bishop, 1975, p. 1). Estabeleceu-se assim a tendência na literatura económica para confundir os conceitos de recurso comum em livre acesso e de recursos comuns governados por regimes de propriedade comunitária (Ciriacy-Wantrup & Bishop, 1975). No primeiro caso o uso desconsidera quaisquer regras, não existindo restrições ao acesso nem o dever de contribuir para a existência do recurso (Ciriacy-Wantrup & Bishop, 1975; Ostrom, 1990; Bromley, 1992). Assume-se aqui que a probabilidade de sobreuso é grande, o que, numa situação limite, conduz à destruição do recurso (Hardin, 1968; Ostrom, 1990). Pelo contrário, o conceito de propriedade comunitária implica que utilizadores potenciais que não sejam membros de um grupo de utilizadores coiguais, sejam excluídos (Ciriacy-Wantrup & Bishop, 1975). Esta confusão conceptual levou a que autores como Garret Hardin defendessem o fim trágico dos recursos geridos por comunidades. No seu artigo *The tragedy of the commons* publicado na revista *Science* em 1968, Hardin defende que a gestão comum de recursos tende sempre para a sua destruição uma vez que a tendência de cada indivíduo interveniente é procurar tirar o maior proveito pessoal do recurso. Dessa forma, não existindo uma liderança forte que assegure a criação e o cumprimento de regras – o Estado por exemplo –, o sobreuso e conseqüente destruição do recurso são inevitáveis. O trabalho de Hardin veio despoletar uma discussão académica profunda sobre a viabilidade de instituições gestoras de recursos comuns. Em 1990 Elinor Ostrom publica o livro *Governing the Commons* (1990), que se tornou emblemático na defesa das instituições postas em causa por Hardin. Em *Governing the Commons*, Ostrom desafia a ideia de “tragédia” associada à gestão de recursos comuns ao apresentar os resultados de estudos desenvolvidos por si e pela sua equipa revelando instituições criadas por comunidades em diversas partes do mundo para a gestão de recursos comuns. De acordo com Ostrom (1990), e como o próprio Hardin veio a admitir mais tarde (Hardin, 1998), embora a reflexão deste autor fosse relevante e consistente no que se refere a sistemas em livre acesso, este não se adaptava à realidade apresentada e defendida pela autora e por tantos outros autores que se vieram a pronunciar desde a publicação de *The Tragedy of the Commons* (Ciriacy-Wantrup & Bishop, 1975; Feeny, Berkes, McCay, & Acheson, 1990; Berkes, Feeny, McCay, & Acheson, 1989; Bromley, 1992; Singleton & Taylor, 1992; McCay & Jentoft, 1998; Agrawal, 2001). Admitindo que nem todas as instituições são eficazes e duradouras na gestão de recursos comuns, Feeny *et al.* (1990) ressaltam que casos de insucesso existem em todos os tipos de regime de propriedade.

No contexto da gestão de recursos naturais, o processo de decisão acerca do uso dos recursos e a sua regulamentação, resultam já da acção colectiva, ou seja, da acção voluntária desenvolvida por um grupo para atingir um objectivo comum (Meinzen-Dick & Di Gregorio, 2004). Nos regimes de propriedade comunitária a acção colectiva é necessária para gerir o recurso, capacidade que sai reforçada pela partilha de direitos de propriedade entre os indivíduos da comunidade. Manter os direitos de propriedade adquiridos pode também requerer acção colectiva, especialmente no caso de recursos à escala da paisagem e onde actores externos desafiam os direitos locais (Meinzen-Dick & Knox, 1999).

2. Os baldios: evolução recente das relações institucionais e situação jurídica

Em Portugal os baldios estavam associados aos sistemas agrícolas de subsistência. Serviam para apascentar o gado, para recolha de mato para as camas dos animais, cujos resíduos eram posteriormente usados como fertilizante nas terras, e para recolha de lenha, madeira, mel e carvão, que complementavam o rendimento familiar (Brouwer, 1995; Baptista, 2010). O apascentamento do gado era feito em comum através do sistema de *vezeira*¹, ancorado num sistema de regras criado localmente, que inculca direitos e deveres aos participantes. Também a recolha de recursos era regrada segundo os usos e costumes locais através de limitações temporais, geográficas e relativas à quantidade recolhida, pretendendo assim assegurar-se os recursos, seguindo um princípio de sustentabilidade. Apesar de se constituírem como elementos de subsistência e de bem-estar comunitários, os baldios foram perspectivados por vários governos como um entrave ao desenvolvimento do país. Como tal, várias iniciativas governativas fizeram alterar o estatuto do baldio como forma de propriedade e gestão comunitárias (Henriques, 1983). A iniciativa mais impactante do ponto de vista político, social e económico ocorreu entre 1938 e 1968, quando o Estado Novo impôs a florestação maciça e a apropriação dos baldios. Esta política, juntamente com a gradual inserção da agricultura em relações de mercado, a introdução de novas tecnologias (ex.. fertilizantes e adubos químicos) e o fluxo de emigração iniciado nos anos 1950-1960, levaram à gradual desarticulação das comunidades rurais com os baldios, quebrando-se a relação de dependência até aí estabelecida (Brouwer, 1995; Baptista, 2010). Após o 25 de abril de 1974 as circunstâncias políticas tornaram-se propícias ao retorno dos baldios às populações. Em 1976 foi publicada a primeira Lei dos Baldios (Decreto-Lei nº 39/1976, de 19 de Janeiro) onde constava a regulamentação organizativa do baldio que previa Assembleias de Compartes, a eleição de um Conselho Directivo e a adopção de um de dois modelos possíveis de gestão: em colaboração com o Estado ou em regime de autogestão. Procurando assegurar o apoio do Estado previsto na lei para a gestão da floresta, a grande maioria das Assembleias de Compartes optou pela cogestão (Radich & Baptista, 2005). Contudo, esse apoio ficou aquém do esperado (Baptista, 2010), o que se reflectiu no estado de abandono da floresta, cuja responsabilidade é, muitas vezes, apenas atribuída aos compartes. Desde 1976 houve várias tentativas de alteração da Lei dos Baldios, pretendendo-se destituir as comunidades rurais dos seus direitos de

propriedade (Baptista, 2010). Em março de 2014 foi aprovada a proposta de lei dos grupos parlamentares CDS-PP e PSD (com maioria absoluta na Assembleia da República) que altera pontos fulcrais que suportam a gestão comunitária. A maior controvérsia gerou-se em torno da alteração do conceito de *comparte*. De acordo com a Lei nº 72/2014, de 2 de Setembro (que viria alterar o Decreto-Lei nº 68/1993, de 4 de Setembro) “São *compartes* todos os cidadãos eleitores, inscritos e residentes nas comunidades locais onde se situam os respetivos terrenos baldios ou que aí desenvolvam uma atividade agroflorestal ou silvopastoril”. Para além de ser um conceito difuso, põe de lado os usos e costumes locais que sempre pautaram a definição dos utilizadores dos baldios e que garantiam o direito de exclusão local de utilizadores. Por outro lado, os limites dos baldios não correspondem aos limites administrativos das freguesias, já que foram estipulados de acordo com os usos e costumes. Esta lei foi fortemente contestada pelo movimento associativo dos baldios e encontra-se hoje em processo de revisão.

Em paralelo, a criação de áreas protegidas, que em Portugal abrange sobretudo as zonas montanhosas, onde se encontra a maior área de baldios, tem sido descrita por alguns autores como um processo de re-territorialização das zonas periféricas por parte do Estado, expandindo a sua autoridade como única entidade legítima de gestão ao estabelecer normas de acesso e uso (Vaccaro, 2008). Para Vaccaro, enquanto territorialização se refere à redefinição pública dos limites territoriais e das normas de acesso aos recursos naturais, re-territorialização será a reorganização estatal de um espaço já dominado, em maior ou menor medida, por instituições públicas (Vaccaro, 2008).

Segundo Haesbaert (2007), qualquer processo de desterritorialização – tido na literatura como sendo sobretudo um processo desenraizador, conducente à perda de controlo de grupos subalternizados sobre o seu território (Haesbaert, 2014) – constitui na verdade um processo de criação de novos territórios – re-territorialização –, uma vez que o homem é um “animal territorial por natureza” (Haesbaert, 2007, p. 20). Nas palavras do autor “o que existe, de fato, é um movimento complexo de territorialização, que inclui a vivência concomitante de diversos territórios – configurando uma multiterritorialidade” (Haesbaert, 2007, p. 20). Contudo, quando os vários territórios que compõem essa multiplicidade se inscrevem de forma hierárquica no espaço, a perda de segurança ou controlo sobre os seus territórios acontece àqueles “mais precariamente territorializados” (Haesbaert, 2007, p. 20). É portanto nesta dimensão social da desterritorialização que, no ponto de vista de Haesbaert, o termo terá melhor aplicação. Neste sentido, a criação de áreas protegidas, mais do que ecológico, é um projecto político, com importantes consequências sociais e económicas que envolvem alterações profundas do sistema local de propriedade, restabelecendo direitos, legitimidades e jurisdições e que implica a inserção de instituições públicas na gestão do território (Vaccaro, 2008). Esta ideia é seguida por autores como Vallejo (2002), Heidrich (2009) e Ferreira e Mello (2016), e vai ao encontro do conceito de territorialidade apresentado e discutido por Sack (1983) como “tentativa de afectar, influenciar, ou controlar acções, interacções ou acesso, afirmando ou tentando reforçar o controlo sobre uma área geográfica especí-

fica” (Sack, 1983, p. 1). Tentativa perpetrada, por exemplo, pelo Estado aquando do estabelecimento de áreas protegidas, acrescenta-se aqui. Para Vaccaro (2008) a subordinação das zonas rurais da Europa às políticas europeias representa a mais recente onda de re-territorialização.

Em 1986 Portugal aderiu à União Europeia (UE) submetendo o seu sector agrícola à regulação da Política Agrícola Comum (PAC) que passou a ser, desde então, o principal factor de influência no sector agrícola em Portugal. Com a reforma da PAC em 2000, a política de desenvolvimento rural, baseada na multifuncionalidade, sustentabilidade, competitividade e dispersão da atividade agrícola em todo o território, assumiu-se como uma componente essencial do modelo agrícola europeu, reforçada após 2013 na Estratégia Europa 2020, que pretende:

“(…) Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas agrícolas e florestais (biodiversidade, água, solo) (...) Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico (facilitar a criação de emprego, promover o desenvolvimento local (...))” (Parlamento Europeu, 2016).

Estas directrizes servem de guião ao Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) em Portugal para 2014-2020. No PDR os Apoios Zonais (AZ) de Carácter Agroambiental (denominados Intervenções Territoriais Integradas – ITI – no programa anterior) têm o objectivo de restaurar, valorizar e proteger a biodiversidade no âmbito da Rede Natura 2000 e apoiar os agricultores que, “numa lógica de gestão activa, assumam compromissos agroambientais em zonas inseridas na Rede Natura 2000 com valores naturais específicos.” (Portaria 56/2015, de 27 de fevereiro, capítulo III, artigo 14º).

As alterações políticas e socioeconómicas referidas até aqui promoveram novos usos no baldio (ex. produção de energia, instalação de antenas, turismo) e a perda de importância das actividades tradicionais (ex. actividades que contribuem directamente para as economias individuais dos compartes, como recolha de mato, de lenhas, de madeira, o pastoreio, o fabrico de carvão, de mel, etc.). Os baldios deixaram de ter um papel central nas economias de cada morador da comunidade, para passarem a estar associados ao benefício do conjunto dos compartes, através da geração e posterior gestão de receitas. Baptista (2010) refere a existência de três economias actualmente nos baldios: a economia rentista associada ao grupo de utilizadores autorizados; as actividades tradicionais que suportam as economias individuais dos compartes e a economia associada ao uso livre do baldio por parte de várias entidades. Para o autor o controlo do acesso livre para fins de animação turística ou recreativa, e a sua integração na economia dos baldios, deverá ser parte integrante de uma estratégia para a afirmação dos direitos de propriedade e legitimação da propriedade comunitária (Baptista, 2010). Outros autores realçaram o potencial papel dos baldios no desenvolvimento local, encarados como espaço de oportunidade (Simões & Cristóvão, 2012; Frazão, 2013). Contudo, a evolução da terra (outrora) agrícola para um espaço de consumo pressupõe a adaptação das comunidades locais aos novos usos que vão preenchendo os vazios deixados pelo abandono progressivo da agricultura.

III. MÉTODOS

Entre maio e outubro de 2015 efectuaram-se entrevistas semiestruturadas a membros dos Conselhos Directivos (CD) nas 30 unidades de baldio, inseridas parcial ou integralmente no território do PNPG. Em cada baldio entrevistou-se um elemento do CD, excepto em duas aldeias em que a reunião/entrevista decorreu com mais do que um membro do órgão gestor (ex. Travassos do Rio em que esteve presente o presidente da Assembleia de Compartes (AC) e Lamas de Mouro em que estiveram presentes quatro elementos do CD e AC). Ao longo destas entrevistas pretendeu-se caracterizar o baldio, designadamente no que se refere às características físicas e usos do baldio, aos seus utilizadores, às dinâmicas com o meio envolvente (ex. Estado, autarquias) e à instituição que os gere. Paralelamente efectuaram-se entrevistas semiestruturadas a dois funcionários do ICNF, um integrado na Estrutura Local de Apoio (ver nota V) e um técnico de acompanhamento das equipas de sapedores florestais e também comparte num baldio. Com estas abordagens pretendeu-se obter outra perspectiva da dinâmica ICNF/baldios (além da dos compartes). Assim as questões focaram sobretudo os pontos que permitiram compreender a forma como a dinâmica entre estas instituições acontece na actualidade, tanto ao nível da prevenção de incêndios, como ao nível do acesso dos agricultores do Parque às ajudas da UE. Entrevistou-se igualmente um antigo presidente do PNPG e o presidente da Federação Nacional de Baldios. No decurso do trabalho e também em contextos paralelos (ex. seminários) estabeleceram-se conversas informais com compartes e membros do movimento associativo dos baldios, a nível nacional e internacional (ex. Galiza).

O principal intuito deste artigo prende-se com a análise das questões relacionadas com a gestão dos baldios do PNPG na actualidade, tendo em atenção os seus vários utilizadores. Tratando-se de um Parque Nacional são vários os níveis institucionais actuantes, tornando esta situação particularmente interessante para os objectivos que aqui se propõem. O PNPG foi criado em 1971 com fins educativos, turísticos e científicos através do Decreto-Lei nº187/71, de 8 de Maio e abrange 69 596 hectares, 22 freguesias, distribuídas por cinco municípios incluídos em três distritos: Melgaço, Arcos de Valdevez e Ponte da Barca (Viana do Castelo), Terras de Bouro (Braga) e Montalegre (Vila Real) (ICNF, 2016). De acordo com os dados do Recenseamento Geral da População de 2001, a população do Parque rondava os 11 000 habitantes (ICNB, 2010). Ao longo do século passado esta região perdeu muita população, como consequência da emigração, que ali se fez sentir com mais força nas décadas de 1960 e 1970 (perdendo 12,4% e 21,6% da população, respectivamente). Durante a década de 1990, a tendência negativa manteve-se, ao contrário da tendência nacional e do norte em particular. Em 2001 o sector terciário era já o principal sector de actividade (39,3%), verificando-se a perda de importância do sector primário (24,9%), que em 1991 era ainda o sector com maior número de empregados (52,6%) (ICNB, 2010). Favorecido pelas transformações socioeconómicas e demográficas caracterizadoras da generalidade das zonas rurais interiores, o turismo de natureza tem vindo a ganhar importância em Portugal, designadamente nas áreas protegidas, sendo hoje considerado um dos segmentos mais

promissores e com maior crescimento. O PNPG não é excepção, constatando-se no seu território um aumento do número de visitantes e o alargamento das actividades turísticas (ex. desportivas; de contemplação da paisagem e dos recursos) e dos promotores de serviços turísticos (ICNB, 2008; Gomes, 2014). De acordo com Gomes (2014), no período de 2007 a 2013 o número de visitantes aumentou cerca de 50%, o que coincidiu com a criação das Portas do Parqueⁱⁱ. Foi também neste período que se registou um aumento notório no número de visitantes estrangeiros (50% de crescimento não linear ao longo do período de 1996 a 2011, sendo mais claro o aumento a partir de 2007), reflexo da adesão do PNPG à rede *Pan Parks*ⁱⁱⁱ e consequente inclusão no roteiro dos grandes operadores turísticos especializados em turismo de natureza (Gomes, 2014). Sendo o PNPG uma instituição pública inscrita num território que é maioritariamente propriedade comunitária (71% baldios; 21,6% área privada e 7,4% mata nacional), verifica-se contudo que o turismo é principalmente explorado por entidades privadas. Neste estudo questiona-se a forma como estas iniciativas se inserem no contexto da propriedade comunitária e do desenvolvimento local.

IV. RESULTADOS

1. Gestão do baldio

Nos dias de hoje a gestão dos baldios do PNPG centra-se: i) na gestão e recuperação de pastagens e de infraestruturas úteis ao pastoreio, inseridas nas medidas agroambientais do PDR; ii) na distribuição da área de pastagem de baldio pelos produtores da comunidade para acesso aos pagamentos directos da UE; e iii) na gestão da floresta.

As Intervenções Territoriais Integradas (ITI) foram introduzidas com o PRODER 2007-2013^{iv}. Os apoios das ITI destinados aos baldios do PNPG, visavam a gestão do pastoreio, cujo financiamento dependia da área do baldio considerada pelo Estado como elegível para pastagem. Pressupunha-se a prévia organização dos compartes em Assembleia com eleição do Conselho Directivo (CD). No âmbito de cada ITI, foi criada uma estrutura de natureza técnica, a Estrutura Local de Apoio^v (ELA), que se assumia como um instrumento de apoio ao acompanhamento e gestão desta medida. Ao aceder às ITI os compartes dos baldios do PNPG tinham que cumprir alguns compromissos gerais, entre os quais: i) manter a área agrícola livre de infestantes arbustivas em toda a área declarada; ii) manter as árvores, os muros de pedra posta e outros elementos patrimoniais importantes para a paisagem; iii) manter os pontos de água acessíveis à fauna, e iv) manter a vegetação arbórea e arbustiva ao longo das linhas de água (PRODER 2007-2013, p. 244). As medidas agroambientais no PNPG têm-se concretizado sobretudo com a limpeza de matos nas áreas de pastagem (ponto i) e manutenção dos elementos patrimoniais considerados no ponto ii). No PDR 2014-2020 o Apoio Zonal (AZ) do PNPG continua a apoiar a gestão do pastoreio nas áreas de baldio. Contudo, medidas nacionais inspiradas no novo regulamento da UE (1307/2013) para os pagamentos

diretos aos agricultores, resultaram na aplicação de um coeficiente de redução da elegibilidade de 50% nas áreas de “prados e pastagens permanentes com predominância de vegetação arbustiva caracterizadas por práticas de pastoreio de carácter tradicional em zonas de baldio” (Portaria nº 57/2015, de 27 de fevereiro, anexo II, p. 1244) e na exclusão total de áreas de floresta, zonas queimadas, rochas, água, etc.. Estas medidas tiveram um impacto substancial na extensão da área elegível para pastagem em zonas de montanha. Refira-se que na prática local de pastoreio, os animais são deixados no monte livremente durante os meses de verão, encontrando pasto não apenas em zonas de vegetação herbácea, mas também em zonas de mato, entre pedras e sob coberto florestal. Na ausência de terra própria suficiente para a produção animal, os produtores utilizam a área do baldio (elegível para pastagem), em hectares, para perfazer a área mínima necessária para aceder aos subsídios à produção animal. Assim a redução da área do baldio elegível para pastagem dificulta, por um lado, o acesso aos pagamentos directos dos produtores; por outro, diminui o valor monetário e os benefícios locais (ecológicos e sociais) provenientes da implementação da medida ITI/AZ. A distribuição dos hectares elegíveis como pastagem no baldio pelos produtores da comunidade é feita pelo órgão gestor do baldio, que tem em conta o número de produtores e o efectivo animal. Um comparte de Montalegre explica as contradições implícitas na definição de áreas elegíveis:

“O IFAP^{vi} diz que foi imposição da comunidade europeia, já tivemos informações contraditórias. Fizeram uma visualização fotográfica, viram como é que era o terreno e reduziram as zonas de albufeiras, os caminhos, os afloramentos rochosos. Ou seja se olharmos de cima aqui na nossa serra só se vê rocha, embora nós tenhamos as cabras lá todo o ano nessa rocha (...) eles dizem que não tem forrageira. Mas pronto, está-se a tentar mudar isso, andamos aí na luta porque precisávamos mesmo desses hectares para fixar as pessoas aqui. (...). Depois de ser feita essa leitura aplicaram uma redução de 50% à área forrageira, só que no nosso caso foi muito mais que isso, no Parque alguns tiveram mais que 90%^{vii} de corte da área forrageira.” (Comparte da região de Montalegre).

Face à alteração dos critérios de elegibilidade das pastagens, os compartes mobilizaram-se, com o apoio da Federação Nacional de Baldios, e elaboraram um manifesto subscrito por todos os CD e autarquias da zona do PNPG e pelas associações que trabalham com os baldios do Parque. De acordo com os compartes, o governo não se demoveu e o impacto nas ITI manteve-se. Contudo o governo viu-se obrigado a minimizar o impacto que a redução nas áreas elegíveis para pagamentos directos teria sobre os produtores, reduzindo para isso a área mínima obrigatória por animal.

A maioria dos baldios do Parque recorre a empresas contratadas localmente para efectuar as limpezas das pastagens previstas nas ITI/AZ. O valor anualmente entregue aos compartes garante a mão-de-obra. Sobrando, o montante é empregue na gestão do baldio, aquisição de equipamento (ex. tractor; carro para vigia do baldio) e muitas vezes em benefício da aldeia, como se verifica no discurso do presidente da Junta de Freguesia (JF) e da Mesa da Assembleia de Compartes de um baldio da região de Montalegre:

“Nós temos a tal ITI e temos uma verba. Se nós conseguirmos fazer o trabalho [as limpezas das áreas de pastagem] com os sapadores é dinheiro que estamos a poupar, ou então tentar negociar com a empresa que for fazer, e esse dinheiro aplicamos na limpeza de estradões, ou recuperação dos tanques dos pontos de água para as vacas beberem, imagine, se há um telhado de uma igreja que está a precisar (...), ou mesmo uma infraestrutura que seja necessária na aldeia, por exemplo, tínhamos aqui um rego que estava a causar muitos problemas à aldeia e [entre] a Junta e o baldio chegámos a acordo e fizemos a obra.” (Presidente da Junta de Freguesia (JF) e da Mesa de Assembleia de compartes de um baldio da região de Montalegre).

Em 1999 o governo fomentou a criação de equipas de sapadores florestais a nível nacional como forma de contribuir para a prevenção de incêndios. Por incentivo do Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICNB) na altura, muitos baldios do PNPG têm hoje a seu cargo equipas de sapadores florestais. O plano de Sapadores Florestais (Decreto-Lei n.º 179/99, de 21 de maio) incidiu especialmente nos espaços florestais privados e nas áreas baldias de todo o país, estando hoje as equipas mais concentradas na zona norte e centro, em concordância com a distribuição das manchas florestais (ICNF, 2016). Segundo o ICNF (comunicação oral, 2015) existem no Parque cerca de 12 a 13 equipas de sapadores associadas a baldios. As equipas são formadas por cinco pessoas, homens ou mulheres, preferencialmente oriundas da região onde virão a trabalhar. Em alguns casos a equipa é partilhada por baldios da mesma freguesia. Nem todos os baldios quiseram na altura aderir ao programa, verificando-se casos de empréstimo de serviços entre baldios. Hoje as opiniões dos compartes dividem-se relativamente à relevância destas equipas. Um comparte declara:

“Fazem um trabalho excepcional, trabalho que as pessoas à primeira vista não vêem mas depois quando chega a altura da verdade... olhe, os incêndios reduziram 70 a 80%, fazem as limpezas (...). Se for preciso no período em que é permitido fazem alguma queimada para depois no verão não termos esses incêndios que por aí se vêem. E quando há um incêndio, porque há sempre, são os primeiros a actuar. (...) Acho que foi das melhores coisinhas, aí sim, o Parque trabalhou.” (Comparte da região de Montalegre).

Por outro lado, um comparte de outro baldio do concelho de Montalegre argumenta:

“A equipa, em termos de trabalho, não era muito visível, e depois nós acabávamos com o dinheiro das ITI. O que íamos buscar em trabalho não nos compensava, nós com pouco dinheiro fazíamos o mesmo trabalho.” (Comparte da região de Montalegre).

Quando o trabalho florestal não requer o seu tempo integral, as equipas são também usadas em outros trabalhos relevantes para a freguesia, como a limpeza de caminhos e de estradas, em algumas obras da aldeia:

“Se não fossem as equipas de sapadores as freguesias estava tudo ao abandono, porque ninguém limpa nada (...). Tudo o que é estradas, até nas próprias povoações (...), nós fazemos tudo, fazemos limpeza de canos e das estradas.” (Presidente da JF e do CD de um baldio da região de Arcos de Valdevez).

Ao fim de um ano, pagar o salário e restantes custos associados a cinco pessoas (ex. segurança social) e aos equipamentos (ex. manutenção da viatura, combustível) só é possível com o montante que os compartes conseguem fazer sobrar das ITI, com a venda de madeira, ou, nalguns casos, com o apoio das autarquias:

“Hoje o Estado não nos dá dinheiro [suficiente] para podermos [fazer] sobreviver os sapadores. Os CD não conseguem arranjar dinheiro para pagar. Nós ainda damos uma certa quantia, mas é preciso andarmos aí de volta de algumas instituições, a Câmara ou outras, para podermos sustentar essas pessoas. A questão é que são 5 pessoas que andam a trabalhar, se um dia acabar são 5 empregos que vão ao ar.” (Comparte da região de Montalegre).

Ainda assim, a importância da criação local de postos de trabalho nestas equipas é realçada. No período crítico de incêndios os sapadores dedicam-se prioritariamente ao “serviço público”, ou seja, à prevenção ou combate a incêndios, deixando de estar disponíveis para os trabalhos do baldio. Assim, o ICNF contribui com uma verba anual para cada uma das equipas de sapadores, sendo os restantes encargos cobertos pelos baldios. O PNPG, através do então ICNB, participava igualmente no pagamento das equipas, contribuição que cessou em 2013 com a fusão do ICNB com a Autoridade Florestal Nacional e consequente criação do ICNF (Despacho n.º 16143/2013).

A gestão da floresta para produção (ex. pinheiro-bravo) limita-se à gestão da regeneração natural do pinheiro bravo. Nos baldios em cogestão, 40% da receita conseguida com a venda de madeira é entregue ao Estado (ICNF)^{viii}. Contudo, os compartes resumem a actuação do ICNF na floresta à selecção de árvores para abate e negociação da respectiva venda. Porém, verificam-se alguns casos de plantações em que o ICNF ou outras entidades fornecem as árvores e o baldio custeia a plantação:

“Fizemos plantação de à volta de 10 000 árvores, uma plantação de carvalhos em colaboração com a Quercus (...). Fizemos mais duas plantações, uma à volta de 4 000 árvores, também carvalhos, cedros, também com a Quercus, e depois nossa mesmo foi com a ajuda do engenheiro X (...) que nos arranjou aí bastantes árvores, tudo à nossa custa essa plantação.” (Comparte da região de Terras-do-Bouro).

As plantações efectuadas nos baldios do PNPG são em regra com espécies autóctones, sem intuito de criar rendimento. O investimento na floresta de produção não é incentivado pelo ICNF. Por outro lado, o receio dos fogos e a expectativa da partilha da receita com o Estado, considerada desadequada face à ausência do ICNF na gestão florestal, tem conduzido à falta de interesse dos compartes em investir na floresta de produção.

2. O turismo e a trama institucional e jurídica: ICNF, PAC e compartes

O PNPG é hoje um dos destinos turísticos mais procurados em Portugal, procura que tem vindo a aumentar (ICNB, 2008; Gomes, 2014). Neste âmbito, as directivas europeias e políticas nacionais consideram relevante a recuperação do património cultural local como “elementos caracterizadores da paisagem”. Assim, estruturas como casas de abrigo de pastor, parques e troncos de maneio, mariolas, pontos de abeberamento para a

fauna, vedações, percursos de pastoreio, fojo do lobo, cilha dos ursos, poios e currais, têm sido recuperadas recorrendo aos *investimentos não produtivos* associados aos pagamentos agroambientais (PRODER 2007-2013, p. 249).

A deslocação no Parque, entre aldeias ou ao longo da serra, implica a passagem inevitável por baldios. Os baldios são áreas extensas que atingem milhares de hectares. Na zona do PNPG em particular registam uma média de 3 300 hectares, considerando as 30 unidades de baldio inseridas no Parque e quatro localizadas na zona limítrofe. Ao contrário dos limites entre baldios, que não se impõem ao transeunte, na mata pública a passagem do limite de propriedade não é apenas evidente, como é obrigatório o pagamento de uma taxa de passagem. Aqui o uso abusivo ou o excesso de carros ou pessoas é expressamente controlado. Salvo iniciativas excepcionais de pouca monta e algumas ideias de projectos, não se verifica nos compartes a mobilização para controlar e beneficiar economicamente do acesso e uso dos baldios por utilizadores externos. Na perspectiva dos compartes, a paisagem como recurso para contemplação parece estar associada a um bem de livre acesso, não quantificável. As pessoas podem e devem entrar, caminhar e desfrutar, desde que não estraguem. Já os recursos que nela se produzem, as madeiras, o pasto, os matos, tudo isso tem dono, é da comunidade, e o seu uso deve ser controlado e gerido. Esta posição está patente no discurso dos compartes:

“Não [cobramos], a associativa de caça e pesca não [paga], e também há muitas [associações] por aí que fazem trilhos e que andam aí constantemente e que também não pagam nada. Nunca optámos por isso, repara que os baldios também ganham com isso, e acho que se calhar afastávamos as pessoas (...). Alguém está a ganhar dinheiro, mas o baldio nunca cobrou nada a ninguém, mantemos tudo limpinho, tudo o que é trilhos (...). É lógico [que ganhamos com a presença dos visitantes] são os cafés, [é] tudo. O que faz funcionar uma coisa faz funcionar a outra, as coisas encostadas funcionam, se não há encosto nada funciona. Passam lá, investem, gastam nos cafés, dormem na Peneda muitas vezes, lá no hotel.” (Comparte da região de Arcos de Valdevez).

A economia do baldio é posta em segundo plano, em prol das economias individuais daqueles que criaram condições para tirar proveito da presença dos visitantes (ex. donos de cafés, restaurantes, pensões). Taxar a visitação poderá beneficiar a economia do baldio, mas, na perspectiva dos compartes, pode pôr em causa as iniciativas individuais.

A falta de motivação dos compartes para gerir o acesso livre de visitantes aos baldios abre espaço para um número considerável de empresas privadas de animação turística (ex. BTT, desportos aquáticos, percursos pedestres). Esta coexistência despoleta contudo alguma objecção localmente:

“Não, nós não proibimos o [uso do baldio]. Só às vezes temos um bocadinho de [preocupações], é que há muito pessoal que agarra nas moto-quatro e nas motas e metem-se aí pelos caminhos acima e às vezes andam para aí a fazer buracos.” (Comparte da região de Arcos de Valdevez).

“Já chamei várias vezes à atenção da [nome da empresa], porque eles lá nos *crossings* com a bicicleta que eles têm, a gente nota às vezes que os caminhos estão todos escavacados, todos estragados.” (Comparte da região de Terras do Bouro).

Passeios de cavalo, *jeep* e mota são igualmente referidos pelos compartes como sendo organizados pelas empresas de animação sem preocupação aparente em cuidar dos recursos, maioritariamente mantidos pelos compartes.

Tratando-se de um Parque Nacional, o Plano de Ordenamento (PO) estabelece outra camada de regras que limita os usos dentro da área protegida. Contudo, subjacentes ao PO estão os objectivos estabelecidos para a criação do Parque, que não assentam necessariamente nos usos e costumes das populações que usam e gerem os baldios. Não obstante, é principalmente sobre estas populações que as consequências de um uso desadequado recaem, como se verifica no caso dos percursos e caminhos. As autarquias, através da organização de eventos, também tiram partido dos baldios (ex. feiras do gado). Igualmente, o Parque, através do ICNF, no que respeita à visitação, tem assumido posições que transgridem o limite da propriedade comunitária. Em seguida descrevem-se exemplos que ilustram a relação entre o ICNF e os baldios.

O parque de campismo de Travanca, no concelho de Arcos de Valdevez foi construído nos anos oitenta do século XX numa zona onde está instalada uma casa florestal dos tempos da florestação pelo Estado Novo. O Estado assumiu que se tratava de terreno público, embora o terreno integrasse o baldio de Cabana Maior. Ao ser confrontado pela JF, que na altura geria o baldio, o Estado não aceitou o regime de propriedade. O caso foi para tribunal e a JF ganhou o processo. Actualmente o parque de campismo encontra-se em funcionamento e não paga qualquer renda ou indemnização ao baldio. Segundo um comparte, presidente da JF na altura da construção do parque de campismo:

“Nunca os obrigámos a pagar nada, nós quisemos foi clarificar a situação. Aquilo não dá para pagar os salários ao pessoal. Chegou-se à conclusão que não era justo, ou tinha que o parque deixar de funcionar, ou tínhamos que deixar o parque funcionar e ter a possibilidade de conseguir um posto de trabalho ou dois, temporário, para alguém da freguesia.”

Hoje o parque de campismo é gerido pela Associação Regional de Desenvolvimento do Alto Lima (ARDAL)^{ix}, uma junção de várias entidades, entre as quais a Câmara Municipal de Arcos de Valdevez. Verifica-se que de facto existem cinco ou seis pessoas da região empregadas na recepção (em 2015 a dificuldade de recrutar pessoal localmente levou à contratação de pessoas do Porto para a recepção), na gestão da limpeza e na logística do local. O parque encontra-se aberto só no período estival, restringindo-se a oferta de trabalho a esse período. Não obstante, a negociação, que obrigou à reivindicação dos compartes, teve um papel importante na gestão colaborativa entre compartes e ICNF de um espaço reclamado pelas duas instituições.

Um outro caso que ilustra as relações institucionais e jurídicas entre o ICNF e os baldios, refere-se às casas construídas nos baldios florestados pelo Estado Novo (1938-1968) para habitação dos guardas que fiscalizavam os usos do monte e os trabalhos de florestação. Enquanto o Estado defende que as casas florestais são propriedade pública, os compartes contestam a posse estatal. Alguns juristas defendem que as casas, estando em terreno baldio, são dos compartes, e instam à sua ocupação (Bica, comunicação oral, I Jornadas

conjuntas em territórios comunitários, 2016). A indefinição dos direitos de propriedade gera discórdia e tem conduzido à degradação desse património, por falta de uso e impossibilidade de reversão da situação. Esta insatisfação é manifestada pelos compartes:

“Não nos facilitam nada. Mesmo as casas florestais, um património que está delapidado, onde tudo roubam. Tudo o que é pedras, rios, não se importam, [mas] se a gente tomar conta daquilo [da casa florestal], ou a JF ou os baldios, não podemos. Portanto está tudo ao deus dará, está tudo sem rei nem roque (...) as casas florestais deviam ser para a freguesia, para os CD. Eu já pedi a nossa que era para os sapadores, que era para a zona de caça, que era para o CD, mas não tivemos resposta (...), já há anos.” (Comparte da região de Arcos de Valdevez)

Em alguns casos, menos frequentes, as casas estão a ser usadas pela população: na Gavieira, a casa é hoje a sede da JF e em Paredes do Rio estabeleceu-se uma casa de pernoita para visitantes. Numa destas freguesias existem outras dez casas florestais ao abandono, umas das quais foi vendida a um particular mas, segundo o presidente da JF e do CD do baldio, “não está vendida porque ninguém consegue registar, a casa é do Estado mas o espaço é da freguesia”.

O último caso que se apresenta para ilustrar a relação institucional entre o baldio e o ICNF refere-se à criação das *Portas do Parque*^{vi}, conceito criado e implementado em 2004 para promover o contacto entre o visitante e o Parque/ICNF. Nestas zonas geram-se receitas, com a venda de lembranças, mapas e acesso a actividades, que revertem a favor da entidade que gere a porta (ex. ICNF, Câmara Municipal). Algumas destas portas estão localizadas em baldios, onde os compartes vêem o acesso e usufruto da paisagem como direitos não taxáveis. Não obstante, numa das portas os compartes reivindicaram uma parte da taxa paga pelos visitantes. Diz o presidente da JF e também do CD do baldio: “este território é nosso, isto está tudo na área do baldio”, justificando a iniciativa. A taxa cobrada, que hoje reverte em parte para o baldio, garante ao visitante o acesso ao Parque e uma visita guiada por funcionários da Câmara ao castelo e espigueiros da aldeia. Paralelamente os compartes têm investido na melhoria dos trilhos no baldio. A organização e reivindicação dos compartes garantiu-lhes não só o acesso a uma parte dos benefícios proporcionados pela iniciativa do ICNF e autarquia, mas também o controlo das entradas no baldio.

Ao longo dos meses de trabalho de campo constatou-se a existência de várias associações criadas pelos moradores, mesmo nas povoações mais isoladas. Surgiram por diferentes razões: por facilitar o acesso a financiamentos (ex. recuperação do património edificado) ou, recorrendo às palavras de um compartes da zona de Ponte da Barca, “com a extinção das freguesias, a saída das JF, achámos que devia haver alguém que defendesse os interesses das pessoas”, ao referir-se à associação de moradores da sua aldeia. Estas associações, independentemente do que motivou a sua formação, mantêm-se a funcionar, a maioria com o objectivo de preservar os valores naturais e culturais locais e de contribuir para o bem-estar da comunidade:

“Temos aí uma associação (...) para o desenvolvimento daqui da aldeia e [para] manter as tradições. Fazemos a matança do porco, o trilho do medronheiro, plantação dos currais na serra (...), muitas actividades.” (Comparte da região de Montalegre).

Embora hoje existam entidades formadas pela parceria entre diferentes instituições (ex. ARDAL) que fomentam a colaboração entre diferentes actores, parece existir um hiato entre a acção destas instituições e a das associações baseadas nas aldeias. A inclusão destas associações naquelas parcerias poderia alavancar a integração dos compartimentos nas iniciativas de dinamização dos espaços comunitários. Por outro lado, constatou-se em aldeias como Fafião, Cabril e Pitões das Júnias no concelho de Montalegre ou Ermida no concelho de Terras do Bouro, a aproximação das gerações mais jovens a cargos de direcção nas entidades gestoras dos baldios. Assim, a capacidade que falta aos mais velhos para integrar os novos usos na gestão do baldio, poderá ser encontrada nestes jovens e nestas associações. A mudança geracional poderá potenciar outro tipo de relacionamento e sinergias com os restantes actores do PNPG, de que são exemplo as empresas de animação turística e as próprias instituições estatais.

V. DISCUSSÃO

Pelo que foi apresentado até aqui podem avançar-se alguns aspectos da gestão actual dos baldios com influência sobre o tecido económico-social da região. A criação de emprego está associada às equipas de sapadores. Adicionalmente, para as limpezas das pastagens, recorre-se, sempre que possível, a empresas sedeadas na região, fomentando o tecido empresarial local. Numa outra vertente, o baldio como suporte da produção animal permite: i) o acesso aos pagamentos directos da PAC a produtores sem terra ou com terrenos com área insuficiente, garantindo-lhes a possibilidade de manter a sua unidade de produção; e ii) a instalação de jovens agricultores pertencentes à comunidade. Por outro lado, medidas como as ITI/AZ, que permitem o uso do montante remanescente da limpeza da pastagem em benefício da aldeia e freguesia, constituem mais um benefício para as comunidades locais, sobretudo perante o orçamento reduzido das autarquias. Estas medidas contribuíram também para reactivar o trabalho colectivo, ao exigir que comunidades ainda não organizadas em Assembleia e CD, constituíssem a sua entidade gestora como condição para terem acesso às ITI/AZ. A partir daí, toda e qualquer decisão associada ao baldio seria tomada pela Assembleia de Compartes e posta em prática pelo CD.

O crescente trabalho burocrático associado aos baldios, derivado também da gradual integração destes territórios nos programas de financiamento, tem levado à formação de associações que fornecem apoio informativo e administrativo aos órgãos de gestão dos baldios. A decrescente capacidade do ICNF em garantir este apoio aos proprietários inseridos no PNPG é indissociável desta questão. De qualquer modo, a presença destas associações hoje instaladas na região, tem um papel importante na criação de postos de trabalho e no fornecimento de um serviço de proximidade aos compartes, que contribui para a melhoria do funcionamento do sistema de subsídios^x.

No que diz respeito à inclusão do turismo nas actividades do baldio, verifica-se a integração dos agricultores/compartes nas estratégias de gestão da paisagem propostas pela UE, que têm implícita a ideia de espaço de consumo. Contudo, no que diz respeito

às iniciativas locais, a ideia de uma paisagem rentável não foi ainda apropriada pela generalidade dos compartes. Associada a esta questão poderá estar também a alteração relativamente recente da função do baldio na comunidade, de provedor da economia de cada morador para gerador de receitas em benefício do grupo. Como se viu, as iniciativas dos membros da comunidade para tirar partido do turismo são priorizadas, em detrimento da ideia de provento a reverter para o baldio como instituição, mantendo-se o monte como provedor das economias individuais dos moradores. Não obstante, constatou-se a existência de iniciativas dos compartes que buscam já a colaboração com os restantes actores para tirar partido da conjuntura criada, em benefício do baldio (ex. receita da Porta do Parque a reverter também para o baldio).

Nas comunidades do PNPG o tempo é de transição e, não assumindo os compartes um papel activo no controlo e gestão dos novos usos dos baldios, o número de empresas de animação turística que acedem aos baldios vai crescendo e o usufruto dos recursos vai sendo privatizado em benefício sobretudo de actores externos. Neste processo há dois intervenientes que beneficiam directamente: i) a empresa que desenvolve a sua actividade; e ii) o ICNF que concretiza, por delegação de funções, uma das medidas que se propôs cumprir no Parque, a de “manter um plano de visitação que cumpra fins culturais, educativos e recreativos”, e que recebe a taxa de licença requerida à empresa. Contudo não se verifica a participação activa do ICNF ou das empresas na manutenção do baldio, que recai maioritariamente sobre os compartes.

O Parque/ICNF é visto pelos intervenientes externos como a autoridade máxima sobre o território, e a sua conivência, e das autarquias, no perdurar dessa situação, parece estar a contribuir para a permanência do controlo dos baldios por parte do Estado. Situações como a manutenção da tutela das casas florestais ou a demarcação de *portas* de acesso ao Parque em pleno baldio pelo ICNF, parecem ser indissociáveis desse *status quo* instituído e integrado pela generalidade da sociedade civil, que assume o território do Parque como propriedade pública. Paralelamente, a incapacidade ou falta de vontade ou de autorreconhecimento de legitimidade, das populações em se organizarem para controlar o acesso livre das actividades turísticas e de lazer em seu benefício, vem reforçar aquela situação. A evolução da situação de livre acesso ao baldio, para além de pôr em risco a manutenção dos recursos usados, ao não definir regras de uso (Ciriacy-Wantrup, 1975; Ostrom, 1990; Bromley, 1992), tenderá a comprometer a própria propriedade comunitária (Vaccaro, 2008; Baptista, 2010).

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A submissão do sector agrícola à PAC sujeitou a paisagem rural às orientações da política europeia. Embora hoje se verifique o envolvimento das populações locais na manutenção da paisagem numa lógica de gestão activa, através de esquemas de subsídios, essa gestão atende à ideia de paisagem defendida pela PAC, pelo Parque Nacional, e procurada pelos visitantes.

As comunidades do PNPG constituem hoje uma população escassa e envelhecida que assiste a alterações profundas num sistema de que foi parte integrante mas do qual vem sendo apartada. Ampliar a capacidade de negociação e poder reivindicativo dos compartes num ambiente institucional complexo como é o PNPG, parece ser fundamental para a defesa da propriedade comunitária. Relativamente a estas questões verificam-se hoje duas tendências que poderão vir a ter um papel chave: i) verifica-se ainda, em muitos baldios do PNPG, a existência de uma ligação forte dos compartes ao monte e laços sociais importantes nas comunidades, que se confirma nas inúmeras associações que se vêm criando nas várias aldeias do PNPG e na participação dos jovens nos órgãos de gestão em alguns baldios; e ii) o movimento associativo dos baldios apresenta hoje uma dinâmica que se tem evidenciado nas lutas mais recentes, como a contestação à nova Lei dos Baldios e ao recente corte nas áreas elegíveis para pastagem. O movimento tem servido de plataforma para a discussão e reclamação dos direitos dos compartes, e pode ser um apoio instrumental na afirmação dos compartes do PNPG.

AGRADECIMENTOS

A autora agradece a Joana Sousa, Iva Pires, Patrícia Colucas e Vítor Luz o trabalho de revisão que ajudou a melhorar este manuscrito.

FINANCIAMENTO

Este trabalho foi apoiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia com a Bolsa de Doutoramento SFRH/BD/61381/2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADERE, Peneda-Gerês. N.p., n.d. Web. Gestão e Dinamização da Visitação no PNPG. Retrieved from: <http://www.adere-pg.pt/projectos-e-actividade-desenvolvidos-gestao-e-dinamizacao-da-visitacao-no-pnpg>
- Agrawal, A. (2001). Common property institutions and sustainable governance of resources. *World development*, 29(10), 1649-1672.
- Baptista, F. O. (2010). *O Espaço Rural – Declínio da Agricultura* [The Rural Space – Decline of agriculture]. Lisboa: Celta Editora.
- Behar, R. (1984). The Web of Use-Rights: Forms and Conceptions of Communal Property among Leonese Laborers. *Anthropological Quarterly*, 57(2), 71-82.
- Berkes, F., Feeny, D., McCay, B. J., & Acheson, J. M. (1989). The benefits of the commons. *Nature*, 340(6229), 91-93.
- Bravo, G., & De Moor, T. (2008). The commons in Europe: from past to future. *International Journal of the Commons*, 2(2), 155-161.
- Bromley, D. W. (1992). *Making the Commons Work: Theory, Practice and Policy*. San Francisco, California: Institute for Contemporary Studies.
- Brouwer, R. (1995). Common goods and private profits: Traditional and modern communal land management in Portugal. *Human Organization*, 54(3), 283-294.
- Ciriacy-Wantrup, S.V., & Bishop, R.C. (1975). "Common property" as a concept in natural resources policy. *Natural Resources Journal*, 15, 713-727.

- Decreto-Lei: nº 187/71 de 8 de Maio do Ministério da Economia. Diário do Governo: I série, No 108 (1971). Retrieved from: <https://dre.tretas.org/dre/16641/decreto-187-71-de-8-de-maio>
- Decreto-Lei nº 39/1976 de 19 de Janeiro do Ministério da Agricultura e Pescas. Diário do Governo: I série, No 15 (1976). Retrieved from: <https://www.dre.tretas.org/dre/101679/decreto-lei-39-76-de-19-de-janeiro>
- Decreto-Lei nº 68/1993 de 4 de Setembro da Assembleia da República. Diário da República: Série I-A, No 208 (1993). Retrieved from: <https://dre.tretas.org/dre/53178/lei-68-93-de-4-de-setembro>
- Despacho n.º 16143/2013 de 12 de Dezembro de 2013 do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas-Ministério da Agricultura e do Mar. Diário da República: Série II, No 241 (2013). Retrieved from: <https://dre.tretas.org/dre/313557/despacho-16143-2013-de-12-de-dezembro#text>
- Frazão, D. (2013). *O Regime Jurídico dos Baldios e a sua importância no desenvolvimento de regiões desfavorecidas* [The legal regime of the *baldios* and its importance in the development of disadvantaged regions]. (Master dissertation) Lisbon: ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa. Retrieved from: <https://repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/6981/1/2013%20ECSH%20DEP%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Diogo%20Filipe%20Pinheiro%20Fraz%C3%A3o.pdf>
- Feeny, D., Berkes, F., McCay, B. J., & Acheson, J. M. (1990). The tragedy of the commons: twenty-two years later. *Human ecology*, 18(1), 1-19.
- Ferreira, M. I. P., & Mello, D. S. (2016). Des-re-territorialização e áreas protegidas na Amazônia: reflexões a partir do caso da Estação Ecológica da Terra do Meio-Pa-Brasil [De-re-territorialization and protected areas in the Amazon: reflexions departing from the case of the Ecologic Station of Terra do Meio-Pa-Brasil]. *GeoGraphos: Revista Digital para Estudiantes de Geografia y Ciencias Sociales*, 7(87), 1-13
- Gomes, S. (2014). *Análise de ciclos de vida: o caso da 2ª habitação no PNPG*. [Life cycles analysis: the case of second housing in the PNPG]. (Master dissertation). Braga, Guimarães: Universidade do Minho, Escola de Engenharia. Retrieved from: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/36415/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Sara%20Gomes_2014.pdf
- Hardin, G. (1998). Extensions of “the tragedy of the commons”. *Science*, 280(5364), 682-683.
- Hardin, G. (1968). The Tragedy of the Commons. *Science*, 162(3859), 1243-1248.
- Haesbaert, R. (2007). *Território e Multiterritorialidade: um debate* [Territory and Multiterritoriality: a debate] *GEOgraphia*, 17(IX), 19-45.
- Haesbaert, R. (2014). Contenção Territorial: “Campos” e Novos Muros [Territorial Contention: “Fields” and New Walls]. *Boletín de Estudios Geográficos*, 102, 24-45.
- Heidrich, A. L. (2009). *Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza* [Territorial conflicts in the strategy for nature preservation] In M. A. Saquet & E. S. Sposito (Eds.), *Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos* [Territories and Territorialities: Territories, Processes and Conflicts] (pp. 271-290). 1.ª edição. São Paulo: Editora Expressão Popular.
- Henriques, M. (1983). *Os baldios: origem e evolução*. [The *baldios*: origins and evolution] (PhD thesis). Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia.
- ICNB (2010). *Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês. Relatório Síntese da 3ª Fase: Proposta* [Development plan of the Peneda-Gerês National Park. 3rd phase Synthesis Report: Proposal]. ICNB, I.P., Lisboa
- ICNB (2008). *Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês. Relatório Síntese da 2ª Fase: Diagnóstico*. [Development Plan of the Peneda-Gerês National Park. 2nd phase Synthesis Report: Diagnosis]. ICNB, I.P., Lisboa
- ICNF N.p., n.d. Web. Áreas Protegidas / Parque Nacional da Peneda-Gerês. Retrieved from: <http://www.icnf.pt/portal/ap/pnpg>. ICNF, I.P., Lisboa
- Iriarte-Goñi, I. (2002). Common lands in Spain (1800-1995): persistence, change and adaptation. *Rural History*, 13(1), 19-37.
- Lei nº 72/2014 de 2 de Setembro da Assembleia da República. Diário da República: Série I, No 168 (2014). Retrieved from: <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleDiplomaAprovado.aspx?BID=18262>
- McCay, B. & Jentoft, S. (1998). Market or Community Failure? Critical perspectives on common property research. *Human Organization*, 57(1), 21-29.
- Meinzen-Dick, R. S., & Knox, A. (1999). Collective action, property rights, and devolution of natural

- resource management: a conceptual framework. Workshop on Collective Action, Property Rights, and Devolution of Natural Resource. Puerto Azul: Philippines.
- Meinzen-Dick, R. S., & Di Gregorio, M. (2004). Collective Action and Property Rights for Sustainable Development – Overview. In R. S., Meinzen-Dick, & M. Di Gregorio (Eds.), *Collective Action and Property Rights for Sustainable Development* (Brief 1 of 16). Washington, USA: International Food Policy Research Institute.
- Olson, M. (1965). *The Logic of Collective action – Public Goods and the Theory of Groups*. Massachusetts, USA: Harvard University Press.
- Ostrom, E. (1990). *Governing the commons*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Parlamento Europeu. N.p., n.d. Web. Segundo pilar da PAC: a política de desenvolvimento rural. Retrieved from: http://www.europarl.europa.eu/about-parliament/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_5.2.6.html
- Pemán, M. L., & De Moor, T. (2013). A tale of two commons. Some preliminary hypotheses on the long-term development of the commons in Western and Eastern Europe, 11th-19th centuries. *International Journal of the Commons*, 7(1), 7-33.
- Portaria n.º 596-B/2008 de 8 de Julho do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Diário da República: 1º Suplemento, Série I, No 130 (2008). Retrieved from: <https://dre.tretas.org/dre/236039/portaria-596-2008-de-8-de-julho>
- Portaria n.º 56/2015 de 27 de fevereiro do Ministério da Agricultura e do Mar. Diário da República: série I, No 41 (2015). Retrieved from: https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Legislacao/RegEsp2020/Portaria56_2015.pdf
- Portaria n.º 57/2015 de 27 de fevereiro do Ministério da Agricultura e do Mar. Diário da República: série I, No 41 (2015). Acedido a 15 de Junho de 2016. Disponível em <http://www.confagri.pt/Legislacao/Pages/Portaria552015de27deFevereiro.aspx>
- Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 – PRODER. (Revisão 09 – janeiro de 2012) [Rural Development Program 2007-2013 – PRODER] do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território. Retrieved from: <http://www.proder.pt/conteudo/1c51.html?menuid=329&eid=263>
- Programa de Desenvolvimento Rural 2013-2020 – PDR. Decisão C (2014) 9896 de 12 de dezembro de 2014 [Rural Development Program 2013-2020 – PDR] do Ministério da Agricultura e do Mar. Retrieved from: <http://www.pdr-2020.pt/site/O-PDR2020> (versão actualizada após reprogramação – 2016). Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral – Ministério da Agricultura e do Mar, Lisboa
- Radich, M. C., & Baptista, A. O. (2005). Floresta e Sociedade: um percurso (1875-2005). [Forest and Society: a path (1875-2005)]. *Silva Lusitana*, 13(2), 143-157.
- Regulamento (UE) n.º 1307/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro de 2013 do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia. Jornal Oficial da União Europeia: L 347/608. Retrieved from: https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/docs/Legislacao/Regulamento_1307-2013_PARLAMENTO_EUROPEU_E_DO_CONSELHO.pdf
- Sack, R. D. (1983). Human Territoriality: a Theory. *Annals of the Association of American Geographers*, 73(1), 55-74.
- Simões, S. & Cristóvão, A. (2012). Baldios no norte de Portugal: o papel da propriedade comunitária no desenvolvimento local. [Baldios in the north of Portugal: the role of common property in local development]. Porto: *VII Congresso Português de Sociologia*.
- Singleton, S., & Taylor, M. (1992). Common property, collective action and community. *Journal of Theoretical Politics*, 4(3), 309-324.
- Vaccaro, I. (2008). Los Pirineos como proyecto de Estado: de municipios, comunales, ingenieros forestales, sociedades de propietarios y parques naturales [Pirineus as a State Project: of the municipalities, commons, forest engineers, proprietors' societies and natural parks]. *Historia Agraria*, 46, 17-45.
- Vallejo, L. R. (2002). Unidades de conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas [Conservation units: a theoretical discussion in the light of territory and public policies]. *GEOgraphia*, 4(8), 1-22.

ⁱ A vezeira é a prática de pastoreio em comum em que os proprietários dos animais levam o gado para a serra – baldio – e cuidam do gado à vez, passando a responsabilidade por todos os membros. A vezeira ainda é hoje praticada em algumas aldeias como Fafão no concelho de Montalegre, ou Vilar da Veiga e Ermida no concelho de Terras do Bouro, embora o número de animais e de pastores seja hoje bastante menor face aos tempos áureos da agricultura e pastorícia. Também a recolha de recursos do baldio (e.g. madeira, lenha, matos, uso do espaço para instalação de colmeias, etc.) se mantém hoje regrada segundo os usos e costumes locais.

ⁱⁱ As Portas do PNPG foram criadas com o objectivo de proporcionar a recepção, a informação, a retenção e a condução orientada dos visitantes no Parque. Foram concebidas para ser os centros privilegiados na informação e enquadramento dos visitantes, na oferta de actividades e programas de visita específicos e também na educação e sensibilização ambiental do público em geral. As Portas estão estrategicamente localizadas na periferia do Parque, nas suas principais entradas, e são estruturas importantes para o ordenamento e gestão do fluxo de visitantes (ADERE, 2016).

ⁱⁱⁱ A organização PAN PARKS pretende criar uma rede da vida selvagem na Europa onde estruturas de turismo se encontrem equilibradas com o desenvolvimento sustentável e a protecção ambiental. Para isso segue uma estratégia de auditorias e de verificação efectuando a certificação de parques que seguem padrões específicos. A sua acção é ainda combinada com o provimento de protecção política a nível local e da Europa

<http://www.panparks.org/2015/10/pan-parks-foundation-for-europes-wilderness/>

^{iv} Quando foram efectuadas as entrevistas (maio-outubro de 2015), as medidas descritas e discutidas com os entrevistados referiam-se às do PRODER 2007-2013, dado que as candidaturas ao PDR 2020 ainda não tinham sido aprovadas.

^v De acordo com a Portaria n.º 596-B/2008, de 8 de julho que regula a aplicação da acção n.º 2.4.1 a Estrutura Local de Apoio (ELA) é a estrutura de natureza técnica criada com o objectivo de promover a dinamização e aconselhamento técnico das populações alvo da respectiva ITI” (p. 4264-(4)). A ELA do PNPG é composta pelas seguintes entidades: Associação dos Baldios do PNPG; Associação dos Criadores de Bovinos da Raça Barrosã; Associação para a Cooperação entre Baldios; Cooperativa Agrícola de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca; Cooperativa Agrícola dos Produtores de Batata para Semente de Montalegre; Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte e Instituto de Conservação da Natureza e Florestas.

^{vi} Embora o IFAP seja referido como a instituição por detrás destes procedimentos, de acordo com o ICNF (comunicação oral, 2016) é o Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral que estabelece as medidas, o IFAP apenas fiscaliza.

^{vii} O impacto do coeficiente de redução em cada baldio dependeu da dimensão da área do baldio com predominância de matos e da área de floresta, rocha, água, zonas queimadas, etc.

^{viii} Segundo o ICNF (comunicação oral, 2016), embora a lei preveja a entrega de 40% das receitas da madeira ao Estado apenas nos povoamentos plantados pelo Estado nos baldios em cogestão, na prática verifica-se que se assume os 40% para todos os povoamentos florestais, independentemente da sua origem, existentes nos baldios em cogestão no território do Parque, uma vez que o ICNF assume encargos em todos eles (ex. sapadores).

^{ix} Curiosamente, em junho de 2016, o parque de campismo abriu sob a gestão da JF de Cabana Maior, do CD dos baldios de Cabana Maior e da ARDAL. Este poderá vir a ser um exemplo de parceria entre instituições com benefícios para a gestão colaborativa entre os vários actores do território do Parque.

^x Poderia questionar-se a lógica ou a validade de um sistema que se apoia em percursos burocráticos tortuosos que tornam imprescindível o recurso aos serviços prestados por estas associações. Contudo este trabalho foca-se apenas na forma como os órgãos de gestão dos baldios se organizam para gerir a realidade que lhes é apresentada e a forma como o sistema que se cria à volta destas interacções contribui (ou não) para o desenvolvimento local.

LA PERCEPTION DU RISQUE TSUNAMI À SINES, PORTUGAL: DE L'IMPORTANCE DU PAYSAGE DANS LA PERCEPTION SOCIALE DU RISQUE

ALAN LIOTARD¹

LYDIE GOELDNER-GIANELLA²

DELPHINE GRANCHER³

DANIEL BRUNSTEIN³

FRANCK LAVIGNE⁴

RÉSUMÉ – ASTARTE est un programme de recherche qui vise à améliorer la résilience des populations européennes aux tsunamis. Une enquête à l'échelle européenne a été conduite en 2014-2015 dans des secteurs littoraux exposés à ce risque. Cet article en présente quelques résultats, en s'interrogeant sur le rôle que la perception récurrente, voire quotidienne, d'un paysage de mer agitée – en l'occurrence l'Océan atlantique, sur la côte portugaise de Sines – peut jouer dans l'identification d'un paysage de tsunami et, dans les comportements spontanés adoptés par les usagers. Le rôle du paysage dans la perception sociale du risque a été évalué en interrogeant un échantillon d'individus – directement sur le littoral –, en les mettant en situation à l'aide de photographies de divers contextes littoraux (tsunamis, tempêtes et marée basse). Il a été demandé aux populations interrogées d'évaluer le niveau de risque qu'ils percevaient sur chaque photographie. Les principales conclusions révèlent que les tsunamis appréhendés à travers des photos pendant l'enquête ont été perçus comme des situations moins risquées que celles montrant des ondes de tempêtes. Ainsi, au Portugal il faudrait sensibiliser davantage les populations à l'importance des signes précur-

Recebido: janeiro, 2016. Aceite: abril, 2017.

¹ Scientific Research Assistant, Laboratory of Physical Geography – UMR 8591, Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, 92360 Meudon, France. E-mail: alan.liotard@gmail.com

² Professor in Environmental Geography, Laboratory of Physical Geography – UMR 8591, Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, 92360 Meudon, France. E-mail: lydie.goeldner-gianella@univ-paris1.fr

³ Research Engineer, CNRS, Laboratory of Physical Geography – UMR 8591, Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, 92360 Meudon, France. E-mail: delphine.grancher@lgp.cnrs.fr; daniel.brunstein@lgp.cnrs.fr

⁴ Professor in Physical Geography, Laboratory of Physical Geography – UMR 8591, Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, 92360 Meudon, France. E-mail: franck.lavigne@univ-paris1.fr

seurs et non à la simple hauteur des vagues. L'objectif de cet article est de démontrer pourquoi il est important de prendre en compte le facteur paysager dans les campagnes de sensibilisation au risque.

Mots clés: Tsunami; risque; paysage; perception; Portugal.

RESUMO – A PERCEÇÃO DE RISCO DE TSUNAMIS EM SINES, PORTUGAL: A IMPORTÂNCIA DA PAISAGEM NA PERCEÇÃO DE RISCO SOCIAL. ASTARTE é um projeto de investigação que tem como objetivo melhorar a resiliência da população Europeia em relação aos tsunamis. Durante 2014-2015, foi realizado a nível Europeu um inquérito em diversos locais costeiros sob risco de tsunamis. Este artigo apresenta alguns resultados, questionando qual o papel que a perceção regular, ou diária, de uma paisagem de mar agitado – Oceano Atlântico, na zona litoral portuguesa de Sines – pode ter na identificação de uma “paisagem de tsunami” bem como no comportamento espontâneo que os indivíduos poderão adotar neste tipo de perigo. O papel da paisagem na perceção social do risco foi avaliado através da realização de inquéritos a um grupo de indivíduos – diretamente na zona litoral – apresentando-lhes imagens de vários cenários marítimos (tsunamis, tempestades e baixa-mar). Foi requerido a cada inquirido que avaliasse o nível do risco que percecionava em cada imagem. A conclusão principal foi que as imagens que apresentavam ondas de tsunami foram interpretadas como uma situação menos perigosa que as ondas de tempestade. Assim em Portugal, a importância de sinais percussores deve ser mais considerada em campanhas de sensibilização ao invés da altura das ondas. Este artigo tem como objetivo mostrar como é importante ter em conta o fator «paisagem» nas campanhas de sensibilização.

Palavras-chave: Tsunami; risco; paisagem; perceção; Portugal.

ABSTRACT – RISK PERCEPTION OF TSUNAMIS AT SINES, PORTUGAL: THE IMPORTANCE OF LANDSCAPE IN SOCIAL RISK PERCEPTION. ASTARTE is a research program that aims to improve the resilience of European populations to tsunamis. A survey at the European scale was conducted during 2014-2015 on several coastal sites at risk of tsunamis. This article presents a few results by questioning the role that a regular, even daily, perception of a rough sea landscape – here the Atlantic Ocean, on the Portuguese coast of Sines – can play in the identification of a “tsunami landscape” and in the spontaneous behavior of people. The role of the landscape in the social perception of the risk was assessed by questioning a sample of individuals – directly on the littoral field – putting them into situation by showing multiple pictures of maritime scenes (tsunamis, storms and low tide). People inquired were asked to assess the level of risk they perceived on each picture. The main conclusion is that tsunamis’ waves apprehended through pictures during the survey were perceived as a less risky situation than those showing storm waves. Thus in Portugal, the importance of precursor signs should be better considered in awareness campaigns rather than the height of the waves. This article aims to show why it is important to take the « landscape » factor into consideration for awareness campaigns.

Keywords: Tsunami; risk; landscape; perception; Portugal.

I. INTRODUCTION

Si l'Asie semble plus régulièrement et fortement exposée au risque de tsunamiⁱ, il convient de ne pas sous-estimer ce risque sur le littoral européen, bien que les tsunamis y soient peu fréquents et de faible intensité (Dawson, Lockett, & Shi, 2004). Celui de Lisbonne, en 1755, en constitue un exemple connu (Santos & Koshimura, 2015; Mendes-Victor, Oliveira, Azevedo, & Ribeiro, 2008), mais on peut noter qu'un dixième des tsunamis répertoriés dans le monde depuis 1840 se sont produits en Méditerranée (Tinti, Maramai, & Graziani, 2001), en particulier sur ses côtes européennes. Pour remédier à la sous-estimation par la société du risque de tsunami en Europe, un programme de recherches associant huit pays et intitulé ASTARTE (*Assessment, STRategy And Risk reduction for Tsunamis in Europe*), tente depuis 2013 d'améliorer la connaissance et la gestion de ce risque grâce à l'association des géosciences et des sciences humaines. Le programme s'appuie sur plusieurs sites d'étude, tous exposés par le passé à des tsunamis causés par des séismes, des éruptions volcaniques ou des glissements de terrain. Ces sites sont des stations balnéaires aux Baléares (Espagne) et en Turquie, des villes touristiques de la Côte d'Azur (France), de Sicile (Italie) et de Crète (Grèce), des villes portuaires telles qu'Istanbul (Turquie), Tanger (Maroc) ou Sines (Portugal), et un village dans un fjord en Norvège (Goeldner-Gianella, Grancher, Robertsen, Anselme, & Brunstein, 2017). Partant de l'hypothèse d'une culture insuffisante de ce risque, et souhaitant la développer, les chercheurs en sciences sociales ont déployé en Europe une enquête auprès de 1 373 individus (fig. 1), afin d'étudier le degré de connaissance des populations littorales, de même que leur comportement d'évacuation spontanée en cas de perception d'un tsunami ou d'une alerte publique. Si l'enquête met en exergue des niveaux de sensibilité différents selon les pays, elle souligne aussi les particularismes du site portugais.

En effet, le séisme de 1755 et le tsunami associé sont toujours présents dans les mémoires portugaises (Santos & Koshimura, 2015), mais ce dernier risque reste sous-estimé du fait de sa faible probabilité d'occurrence (Rebelo, 2004). Pour améliorer la connaissance et la préparation face au risque, des efforts conséquents ont été réalisés par la Protection Civile portugaise et l'*Instituto Português do Mar e da Atmosfera* (IPMA), afin d'introduire un système national d'alerte dédié aux tsunamis. Ce dispositif a d'ailleurs déjà été formalisé à l'échelle municipale dans les communes de Cascais, Setubal et Lagos. Néanmoins, ce système d'alerte n'est pas encore tout à fait opérationnel ni connu des populations (Ribeiro, Silva, & Leitao, 2011). En guise d'exemple, la fausse alerte tsunami relayée par un garde côte en Algarve pendant l'été 1999ⁱⁱ – qui a été suivie d'un mouvement de panique sur les plages – a contribué à montrer la nécessité d'une meilleure préparation des populations face à ce risque. De plus, il est intéressant de noter que cette erreur est issue d'une mauvaise interprétation paysagère du risque. En effet, l'origine de l'alerte viendrait du fait qu'un garde côte aurait vu un mur d'eau géant vers le large l'amenant à penser à un tsunami, alors qu'il s'agissait en réalité d'une illusion d'optique liée à un mirage. C'est pourquoi une meilleure connaissance de l'aléa tsunami et de ses signes avant-coureurs et une représentation plus juste et nuancée du caractère paysager du risque pourraient contribuer à une meilleure identification de cet aléa, le risque étant bien réel sur les côtes portugaises.



Fig. 1 – Localisation des zones d'études du programme ASTARTE.

Fig. 1 – Localization of the study areas within the ASTARTE program.

1) Lyngen, Norway; 2) Sines, Portugal; 3) Tanger, Morocco; 4) Colonia Sant Jordi, Spain; 5) Nice, France; 6) Syracusa, Italy; 7) Heraklion, Greece; 8) Gulluk bay, Turkey; 9) Haydarpasa (Istanbul), Turkey; n= number of surveyed people on beaches and in their surroundings in 2014 & 2015.

Source: Goeldner-Gianella *et al.* (2015). Deliverable 9.7 (www.astarte-project.eu/index/deliverables.html)

Les organismes de la Protection Civile, chargés de prévenir les risques et d'alerter les populations, travaillent en étroite collaboration avec les organismes de sécurité civile (pompiers, police, etc.) et des laboratoires de recherche en charge de modéliser et prévoir les conséquences des catastrophes. D'ailleurs, les nombreuses modélisations et études sur le tsunami de 1755 ont permis de mieux comprendre ce phénomène, pour anticiper quels seraient les impacts d'un tel scénario en prenant compte les enjeux actuels (Mendes-Victor *et al.*, 2008). A Sines, les équipes de l'IPMA du projet ASTARTE (Wronna, Omira, & Baptista, 2015) ont modélisé les conséquences d'un tsunami comparable au scénario de 1755 : les scénarios modélisés montrent que les limites d'inondation n'atteignent jamais le centre-ville mais qu'elles ont un fort impact sur les plages et l'ensemble des ports de Sines. Ces zones sont donc très vulnérables au risque de tsunami et nécessitent des politiques de sensibilisation adaptées. Toutefois, le port en eaux profondes de Sines ne devrait pas recevoir de « vagues géantes », sachant que plus les littoraux sont profonds, moins le *run up* attendu des vagues est important.

L'intérêt du site de Sines pour l'étude du risque de tsunami réside dans le fait que des enjeux humains et économiques conséquents sont exposés à ce risque. Si le centre historique de la ville surplombant l'océan de 25 à 30 m était à l'abri du risque de tsunami – comme il l'a d'ailleurs été en 1755ⁱⁱⁱ (Falcão, 1987) –, ce ne serait pas le cas de la zone industrialo-portuaire et des plages touristiques situées en contrebas (fig. 2). En effet, la ville de Sines est connue pour son port industrialo-commercial, d'un trafic annuel d'environ 25 millions de tonnes : premier plus grand port du Portugal après Lisbonne, il abrite plusieurs terminaux dédiés à l'accueil des conteneurs, du gaz naturel, du charbon et du pétrole, et contribue fortement aux échanges et à l'économie du pays (fig. 3). Les conséquences d'un tsunami sur les infrastructures du port pourraient être importantes et générer des effets en cascade non négligeables. Enfin, la municipalité a beaucoup investi ces dernières années pour attirer toujours plus de monde sur ses plages. Le réaménagement de l'avenue Vasco de Gama (fig. 2) et l'organisation annuelle du *Festival Músicas do Mundo (FMM)* qui se déroule depuis 2013 sur la plage de Sines témoignent de cette stratégie. En effet, d'après les données disponibles sur le site du FMM, depuis l'été 2013 ce festival a attiré près de 940 000 spectateurs entre 1999 et 2015, soit près de 67 fois la population de Sines composée de 14 000 habitants (INE, 2011). Ce sont donc les enjeux liés aux activités touristiques et portuaires de Sines qui expliquent la vulnérabilité de cette commune.



© Alan Liotard

Fig. 2 – Vue générale sur le site de Sines depuis le Château : la photographie, par une vue plongeante vers l'Est, montre la plage et l'avenue Vasco de Gama (15/03/2014).
Figure en couleur disponible en ligne.

Fig. 2 – General view of Sines taken from the Castle: this picture, taken from a height looks toward the East, showing the beach and the Avenue Vasco da Gama (15/03/2014).
Colour figure available online.

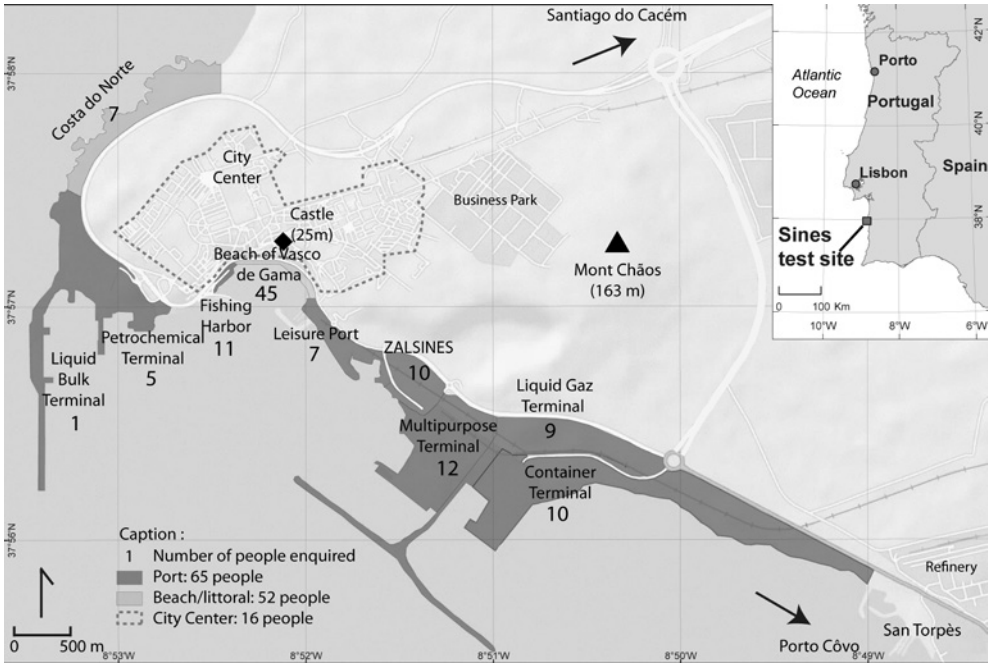


Fig. 3 – Site de Sines et lieux de l'enquête.

Fig. 3 – Site of Sines and zone of the survey.

Le fait que la ville de Sines soit le seul site du programme ASTARTE en contexte océanique nous a, de surcroît, permis d'étudier le rôle joué par le paysage dans l'appréhension d'un danger imminent. En effet, d'une manière générale les tsunamis sont appréhendés comme des événements spectaculaires associés au chaos ou à un cataclysme. Les nombreux filtres culturels véhiculés par l'art et le cinéma participent aussi à cette construction (Tibballs, 2005; Hamblyn, 2014). N'appelle-t-on pas « montagnes » (kai e'e) les tsunamis sur l'île de Hawaï, très exposée à ce risque ? Les plaquettes d'information existantes, bien que ludiques et abordant clairement l'essentiel pour se prémunir des tsunamis, représentent elles aussi l'aléa sous forme de vague géante (Santos, Fernandes, & Carvalho, 2015; Santos, Machado, & Fernandes, 2013). Néanmoins, les tsunamis ne se matérialisent pas toujours dans le paysage par une vague géante. D'ailleurs, la signification du terme japonais tsunami qui peut se traduire par « vague au port » montre toute l'ambiguïté qui existe autour de ce risque – comme l'a d'ailleurs mentionné la presse au lendemain du tsunami japonais pour décrire le tsunami matérialisé par un soudain « débordement de la mer » qui a déferlé sur l'est du Japon^{iv}. En effet, les pêcheurs au large ne perçoivent pas forcément l'occurrence du phénomène mais s'en rendent compte une fois de retour au port, par la constatation manifeste des dégâts. D'autre part, les signes précurseurs n'impliquent pas systématiquement un retrait des eaux. Enfin, un tsunami peut prendre la forme d'une rapide montée des eaux avec inondation du littoral, à l'instar d'une submersion marine (Lavigne & Paris, 2011; Heintz & Mahoney, 2008). Partant de ce constat, l'appréhension

du risque tsunami nous paraît moins aisée pour les populations littorales qui sont régulièrement exposées à un paysage maritime sujet aux « grosses vagues », si l'on considère que le paysage du quotidien peut influencer la perception du risque.

Le principal objectif de cette recherche est de s'interroger sur le rôle que la perception récurrente, voire quotidienne, d'un *paysage de mer agitée* – en l'occurrence l'Océan atlantique – peut jouer dans l'identification d'un « paysage de tsunami ». Une enquête focalisée sur la perception de paysages marins montrant des situations à risques contrastées a ainsi été mise en œuvre dans ce site. Sines est le site du programme ASTARTE le plus approprié pour vérifier cette hypothèse : bordant l'Océan Atlantique, la ville est régulièrement exposée à l'impétuosité des vagues lors des dépressions hivernales, notamment au niveau de Costa do Norte (fig. 4). En effet, les vagues issues de ces tempêtes peuvent impacter le littoral d'une façon similaire à celle d'un tsunami d'origine sismique (Santos, Mendes-Victor, & Corte-Real, 2014). De plus, au quotidien, le caractère changeant des marées pourrait également influencer la perception des signes précurseurs du risque de tsunami, de même que la présence d'une ligne blanche – régulièrement visible depuis la plage *Vasco da Gama* – résultant de l'éclatement des vagues sur les rochers émergents du cap de Sines.



Fig. 4 – Photographie de *Costa do Norte* (Sines), pendant la tempête « Hercules » le 06/01/014. Figure en couleur disponible en ligne.

Fig. 4 – Picture of Costa do Norte (Sines), during the storm "Hercules" on the 06/02/2014. Colour figure available online.

Source: ©Unknown authors (2014) *Sines – Costa do Norte 06 Janeiro 2014* from Facebook page^v

Après une présentation de la méthode d'enquête et de la méthode de l'analyse paysagère du risque utilisées à Sines, nous nous pencherons sur la perception du risque de tsunami dans ce site, de même que sur ses particularités au regard des résultats généraux de l'enquête ASTARTE. Ceci nous conduira à discuter du fait que résider à proximité d'un littoral agité influence la perception du risque de tsunami, et qu'il serait possible d'améliorer la connaissance du risque en y intégrant la variable paysagère, car elle peut aider à favoriser une approche plus pragmatique du risque.

Table I – Structuration et contenu du questionnaire du programme ASTARTE.

Table I – Structuring and content of the ASTARTE program questionnaire.

Parties de l'enquête ASTARTE	Questions	Questions supplémentaires concernant uniquement Sines
Relations de la personne avec le site d'étude	Q1. Depuis combien de temps êtes-vous ou vivez-vous à Sines ? Q2. A quelle fréquence vous rendez-vous à Sines ? Q3. Pourquoi êtes-vous à Sines actuellement ? Q4. Quelle est votre activité principale, ici à Sines ?	
Connaissance du risque de tsunami	Q5. Quels sont les risques qui peuvent potentiellement affecter la ville de Sines ? Q6. Le niveau de la mer s'est abaissé – ceci est surprenant parce que cela ne correspond pas forcément au mouvement habituel des marées – et vous voyez une onde blanche se dessiner au large : que faites-vous ? 1) Je me rapproche pour observer, 2) Je quitte la plage, 3) Je recherche un endroit surélevé. Q7. Vous ressentez un séisme et vous êtes sur le littoral : vous restez sur place car il n'y a pas de risque ou vous quittez la plage ? Q8. D'après vous, qu'est-ce qu'un tsunami ? Q9. ... et comment un tsunami est-il créé ? Q10. Où avez-vous entendu ou appris le terme tsunami ? Q11. D'après vous, le site de Sines a-t-il déjà été affecté par un tsunami ? Q12. Si oui, quand ? Q13. Est-ce que vous pensez que Sines pourrait être affecté par un tsunami, à l'avenir ? Q14. Si Sines était affecté par un tsunami, d'où pourrait-il provenir ? Q15. D'après vous, quelle taille maximale pourrait atteindre la vague d'un tsunami ici à Sines ? Q16. Qu'est-ce qui indique qu'un tsunami pourrait se produire rapidement, quels sont les signes précurseurs d'un tsunami ?	– Photo (Fig. 5a) : Lorsque vous voyez des vagues comme celles-ci, pensez-vous qu'il s'agisse d'une situation risquée, ou peu risquée ? – Photo (Fig. 5b) : même question que pour la photo 5a. – Photo (Fig. 5c) : même question que pour la photo 5a. – Photo (Fig. 5d) : même question que pour la photo 5a.
Comportement et évacuation	Q17. Par quel(s) moyen(s), évacueriez-vous ? Q18. Qu'est-ce qui pourrait vous empêcher d'évacuer ou ralentir votre évacuation ? Q19. Si vous étiez sur la plage, où iriez-vous ? Q20. Carte : Pouvez-vous identifier un site sûr sur cette carte ? Q21. Carte : Quel chemin emprunteriez-vous en cas d'alerte au tsunami ?	
Système d'alerte et information	Q22. D'après-vous existe-il un système d'alerte pour les tsunamis à Sines ? Les autres questions relatives au système d'alerte n'ont pas été abordées dans l'article.	
Profil de l'enquêté	Q23. Nationalité Q25. Pays de résidence Q26. Commune de résidence Q27. Année de naissance Q28. Genre Q29. Avez-vous votre propre voiture ? Q30. Avez-vous des personnes à charge ? Q31. Quel est votre niveau d'étude ? Q32. Quel est votre métier ? Q33. Lieu de l'enquête	

II. METHODOLOGIE

1. Une vaste enquête sur les tsunamis en Europe

Cet article présente l'enquête ASTARTE, réalisée auprès de populations exposées au risque de tsunami dans le site de Sines. S'inspirant de Bird et Dominey-Howes (2007), un questionnaire général, mais comprenant aussi des questions propres à chaque site, a été déployé auprès de 1 373 personnes en 2014-2015 dans huit pays européens (fig. 1), sur les plages et leurs abords. Le questionnaire, d'une durée de 15 à 30 minutes, se compose d'une cinquantaine de questions, majoritairement fermées. Elles portent sur la relation de la personne interrogée avec le site d'étude, sa connaissance du risque de tsunami, son comportement en cas de tsunami, ses connaissances et opinions sur l'alerte éventuellement donnée et son profil personnel (table I). Trois catégories de personnes ont été interrogées dans l'enquête : des personnes vivant, travaillant ou en vacances dans le site d'étude. L'enquête, dans le cas de Sines, a aussi comporté 4 questions supplémentaires relatives aux paysages de tempête et de tsunami (table I), pour nous permettre de tester les liens que nous avons présupposés entre la perception des paysages marins et celle du risque de tsunami. En effet, 86% des individus interrogés vivent dans une ville littorale océanique (Sines comprise), et connaissent donc bien *a priori* les paysages marins et les aléas liés à la mer. De ce fait, pour préciser la méthode d'enquête employée, il convient d'approfondir la notion de paysage et le rôle de l'analyse paysagère dans l'appréhension d'un risque.

2. Le rôle de l'analyse paysagère dans l'appréhension d'un risque

Le paysage est défini par la Convention européenne du paysage de Florence comme « une partie de territoire telle que perçue par les populations, dont le caractère résulte de l'action de facteurs naturels et/ou humains et de leur interrelations » (www.coe.int/fr/web/convention/full-list/-/conventions/treaty/176). Le paysage est donc une réalité visible, voire audible, mais qui s'avère également soumise à la perception des individus et donc à différentes interprétations. Dans le cas de Sines, nous nous intéressons au rôle de la perception sociale du paysage dans l'appréhension du risque. Le débat existant autour de l'estampe japonaise de *La Grande Vague* de Kanagawa d'Hokusai, tantôt appréhendée comme un tsunami, tantôt comme une vague scélérate (Cartwright & Nakamura, 2009), montre en l'occurrence que la représentation paysagère d'un danger peut être soumise à différentes interprétations. Dans *Les Cicatrices du Paysage*, P.-F. Mourier (2000) évoque des paysages potentiellement bouleversés par un désordre de type catastrophe naturelle. J. Cloarec (1989) parle directement, pour sa part, de « paysage catastrophe ». Il différencie le « paysage du chaos », associé au spectaculaire et à la transformation du paysage en temps réel, simultanément à l'aléa dont il découle, du « paysage événement », plus durable et associé aux conséquences d'une catastrophe sur les composantes paysagères. En prenant l'exemple d'une tempête, il démontre que la création d'un paysage-chaos, puis d'un paysage-événement, influencent l'opinion publique et donc la perception du risque de

tempête. Le paysage est donc vecteur d'une certaine information sur le risque. Dans le cas de notre étude le « paysage de tsunami » correspond à la première étape du « paysage catastrophe », celle qui montre une transformation du paysage associé à l'occurrence de l'aléa – avant création d'un « paysage du chaos ». Cette transformation peut prendre différentes formes telles que l'apparition d'une onde blanche vers le large ou une vague géante à l'horizon ou à l'inverse un rapide retrait de la mer.

Allant plus loin, d'autres chercheurs considèrent que l'étude de la relation entre paysage et risque pourrait permettre de rendre compte des spécificités paysagères attribuées à un risque, pour améliorer la connaissance et la prévention de ce risque (Tolle, 2005). L'Association Internationale pour l'Écologie du Paysage prônait, en l'occurrence, dès 2003 de passer par l'écologie du paysage ou la modélisation du paysage pour favoriser l'évaluation et la gestion du risque : c'est ce que font, par exemple, les chercheurs qui travaillent sur la transmission d'un parasite par les renards en lien avec la distribution des prairies permanentes dans un paysage ou, à l'inverse, sur la compréhension de l'évolution d'un paysage végétal à travers l'analyse des risques auxquels il est soumis – comme dans le cas des incendies dans les garrigues catalanes (Vanpeene-Bruhier, 2003).

Dans le cas de Sines, nous avons cherché à mesurer concrètement cette relation entre perception d'un paysage et perception d'un risque, en la proposant aux enquêtés. En effet, dès l'arrivée à Sines et avant la conduite de l'enquête, des échanges informels avec les populations locales sur leur perception de la mer et du littoral portugais, laissaient déjà transparaître que les individus interrogés étaient habitués aux « grosses vagues » (Liotard, 2014). En présentant des photographies d'ondes de tsunamis mais aussi de tempêtes, l'objectif principal était de vérifier si les aléas étaient clairement identifiés par les populations et distingués les uns des autres.

3. Utiliser des photographies de paysage pour appréhender le risque de tsunami

Pour ce faire, nous nous sommes inspirés de la méthode de la photo-élicitation (Le Lay, Piegay, & Cossin, 2005; Bigando, 2013), en l'appliquant à quatre photographies de milieux littoraux plus ou moins soumis à des aléas venus de la mer.

La première photographie montre une vague de 10 mètres ayant touché le littoral de Sendai au Japon en 2011 (fig. 5a) : l'utilisation d'une prise de vue plongeante, comme dans ce cas, paraît bien adaptée à une enquête conduite à Sines car il est possible d'avoir une vue comparable de la mer depuis la ville haute (fig. 2). La deuxième photo montre un tsunami (Heintz & Mahoney, 2008, p. 15) ayant touché les plages touristiques de Thaïlande en 2014 (fig. 5b). Si la présence de touristes pourrait laisser entendre, aux personnes interrogées, que la situation n'est pas risquée, la zone de sable humide devait toutefois susciter la crainte car elle montre que le niveau de la mer est récemment descendu. De plus, cette photographie matérialise très bien le tsunami prenant la forme d'un grand mascaret (ou *bore*), qui ne semble pas s'apparenter à une vague géante de tsunami. Or, ce profil de vague de tsunami se retrouve régulièrement au niveau des littoraux océaniques profonds (comme c'est le cas à Sines) avec des hauteurs de vagues paraissant moins

importantes. Les deux autres photos sont d'origine locale : la première est celle d'une onde de tempête dans le site à risque de Costa do Norte, photographiée peu avant la tempête Hercules de 2014 (fig. 5c); la seconde montre la plage de San Torpes, très fréquentée par les touristes et les résidents locaux pour des activités nautiques (fig. 5d). Il s'agit d'une plage photographiée à marée basse. L'utilisation de ces photographies locales nous a permis de montrer la réalité du terrain, sur le littoral de Sines.

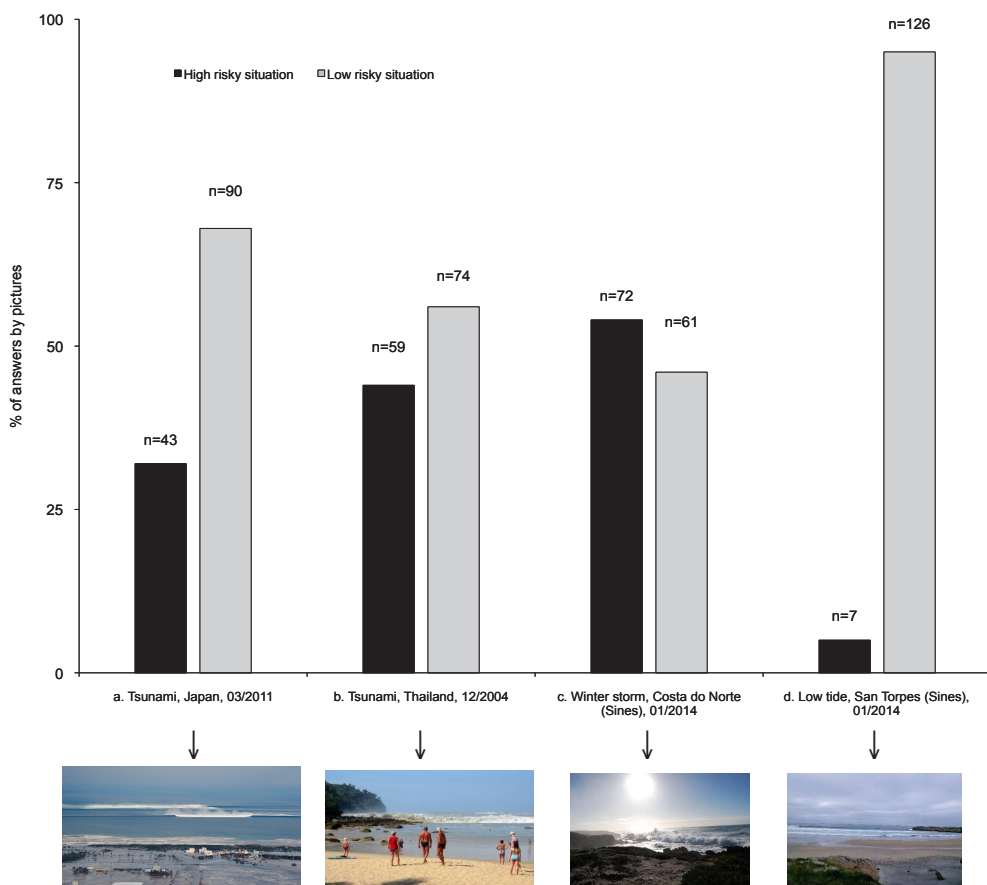


Fig. 5 a, b, c, d – Evaluation de la perception du risque de « submersion marine » sur la base de photographies (n = 133), enquête réalisée à Sines de mars à avril 2014.^{vi}
Figures en couleur disponible en ligne.

Fig. 5 a, b, c, d – Assessment of the perception of the risk of «marine submersion» on the basis of pictures (n = 133), survey conducted in Sines from March to April 2014.
Colour figures available online.

La question suivante était posée quatre fois aux individus interrogés, en même temps qu'étaient successivement montrées les quatre photos : *lorsque vous voyez des vagues comme celles-ci, pensez-vous qu'il s'agit d'une situation risquée, ou peu risquée ?*

Pour limiter les biais relatifs aux photographies, nous avons présenté l'ensemble de celles-ci dans un grand format (A4) et en noir et blanc (Collot, 1986), mais également au début de l'enquête, avant les questions portant sur le risque tsunami, sujet principal de l'enquête.

III. RESULTATS

1. Résultats généraux de l'enquête : la perception du risque de tsunami à Sines

Au Portugal, ce sont 133 personnes qui ont été interrogées, parmi lesquelles la grande majorité travaille à Sines sans y vivre (77%) et 10% et 13% respectivement y vivent ou y font du tourisme (Q3). L'échantillon se compose d'une population assez jeune, avec 82% des enquêtés de moins de 49 ans (Q27). Les hommes sont surreprésentés (Q28, 58%) et la majorité des individus est plutôt surdiplômée (Q31, 40% d'entre eux ayant un diplôme de l'enseignement supérieur) – mais les personnes faiblement diplômées sont également très nombreuses. La catégorie socioprofessionnelle la plus représentée (Q32) est celle des employés (30%), suivie de très près par celles des sans emploi (étudiants, chômeurs, à 23%) et des cadres et professions intellectuelles supérieures (17%). La majorité des répondants se trouvait dans le port (49%) lors de l'enquête, les autres ont été interrogés sur la plage (39%) et au centre-ville (12%) (fig. 3, Q33). La plupart des individus interrogés connaissent très bien la ville de Sines (Q2) : ils y viennent chaque jour (pour 60% d'entre eux) ou depuis plus de 10 ans (38%). Enfin, 86% des individus interrogés vivent dans une ville littorale océanique (Sines comprise) (Q26), et connaissent donc bien a priori les paysages marins et les aléas liés à la mer.

En début d'enquête – et là encore avant d'évoquer explicitement les tsunamis –, il était demandé aux personnes interrogées de citer les risques pouvant potentiellement affecter la zone d'enquête (Q5). Le risque tsunami n'a été spontanément cité qu'en 5^e position au Portugal, derrière d'autres risques d'origine naturelle ou anthropique. Pour autant, le risque de tsunami est relativement bien connu à Sines : près de 8 individus sur 10 définissent le mot comme une « vague », « grande » ou « destructrice » (Q8), et 9 sur 10 attribuent ce phénomène à un tremblement de terre (Q9). Les signes précurseurs d'un tsunami sont également clairement mentionnés (Q16) : le retrait de la mer, un séisme ou une grande vague à l'horizon. La connaissance de ces signes est très importante car elle met les individus en alerte et peut déclencher un processus spontané d'évacuation – au contraire de ce qui s'est passé en 2004 en Thaïlande et en Indonésie, du fait d'une mauvaise connaissance de ces signes. Si la connaissance de l'aléa tsunami paraît donc globalement bonne, ce n'est pas le cas de celle du système d'alerte (Q22) : les deux tiers des enquêtés ne savent pas si un système d'alerte existe à Sines. Seul un quart considère qu'il n'existe pas – ce qui est la bonne réponse.

Plus de la moitié des enquêtés ont appris la signification du terme tsunami (ou *maremoto* en portugais) à l'école (Q10). En 1755, le Portugal a fait face à un important tremblement de terre suivi d'un tsunami (Santos & Koshimura, 2015). Cette double catastrophe fait partie intégrante de l'histoire nationale et est évoquée à l'école. L'enquête montre que cet événement n'a pas été complètement oublié à Sines, bien que la mémoire du risque tende généralement à s'estomper avec le temps. En effet, 71% des enquêtés pensent qu'un tsunami pourrait de nouveau affecter le secteur de Sines (Q13), mais seuls 15% font spécifiquement référence au tsunami de 1755, survenu il y a deux siècles et demi, lorsqu'on leur demande à quelle date un tsunami s'est déjà produit à Sines (Q11, Q12).

La population interrogée a également été sensibilisée à ce risque par le biais des médias, en particulier lors des tsunamis de 2004 et 2011 (Q10). L'utilisation de supports visuels marquants, propre aux médias, a ainsi pu contribuer à diffuser une vision exacerbée du risque, comme on le constate sur un dessin d'enfant réalisé à l'occasion de l'enquête^{vii} (fig. 6) : le tsunami y est représenté de façon « spectaculaire », reprenant peu ou prou la vision dramatique de l'événement telle qu'elle est véhiculée par les médias. La hauteur disproportionnée de la vague, en comparaison de celle des maisons traditionnelles d'un étage de l'Alentejo, et la représentation des nuages noirs et des éclairs viennent corroborer cette idée. Cette exagération du risque ressort aussi de l'enquête : 46% des personnes interrogées s'attendraient à une vague supérieure à 10 mètres (Q15), soit une vague beaucoup plus haute que ce que laissent attendre les modélisations effectuées par l'IPMA (Wronna *et al.*, 2015).



Fig. 6 – Dessin de tsunami réalisé par une adolescente de 12 ans habitant Sines, avril 2014.

Figure en couleur disponible en ligne.

Fig. 6 – Drawing of a tsunami by a 12-year-old from Sines, April 2014.

Colour figure available online.

Cette connaissance ou exagération du phénomène sont sans doute à l'origine d'un comportement majoritairement prudent des personnes interrogées : près de 9 personnes sur 10 évacueraient la plage après avoir ressenti un séisme (Q7). Il faut dire qu'à Sines, la relative faible hauteur des constructions du centre-ville et la présence de nombreux espaces ouverts contribuent à ce que la plage ne soit pas considérée comme l'unique lieu de refuge post-séisme – alors qu'elle est souvent perçue ainsi – à tort – dans des villes plus importantes, comme Nice (France). Sur les 133 personnes interrogées, 39% ont précisé qu'elles trouveraient refuge dans le centre de Sines – dont un peu moins de la moitié dans le Château – et 30% iraient jusqu'au Monte Chãos, point culminant à l'est du centre-ville (Q19, Q20, Q21, fig. 3).

2. Les particularités des résultats du site portugais dans l'enquête ASTARTE

Certaines spécificités du cas portugais sont particulièrement mises en exergue si on les compare aux résultats obtenus dans d'autres sites d'enquête du programme ASTARTE, en particulier en Méditerranée (Lavigne, 2014; Goeldner-Gianella *et al.*, 2015). Ainsi le classement du risque de tsunami en 5^e position des risques spontanément cités à Sines (Q5) ne paraît pas si alarmant au regard du classement obtenu dans les autres pays du programme, où, rappelons-le, le risque tsunami est systématiquement avéré. Ce risque a été spontanément cité en 4^e position en France, mais seulement en 7^e, 9^e et 11^e positions respectivement en Turquie, Espagne et Italie.

Un autre résultat à retenir dans le cas portugais concerne le rôle important de l'école. En l'occurrence, 51% des personnes interrogées à Sines mentionnent l'école comme source de connaissance sur le risque de tsunami (Q10), alors que ce taux ne s'élève qu'à une fourchette comprise entre 15 et 23% dans les autres pays d'Europe du Sud du programme. En contrepartie, le rôle de la télévision est quelque peu amoindri au Portugal, au regard de son importance ailleurs.

Mentionnons, enfin, la bonne connaissance des signes précurseurs d'un tsunami, à Sines (Q16). Certes, en Europe du Sud, les réponses montrent en général un certain niveau de connaissance de ces signes : sur les cinq premières réponses mentionnées, 32% des personnes interrogées citent un séisme, 28,6% un retrait de la mer et 17,1% un comportement animal inhabituel (table I). Toutefois, à comparer les réponses, on constate que celles qui ont été obtenues à Sines tranchent quelque peu (table II). En effet, personne à Sines n'a mentionné qu'il ne savait pas répondre à cette question – ce qui corrobore l'idée d'une bonne connaissance du risque de tsunami dans ce secteur. Par ailleurs, le retrait de la mer est, de loin, le premier des signes mentionnés. Pour autant un autre signe lié à la mer, comme la présence d'une grande vague à l'horizon, est lui très en retrait : les enquêtés de Sines sont ceux qui mentionnent le moins ce signe spécifique, en Europe du Sud.

Table II – Réponses à la question : *Qu'est ce qui indique qu'un tsunami pourrait se produire rapidement (les signes précurseurs) ?*, parmi les cinq premières réponses mentionnées (Enquête ASTARTE, Q16, 2014-15, en %).

Table II – *Answers to the question: What indicates that a tsunami could happen quickly (early signs)?, among the first five responses mentioned (ASTARTE survey, Q16, 2014-15, in %).*

	Total	Portugal	Turquie	France	Italie	Espagne
Séisme	32,0	34,2	37,3	32,5	27,6	16,6
Retrait de la mer	28,6	44,5	23,2	23,9	33,7	41,2
Comportement animal	17,1	9,6	20,0	17,8	14,8	13,3
Grande vague	15,4	11,6	14,4	14,6	19,8	18,0
Ne sait pas	6,9	0,0	5,1	11,2	4,1	10,9

3. Une insuffisante reconnaissance des « paysages de tsunamis » dans un contexte maritime agité

L'étude des relations entre la perception des paysages marins et la perception du risque de tsunami permettra d'éclairer ce dernier point. L'analyse du commentaire des photographies montre, en effet, que les individus ont généralement sous-estimé le risque lorsqu'il était associé à un paysage de tsunami, alors qu'ils l'ont surestimé pour des paysages de tempête, localement plus fréquents et davantage « vécus ». Ainsi, la photographie représentant une onde de tempête à Costa do Norte (fig. 5c) a suscité une perception du risque plus marquée que celles des tsunamis de 2004 et 2011 (fig. 5a et 5b). Par ailleurs, alors que de nombreux individus ont cité le retrait de la mer comme signe précurseur potentiel (table II), la photographie de la plage à marée basse (fig. 5d) a été très largement perçue comme peu risquée, en partie du fait du caractère habituel des marées basses sur ce littoral.

Le croisement des réponses obtenues pour chaque photographie avec d'autres données du questionnaire a permis de corroborer ces hypothèses, en identifiant plusieurs relations significatives, validées par le test du khi2. Parmi les personnes qui ont jugé la photographie du tsunami japonais (fig. 5a) comme peu risquée, on constate que 63% d'entre elles vivent à Sines depuis plus de 10 ans et que 64% travaillent à Sines. Celles qui jugent la photographie du tsunami thaïlandais (fig. 5b) comme peu risquée vivent aussi davantage sur le littoral que dans l'arrière-pays. En parallèle, 95% des personnes qui vivent sur le littoral assimilent la photographie de marée basse (fig. 5d) à une situation peu risquée alors que 77% des personnes qui vivent à Sines jugent risquée la situation présentant la tempête Hercules (fig. 5c). Ainsi, nous pouvons considérer que le rapport régulier au paysage océanique – qu'on peut même qualifier de paysage quotidien – a rendu l'exposition aux « grosses vagues » tellement habituelle qu'une image de tsunami (sous la forme d'une grosse vague) est moins perçue, ici, par la population de travailleurs ou de résidents comme une situation risquée.

Il reste à discuter de cette spécificité locale et à émettre quelques préconisations en matière d'information sur le risque, adaptées au cas portugais.

IV. DISCUSSION/CONCLUSION

1. Une lecture difficile du paysage de tsunami, se vérifiant sur le littoral de Sines

A l'image de la figure 6, la synthèse des entretiens que nous avons menés à Sines, en plus du questionnaire, auprès d'habitants et de travailleurs du Port montre que les tsunamis sont appréhendés comme des évènements spectaculaires et qu'ils sont de fait souvent attendus comme étant plus conséquents que les submersions liées aux tempêtes hivernales. Habiter à proximité du littoral atlantique et percevoir régulièrement un paysage de mer agitée, voire un paysage de tempête matérialisé par de grosses vagues, rendrait l'appréhension du risque tsunami plus difficile pour les Portugais. A Sines, en particulier, l'agitation des flots vers le large pourrait être d'autant plus difficile à interpréter que, par beau temps, il est possible d'observer une ligne blanche à l'horizon pouvant faire penser à l'arrivée d'un tsunami. Enfin, si la Commission Intergouvernementale Océanique de l'UNESCO (2013) tolère l'utilisation du concept de « météo-tsunami » pour décrire de fortes vagues associées à certaines tempêtes comme Hercules en janvier 2014, il semble que cette tolérance sémantique ajoute de la confusion à la compréhension de cet aléa par la société portugaise. De plus, les effets des submersions marines risquent d'être accentués dans le futur en considérant les impacts du changement climatique et de la montée du niveau marin. Par conséquent, les tempêtes hivernales pourraient avoir des effets de plus en plus redoutables et connus des populations, en particulier sur la façade atlantique de l'Europe. En considérant cette tendance déjà d'actualité et les similitudes en termes d'impacts entre tsunamis et ondes de tempêtes (Santos *et al.*, 2014), il est fort possible que dans le futur la confusion entre ces aléas soit encore plus importante. C'est pourquoi il conviendrait de bien informer les populations sur les spécificités propres à chacun des aléas maritimes. En effet, si les grosses vagues associées à des tsunamis évoquent moins le danger que celles des ondes de tempêtes, on peut parler d'un biais majeur dans la perception du risque tsunami en contexte océanique. Par extension, il pourrait s'agir d'une limitation applicable à l'ensemble des populations européennes qui nécessiterait d'être davantage et plus largement étudiée, surtout dans le contexte de la montée du niveau des océans.

L'appréhension paysagère du risque de tsunami nous semble donc sous-estimée sur les littoraux océaniques agités, en particulier par les résidents permanents. En outre, il est fort probable que les personnes de passage tels les touristes aient une méconnaissance de l'environnement maritime océanique et des phénomènes physiques qui le régissent (heures des marées, processus de formation des « grosses vagues », etc.) et qu'ils ne soient pas en mesure d'identifier dans quelles circonstances le retrait des eaux serait un signe précurseur. C'est notamment ce qui s'est produit lors du tsunami de 2004 en Thaïlande, lorsque certains touristes ont tardé à évacuer malgré le retrait de la mer et l'observation d'une onde blanche au large (Lavigne & Paris, 2011).

2. Préconisations pour améliorer la prévention du risque tsunami en Europe ?

2.1. Porter plus d'attention au paysage quotidien de mer agitée

Pour améliorer la prévention du risque de tsunami à Sines, et plus généralement en Europe, une première préconisation serait de déconstruire l'image d'un tsunami systématiquement spectaculaire, car celle-ci conduit les populations à ne plus porter suffisamment attention à des vagues moins hautes, qui demeurent pourtant dangereuses, du fait de leur forte énergie, et peuvent être à l'origine de submersions spatialement étendues et de pertes humaines. La constitution d'une plaquette ludique et dédiée aux « submersions marines », qui proposerait différentes mises en scène basées sur le paysage local en cas de tsunami, pourrait palier ces difficultés, de même que l'utilisation de photographies non spectaculaires. Envisager des dessins de paysages de tsunami plus conformes aux réalités locales, séparant donc les cas des mers fermées calmes de ceux des océans quotidiennement agités, nous paraît aussi à prôner.

2.2. Communiquer autrement sur les tsunamis

Une préconisation majeure pour faire face au risque tsunami en Europe serait d'adopter une approche globale dans les campagnes de sensibilisation au risque et dans l'identification des sites sûrs. Malgré une origine physique bien distincte, les submersions de tempêtes et les tsunamis peuvent avoir des conséquences comparables (Santos *et al.*, 2014). Ainsi, il pourrait être intéressant de communiquer sur ces risques en parlant plutôt de submersion marine dans le but d'approcher conjointement ces deux aléas. D'ailleurs, appréhender les risques en considérant une approche par leurs conséquences plutôt que de leurs origines physiques est une stratégie de prévention qui permet d'être plus globale, générique et synthétique. Spécialiste des plans de gestion de crise, Heiderich (2010) préconise ce type d'approche, notamment dans les entreprises, de manière à rendre plus opérationnelles les procédures en cas de crise. Enfin, l'utilisation du terme « submersion marine » pourrait être plus facilement accessible pour un large auditoire et permettrait de capter plus facilement l'attention des Européens qui pourraient, à tort, négliger une fiche dédiée aux tsunamis, du fait d'une fausse certitude que ce risque ne concernerait pas les littoraux européens.

FINANCEMENT

Ce travail a été financé dans le cadre du programme ASTARTE – Assessment, Strategy And Risk Reduction for Tsunamis in Europe – FP7-ENV2013 6.4-3, Grant 603839.

RÉFÉRENCES

- Bigando, E. (2013). De l'usage de la *photo elicitation interview* pour appréhender les paysages du quotidien: retour sur une méthode productrice d'une réflexivité habitante. [The use of *photo elicitation interview* for apprehending everyday landscapes: feedback from a method producing a reflexivity of local citizens.] *Cybergeog: European Journal of Geography*, 645. doi: <http://cybergeog.revues.org/25919>
- Bird, D., & Dominey-Howes, D. (2007). Testing the use of a 'questionnaire survey instrument to investigate public perceptions of tsunami hazard and risk in Sydney, Australia. *Natural Hazards*, 45(1), 99-122.
- Cartwright, J.-H., & Nakamura, H. (2009). What kind of a wave is Hokusai's Great wave off Kanagawa? *Notes and Records of the Royal Society*, 63(2), 119-135.
- Cloarec, J. (1989). Le paysage « catastrophe »: Symboles et réalités [The « disaster » landscape: symbol and reality]. *Ethnologie française*, 19(3), 299-303.
- Collot, M. (1986). Points de vue sur la perception des paysages [Opinions on the perception of landscapes]. *L'Espace géographique*, 15(3), 211-217.
- Dawson, A.-G., Lockett, P., & Shi, S. (2004). Tsunami hazards in Europe. *Environment International*, 30(4), 577-585.
- Falcão, J.-A. (1987). *Memória Paroquial do Concelho de Sines em 1758* [Parochial memories from the County of Sines in 1758.]. Santiago do Cacém: Real Sociedade Arqueológica Lusitana.
- Goeldner-Gianella, L., Grancher, D., Robertsen, O., Anselme, B., Brunstein, D., & Lavigne, F. (2017). Perception of the risk of tsunami in a context of high-level risk assessment and management: the case of the fjord Lyngen in Norway. *Geoenvironmental Disasters*, 4(1), 7.
- Goeldner-Gianella, L., Grancher, D., Karanci, N., Dogulu, N., Kanoglu, U., Tinti, S... Brunstein, D. (2015). *Le risque de tsunami dans quelques pays méditerranéens (France, Italie, Espagne et Turquie): connaissance de l'aléa, perception et gestion du risque* [The risk of tsunamis in some Mediterranean countries (France, Italy, Spain and Turkey): knowledge of the hazard, perception and management of the risk]. Paper presented at the Conférence Méditerranéenne Côtière et Maritime, Ferrara, Italy. Retrieved from: <http://www.paralia.fr/cmcm/e03-41-goeldner.pdf>
- Hamblyn, R. (2014). *Tsunami: Nature and Culture*. London: Reaktion Books.
- Heiderich, D. (2010). *Plan de gestion de crise*. [Emergency planning]. Paris: Dunod.
- Heintz, J.-A., & Mahoney, M. (2008). *Guidelines for Design of structures for vertical evacuation from tsunamis*. Paper prepared by Applied Technology Council and for Federal Emergency Management Agency (FEMA) & National Oceanic and Atmospheric Administration (NOAA). Retrieved from: <http://www.fema.gov/media-library-data/20130726-1641-20490-9063/femap646.pdf>
- INE (2011). *Recenseamento Geral da População e da Habitação* [General census of the population and dwellings]. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. Retrieved from: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE
- Lavigne, F. (Coord.) (2017). Report on preparedness skills, resources and attitudes within the communities of Sines, Portugal. *ASTARTE Deliverable*, 9(7), 22-25. doi: <http://www.astarte-project.eu/files/astarte/documents/deliverables/d9-7/ASTARTE%20deliverable%20D9.7%20-%2028.10.14.pdf>
- Lavigne, F., & Paris, R. (2011). *Tsunarisque. Le tsunami du 26 décembre 2004 à Aceh, Indonésie* [Tsunarisque. The tsunami of 26 December, 2004 in Aceh, Indonesia]. Paris: Publications de la Sorbonne.
- Le Lay, Y.-F., Piegay, H., & Cossin, M. (2005). *Les enquêtes de perception paysagère à l'aide de photographies: choix méthodologiques et exemples en milieu fluvial* [Investigations on the landscape perception using photography: methodological choices and examples in fluvial context]. Paper presented at the Septièmes Rencontres de Théo Quant. Besançon, France. Retrieved from: <http://thema.univ-fcomte.fr/theoq/pdf/2005/TQ2005%20ARTICLE%2025.pdf>
- Liotard, A. (2014). *Le risque tsunami dans un espace industriel sensible : étude de la perception du danger dans la ville industrialo-portuaire de Sines, Portugal* [The risk of tsunamis in a sensitive industrial area: study of the perception of the threat in the industrial port area of Sines, Portugal]. (Unpublished Master's dissertation). Paris: Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne.
- Mourier, P.-F. (2000). *Les cicatrices du paysage : après la tempête. Essai d'écologie scientifique* [Landscape scars: after the storm. Essai d'écologie scientifique]. Arles: Actes Sud.
- Mendes-Victor, L., Oliveira, C. S., Azevedo, J., & Ribeiro, A. (2008). *The 1755 Lisbon earthquake: revisited*. Lisbon: Springer.
- Rebelo, F. (2004). Risques et crises au Portugal [Risks and crises in Portugal]. In Y. Veret, G. Garry, & N.-M. De Richemond (Eds.), *Risques Naturels et Aménagement en Europe* [Natural Risks and Land use planning in Europe], (pp. 152-156). Paris: Armand Colin.

- Ribeiro, J., Silva, A., & Leitaó, P. (2011). High resolution tsunami modelling for the evaluation of potential risk areas in Setúbal (Portugal). *Natural Hazards and Earth System Sciences*, 11(8), 2371-2380.
- Santos, A., Fernandes, P., & Carvalho, L. (2015). *Livro informativo sobre sismos e tsunamis para estudantes do Ensino Básico* [Informative book about earthquakes and tsunamis for pupils of elementary schools]. Poster presented to pupils in elementary schools in Portugal, University of Lisbon. Retrieved from: <https://sites.google.com/a/campus.ul.pt/tsurima/education>
- Santos, A., & Koshimura, S. (2015). The Historical Review of the 1755 Lisbon Tsunami. *Journal of Geodesy and Geomatics Engineering*, 1, 38-52.
- Santos, A., Mendes, S., & Corte-Real, J. (2015). Impacts of storm Hercules in southwestern Europe, RIMMA – Risk Information Management, Risk Models, and Applications, Horst Kremers and Alberto Susini. *Science*, 7, 39-48.
- Santos, A., Mendes, S., & Corte-Real, J. (2014). Impacts of Storm Hercules in Southwestern Europe. Proceedings of the RIMMA. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 49(98), 197-220.
- Santos, A., Machado, A., & Fernandes, P. (2013). *Panfleto informativo sobre tsunamis para estudantes do Ensino Básico e Secundário* [Informative brochure about earthquakes and tsunamis for pupils of elementary and high schools]. Poster presented to pupils in elementary schools and high schools in Portugal, University of Lisbon. Retrieved from: <https://sites.google.com/a/campus.ul.pt/tsurima/education>
- Tibballs, G. (2005). *Tsunami: the world's most terrifying natural disaster*. London: Carlton Books.
- Tinti, S., Maramai, A., & Graziani, L. (2001). A new version of the European tsunami catalogue: updating and revision. *Natural Hazards and Earth System Science*, 1(4), 255-262.
- Tolle, F. (2005). *Paysage et risque sanitaire – Le cas de l'échinococcose alvéolaire. Approche multiscalaire* [Landscape and health risks – The alveolar echinococcosis case. Multiscale approach]. (Unpublished PhD dissertation). Besançon : Université de Franche-Comté.
- Intergovernmental Oceanographic Commission of UNESCO (2013). *Tsunami Information Centre for the North-Eastern Atlantic and Mediterranean (NEAMTIC), Summary of achievements 2010-2013*. This paper is an IOC Brochure. Retrieved from: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002206/220651e.pdf>
- Vanpeene-Bruhier, S. (2003). Évolution des risques environnementaux pour une gestion durable des espaces. [The evolution of environmental risks for a sustainable management of spaces]. Paper presented at Journées 2003 de l'Association Internationale pour l'Écologie du Paysage. Gap, France.
- Wronna, M., Omira, R., & Baptista, M.-A. (2015). Scenario based approach for multiple source Tsunami Hazard assessment for Sines, Portugal. *Natural Hazards and Earth System Sciences*, 3(8), 4663-4693.

ⁱ Un tsunami peut se définir comme une élévation anormale et rapide du niveau de la mer, suivie d'une submersion des terres basses littorales sous l'effet d'une ou de plusieurs vagues de forte énergie.

ⁱⁱ Vidéo publiée par l'Université de l'Algarve retraçant l'alerte tsunami de l'été 1999 au Portugal: Retrieved from: <https://www.youtube.com/watch?v=KoBeKEne3yw>

ⁱⁱⁱ Un extrait des mémoires paroissiales de la municipalité de Sines daté de 1758 fait référence au tremblement de terre de 1755 et au tsunami associé. Il est spécifié que « [la ville de Sines] est située sur une plaine si haute que les grands flux d'eau générés par le tremblement de terre n'ont pas atteint la ville, même si les eaux sont montées à des hauteurs encore jamais franchies auparavant » (Falcão, 1987, p. 32).

^{iv} Quelle est la différence entre un tsunami et un raz-de-marée ? (2011, March). *Slate.fr Newspaper*. Retrieved from: <http://www.slate.fr/story/36093/différence-tsunami-raz-de-maree>

^v *Sines em imagem* Retrieved from: <https://www.facebook.com/125962224099871/photos/a.757169827645771.1073741834.125962224099871/768989409797146/?type=3&theater>

^{vi} a) © Tuxboard (2011) *Japan Earthquake, 2011* Retrieved from: <http://www.tuxboard.com/seisme-au-japon-tsunami-11-mars-2011/japan-quake-5/>

b) © Radarheinrich (2004) *Tsunami Archive, Thailand* Retrieved from: For accessing the picture, go to the 6th slide by accessing the following website: <http://fr.slideshare.net/know4drr/01-welcome-introductionszarzynski>

c) © A. Santos (2014) *Sines – Costa do norte 02 Fevereiro 2014* in Facebook's page: *Sines em imagem* Retrieved from: <https://www.facebook.com/125962224099871/photos/a.757169827645771.1073741834.125962224099871/772818846080869/?type=3&theater>

d) © C. Batalha (2014) *Praia de S. Torpes 27 Janeiro 2014* in Facebook's page: *Sines em imagem* Retrieved from: <https://www.facebook.com/125962224099871/photos/a.757169827645771.1073741834.125962224099871/768989409797146/?type=3&theater>

^{vii} La représentation graphique de ce que pourrait représenter un tsunami à Sines a été demandée à un échantillon de 14 élèves suivant un cours d'anglais et âgés de 10 à 16 ans.

POTENCIAL Y LÍMITES DE LAS ESTRATEGIAS CULTURALES DE RECONVERSIÓN URBANA: EL CASO DE BILBAOⁱ

WILFREDO ANGULO-BAUDIN¹

JUAN-LUIS KLEIN²

DIANE-GABRIELLE TREMBLAY³

RESUMEN – Los desajustes de la economía mundial producto de la mundialización, han visto emerger un conjunto de iniciativas de desarrollo local basadas en la cultura y la creatividad, con la finalidad de enfrentar los efectos negativos de la desestructuración del sistema capitalista. A través de la revisión documental y la realización de un conjunto de entrevistas semidirigidas se analiza la especificidad del caso de la revitalización urbana en la ciudad de Bilbao. El artículo está organizado de la manera siguiente: a) una presentación del debate teórico sobre el rol de la cultura en los procesos de revitalización urbana; b) una descripción de las claves del proceso de renovación urbana de la ciudad de Bilbao y el efecto Guggenheim; c) la percepción del proceso visto por los actores y el rol de la participación ciudadana, y d) se finaliza con un análisis de las opciones frente al aparente agotamiento del modelo de revitalización urbana.

Palabras claves: Revitalización urbana; cultura; creatividad; iniciativa local; efecto Guggenheim.

RESUMO – POTENCIAL E LIMITES DAS ESTRATÉGIAS CULTURAIS DE RECONVERSÃO URBANA: O CASO DE BILBAO. Devido aos desequilíbrios na economia global, produto da globalização, emergiram um conjunto de iniciativas de desenvolvimento

Recibido: abril 2016. Aceite: março 2017.

¹ Doctorante en Estudios Urbanos, Universidad de Quebec en Montreal (UQAM). C.P. 8888 Succursale Centre-ville Montréal (Québec) H3C 3P8. Canadá. E-mail: angulo.wilfredo-arturo@courrier.uqam.ca

² Profesor titular del Departamento de geografía de la Universidad de Quebec en Montreal (UQAM), Miembro regular y Director del Centre de Recherche sur les Innovations Sociales (CRISES), C.P. 8888 Succursale Centre-ville Montréal (Québec) H3C 3P8. Canada. E-mail: klein.juan-luis@uqam.ca

³ Profesora titular del Departamento de Ciencias de la administración de la TELUQ (Anciennement Télé-université), Université du Québec, Titular de la cátedra sobre los desafíos socio-organizacionales de la economía del conocimiento y miembro regular del Centre de Recherche sur les Innovations Sociales (CRISES), 5800 rue St-Denis, bureau 1105, Montréal, Québec, H2S 3L5. Canada. E-mail: dgtrembl@teluq.ca

local com base na cultura e criatividade, com a finalidade de enfrentar os efeitos negativos da desintegração do sistema capitalista. Através da análise de documentos e implementação de um conjunto de entrevistas semi-estruturadas, analisa-se a especificidade da revitalização urbana na cidade de Bilbao. O artigo encontra-se estruturado da seguinte forma: a) apresentação do debate teórico sobre o papel da cultura nos processos de revitalização urbana; b) descrição do processo de renovação urbana na cidade de Bilbao e o efeito Guggenheim; c) percepção do processo visto pelos atores e o papel da participação cidadã; d) análise das opções perante o aparente esgotamento do modelo de revitalização urbana.

Palavras-chave: Revitalização urbana; cultura; criatividade; iniciativa local; efeito Guggenheim.

ABSTRACT – POTENTIAL AND LIMITS OF CULTURAL STRATEGIES OF URBAN DEVELOPMENT: THE CASE OF BILBAO. Due to increasing inequalities provoked by the world economy, locally based development initiatives in the field of culture and creativity have emerged all over the world in order to respond to destructive effects of the capitalist system. This paper addresses the case of Bilbao, which is one of the most cited examples of culture and creativity oriented development. The paper is organized as follows. First, we introduce the theoretical debate about culture and urban revitalization. Second, we address the main milestones of the process of urban renewal in the city of Bilbao, namely what is called “the Guggenheim Effect”. Third, we analyze the point of view of the stakeholders and citizens regarding the Bilbao reconversion. Fourth, we analyze what appears to be the impasse of the Bilbao model of urban revitalization.

Keywords: Urban revitalization; culture; creativity; local initiative; Guggenheim effect.

RÉSUMÉ – POTENTIEL ET LIMITES DES STRATÉGIES CULTURELLES DE DÉVELOPPEMENT URBAIN: LE CAS DE BILBAO. Des initiatives locales ont été lancées dans tous les domaines, pour répondre aux effets déstructurant de la mondialisation de l'économie. Dans le domaine de la culture, ces initiatives sont très fréquentes dans le cadre de la reconversion des anciennes villes industrielles. On se penche ici sur le cas de Bilbao, cette figure de proue, à l'échelle mondiale, de ce type de reconversion, grâce à des projets de nature culturelle. On présente d'abord un débat théorique sur la culture comme moyen de revitalisation des centres urbains. On aborde ensuite les principales étapes du processus de rénovation urbaine à Bilbao, en insistant sur ce qu'on a appelé l'«effet Guggenheim». On analyse en troisième lieu l'avis des intervenants et des citoyens sur cette reconversion. On analyse enfin ce qui paraît être une impasse de ce modèle de revitalisation urbaine.

Mots clés: Revitalisation urbaine; culture; créativité; initiative locale; effet Guggenheim.

I. INTRODUCCIÓN

Importantes ciudades en diferentes partes del mundo han sido afectadas por el colapso del sistema de organización industrial fordista y su modelo de regulación (Fontan *et al.*, 2005; Sassen, 2007). Los actores socio-económicos y políticos en las ciudades grandes y pequeñas se ven obligados a intervenir tratando de atraer las inversiones que

privilegian sus recursos (infraestructura, equipos y medio ambiente). Muchos de ellos, sin poder contar con la capacidad de renovar el desarrollo industrial, se tornan hacia un tipo de desarrollo basado en activos culturales con el fin de inscribirse en una economía centrada en la información y el conocimiento (Castells, 1996). Gobiernos e instituciones públicas y privadas tratan de crear las condiciones adecuadas para que las ciudades sean atractivas, haciendo grandes inversiones para equiparlas mejor con el fin de hacer frente a la competitividad mundial y promover el crecimiento económico por medio de una estrategia de marketing territorial (Benko, 1999). Es así como la evolución hacia una sociedad post-industrial (o hiperindustrial dirá Veltz, 2017) conduce a una relación inédita entre actividades culturales y economía.

Las actividades y los equipamientos culturales adquieren un papel protagónico en la competitividad urbana en las sociedades occidentales, especialmente en lo concerniente a las actividades relacionadas con la creatividad, la cual se ha convertido en un área de interés de la nueva economía de mercado (Moulaert *et al.*, 2004). Es lo que varios autores han identificado como la “economía cultural”, la cual se superpone a zonas anteriormente ocupadas por la economía industrial, sobre todo en las antiguas zonas centrales y peri-centrales afectadas por la deslocalización de la actividad industrial (Fontan, Klein, & Lévesque, 2003). La aparición de la economía cultural es por lo tanto parte de una nueva división espacial del trabajo en todas las regiones y en todo el mundo, dando lugar a la concentración de las industrias culturales en áreas específicas de las ciudades globales (Hutton, 2008; Ambrosino & Andres, 2008; Andrés, 2010; Andres & Grésillon, 2011; Cuenya & Corral, 2011). Los impactos económicos y sociales han sido, a veces brutales, con efectos adversos sobre una cohesión social cada vez más fragilizada (Sassen, 2001; Castel, 2008; Trudelle *et al.*, 2015). Pero al mismo tiempo, han favorecido la aparición de proyectos locales que tienden a reunir a actores socio-económicos de diversos tipos en torno a proyectos de reconversión con el objetivo de obtener para la colectividad local una parte de los beneficios económicos de la globalización. Es en este marco que estudiaremos las estrategias que han sido puestas en marcha por los actores locales de la ciudad de Bilbao con el objeto de contrarrestar el efecto del colapso del fordismo y de la economía industrial.

II. LA RECONVERSIÓN URBANA Y LA INFLEXIÓN CULTURAL

La reconversión de Bilbao hacia la economía cultural se inscribe en una estrategia definida a fines de los años 80, en un momento en que la crisis del fordismo, y podríamos decir del urbanismo fordista, da lugar a importantes reorientaciones en las estrategias de desarrollo urbano (González, 2006). Estas reorientaciones buscan la captación de riqueza a partir de servicios de alto nivel y la generación de actividades que inserten a las ciudades en las redes globales (financieras, tecnológicas, productivas, científicas y culturales) que se estaban implantando en el marco de la globalización. Dos perspectivas pueden ser cruzadas para entender mejor el sentido de estas reorientaciones y camppear así el estudio del caso que nos interesa en este texto, es decir la reconversión de Bilbao. Una de ellas es

la de la metropolización, la cual constituye la infraestructura territorial de la globalización. La segunda es la de la de la reconversión urbana a partir de la tesis de clase creativa, la cual ha influenciado a diversas estrategias concretas de reconversión urbana. Presentaremos estas dos perspectivas de manera sintética.

1. La nueva política urbana y la metropolización

Para entender el rol y la posición de las iniciativas culturales locales llevadas a cabo en los procesos de reconversión urbana a partir de la crisis del fordismo, el análisis debe situarse en el contexto de lo que se ha llamado “nueva política urbana” (Swyngedouw, Moulaert, & Rodriguez, 2002), la cual se apoya en nuevas modalidades de regulación, nuevos arreglos sociales y nuevas formas de gobernanza. La configuración socioterritorial mundial que se estructura a partir de los años 80, es decir a partir de la crisis del fordismo, corresponde a un proceso que se ha dado en llamar “metropolización”. En este proceso, las centralidades típicas del espacio fordista que prevalecían en el marco geográfico del Estado-nación son remplazadas por la concentración de una parte importante de las actividades de producción y de los servicios en espacios intensamente policéntricos y reticulares. Esta nueva configuración socioterritorial de la economía globalizada, que fue caracterizada por Veltz (1996) como una “economía de archipiélago”, se ha intensificado en el marco de una economía que el propio Veltz a designado como “hiperindustrial” (Veltz, 2017), en la cual diversas dimensiones de la sociedad, como por ejemplo el conocimiento y la cultura, se hibridan y participan en los procesos de producción de bienes y servicios. En ella, entidades espaciales que concentran la riqueza (aunque también la pobreza) establecen interrelaciones de colaboración y de competencia, en un plano internacional, muchas veces a expensas de sus relaciones con sus *hinterlands* nacionales. Estos espacios instituyen formas nuevas de gobernanza que se estructuran sobre la base de la asociatividad y de la convergencia entre los principales actores políticos y socioeconómicos de base local (Tremblay, Klein, & Fontan, 2016).

Las razones que a menudo se han invocado para explicar este cambio apuntan a la necesidad de construir un marco metropolitano de gobernanza con el fin de favorecer la especificidad innovadora de las metrópolis. También se ha puesto énfasis en la revitalización urbana, sobre todo de las zonas centrales, gracias a importantes inversiones con objetivos culturales con el fin de combinar la regeneración espacial con una conversión sectorial, es decir hacia nuevos sectores económicos. Y una tercera razón, que también a menudo se invoca, corresponde al papel que juegan las actividades culturales en los procesos de reconversión. En el apartado siguiente nos detendremos sobre este punto.

2. La tesis de la clase creativa y la reconversión urbana

En lo que respecta a la cultura como factor de reconversión urbana, hay que destacar la tesis propuesta por Florida (2002), según la cual la clase creativa constituida por aquellos profesionales que obran en los medios culturales es la clave para el proceso de

desarrollo económico de las ciudades. Florida argumenta que estos sectores pueden actuar como una locomotora del cambio de orientación en el desarrollo urbano (Pilati & Tremblay, 2007; Tremblay & Tremblay, 2010).

Esta tesis ha suscitado diversas críticas. En lo que respecta a sus postulados de base, diversos autores señalan que la atracción de los individuos creativos es consecutiva a la presencia de oportunidades profesionales y no lo contrario, los profesionales creativos van donde hay una concentración de empleos bien remunerados, dicen estos autores, según quienes la relación de causa-efecto entre el talento y el crecimiento económico en las ciudades establecido por Florida es abusivo (Chantelot, 2009; Shearmur, 2010). En lo que respecta a la metodología utilizada por Florida para sustentar su tesis, diversos autores advierten que el concepto de la clase creativa es inexacto, profesionalmente muy extenso y muy heterogéneo. Afirman que la correlación entre las diferentes categorías de población consideradas como creativas y el crecimiento no está demostrada y la interpretación que hace Florida del crecimiento económico en las zonas urbanas es catalogada de simplista (Markussen, 2006; Vivant, 2007; Andre & Carmo, 2010; Darchen & Tremblay, 2010). Y en lo que respecta a la dimensión normativa que se desprende de la perspectiva de la clase creativa, se señala que la construcción de equipamientos de prestigio para hacer de la ciudad un lugar más atractivo apunta a reintroducir en el mercado terrenos desvalorizados con el fin de rentabilizarlos en beneficio del capital financiero y no de la población (Swyngedouw *et al.*, 2002). La gobernanza de estos procesos está dominada por élites, lo cual propicia la desigualdad social y afecta negativamente a los residentes más vulnerables (Keil & Boudreau, 2010). Acerca de esto, Rodríguez (2007) señala:

“...intervenciones urbanísticas a gran escala puntuales y fragmentadas que suelen estar desligadas de los planes generales de ordenación urbana de una ciudad, y que implican una gran diversidad de actuaciones, propician la emergencia de nuevas “dinámicas institucionales y modos de gobernanza” y buscan, ante todo, la regeneración socioeconómica de espacios abandonados y/o degradados, en muchos casos, antiguas instalaciones fabriles que se convierten en prósperas zonas de negocio y/o residenciales.”

A pesar de estas críticas, la tesis del desarrollo a través de la cultura y las actividades creativas popularizada por los escritos de Florida ha sido una fuente de inspiración para líderes de muchas ciudades (Tremblay & Tremblay, 2010; Levine, 2010; Cary & Fol, 2012). La implantación de grandes infraestructuras y equipamientos culturales con el fin de reforzar la clase creativa se ha convertido en la opción dominante de políticas urbanas consecuentes con las reorientaciones inducidas por el neoliberalismo en la gobernanza urbana (Peck, 2005; Rodríguez & Rodríguez, 2009). Esto no significa que las ciudades no deban implementar proyectos en el campo de las artes y de la cultura (Leriche *et al.*, 2008; Klein & Tremblay, 2010). Pero lo que se desprende de estas críticas es que el desarrollo a través de las actividades culturales debe complementarse con acciones que favorezcan un desarrollo económico equitativo e incluyente en las ciudades (Klein & Tremblay, 2016).

3. La tesis del desarrollo inclusivo y de la cultura de proximidad

En contraste con la perspectiva elitista en la que se inscribe la inflexión cultural de las nuevas políticas urbanas, diversos autores proponen un enfoque territorial integrado (Moulaert, 2009). En este sentido, Greffe & Pflieger (2005) indican que la cultura puede contribuir a la integración social de los miembros de una comunidad. Se desprende de estos planteamientos que la creatividad, así como las actividades artísticas y culturales pueden ser utilizadas como un medio para promover la expresión de las ideas de los grupos más diversos y abrir un proceso deliberativo tradicionalmente dominado por las elites políticas y económicas.

En lo que respecta a la implementación de esta perspectiva, un gran número de trabajos académicos insisten en la importancia de desarrollar formas descentralizadas (Markussen & King, 2003). A nivel micro local Stern & Seifert (2010) proponen el concepto de cluster cultural, un concepto innovador cuando se aplica a la cultura de proximidad. Los trabajos de Sacco *et al.*, (2008) y de Chapple, *et al.*, (2010), proponen el concepto de “distrito cultural avanzado”, al estilo de los distritos industriales italianos, que permite relacionar la creatividad y la innovación en una perspectiva de interrelación entre sectores culturales creativos y otras actividades del desarrollo y programas públicos. De esta forma, la actividad cultural puede fortalecer o generar activos intangibles que constituyan el capital social y humano que pueda ser movilizado y combinado para un desarrollo económico inclusivo (Klein, 2005). A este respecto, los trabajos de Isabel André (André, Brito, & Malheiros, 2008; André & Carmo, 2010; André, Malheiros, & Carmo, 2013) proponen el concepto de “entorno social creativo”. Es en el contexto de esta oposición teórica que enmarcaremos nuestra reflexión sobre la reconversión a través de la cultura llevada a cabo en la ciudad de Bilbao.

III. LA METODOLOGÍA DE LA INVESTIGACIÓN

Teniendo en cuenta que muchas experiencias de revitalización urbana basadas en la tesis de la clase creativa y la utilización de la cultura como porta estandarte del desarrollo local han tenido problemas con su sostenibilidad en el tiempo, nos hemos preguntado si en el caso de la ciudad de Bilbao la iniciativa cultural corresponde a una estrategia amplia de revitalización urbana sostenible a causa de la participación ciudadana o si estamos más bien en presencia de un caso de regeneración urbana elitista con debilidades para seguir funcionando en un contexto de crisis económica mundial, en particular en España.

Para la reconstrucción del proceso, una guía de entrevistas fue elaborada siguiendo un modelo de análisis de las iniciativas locales de desarrollo propuesto por Klein (2005)ⁱⁱ. Este esquema metodológico ha sido probado en varios estudios de casos y ha permitido interpretar los resultados desde una perspectiva más amplia de reflexión sobre el territorio. De manera más concreta, se trató de dar respuesta a las siguientes interrogantes: 1) Quiénes son los primeros líderes y cómo se organizan; 2) cómo se pone en práctica el

proyecto y cómo evoluciona; 3) cómo se gestiona la movilización de los recursos endógenos y exógenos que procuran a los actores la capacidad de actuar; 4) cómo se construye el liderazgo que orienta al proyecto; 5) cómo se ejerce la gobernanza del proyecto; 6) cuál es el impacto del proyecto con respecto a la lucha contra la pobreza y a las desigualdades.

Con el fin de cumplir con los objetivos de la investigación, el trabajo de campo acerca del caso de la revitalización urbana en Bilbao fue organizado de la siguiente manera: Primero, se revisaron los documentos elaborados durante la concepción y la ejecución del proyecto de renovación urbana en esta ciudad y los documentos elaborados por investigadores relacionados con el mismo. Luego, una información más concreta y más fina fue recogida a través de 12 entrevistas semi-dirigidas realizadas con varias categorías de actores implicados en el proyecto: tres actores institucionales responsables de la ejecución, un actor institucional, cuatro expertos académicos y cuatro actores del medio comunitario, asociaciones vecinales y ciudadanos. Las entrevistas fueron realizadas de manera directa, salvo dos, que fueron realizadas, en un caso, a través de un cuestionario enviado electrónicamente y, en el otro caso, a través de una conversación telefónica. Las entrevistas se realizaron entre octubre y noviembre de 2012 y fueron grabadas y transcritas.

IV. LA RECONVERSIÓN DE LA CIUDAD DE BILBAO: DE LA CRISIS AL EFECTO GUGGENHEIM

El área del Gran Bilbao está constituida por 35 municipios con un total de 950 000 habitantes y ocupa una superficie de 1 832km². El municipio de Bilbao como tal concentra un poco más de la tercera parte de la población de la región metropolitana (350 000). La ciudad de Bilbao se encuentra enclavada al fondo de un valle a una distancia del mar de 14km. Es la capital de la provincia de Vizcaya, la cual, conjuntamente con las provincias de Guipúzcoa y Álava, forman el País Vasco en España.

A partir del siglo XIX, la ciudad de Bilbao tuvo un fuerte crecimiento industrial, a un punto tal que en 1950, era el mayor centro español de la industria pesada (altos hornos, siderúrgica, química pesada) y de la construcción naval. Sin embargo, entre los años 1975 y 1985, la crisis económica (del fordismo) ligada a la crisis del petróleo pusieron fin a la expansión de Bilbao, lo cual provocó el declive de la actividad industrial en esta ciudad. La tasa de desempleo, que en el área metropolitana de Bilbao se mantenía en 2,3% para 1975, llegó a 25,8% en 1986. Bilbao refleja entonces las consecuencias de un proceso de desindustrialización con un alto índice de desempleo, una degradación del paisaje urbano y también altos niveles de contaminación del suelo, de las aguas y del aire (Herve *et al.*, 2007).

Factores de orden histórico explican que en el País Vasco, y específicamente en la ciudad de Bilbao, no se dieran respuestas más tempranas a los efectos negativos que estaba provocando la crisis del fordismo en el mundo y en especial en las ciudades industriales. El aislamiento del régimen de Franco después de terminada la segunda guerra

mundial, mantuvo al Gobierno español excluido de las redes europeas y mundiales (Gómez, 2007). Esta situación empujó a España en una situación de aislamiento relativo, lo que pesó en la hora de reaccionar ante una crisis económica que, a mediados de los años setenta, estaba golpeando a la mayoría de los países occidentales. Diversas experiencias de reconversión se estaban poniendo en práctica (Fontan *et al.*, 2003). Sin embargo, en España se insistió en la posibilidad de rescatar la industria pesada realizando grandes inversiones en el mismo sector (Gómez, 2007).

1. Primera reacción frente a la crisis

Así es como, de manera un poco tardía, en 1987, se lanza el primer plan de revitalización urbana de Bilbao. La necesidad de salir de la crisis económica y social lleva a los actores locales a plantearse el diseño de un modelo de desarrollo económico y social a nivel local completamente distinto al que habían tenido en el pasado. A partir de este momento la ciudad de Bilbao ambiciona convertirse en líder en los polos de nuevas tecnologías y de los servicios. El terciario, así como la cultura y la recreación, debían convertirse en la principal fuente de empleo.

Un analista de este proceso, experto académico, nos dice al respecto que:

“Lo que hay es la necesidad de cambiar el modelo de ciudad, porque nosotros habíamos sido básicamente una ciudad industrial enfocada hacia la actividad de ferias industriales, una ciudad portuaria, y ese modelo había desaparecido, sabíamos que no volvía, porque sabíamos que la industria pesada no tenía viabilidad, era un modelo agotado y en ese momento se apostó por un modelo diferente de ciudad, no exclusivamente pero sí centrado en un importantísimo sector-servicios.” (Entrevista, 2012).

Los líderes locales, representados por el Ayuntamiento, la Diputación Foral y el Gobierno Vasco se plantearon entonces, el reto de volver a ubicar a Bilbao en el centro del desarrollo económico mundial y tratar de salir de la crisis económica por la cual estaba atravesando. La idea del desarrollo a partir de la creación, del conocimiento y de la innovación constituyó la base del proyecto de renovación, que aconsejaba todo un proceso de acondicionamiento y de equipamiento de la ciudad para poder competir en este mundo globalizado. Los líderes locales fueron inspirados por el modelo de renovación urbana de la ciudad de Pittsburgh el cual estaba basado en las ideas de Porterⁱⁱⁱ, construyendo de esta manera una narrativa basada en la conversión de la ciudad a la cual adhieren los principales actores locales (Gonzalez, 2006). Este cambio de perspectiva tiene lugar en un momento crítico que exigía una reorientación, como nos lo dice un entrevistado:

“...Yo creo que fue una respuesta relativamente ingeniosa, para decirlo de una manera suave, a un desafío que en ese momento tenía planteado el modelo industrial, fue una respuesta además en un momento en que España no era partidaria de desarrollar políticas industriales de tipo dirigista. Hay una frase famosa del ministro Solchaga: ‘que la mejor política industrial era la que no existía’, defendiendo claramente el mercado y la libre iniciativa y aquí se optó por un proceso contrario. Se decidió desde los poderes

públicos liderar un proceso de transformación y es ese proceso de liderazgo el que ha dado los resultados que hemos visto, creo que a eso se une también una capacidad de apertura mental, un cambio global de situación hasta ese momento y apostar por nuevos desarrollos que en ese momento eran impensables, eso es lo que veo con el tiempo y que ha cumplido un cometido y que hoy posiblemente estemos ante un desafío distinto, pero ha cumplido un cometido con nota excelente.” (Entrevista, 2012).

Una de las obras más urgentes de este proceso de renovación urbana lo constituía el saneamiento de la Ría del Nervión, considerado uno de los 10 ríos más contaminados de Europa con apenas un nivel de oxígeno del 10%. En este sentido, era necesario que una ciudad que aspiraba a catapultarse hacia el futuro y mejorar su imagen internacional se volcara a resolver este problema ambiental. Ibon Areso (2000), Teniente de Alcalde, Coordinador de políticas de planificación urbana del Ayuntamiento de Bilbao señala al respecto:

“Hoy la degradación medioambiental y un hábitat deteriorado, son causa de pérdida de competitividad a nivel internacional, por lo que superar esta situación es condición “sine qua non” para posibilitar la creación de los nuevos puestos de trabajo que surjan del desarrollo del sector terciario y para captar las inversiones que los hagan posibles. Las ciudades compiten entre sí para atraer a las nuevas empresas que buscan emplazamientos alternativos, por lo que un entorno de calidad va indisolublemente unido a la obtención de una mayor renta.”

Un experto nos señala que “el saneamiento del río era la única obra que había sido pensada con anterioridad y que estaba incluida en el Plan General de Ordenación Urbana (PGOU), obra que gozaba del consenso porque el río era una cloaca, era un caso de salud pública” (Entrevista, 2012). Lo que vino después, fue obra de la contingencia.

2. La opción del Guggenheim

La construcción del museo Guggenheim es uno de los acontecimientos culturales más importantes que se han producido en Europa en los últimos 15 años. A partir de este ícono arquitectónico se articula un conjunto de obras y de equipamientos urbanos construidos en la ciudad. Fue “una decisión con mucha osadía que tomaron las instituciones públicas de hacer una apuesta por un elemento cultural que sirviera de atractivo turístico”, nos dice un entrevistado (Entrevista, 2012). Lo que se persiguió fue crear un ícono urbanístico cultural, una especie de imagen de marca que le permitiera a Bilbao brillar en el firmamento de las ciudades más apetecibles para la inversión y residenciar a una clase creativa. Una experta nos señala lo siguiente:

“...nosotros estábamos apostando en convertirnos en una ciudad de servicios avanzados, sin perder el tejido empresarial que teníamos. Se buscaban fórmulas para esa cohesión e integración social comprometida, nos parecía importante poner el conocimiento en el centro, una sociedad creativa como dice Richard Florida, con talento, tolerancia y tecnología.” (Entrevista, 2012).

¿Cómo explicar que se haya logrado implantar este ícono arquitectónico y hacer de él un elemento dinamizador que le daría a Bilbao el poder de incorporarse de manera exitosa en el eje las ciudades intermedias que forman parte de la red de ciudades de la nueva economía? Para responder a esta pregunta, hay que comenzar diciendo que esta opción fue algo circunstancial. Este no era el proyecto inicial. Lo que se había establecido era que en el diseño del Plan General de Ordenación Urbano de Bilbao (PGOU) debía incorporarse un elemento cultural que pudiera cambiar la situación de estancamiento económico de la ciudad y convertirse en el eje del desarrollo. Pero las primeras ideas apuntaban a construir espacios de oficinas e inmobiliarios. Inclusive, se vislumbró la idea de convertir a Bilbao en una ciudad olímpica, como lo señala un experto académico:

“El alcalde Gorordo llegó a hacer un diseño de una ciudad olímpica para Bilbao, planos que yo tengo. Toda Artxanda se iba a transformar en una villa olímpica. El alcalde Ortundo postuló a Bilbao para celebrar las olimpiadas, ese tipo de proyectos se ha quedado en los anaqueles del olvido, poca gente en Bilbao se acordará de este tema.” (Entrevista, 2012).

Dentro de este marco de ideas, la pregunta inminente es: ¿cómo aparece la idea de construir un museo como el Guggenheim en Bilbao? Un experto entrevistado nos afirma que la idea de la construcción del museo Guggenheim surge cuando los actores locales se percatan que la Fundación Salomón Guggenheim estaba buscando emplazamientos en algunas ciudades de Europa para construir sucursales o franquicias que le permitieran salir de sus propios problemas financieros (Entrevista, 2012). Según Zulaika (1997) citado por Gómez (2007, p. 153) “los problemas financieros del Museo Guggenheim de Nueva York llevaron a Thomas Krens, economista y director de la Fundación Guggenheim, a adoptar el sistema de franquicia para revitalizar la situación crítica de la fundación, aunque tal formula nunca había sido aplicada con anterioridad en el ámbito de las actividades culturales”.

Los líderes locales pensaron que una operación de tal naturaleza en Bilbao podía lograr el efecto deseado. En 1991, los representantes del gobierno regional se acercan a Thomas Krens y le proponen la ciudad de Bilbao. Al respecto, señala Krens: “yo estaba un poco escéptico, pero ellos me convencieron sobre todo cuando ellos me prometieron invertir 150 millones de dólares americanos que se requerían para la construcción, 50 millones para las nuevas adquisiciones y 20 millones por la utilización del nombre de la Fundación y su administración” (Saint-Pierre & Cloutard, 2002, p. 102). De esta manera el museo Guggenheim se convierte en la pieza clave en el proyecto de la reconversión de la ciudad.

Luego de una larga negociación se dio el visto bueno para su emplazamiento en la margen izquierda de la Ría, exactamente en el barrio de Abandoibarra. Al respecto, el Primer Teniente de Alcalde del Ayuntamiento de Bilbao, coordinador de políticas de planificación urbana señala que:

“La apuesta de las instituciones vascas no fue sencilla. La selección de Bilbao como sede europea del prestigioso museo Guggenheim de Nueva York supuso, en primer lugar, convencer a esa Fundación de que nuestra propuesta era seria y tenía viabilidad, a pesar de la imagen de deterioro y situación ruinosas que ofrecía nuestra metrópoli. A esta elección contribuyó también el fracaso de las negociaciones que ellos mantuvieron con otras ciudades europeas que consideraban más adecuadas, entre las que destacaban Salzburgo y Venecia.” (Entrevista, 2012).

3. La reacción ciudadana

El proyecto tuvo una acogida fuertemente negativa en un principio por parte de la opinión pública que alegaba lo inmoderado de los presupuestos a desembolsar (Vackimes, 2012), sobre todo en un momento en el que había mucha gente desempleada. Además de eso, se alegaban los efectos negativos de la transculturización que representaba la construcción de un objeto cultural asociado a la cultura norteamericana, lo cual se veía como un daño a la cultura local. Sin embargo es importante señalar que tal vez el proyecto de renovación urbana con el museo Guggenheim como punta estandarte es el punto de confluencia de una serie de situaciones que se venían dando en el País Vasco producto de la salida de la dictadura, en donde había la necesidad de recuperar el estatus autonómico reivindicado históricamente y fuertemente reprimido en los tiempos de la dictadura de Franco (Gonzalez, 2006). Un especialista afirma que:

“Independientemente de la oportunidad, del impacto internacional que tiene el Guggenheim, ya había un proyecto de transformación previo a eso, cuando tú tienes en la cabeza un proyecto de transformación y de cambio y de transformación social, luego ya es la oportunidad lo que te da y en ese momento la fundación Guggenheim buscaba un emplazamiento en Europa, en ese momento coincide. Pero nosotros ya teníamos la idea de crear unos equipamientos culturales de dimensión internacional abiertos al mundo, ya estaba lanzada la idea, de hecho hubo un proyecto anterior de crear un centro cultural que luego se abortó y fue previo al Guggenheim. Por eso cuando hablo de los éxitos o fracasos de los procesos de regeneración, mucha gente se queda entusiasmada (y no hay que quitarle importancia) en la arquitectura, en los valores estéticos formales, lo decisivo es que exista un proyecto detrás que sustente todos esos modelos.” (Entrevista, 2012).

Hay que recordar el contexto que se vivía en la época. España estaba liberándose de los efectos de la dictadura franquista y para todo el país y en especial para el gobierno del País Vasco esto representaba una coyuntura muy importante. En 1978 España se dota de una nueva constitución, se crean nuevas instituciones y en 1979 se aprueba el nuevo estatuto del gobierno autonómico vasco (cuadro I).

Cuadro I – Principales eventos del proceso de revitalización urbana de la ciudad de Bilbao 1978-2002.

Table I – Main events in the process of urban revitalization of the city of Bilbao from 1978 to 2002.

Evento	Actor	Fecha
Constitución Española	El Estado Central	1978
Aprobación del Estatuto Vasco	El Estado Central	1979
Se inicia el saneamiento de la Ría del Nervión	El Estado Central. Comunidad Europea	1980-2005
Entrada de España a la Comunidad económica Europea	Comunidad Europea. Gobierno Central	1986
Redacción del Plan General de Ordenación Urbana de Bilbao	El Gobierno Vasco, la provincia de Vizcaya	1987
Declaración de la modernización de Bilbao como un asunto de Estado	El Estado Central	1991
Creación de Bilbao Metrópoli 30	El Gobierno Vasco, la provincia de Vizcaya y la municipalidad de Bilbao	1991
Desplazamiento y ampliación del Puerto	Estado Central, Ayuntamiento y Bilbao Ría 2000	1992-1998
Creación de Bilbao Ría 2000	Estado Central, El Gobierno Vasco, la provincia de Vizcaya y la municipalidad de Bilbao	1992
Aprobación del primer Plan General de urbanismo de Bilbao	El Ayuntamiento de Bilbao	1994
Inauguración de la primera línea del metro	Gobierno Vasco, Diputación de Vizcaya, Ayuntamiento de Bilbao	1995
Inauguración del museo Guggenheim	Diputación de Vizcaya, Gobierno Vasco, Diputación de Vizcaya	1997
Inauguración del Palacio de la música y de los Congresos (El Palacio de Euskalduna)	Diputación de Vizcaya, Gobierno Vasco, Ayuntamiento de Bilbao	1999
Inauguración del nuevo Aeropuerto	El Estado Central	2000
Inauguración del Tranvía	Comunidad Europea, Gobierno Vasco	2002

Fuente: Bilbao Ría 2000. Presentación: Jon Leonardo UD. 2012

El estatuto de gobierno autonómico procura a los principales promotores de la reconversión de Bilbao un impulso adicional para mostrar su deseo de cambio, expresado en este nuevo plan estratégico urbano.

“Los sectores más nacionalistas estábamos deseosos de que el País vasco tuviera e impulsara su propia política industrial, y fuera recuperando su viejo espacio institucional que se había perdido y anulado por todo el proceso anterior. Veníamos de la Constitución Española de 1978, todo esto demora la creación de la democracia, estamos políticamente en los años 85-86 en un proceso muy incipiente en donde todo estaba por demostrarse. En medio de eso aparece toda la crisis, es una devastación, lo que ves en Abandoibarra eran grandes empresas, zonas de almacenamiento, empresas navieras, siderurgia, que prácticamente se cierran de la noche a la mañana. Si había alguna aspiración sentida por parte del pueblo vasco era la necesidad de utilizar la potencialidad de su propio estatuto para la recuperación industrial, ese es el trasfondo por el cual el gobierno y las instituciones vascas tienen un plus de legitimidad, eso tiene una fuerza movilizadora enorme aunque venga de arriba hacia abajo.” (Entrevista, 2012).

Para tal fin fueron convocadas una pléyade de arquitectos de renombre, la mayoría de ellos ganadores del premio *Pritzker* en arquitectura, quienes se encargarían de aumentar el interés despertado por Bilbao. Así entonces participarían los ya famosos arquitectos Frank Gehry (quien diseña el Museo Guggenheim), Norman Foster (el metro), Philippe

Starck (El Centro Cultural La Alhondiga) y el no menos famoso Santiago Calatrava, a quien se le confía el diseño del aeropuerto y una pasarela que comunica las dos riberas del Nervión (la pasarela peatonal de ZubiZuri). Además, el Palacio de la música y de congresos Euskalduna es diseñado por Federico Soriano y Dolores Palacios. La Torre Iberdrola y el plan de intervención de Abandoibarra, espacio emblemático de la transformación urbana de Bilbao (proyecto que ocupa 34 hectáreas) les son confiados a Cesar Pelli. El complejo de torres de fachada hacia la Ría es diseñado por el arquitecto Arata Isozaki. A todo esto se agrega la construcción del tranvía, la restauración de las fachadas ennegrecidas de la ciudad y la recuperación del casco viejo, obras que prepararon a Bilbao para jugar su nuevo rol de centro cultural atractivo.

En el último trimestre del año 1997, momento de la inauguración del museo, este tuvo 259 234 visitas, al año siguiente (1998) fue visitado por 1 307 200 personas, el promedio de visitas desde su inauguración es de 978 160 por año. En el año 2012, el número de visitas al museo fue de 1 014 104 (Museo Guggenheim, 2012), lo cual evidencia el atractivo que representa este icono cultural para los turistas españoles y extranjeros, quienes han dejado en la ciudad en el 2012 un total de 211 millones de euros, a pesar de la crisis que persiste en España desde el año 2008^{iv}.

V. LA GOBERNANZA

Para llevar a cabo la materialización del proceso de revitalización urbana los líderes locales crearon instancias que permitieran operacionalizar el proyecto y ampliar la base de participación a otros actores de la ciudad, públicos y privados (Eizaguirre, 2016) que serían claves para el éxito de la ejecución. En el año 1990 se crea Bilbao Metrópoli 30, con la finalidad de elaborar el Plan General de Ordenamiento Urbano y en el año 1991 se crea Bilbao Ría 2000, sociedad que sería el brazo ejecutor de las obras a desarrollar en la ciudad. Se intentaba con esto resolver un problema vital de coordinación de las acciones en un territorio como el de Bilbao en donde la fragmentación política impedía lograr los consensos necesarios para llevar a cabo un proyecto integral de desarrollo urbano, una instancia en donde la mayoría de los actores pudieran entenderse en la búsqueda de objetivos comunes, sobre todo entre instancias (público-público) de gobierno tan disímiles históricamente como lo son el gobierno central español y los gobiernos locales en el País Vasco (la Autonomía y el municipio). Además de esto, este organismo de coordinación permitiría incorporar actores del sector económico que serían fundamentales en la concepción y ejecución de las futuras obras.

1. Bilbao Metrópoli 30

Bilbao Metrópoli 30 es una sociedad de promoción y estudio, creada en 1990. Esta sociedad trabaja con capital público y privado y se encarga de: a) impulsar la realización y puesta en práctica del Plan Estratégico para la Revitalización del Bilbao Metropolitano;

b) acometer la realización de las acciones que tengan por objeto la mejora de la imagen interna y externa del Bilbao Metropolitano; c) realizar proyectos de estudio e investigación dirigidos a profundizar en el conocimiento de la situación del Bilbao Metropolitano, de las cuales pueda inspirarse; d) promover la cooperación del sector público y del sector privado para alcanzar soluciones conjuntas (Bilbao metrópoli 30). La directora del área de imagen y comunicación de Bilbao Metrópoli 30 afirma que “Bilbao Metrópoli 30 siempre ha sido una especie de *think tank*, un tanque de ideas que se establecen para el futuro”.

En Bilbao Metrópoli 30 se congregan una gran diversidad de socios, entre los fundadores destacan: actores institucionales de los diferentes niveles del Gobierno Vasco, del gobierno central, de la empresa privada y del mundo académico. Entre los miembros ordinarios: alcaldías, fundaciones, instituciones del gobierno central y local, colegios profesionales y de la empresa privada. Entre los miembros protectores destacan particularmente 40 consulados de diferentes países que permiten la proyección internacional de Bilbao, instituciones culturales, la iglesia y compañías privadas (cuadro II). Existe igualmente un Consejo de Administración donde tienen cabida la mayoría de los socios y en donde se genera la toma de decisiones (cuadro III).

Cuadro II – Socios de Bilbao Metrópoli 30.

Table II – Partners of Bilbao Metropolis 30.

Tipo de socios	Socios
Fundadores	Gobierno Vasco, Diputación Foral de Bizkaia, Ayuntamiento de Bilbao, BBVA, Diario el Correo, Cámara de Comercio de Bilbao, Asociación de Municipios Vasco, Iberdrola, Bilbao Plaza Financiera, Kutxabank, Universidad de Deusto, Universidad del País Vasco, Petronor, Editorial Iparparuirre. Autoridad Portuaria de Bilbao, RENFE.
Ordinarios	Fundación Labelin, El consorcio de Aguas de Biskaia, Idom, Bilbao Exhibición Center, Ajobask, Parque científico, Colegio de Ingenieros de caminos, Canales y puertos, Fundación Novia Salcedo, Colegio Oficial de Ingenieros Industriales de Bizkaia, Ilustre Colegio Notarial de Bilbao, Fundación Centro Asociado Uned Bizkaia, Real Sociedad Vascongada de los amigos del país. Comisión, Vizcaya, Fundación Robotiker, Fundación Gaiker, Ilustre Colegio de Abogados del Señorío de Vizkaia, Fundación Etorikintza, Gorabide, Caritas, Diocesana de Bizkaia, Sociedad de Estudios Vascos Confederación Empresarial de Bizcaia, Fundación Once, Spri, Promarsa, Evi-zalde, Editorial, Editorial del Pueblo Vasco, Editorial del País Vasco, Metro Bilbao Círculo de Empresarios Vascos, Athletic Club, Autopistas de Bizcaia Euskotren, Tecnalia D José Antonio Garrido, Martínez, Don José Ignacio de Elorza Elola. D José María Arriola Arana, Euskatel, D Francisco Javier de Azola y Arteché, Mapfre, Bilbao Dendak, Top, Performers Int, D. Alfonso Menoyo Camino.
Protectores	Los Consulados de los siguientes países: República Bolivariana de Venezuela, Chile, Grecia, Colombia, Sudáfrica, Francia, Dinamarca, Republica Dominicana, Italia, México, Reino Unido, Alemania, Argentina, Austria, Nicaragua, Suecia, Portugal, Perú, Costa de Marfil, Irlanda, Bélgica, Noruega, Ecuador, Marruecos, Uruguay, La Fundación BBVA, El Museo de Bellas Artes, Coral de Bilbao, La Fundación museo Guggenheim, Centro de Formación Somorrostro, Obispado de Bilbao, Iberia, Fundación Museo Marítimo Ría de Bilbao, Unicef, Xedea, Awex Bilbao, Clickcar, Alfa Arte, Financial Congress Digital meeting, Skunkfunk, Anboto, Group, Nabunbu, Digital Business, Sociedad Filarmónica de Bilbao. Javier de Azola y Arteché, Mapfre, Bilbao Dendak, Top, Performers Int, D. Alfonso Menoyo Camino.

Cuadro III – Instancias de gobernanza. Bilbao Metrópoli 30.

Table III – Instances of governance. Bilbao Metropolis 30.

Órgano	Función
Asamblea General	Está integrada por la totalidad de los socios, es el órgano superior deliberante y decisorio de la Asociación y sus acuerdos rigen la vida de la misma
Junta de Patronato	Es el órgano de gobierno de la Asociación y fija sus fines y objetivos concretos
Junta Directiva	Por delegación de la Junta de Patronato, es el órgano de administración de la Asociación

Fuente: Sitio Internet: Bilbao Metrópoli 30. Consultado el 7 de Abril 2013

2. Bilbao Ría 2000

Bilbao Ría 2000 nace en 1992 como una sociedad anónima de capital íntegramente público, producto de la coalición entre tres actores fundamentales del proceso de renovación: el Ayuntamiento de Bilbao, el gobierno central representado en el ministerio de Fomento y la Diputación Foral de Vizcaya. Esos 3 organismos se pusieron de acuerdo, hicieron una radiografía común de la situación de crisis industrial y económica que había en Bilbao y su área metropolitana y establecieron que una de las fórmulas que se podía utilizar era la creación de una sociedad gestora, encargada de ejecutar las obras (Entrevista, 2012).

La misión de Bilbao Ría 2000 es recuperar áreas degradadas o áreas industriales en declive. La sociedad interviene en la urbanización de los terrenos y vende las parcelas a promotores privados, la plusvalía que se obtiene de las ventas se invierte en importantes obras para la metrópolis. Las líneas directrices para su actuación emanan del Consejo de administración presidido por el Alcalde del Ayuntamiento de Bilbao (cuadro IV), donde están presentes diferentes instancias gubernamentales, desde el Estado central, representado por diferentes ministerios (Fomento, Infraestructura, Transporte y Vivienda), hasta las instancias más locales (Gobierno Vasco, la Diputación Foral y el Ayuntamiento). Al respecto señala Ángel Nieva, Director general de Bilbao Ría 2000 (2012) “Las instituciones y empresas públicas que constituyeron Bilbao Ría 2000 decidieron dar un paso al frente y activaron un consenso que pasó por encima de las diferencias entre los partidos políticos representados en pos de un objetivo común: salir de la crisis”. Su mandato emana de las directrices plasmadas en el Plan Estratégico Urbano de Bilbao y no se descartan propuestas que emanan de la iniciativa del Consejo de administración.

3. El financiamiento del proyecto

Los recursos financieros movilizados en torno al proceso de revitalización urbana de Bilbao se derivan de la venta de los terrenos que eran propiedad de las diferentes instancias gubernamentales presentes en el la ciudad de Bilbao. Para poder hacer efectivo el flujo de dinero, fue necesaria la creación de la sociedad pública Bilbao Ría 2000, que se encargó del acondicionamiento y posterior venta de los terrenos recuperados, que fueron

en el pasado el asentamiento de las actividades siderúrgicas y navales que existían en la ciudad de Bilbao. Los terrenos fueron vendidos a entes privados, lo que permitió financiar a la mayoría de las obras.

Cuadro IV – Consejo de administración de Bilbao Ría 2000.

Table IV – Board of Bilbao Ría 2000.

Actor	Rol	Cargo
Iñaki Azkuna Urreta	Presidente	Alcalde de Bilbao
Rafael Catalá Polo	Vicepresidente	Secretario de Estado de Infraestructuras, Transporte y Vivienda del Ministerio de Fomento
Juan María Aburto Rique	Consejero	Consejero de Empleo y Políticas Sociales del Gobierno Vasco
Ibon Areso Mendiguren	Consejero	Primer Teniente de Alcalde del Ayuntamiento de Bilbao. Coordinador de Políticas de Planificación Urbana
Asier Atutxa Zalduegi	Consejero	Presidente de la Autoridad Portuaria de Bilbao
José Luis Bilbao Eguren	Consejero	Diputado General de Bizkaia
Andoni Busquet Elorrieta	Consejero	Alcalde de Basauri
Itziar Garamendi Landa	Consejero	Diputada Foral de Obras Públicas y Transportes
Ricardo Gatzagaetxebarria Bastida	Consejero	Consejero de Hacienda y Finanzas del Gobierno Vasco
Elena González Gómez	Consejero	Directora de Sociedades de Integración, Filiales y Participadas de Adif
Jesús María González Suances	Consejero	Primer Teniente de Alcalde. Concejales de Urbanismo y Servicios Sociales del Ayuntamiento de Barakaldo
José María Iruarizaga Artaraz	Consejero	Diputado Foral de Hacienda y Finanzas
Lucía Molares Pérez	Consejero	Directora General de Sepes
Ana Isabel Oregi Bastarrika	Consejero	Consejera de Medio Ambiente y Política Territorial del Gobierno Vasco
Sofía Perea Muñoz	Consejero	Asesora del Secretario de Estado de Infraestructuras, Transporte y Vivienda del Ministerio de Fomento
Cristina Ruiz Bujedo	Consejero	Portavoz del PP en el Ayuntamiento de Bilbao
José Luis Sabas Olabarria	Consejero	Teniente de Alcalde del Ayuntamiento de Bilbao Coordinador de Políticas del Territorio y Delegado del Área de Obras y Servicios
Carlos M ^a de Urquijo Valdivieso	Consejero	Delegado del Gobierno en el País Vasco
Manuel Varela Bellido	Consejero	Director Económico Financiero de Adif
Ángel M. ^a Nieva García	Director General	
Pedro M. ^a Vargas Corta	Secretario	

Fuente: Bilbao Ría 2000. Consultado el 5 de abril de 2013

<http://www.bilbaoria2000.org/ria2000/cas/bilbaoRia/bilbaoRia.aspx?primeraVez=0>

La operación de recuperación y acondicionamiento de los terrenos baldíos industriales y su posterior venta a entes privados por parte de la sociedad Bilbao Ría 2000 (que en su esencia es un ente público) se realiza bajo la lógica de la rentabilidad capitalista, es

decir una modificación de lo que llama Lipietz (2013) la división económica y social del espacio, provocando una aumentación del valor del suelo urbano apropiándose con esto de una renta proveniente del uso potencial de suelo por parte de inversionistas capitalistas. La plusvalía obtenida por esta vía es reinvertida en otras intervenciones de la ciudad, este proceso alimenta la fuente de financiamiento para la ejecución de las obras previstas en el Plan de desarrollo Urbano y aseguraba la viabilidad financiera. La participación del sector privado se ejecuta una vez que el sector público ha asumido el riesgo económico de la operación. Al respecto Gómez (2007, p. 147) señala que: “son los fondos públicos los que asumen todo el riesgo para facilitar la rentabilidad subsiguiente al sector privado”.

Este arreglo financiero institucional marca un hito importante en cuanto a la participación de los entes públicos en la concepción y desarrollo de proyectos de urbanismo de esta envergadura. Un experto académico, señala al respecto que:

“Es un modelo de transformación que había que hacerlo básicamente sustentado sobre los activos de la propia ciudad, sobre la base que los activos de la ciudad de la propia capacidad de transformación y venta del suelo y donde a lo más que se llegó desde una perspectiva nada desdeñable es establecer un compromiso por todos los niveles institucionales y administrativos en el cual obviamente diríamos se iba a abordar la regeneración integral de ese espacio que estaba muy fragmentado desde el punto de vista de la propiedad, ese espacio que está en el centro de la ciudad de Bilbao, el 85% no pertenecía al Ayuntamiento (de Bilbao).” (Entrevista, 2012).

El 50% del origen de los fondos corresponde a activos presentes en la ciudad propiedad de los gobiernos locales, el otro 50% corresponde a activos propiedad del gobierno central que fueron cedidos al Ayuntamiento (cuadro V). A esto habría que agregar los fondos de la Comunidad Europea (Fondo Europeo de Desarrollo Regional, FERDER.) que en ese momento estaban disponibles para acometer obras de infraestructura y por último una pequeña tasa impositiva que se agregaba al recibo del agua que pagan los residentes para acometer el saneamiento de la Ría del Nervión (Entrevista, 2012).

Cuadro V – Financiamiento del proyecto de revitalización urbana con activos de la ciudad.

Table V – Financing the urban revitalization project with city assets.

	Instituciones participantes
Gobierno local	Gobierno Vasco
	Diputación Foral de Biskaia
	Ayuntamiento de Bilbao
	Ayuntamiento de Barakaldo
Gobierno central	Ferrocarriles de vía estrecha (Feve)
	Administración de la infraestructura ferroviaria (Adif)
	Autoridad portuaria de Bilbao
	Ministerio de la Vivienda (SEPES)

VI. EL PROCESO DE REVITALIZACIÓN VISTO POR LOS ACTORES

Para analizar la visión de los actores acerca del liderazgo impuesto en la revitalización de Bilbao, se interrogó a tres tipos de actores: 1) actores institucionales que han tenido responsabilidad en la ejecución del proyecto; 2) analistas no responsables del proyecto; 3) asociaciones civiles y ciudadanos.

1. El liderazgo en la revitalización de Bilbao

Los actores responsables del proyecto reconocen que el liderazgo del proyecto se ubica en las instituciones del poder público local y que este tuvo que ser ejercido de una manera contundente al principio. Los observadores del proceso coinciden con el grupo de actores en señalar lo elitista del liderazgo y añaden que este fue excluyente y no federativo, sin embargo, consideran que esto era necesario dado el carácter futurista del proyecto. Por su parte los ciudadanos y demás asociaciones civiles ratifican el carácter elitista y excluyente del proceso.

En cuanto a la movilización de los recursos para la puesta en marcha del proyecto de renovación urbana, el primer grupo señala que lo básico fue la capitalización de los activos y la obtención de la plusvalía producto de la venta del suelo. El segundo grupo, además de señalar que los recursos fueron obtenidos por la venta del suelo urbano, agregan que fueron utilizados fondos europeos, que estaban disponibles para la recuperación de infraestructuras y recursos provenientes de la aplicación de un tributo pagado por los ciudadanos para el saneamiento de la ría del Nervión. El grupo de ciudadanos y la sociedad civil mencionan que los recursos fueron obtenidos principalmente por la plusvalía generada por la venta del suelo.

Con relación al tema de la participación ciudadana en la definición y puesta en marcha del proyecto de renovación encontramos que el primer grupo de actores señala que hubo una fuerte oposición al proyecto por parte de la opinión pública y del sector de la cultura. Este grupo de actores considera que fue utilizado el marketing urbano para la promoción y la aceptación del proyecto y que la participación ciudadana fue incorporada de manera representativa a través de la opinión calificada. Mientras que para la segunda categoría de actores el liderazgo del proyecto es elitista y se realiza en *petit comité*, sin ningún interés por la integración de las clases populares y por la disminución de las desigualdades. Para el tercer grupo de actores hubo al principio una fuerte contestación del proyecto en la calle y durante su ejecución no hubo ninguna implicación ciudadana.

Por último, al analizar la situación de la identidad local, observamos que el primer grupo considera que no se planteó una conservación importante del patrimonio histórico industrial y señala que la nueva infraestructura y los equipamientos urbanos han reforzado el orgullo bilbaíno. Para el segundo grupo existen características propias del bilbaíno que ayudaron a la concreción del proyecto y al reforzamiento de lo local: el hecho de ser una sociedad abierta y liberal y el de compartir una identidad histórica que los une, independientemente de sus diferencias ideológicas y políticas, el orgullo bilba-

ino, las sinergias que esto produce y el espíritu asociativo contribuyeron a la creación del proyecto. El tercer grupo señala que, a pesar de haber existido una fuerte oposición de la opinión pública al proyecto en sus inicios, reconoce que actualmente el proceso de renovación urbana ha contribuido con la identidad del bilbaíno, al gusto por la vida, a querer más a la ciudad, por lo limpio, por su arquitectura y por la presencia de turistas que les hacen ver el interés que existe en el mundo por los logros de la ciudad (cuadro VI).

Cuadro VI – La revitalización urbana de Bilbao: el proceso visto por los actores.

Table VI – Urban revitalization of Bilbao: the process from the perspective the actors.

Variables	Según actores responsables del proyecto	Según analistas no responsables del proyecto	Según ciudadanos y asociaciones civiles
El liderazgo	<ul style="list-style-type: none"> – Es ejercido por los poderes públicos locales – La presencia institucional fue muy fuerte al principio 	<ul style="list-style-type: none"> – Ejecutado por los poderes públicos locales – No fueron inclusivos – No fueron federadores – Fueron futuristas – Elitistas 	<ul style="list-style-type: none"> – Es ejercido de forma elitista – Es excluyente – Lo ejecuta el ente público
La movilización de recursos	<ul style="list-style-type: none"> – Plusvalía de la venta de los activos de la ciudad – Recuperación de las inversiones 	<ul style="list-style-type: none"> – Plusvalía de la venta de los activos de la ciudad – Se utilizaron fondos de la Comunidad Europea – Se cobran Impuestos locales para sanear el río 	<ul style="list-style-type: none"> – Se financia con la plusvalía producto de la venta de los terrenos
La participación ciudadana	<ul style="list-style-type: none"> – Promoción a través del “Marketing urbano” – La Opinión pública desfavorable – Participación ciudadana es de forma representativa – Se utilizó la opinión calificada – Hubo un rechazo del ámbito de la cultura 	<ul style="list-style-type: none"> – La democracia en la gobernabilidad del proyecto es representativa – Se hace en <i>petit comité</i> – Sin integración de las clases sociales – Falta de cultura democrática – Sin disminución de desigualdades sociales 	<ul style="list-style-type: none"> – Fuerte contestación en la calle al principio – Sin participación
La identidad local	<ul style="list-style-type: none"> – El orgullo bilbaíno conto para la ejecución de la obra – Las infraestructuras son parte ahora de la identidad local – Demolición del patrimonio industrial 	<ul style="list-style-type: none"> – Identidad histórica – Sinergias – Abierto y liberal – Identidad inconsciente – Acción asociativa – Identidad Transatlántica – Orgullo bilbaíno – Somos los mejores 	<ul style="list-style-type: none"> – La identidad bilbaína – El gusto por la vida – Nos gusta Bilbao – Es bonito Bilbao – El amor por Bilbao – Los turistas – Está muy limpio Bilbao – La arquitectura de la ciudad

Fuente: Creado por los autores a partir de las entrevistas realizadas en 2012

2. La participación ciudadana

Como ya se ha señalado, el proyecto de renovación de la ciudad de Bilbao fue repudiado en un principio por los residentes de Bilbao. Incluso, por momentos hubo

enfrentamientos violentos entre la policía y los trabajadores de los astilleros navales que veían perder sus puestos de trabajo. Al respecto, un responsable de Bilbao Ría 2000 señala:

“La crisis y el importantísimo nivel de desempleo produjo una situación de desánimo y de fe en el futuro que no contribuían a facilitar el debate y la complicidad social en las políticas públicas que debían de adoptarse. Una muestra de ello es que cuando se realiza la primera exposición pública de los principales proyectos previstos para la transformación urbana, un comentario general era que ya están los políticos vendiendo humo y que ésta es la ciudad de las maquetas. Ello sugiere más que una oposición a los nuevos proyectos, una absoluta falta de fe en los mismos. Por ello hubo de articularse un proceso de participación social, cuyo soporte estaba más articulado sobre grupos y entidades de representación social y opinión cualificada que sobre la ciudadanía en general.” (Entrevista, 2012).

La opinión pública comenzó a cambiar cuando los entes locales pudieron probar la factibilidad económica del plan y la recuperación casi inmediata de los fondos invertidos sobre todo en la construcción del museo Guggenheim. El reconocimiento externo al proceso de renovación urbana a través de la obtención de premios internacionales, la presencia del gran número de turistas que anualmente visitan Bilbao, además de los equipamientos urbanos, ayudó al cambio de la percepción de los residentes con respecto a la utilidad del proyecto. El rechazo del principio se transformó en un sentimiento fuerte de orgullo y de adhesión al proyecto.

El observatorio urbano de Bilbao bajo la dirección del Ayuntamiento y de la Universidad de Deusto, en su estudio de abril de 2013, señala que la valoración que hacen los vecinos de la ciudad en los últimos años es prácticamente unánime. 81,7% de los encuestados considera que la ciudad ha mejorado, porcentaje que se mantiene desde hace algunos años. El nivel de desaprobación es apenas del 4,49%. A juicio de los responsables del Observatorio pareciera que sigue “viva la inercia de las transformaciones operadas en los últimos años que han hecho de Bilbao una ciudad de referencia.” (Observatorio Urbano de Bilbao, 2013).

Los ciudadanos que participaron en las entrevistas coinciden con los resultados aportados por el Observatorio urbano en cuanto al nivel de satisfacción que tienen los habitantes con respecto a la ciudad de Bilbao (Entrevistas, 2012).

VII. EL AGOTAMIENTO DEL MODELO: UN PROBLEMA DE LIDERAZGO Y DE RENTA DEL SUELO

A pesar de los éxitos obtenidos, el modelo de financiamiento del plan de revitalización urbana en Bilbao (cuadro VII) parece agotarse producto de la crisis económica que ha afectado a toda España a partir del 2008. El País Vasco no ha sido el más afectado relativamente con respecto al resto del país, sin embargo la naturaleza de la crisis centrada en el sector inmobiliario afecta particularmente a la fuente de financiamiento de la

sociedad Bilbao Ría 2000, la cual se basa fundamentalmente en el acondicionamiento y obtención de la renta obtenida por la venta de los terrenos. En este sentido, Ibon Areso del Ayuntamiento de Bilbao (2012) destaca que “el futuro de la sociedad pasa ineludiblemente por el mercado inmobiliario. Ninguna administración está para poner dinero en Ría 2000: o funciona como antes o no funciona. Si el tema inmobiliario no se reactiva, Bilbao Ría 2000 entrará en una crisis profunda”. Al respecto, un responsable de Bilbao Ría 2000 nos señala:

“Nosotros ahora tenemos una fase regresiva que tenemos que afrontar y se abre una incertidumbre. Nosotros teníamos unas obras en marcha, se han ido acabando y no podemos acometer nuevas obras porque nos falta financiamiento. Ahora lo que estamos intentando es vender los activos que tenemos para financiar las obras.” (Entrevista, 2012).

En marzo del 2013, el Consejo de administración tomó la decisión de encargar un estudio de la posible disolución de Bilbao Ría 2000 en un período de dos años. ¿Señala esta decisión el comienzo del fin del proceso?

“El diputado general de Bizkaia, José Luis Bilbao, ha asegurado que Bilbao Ría 2000 está abocada a un “crack financiero” y ha defendido que “hoy lo que toca es hacer un plan de cierre ordenado y tomar las medidas adecuadas” para evitar que “se nos caiga encima la situación” de la sociedad interinstitucional, cuyo modelo “está agotado”, y procurar que “el daño económico para los socios sea el mínimo posible.”

(El Correo. http://www.eldiario.es/norte/euskadi/Diputado-Bilbao-Ria-financiero_ordenado_0_142436061.html Consulta: el 18 de junio 2013).

La candidata a la Alcaldía de Bilbao por el partido Bildu, ha señalado que: “el modelo del supuesto buque insignia de la renovación de la ciudad hace aguas. Se ha basado en la especulación y ha quedado claro que no es válido” (DEIA, 14 mayo 2015; <http://www.deia.com/> Consulta: el 19 de septiembre, 2015). La crisis económica mundial y en particular la española parecen afectar el proceso de capitalización de recursos del suelo producto de la venta, generando una acumulación de deudas y un financiamiento en regresión.

“El aparente éxito de la operación de Abandoibarra no puede ocultar los límites evidentes de este modelo de urbanismo “de la valorización” como estrategia efectiva para la revitalización metropolitana en su conjunto. Estos límites se derivan, por una parte, de las dificultades de generalización de un esquema que, frente al mito de la autofinanciación, depende no sólo de fuertes inversiones públicas no reembolsables sino, además, de las posibilidades efectivas de re-valorización del suelo. Por otra parte, Abandoibarra revela también los límites de un modelo de gestión competitiva dominada por criterios de rentabilidad y viabilidad financiera que impone una lógica de maximización de plusvalías y valorización a corto plazo subordinando los componentes estratégicos de la intervención a las exigencias de la valorización urbanística.” (Rodríguez, 2002, p. 73).

Por otra parte, comienzan a aparecer disensiones en la población. Por ejemplo, un foco de protesta ciudadana se ha hecho sentir en la península de Zorrozaure, hacia donde se dirige la segunda fase de expansión del proyecto de renovación urbana de Bilbao, publicitado como el “Manhattan de Bilbao” y encomendado a la arquitecta Zaha Hadid.

Frente a este proyecto, las asociaciones de vecinos⁵, apoyadas por la Federación de asociaciones de vecinos de Bilbao se han convertido en un foco de resistencia a lo planificado y han orientado su acción principalmente a preservar la identidad del lugar, la participación de los ciudadanos en el diseño de los planes de renovación urbana y en la sostenibilidad de los mismos, en este sentido han reivindicado el derecho de conservación del patrimonio habitacional, los puestos de trabajo de algunos talleres presentes en el lugar y especialmente la preservación de los lugares verdes (Entrevista, 2012). Las asociaciones vecinales reclaman participación, pero sobre todo proponen su propio modelo de ciudad, de tintes jacobsonianos (barrios ‘autosuficientes’, con mezclas de usos, socialmente diversos), a lo que se añade una creciente preocupación medioambiental. (Zubero, 2012, p. 72).

El movimiento vecinal se ha enfrentado con el Ayuntamiento en cuanto a la concepción del plan y ha logrado sentencias del Tribunal en su favor, como la recuperación de áreas verdes que corrían el riesgo de perderse con los nuevos usos establecidos en el Master Plan.

“En Zorrotzaurre se mantienen actualmente en activo un centenar de empresas con más de un millar de trabajadores. Alrededor de la mitad de ellas constituyeron a mediados de 2010 la Asociación de Industrias de Zorrotzaurre con el objetivo de defender ante las instituciones la continuidad de los puestos de trabajo cuando finalmente despegue la operación urbanística.” (Zubero, 2012, p. 67).

En este mismo orden de ideas, ya en el 2011, la Federación de Asociaciones Vecinales de Bilbao en un manifiesto publicado señalaba que:

“Zorrotzaurre es un ejemplo de la estrategia que se ha seguido en todos estos grandes proyectos urbanos [...] La estrategia de “regeneración urbana” implica siempre el gasto de grandes sumas de dinero público y privado para la promoción y marketing de la nueva zona confeccionando un ambicioso Mega plan urbano diseñado siempre por arquitectos de renombre internacional y en el que caben los grandes proyectos de “ciudad creativa”, de “World Class”, de ciudad del futuro. La realidad es que se excluye siempre del proyecto a los vecinos de la zona, a las pequeñas empresas y a los negocios locales.” (Federación de Asociaciones Vecinales de Bilbao, 2011, p. 6).

Los vecinos de Zorrozaurre anteponen al Master Plan de Saha Hadid un plan de desarrollo urbanístico tomando en cuenta la participación ciudadana, autosostenible y particularmente cuidadoso con la identidad del lugar lo que permitirá una rentabilidad económica social y ecológica.

“... en los pabellones industriales hoy en desuso se han desarrollado a lo largo de una década diversas iniciativas culturales, impulsadas por jóvenes emprendedores y creativos que han hecho de y en Zorrotzaurre una interesantísima experiencia de laboratorio creativo: artistas, creadores y agitadores culturales se han ido instalando en la zona a la vez que recuperaban talleres y pabellones industriales en desuso, y las propias calles y paredes de la península han servido como soporte para un asombroso despliegue de arte efímero en forma de murales y grafitis. Atendiendo a esta emergente realidad cultural, el Gobierno Vasco se ha planteado impulsar en la zona el surgimiento de Fábricas de Creación que atraigan a jóvenes creadores.” (Zubero, 2012, p. 66).

Al caso ya explicado de Zorrotzaure se une el caso que nos detalla Ibai-Gandiaga (2016), sobre el barrio de San Francisco situado al margen izquierdo de la Ría, muy cercano al barrio de Abando, lugar donde fueron realizadas las grandes obras arquitectónicas y de equipamiento urbano. El barrio de San Francisco, también llamado «Barrio rojo» o «Bilbao Intercultural», presenta graves signos de exclusión social y es estigmatizado por la presencia de una diversidad de inmigrantes de bajos ingresos económicos. Se esperaba cambiar esta imagen negativa del barrio con la onda expansiva del efecto *Guggenheim* y que el mismo provocara una regeneración. Esto no se ha materializado a pesar de las campañas que se han llevado a cabo para atraer al barrio proyectos económicos (Ibai-Gandiaga, 2016). Txelu Balboa, miembro de ColaBoraBora (citado por Ibai-Gandiaga), colectivo especializado en entornos de innovación y colaboración con más de una década en el barrio, habla sobre las distintas estrategias de promoción de la zona:

“Desconozco las razones últimas pero la realidad es que muchos negocios han cerrado o se han marchado. Tal vez no llegaron a funcionar o no desarrollaron su pertenencia y vínculo al barrio. Otros, sí. Después de completarse los objetivos del Plan Especial de Rehabilitación, que construyó alrededor de 1000 viviendas, lo que ha quedado ha sido un interregno que no ha sido como muchos esperaban. Los precios de los inmuebles no subieron y sus pobladores nunca se fueron. La olla no hirvió.” (Ibai-Gandiaga, 2016).

Sin embargo, han surgido desde la base iniciativas sociales de tipo cultural que parecen tomar el relevo de la transformación social, “iniciativas autoorganizadas desde la ciudadanía, sociales y creativas, que aúnan ayudas públicas y colaboración privada para dar lugar a eventos vecinales de encuentro y experiencias de innovación social de gran interés, algunas de ellas únicas en sus condicionantes” (Ibai-Gandiaga, 2016). Como por ejemplo el Sarean, con 30 años de experiencia de iniciativas en barrio que entendían el arte y la cultura como herramienta de reunión, construcción y cohesión social.

Una primera explicación que se puede dar al posible agotamiento del modelo, además de los factores coyunturales ligados a la crisis, corresponde al tipo de liderazgo (leadership) ejercido en el proceso de reconversión de Bilbao. Impulsado por las principales elites, el proceso no se ha abierto a una real participación ciudadana, a pesar de que esta haya sido considerada como parte del plan de desarrollo. Un dirigente de la Federación de Asociaciones de vecinos de Bilbao nos señala que: “la participación ciudadana fue consagrada en la ley y es clara. Sin embargo esta participación la acogen los organismos públicos sin mayor interés; existe mucha reticencia por parte de estas instancias, los barrios son los grandes olvidados y la ciudadanía no está presente” (Entrevista, 2012).

Otro aspecto importante corresponde a la imposibilidad de aumentar el rendimiento de la renta del suelo. Esto fue un objetivo importante en el proceso y un factor mayor de su expansión. Sin embargo, la incapacidad de abrir el proceso hacia otros sectores económicos se traduce finalmente en un freno de la rentabilización del suelo, que se queda limitado a lo turístico y a dimensiones recreativas. Esto no significa que

el desarrollo a través de la actividad cultural no haya tenido resultados. Cierto que los hay. Sin embargo, al ser exclusivo desde el punto de vista social y sectorial, el proceso no logra reimpulsarse.

A este respecto, Precedo *et al.*, (2010, p. 13) señalan:

“Se propugnó una nueva imagen de marca para posicionar la ciudad en el mapa de ciudades innovadoras a partir de la arquitectura escapate. El museo diseñado por Frank Gehry se convirtió en un icono global del final del siglo XX. El éxito del proyecto hizo que el apelativo “efecto Guggenheim” se aplicara a los proyectos de marketing urbano que tomaron un gran centro museístico o cultural como estrategia de posicionamiento. La realidad es que, aparte de la renovación urbana, el atractivo turístico y el valor de posicionamiento, los demás efectos esperados no se produjeron y la ciudad vasca no logra recuperar su función económica anterior ni captar los activos tecnológicos esperados.”

Cuadro VII – Síntesis del proyecto de revitalización urbana en Bilbao (1980-2012).

Table VII – Synthesis of the urban revitalization project in Bilbao (1980-2012).

Elemento de despegue	Crisis de la actividad industrial y pérdida de empleos
Actores asociados	La Comunidad europea, El Estado central español. La Comunidad autónoma del país Vasco. El Gobierno Vasco, La diputación Foral de Vizcaya, El Ayuntamiento de Bilbao. El Ayuntamiento de Baracaldo y otros ayuntamientos de la metrópolis y entes privados
Tipo de liderazgo	Institucional. (El Ayuntamiento de Bilbao, El Gobierno Vasco, La diputación Foral de Vizcaya)
Objetivos	La creación y mantenimiento del empleo La proyección internacional de Bilbao La recuperación ambiental
Financiamiento y recursos movilizados	Fondos europeos Fondos provenientes de la venta de activos públicos Impuestos locales Los quipos técnicos locales Los arquitectos de renombre mundial
Fuerzas	La concertación institucional La legitimación interna y externa (premios internacionales) El reconocimiento de las autoridades locales El reforzamiento de la identidad local La estabilidad de los líderes locales
Debilidades	Una iniciativa top-down El bloqueo del modelo de renovación urbana por la crisis económica actual y la falta de financiamiento para obras futuras La poca participación e implicación de los ciudadanos La <i>Gentrificación</i> del centro de Bilbao
Realizaciones	Las instancias intermedias de gobernabilidad Bilbao Metrópoli 30 y Bilbao Ría 2000 Los equipamientos culturales e infraestructuras de comunicación de calidad La elevación de los niveles de confianza de los ciudadanos en los líderes locales El fortalecimiento de la identidad local El saneamiento ambiental

Fuente: Creado por los autores a partir de las entrevistas realizadas en 2012

VIII. CONCLUSIONES

Dos interrogantes nos inspiraron en este texto: ¿Es viable la reconversión de Bilbao dentro de un contexto de crisis económica que ha afectado particularmente a España? ¿El hecho de haber desarrollado un plan de urbanismo desde una perspectiva elitista y excluyente de la participación ciudadana no pone en riesgo la sostenibilidad del mismo en el mediano y largo plazo?

Se constató que en el proceso de renovación urbana llevado a cabo en la ciudad de Bilbao en los últimos 30 años, el elemento activador de la acción colectiva fue ocasionado por la crisis económica y social existente, con una tasa de desempleo que rondaba el 25%, que empobreció los hogares bilbaínos. Las elites locales decidieron coaligarse y movilizarse para desarrollar un conjunto de acciones a fin de atender esta crítica situación. Entre las acciones destacan la búsqueda de un consenso entre los diferentes actores con intereses disímiles, lo que demandó un esfuerzo de concertación de envergadura, en donde fueron establecidas redes verticales y sectoriales entre los distintos niveles gubernamentales, así como redes horizontales entre actores públicos y privados que hacían vida pública en Bilbao. Los recursos financieros y humanos fueron igualmente movilizados: activos públicos, fondos europeos, impuestos locales y la capitalización de la venta de suelos, así como equipos técnicos y especialistas extranjeros: arquitectos y urbanistas. Para ello fue necesario echar mano a la colaboración entre los actores locales lo que favoreció una fuerte identidad territorial. El proceso ha dejado un conjunto de equipamientos urbanos y fundamentalmente la generación de puestos de trabajo que permitieron bajar la tasa de desempleo a 6%. Los actores locales adquirieron una experticia y un aprendizaje en materia de renovación urbana que ha sido legitimada internamente y externamente, con frecuentes solicitudes de colaboración de otras ciudades.

La mayoría de los actores consultados y de los estudios hechos sobre el caso de la ciudad de Bilbao señala el éxito de la renovación urbana como la conjunción de una variedad de factores históricos, políticos y económicos, identificando la utilización de la construcción del museo Guggenheim como elemento catalizador y motor del desarrollo económico y social de la ciudad. El poder de esta idea es tan grande que se habla corrientemente del *efecto Guggenheim* como ejemplo de lo que debe ser un proyecto exitoso. Algunos analistas reducen este “efecto” al ícono que es el Guggenheim. Así es como se ha tratado de transferir esta experiencia a otras ciudades, con poco éxito sin embargo. Es que la experiencia no se reduce al ícono sino que incluye el conjunto del proceso, el cual, por sus características institucionales no puede ser replicado.

El estudio muestra a todas luces que la estrategia de desarrollo económico y social seleccionada para la renovación urbana en la metrópolis de Bilbao calza perfectamente con las estrategias orientadas a la búsqueda de la competitividad territorial y la atracción internacional al mejor estilo de “la ciudad creativa” de *World Class*, porta estandarte de la llamada la nueva economía.

La reconversión de Bilbao ha sido orientada dentro de la lógica de la nueva política urbana cuya base es el urbanismo empresarial, utilizando esquemas de gestión privada que permitieron una autonomía de acción sin los inconvenientes de la pesada gestión

pública. El montaje financiero para la ejecución del plan se basó esencialmente en el aporte a riesgo de los fondos públicos representados en los activos locales y en la capitalización de la renta del suelo de espacios cedidos por los entes públicos.

En cuanto a los límites de una intervención urbana de este tipo, varias voces comienzan a manifestarse a favor de una revisión del plan que hasta ahora se ha seguido. El plan de urbanismo sustentado en un financiamiento de rentabilización del suelo no sigue siendo viable y los entes de gestión tienen dificultades para seguir reinvertiendo los fondos que se obtenían por esta vía y al contrario comienzan a acumular deudas que ponen en riesgo su existencia como entes gestores del proceso a mediano y largo plazo.

Por otro lado la concepción de un master plan a ser desarrollado en la isla de Zorrozaure contigua a la primera etapa de intervención en Abandoibarra ha encontrado focos de resistencia vecinal que se oponen a un proyecto de renovación urbana de envergadura para el cual no han sido consultados y sobre el cual tienen grandes reservas. La lucha vecinal ha logrado introducir por la vía legal varias modificaciones al Master Plan por demandas hechas ante los tribunales sobre todo en el manejo de la preservación de áreas verdes. Otro de los obstáculos encontrados tiene que ver con la existencia de un movimiento cultural creativo desarrollado por artistas en el lugar que está siendo apoyado por el Gobierno Vasco y que tendrá que ser considerado dentro del plan definitivo de intervención.

El caso del barrio San Francisco pone en evidencia la falta de integralidad en la concepción del Plan urbano de Bilbao dejando barrios al margen del proceso de renovación. La experiencia cultural que se desarrolla en esta parte de la ciudad corresponde más bien al acercamiento del desarrollo inclusivo y de la cultura de proximidad evocado por Markussen, Stern, André y Carmo entre otros.

Si bien es cierto que el proceso de reconversión se realizó sobre una amplia base de participación de actores locales y extra-locales, la intervención se desarrolló bajo un esquema *Top-Down* donde la participación ciudadana estuvo ausente en la concepción y desarrollo global del proyecto. El movimiento vecinal y parte del estamento político comienzan a rechazar este tipo de intervención y solicitan un mayor espacio de participación para acciones futuras.

El caso de Bilbao se inscribe en la nueva configuración territorial de la economía globalizada la cual es el resultado de factores estructurales y tecnológicos que corresponden a la evolución del capitalismo. Pero también es el resultado de factores que corresponden a estrategias voluntarias públicas y privadas de conversión al ámbito competitivo impuesto por las fuerzas del mercado. Con el objetivo de atraer inversiones privadas, los gobiernos y los actores locales aplican estrategias que favorecen la atraktividad a través de objetos y equipamientos culturales (Klein & Roy, 2014). El objetivo de estas estrategias es el reposicionamiento de las ciudades y metrópolis en lo que ha sido llamado la "nueva economía", la cual presenta claramente una inflexión cultural (Pecqueur, 2004; Scott, 2004; Amin & Thrift, 2007). Pero, estas estrategias aplican una visión reduccionista de lo que en realidad es esta nueva economía, limitándose a los sectores de alto valor agregado, lo que intensifica y acelera las tensiones y las desigualdades provocadas por la globalización/metropolización, en un contexto de competitividad y de competencia interterritorial desenfrenado.

Sin embargo, la actividad cultural y la creatividad pueden empoderar a las comunidades locales, especialmente en los barrios más desfavorecidos, en la medida que se persiga la construcción de capacidades colectivas que permiten la puesta en práctica de estrategias socialmente creativas asociadas con la participación ciudadana. Esta visión del rol de la actividad cultural permitiría el reforzamiento de la dinámica de desarrollo local favoreciendo ciertamente a la atractividad de la ciudad, y por lo tanto a la movilización de recursos exógenos, y al mismo tiempo a la participación ciudadana y a la movilización de fuerzas endógenas (Klein, 2005; Klein & Champagne, 2011). Esta visión permitiría además la inserción de la actividad cultural en una estrategia amplia de desarrollo local en la cual se integre tanto a las actividades creativas y culturales, a las actividades productivas y a los servicios (Tremblay, Klein, & Fontan, 2016; Klein & Tremblay, 2016). Este es el reto para una reconversión urbana en la cual la cultura tenga un rol de mediador y de integrador.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amin, A., & Thrift, N. (2007). Cultural-Economy and Cities. *Progress in Human Geography*, 31(2), 143-161.
- Ambrosino, Ch., Andres, L. (2008). Friches en ville: du temps de veille aux politiques de l'espace [Derelict Urban Land: from the Fallow Phase to Urban Politics]. *Espaces et sociétés*, 134(3), 37-51.
- André, I., & Carmo, A. (2010). Régions et villes socialement créatives. Étude appliquée à la péninsule ibérique [Socially Creative Regions and Cities: The Iberian Peninsula Case]. *Innovations*, 33(3), 65-84.
- André, I., Brito, E., & Malheiros, J. (2008). Inclusive places arts and socially creative milieux. In D. MacCallum, F. Moulaert, J. Hillier, & S. Vicari Haddock (Eds.), *Social Innovation and Territorial Development* (pp. 149-166), Farnham: Ashgate.
- André, I., Malheiros, J., & Carmo, A. (2013). The rhythm of arts in the socially creative city. In J.-L. Klein, & M. Roy (Eds.), *Pour une nouvelle mondialisation: le défi d'innover Towards a New Globalization: the Challenge of Innovation* (pp. 191-207). Québec: Presses de l'Université du Québec.
- Andres, L. (2010). Reconquête culturo-économique des territoires délaissés: de l'importance du temps de veille et de ses acteurs transitoires [Cultural-economic regeneration of abandoned areas: the importance of standby time and its transitional actors]. *Méditerranée*, 114, 51-62.
- Andres, L., & Grésillon, B. (2011). Les figures de la friche dans les villes culturelles et créatives: regards croisés européens [Brownfield areas in european cultural and creative cities: a comparative overview]. *L'Espace géographique*, 40(1), 15-30.
- Areso, I. (2000). *Bilbao ante el cambio de siglo. La metamorfosis de la metrópoli industrial*. [Bilbao at the turn of the century. The metamorphosis of the industrial metropolis]. Retrieved from: <http://www.euskonews.com/0068z/bk/gaia6802es.html>
- Benko, G. (1999). Marketing et territoire. [Marketing and Territory]. In J.M. Fontan, J.L. Klein, & D.G. Tremblay (Eds.), *Entre la métropolisation et le village global Between Metropolization and the Global Village* (pp. 79-122). Québec: Presses de l'Université du Québec.
- Bilbao Métropoli 30. Retrieved from: <http://www.bm30.es/>
- Bilbao Ría 2000. Retrieved from: <http://www.bilbao-ria2000.org>
- Cary, P., & Fol, S. (2012). Introduction. Les métropoles face aux dynamiques de ségrégation et de fragmentation [The metropolises facing the dynamics of segregation and fragmentation]. *Géographie, économie, société*, 14(2), 113-126.
- Castells, M. (1996). *The rise of the network society (the information age: economy, society and culture)*. Vol. 1. Malden, MA: Blackwell Editores.

- Castel, R. (2008). La citoyenneté sociale menacée. [Social citizenship threatened]. *Cities*, 35, 133-151.
- Chantelot, S. (2009). La thèse de la « classe créative » : entre limites et développements. [The Creative Class The thesis of the «creative class»: Between Limitations and Developments]. *Géographie, économie, société*, 11(4), 315-334.
- Chapple, K., Shannon, S., & Martin, J. (2010). Concentrating creativity: the planning of formal and informal arts districts. *City Culture and Society*, 1, 225-234.
- Cuenya, B., & Corral, M. (2011). Empresarialismo, economía del suelo y grandes proyectos urbanos: el modelo de Puerto Madero en Buenos Aires. [Entrepreneurship, land economics and large urban projects: the model of Puerto Madero in Buenos Aires]. *Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos y Regionales EURE*, 37(111), 25-45.
- Darchen, S., & Tremblay, D-G. (2010). La thèse de la « classe créative » [The thesis of the «creative class»]. *Revue des écrits et perspectives de recherche*. In R. Tremblay, & D-G. Tremblay (Eds.), *La classe créative selon Richard Florida. Un paradigme urbain plausible?* [The creative class according to Richard Florida. A plausible urban paradigm?] (pp. 17-37). Québec: Presses de l'Université du Québec.
- DEIA Retrieved from: <http://www.deia.com/> Consulta: el 19 de septiembre, 2015
- Eizaguirre-Anglada, S. (2016). Entidades socialmente creativas en un contexto de gobernanza multinivel. Una comparativa del fomento de la economía solidaria en Barcelona y Bilbao [Social innovation and local systems of governance: A comparison of political participation by networks for the promotion of a solidarity-based economy in Barcelona and Bilbao]. *Revista de Sociología*, 101(1), 31-49. doi: <http://dx.doi.org/10.5565/rev/papers.1796>
- Federación de Asociaciones Vecinales de Bilbao (2011). *Bilbao: la ciudad que queremos* [Bilbao: the city we want]. Retrieved from: [<http://www.otxarkoaga.com/afo/federacion-aavv-bilbao/bilbao-la-ciudad-que-queremos/?keepThis=true&TBiframet=true&height=650&width=850&caption=EuskalHerria.INFO>] Bilbao
- Fontan, J-M., Klein, J-L., & Tremblay, D-G. (2005). *Innovation socioterritoriale et reconversion économique: le cas de Montréal* [Socio-territorial innovation and economic reconversion: the case of Montréal]. Paris: L'Harmattan.
- Fontan, J-M., Klein, J-L., & Lévesque, B. (2003). *Reconversion économique et développement territorial: le rôle de la société civile* [Economic Reconversion and Territorial Development: The Role of Civil Society]. Québec: Presses de l'université du Québec.
- Florida, R. (2002). *The rise of the creative class and how it's transforming work, leisure, community and everyday life*. New York: Basic Books.
- El Correo (2012). Entrevista a Ibon Areso. [The courier, Interview with Ibon Areso] . p. 3 Bilbao.
- El Correo (2013). Bilbao Ria 2000 está abocada a un "crack financiero", dice el diputado general de Bizkaia. Retrieved from: http://www.eldiario.es/norte/euskadi/Diputado-Bilbao-Ria-financiero-ordenado_0_142436061.html
- Gomez, M. V. (2007). *La metamorfosis de la ciudad industrial. Glasgow y Bilbao: dos ciudades con un mismo recorrido* [The metamorphosis of the industrial city. Glasgow and Bilbao: two cities with the same route]. Madrid: Talasa.
- González, S. (2006). Scalar narratives in Bilbao: a cultural politics of scales approach to the study of urban policy. *International Journal of Urban and Regional Research*, 30(4), 836-857.
- Grefre, X., & Pflieger, S. (2005). *La culture et le développement local*. [Culture and local development]. OCDE. Retrieved from: <http://browse.oecd-bookshop.org/oecd/pdfs/product/8405022e.pdf>
- Herve, F., Chanut, A., Daunas, J., Guillaume, J. (2007). *Bilbao ou le renouvellement urbain par le transport* [Bilbao or urban renewal through transport]. Paris: Institut d'urbanisme de Paris, L'École National de Ponts et Chaussées.
- Hutton, T. (2008). *The new economy of the inner city: restructuring, regeneration and dislocation in the twenty-first century metropolis*. London: Routledge.
- Ibai-Gandiaga, E. (2016). Bilbao: el desarrollo que nunca fue. [Bilbao: the development that never was]. *CTXT. Contexto y Accion*, 59. Retrieved from: <http://ctxt.es/es/20160406/Culturas/5278/Bilbao-Barrio-de-San-Francisco-gentrificaci%C3%B3n-museo-Guggenheim-urbanismo-arquitectura.htm>
- Keil, R., & Boudreau, J-A. (2010). Le concept de la ville créative : la création d'une réelle ou imaginaire forme d'action politique dominante [The Concept of the Creative City: Creation of a Real or Imagined Form of Dominant Political Action]. *Pôle Sud*, 32, 165-178.

- Klein, J-L. (2005). Iniciativa local y desarrollo: respuesta local a la globalización neoliberal [Local initiative and development: space based response to neoliberal globalization]. *Revista latinoamericana de estudios urbanos y regionales EURE*, 31(94), 25-39.
- Klein, J-L., & Champagne, C. (Eds) (2011). *Initiatives locales et lutte contre la pauvreté et l'exclusion* [Local initiatives and the fight against poverty and exclusion]. Québec: Presses de l'Université du Québec.
- Klein, J-L., & Tremblay, D-G. (2016). Cultural creation and social innovations as the basis for building a cohesive city. In D. Shearmur, R. Carrincazeaux, & D. Doloreux (Eds), *Geographies of Innovation* (pp. 447-462). Cheltenham (UK): Edward Elgar.
- Klein, J-L., & Tremblay, D-G. (2010). Social actors and their role in metropolitan governance in Montréal: towards an inclusive coalition? *GeoJournal*, 75(6), 567-579.
- Klein, J-L., & Roy, M. (2014). Le renouvellement de la géographie économique [The renewal of economic geography]. In J-L. Klein & R. Guillaume (Eds), *Vers une nouvelle géographie économique [Towards a New Economic Geography]* (pp. 177-205). Québec: Presses de l'Université du Québec.
- Leriche, F., Daviet, S., Sibertin-Blanc, M., & Zuliani, J-M. (2008). *L'économie culturelle et ses territoires* [The cultural economy and its territories]. Toulouse: Presses universitaires du Mirail.
- Levine, M. (2010). La « classe créative » et la prospérité urbaine Mythes et réalités. [The «Creative Class» and Urban Prosperity Myths and Realities.] In R. Tremblay & D-G. Tremblay (Eds.), *La classe créative selon Richard Florida. Un paradigme urbain plausible? [The Creative Class According to Richard Florida. A Plausible Urban Paradigm?]* (pp. 87-112). Québec: Presses de l'Université du Québec.
- Lipietz, A. (2013). Le tribut foncier urbain aujourd'hui: Le cas de la France. [The Urban Tribute Today: The Case of France]. Retrieved from: <http://lipietz.net/spip.php?article2982>
- Markussen, A. (2006). Urban development and the politics of a creative class: evidence from a study of artists. *Environment and Planning A*, 38, 1921-1940.
- Markussen, A., & King, D. (2003). *The artistic dividend*. Minneapolis Humphrey Institute of Public Affairs Retrieved from: http://www.hhh.umn.edu/img/assets/6158/artistic_dividend.pdf. Minneapolis
- Moulaert, F. (2009). Le développement territorial intégré: le rôle des rapports sociaux. [Integrated area development: the role of social relations"]. *Canadian Journal of Regional Science/Revue canadienne des sciences régionales*, XXXII(1), 43-58.
- Moulaert, F., & Nussbaumer, J. (2008). *Logique sociale du développement territorial*. [Social Logic of Territorial Development]. Québec: Presses de l'Université du Québec.
- Moulaert, F., Demuyne, H., & Nussbaumer, J. (2004). Urban renaissance: from physical beautification to social empowerment. *City*, 8(2), 229-235.
- Museo Guggenheim. *Memoria de actividad* [Activity report] 2012. Retrieved from: <http://www.guggenheim-bilbao-corp.es/wp-content/uploads/2011/03/MEMORIA-2012-ESP.pdf>.
- Nieva, Á. (2012). La fuerza del consenso. [The strength of consensus]. *El Correo*. Bilbao, 3.
- Observatorio Urbano de Bilbao (2013) Retrieved from: <http://www.bilbao.net>. Bilbao
- Peck, J. (2005). Struggling with Creative Class. *International Journal of urban and regional research*, 29, 740-770.
- Pecqueur, B. (2004). « Vers une géographie économique et culturelle autour de la notion de territoire » [Towards an economic and cultural geography around the concept of territory]. *Géographie et culture*, 49, 71-86.
- Pilati, T., & Tremblay, D-G. (2007). Cité créative et district culturel; une analyse des thèses en présence [Creative City and Cultural District: An Analysis of Existing Theses]. *Géographie, économie et société*, 9(4), 381-401.
- Precedo, A., Orosa, J., & Miguez, A. (2010). De la planificación estratégica al marketing urbano: hacia la ciudad inmaterial [From strategic planning to urban marketing: toward the intangible city]. *Revista latinoamericana de estudios urbanos y regionales EURE*, 36(108) 5-27.
- Rodríguez, A. (2002). Reinventar la ciudad: milagros y espejismos de la revitalización urbana en Bilbao. [Reinventing the city: miracles and mirages of urban revitalization in Bilbao]. *Lan Harremanak*, 6(1), 69-108.
- Rodríguez, A. (2007). *Reinventar la ciudad. Paradojas de la urbanización neo-liberal*. [Reinventing the city. Paradoxes of neo-liberal urbanization]. Retrieved from: http://ayp.unia.es/index.php?option=com_content&task=view&id=73
- Rodríguez, A., Rodríguez, P. (2009). *Santiago, una ciudad neoliberal*. [Santiago, a neoliberal city] Quito: Organización Latinoamericana y del Caribe de Centros Históricos (OLACCHI).

- Sacco, P.-L., Blessiy, G., & Nuncio, M. (2008). Culture as an Engine of Local development processes: System-Widw Cultural districts. Retrieved from: http://www.sociologia.unimib.it/DATA/Insegnamenti/14_3680/materiale/wp_2008_05.pdf
- Saint-Pierre, D., & Coutard, J. (2002). *La culture comme facteur de développement de la ville: Les expériences étrangères* [Culture as a Factor for the Development of the City: Foreign Experiences]. Québec: Institut national de la recherche scientifique.
- Sassen, S. (2007). *A Sociology of Globalization*. New York: W.W. Norton & Company.
- Sassen, S. (2001). *Global cities: New York, London, Tokyo*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Scott, A. J. (2004). A Perspective of Economic Geography. *Journal of Economic Geography*, 4(5), 479-499.
- Shearmur, R. (2010). L'aristocratie du savoir et son tapis rouge [The aristocracy of knowledge and its red carpet]. Quelques réflexions sur les thèses de Richard Florida. In R. Tremblay, & D-G. Tremblay (Eds.) *La classe créative selon Richard Florida. Un paradigme urbain plausible? [The creative class according to Richard Florida. A plausible urban paradigm?]* (pp. 107-126). Québec: Presses de l'Université du Québec.
- Stern, M.-J., & Seifert, S.-C. (2010). Cultural clusters: the implications of cultural assets agglomeration for neighborhood revitalization. *Journal of Planning Education and Research*, 29(3), 262-279.
- Swyngedouw, E., Moulaert, F., & Rodriguez, A. (2002). Neoliberal Urbanization in Europe: Large-Scale Urban Development, Projects and the New Urban Policy. *Antipode*, 34(3), 542-577.
- Tremblay, D.-G., Klein, J.-L., & Fontan, J.-M. (2016). *Initiatives socio-territoriales et développement local* [Socio-territorial initiatives and local development]. 2^a edición Québec: Presses de l'Université du Québec.
- Tremblay, R., & Tremblay, D.-G. (2010). *La classe créative selon Richard Florida. Un paradigme urbain plausible?* [The creative class according to Richard Florida. A plausible urban paradigm?]. Québec: Presses de l'Université du Québec.
- Trudelle, C. J.-M., Fontan, J.-M., Klein, J.-L., & Tremblay, D.-G. (2015). Urban Conflicts and Socio-Territorial Cohesion: Consensus-Building and Compromise in the Saint-Michel Neighborhood in Montreal. *Canadian Journal of Urban Research*, 24(2), 138-157.
- Vackimes, S. C. (2012). De rampas y pasarelas: los museos Guggenheim como espacios artísticos genéricos. [From ramps and walkways: Guggenheim museums as generic art spaces]. In I. Arrieta Urtizberea (Ed.), *Museos y turismo: Expectativas y realidades Museums and Tourism: Expectations and Realities* (pp. 141-153). Biscaia: Universidad del País Vasco.
- Vivant, E. (2007) L'instrumentalisation de la culture dans les politiques urbaines: un modèle d'action transposable? [Is the Instrumentalization of Culture in Urban Policy a Transposable Model?]. *Espaces et sociétés*, 131, 49-66.
- Zubero, I. (2012). "Primerο tomaremos Manhattan": regeneración urbana, insurgencias ciudadanas y emergencias culturales en Zorrotzaurre (Bilbao)" ["First we will take Manhattan": Urban regeneration, civic insurgencies, and cultural emergences in Zorrotzaurre (Bilbao)]. *Urban*, NS03, 65-80.
- Veltz, P. (2017). *La Société hyper-industrielle. Le nouveau capitalisme productif*. [The Hyper-Industrial Society. The New Productive Capitalism] Paris: Le Seuil.
- Veltz, P. (1996). *Mondialisation, villes et territoires. Une économie d'archipel* [Globalization, cities and territories. An economy of the archipelago]. Paris: Presses Universitaires de France.

ⁱ Los autores agradecen los comentarios de la profesora Isabel André, del Instituto de Geografía de la Universidad de Lisboa aportados acerca de una versión preliminar de este texto.

ⁱⁱ Acerca de la aplicación empírica de este modelo, ver también Fontan, Klein y Tremblay (2005), Tremblay y Klein y Fontan (2016).

ⁱⁱⁱ La ciudad de Pittsburg, a partir de los años 1980, constituyó un partenariado público y privado, que le permitió mantener y crear nuevos empleos en el área de los servicios en el centro de la ciudad. La ciudad creó una Comisión de las artes compuesta por 9 miembros nombrados por el alcalde adjunto al departamento de parques y recreación. Desde 1993 esta región fue asignada a una agencia especializada (Regional Asset. District) que tenía por misión la subvención de equipamientos culturales regionales (Saint-Pierre, Coutard, 2002).

^{iv} <http://www.deia.com>

^v Tres son los organismos sociales más activos: la Asociación Vecinal El Canal/Kanala Auzo Elkarte, la Asociación de Vecinos Euskaldunako Zubia y el proyecto ZAWP (Zorrozaurre Art Working Progress). La Asociación El Canal aglutina a residentes en los barrios bilbaínos de: Sarriko, Elorrieta y San Ignacio.

KAAK AL ABBAS: O ALIMENTO RELIGIOSO NA CONSTRUÇÃO DE TERRITORIALIDADES

KARINA ARROYO DE MENESES¹

RESUMO – A Geografia Cultural se interessa pela espacialização dos geossímbolos capazes de semiografar agências e territorialidades. O Sagrado pode materializar-se simbolicamente nos atos e comportamentos triviais de um grupo, como o alimentar-se, determinando a construção de identidades próprias e evocando sentidos e saberes ligados ao alimento. Neste artigo, o *Kaak Al Abbas*, participa como alimento simbólico e indispensável à celebração de *Ashura*, marco histórico representado na batalha de Karbala, a Tragédia responsável pela cisão jurisprudencial e política do Islam entre sunitas e xiitas. Sua fabricação, consumo e distribuição são parte integrante do processo ritualístico anual no Brasil e no mundo, apresentando simbolismos e significados capazes de configurar identidades, demarcar poderes e erigir territorialidades. A partir de uma abordagem embasada na Geografia Cultural e na filosofia fenomenológica, pretende-se descrever e traçar algumas reflexões pertinentes sobre a alimentação no campo geográfico a partir de uma perspectiva religiosa do consumo alimentar.

Palavras-chave: Islam; *Ashura*; *Kaak Al Abbas*; territorialidade; geossímbolos.

ABSTRACT – *KAAK AL ABBAS: RELIGIOUS FOOD IN THE CONSTRUCTION OF TERRITORIALITIES*. Cultural Geography is concerned with the spatial distribution of geosymbols able to draw agencies and territoriality. The Sacred can materialize symbolically in the acts and trivial behavior of a group, such as eating, determining the construction of its own identities and evoking meanings and knowledge related to food. In this article, the *Kaak Al Abbas*, is studied as symbolic and essential food to the celebration of *Ashura*, a historical landmark depicted in the Karbala Battle of the tragedy responsible for jurisprudential and political split of Islam between Sunnis and Shiites. Its production, consumption

Recebido: janeiro 2017. Aceite: março 2017.

¹ Pesquisadora/Colaboradora do Núcleo de Estudos sobre Espaço e Cultura da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NEPEC/UERJ) e do Grupo de Pesquisa Brasil-Irã do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ), Rua São Francisco Xavier, 524, Bloco F, 4º andar, Maracanã, Rio de Janeiro, RJ- Brasil. CEP:20550-013. E-mail: kary_arc@yahoo.com.br

and distribution are part of the annual ritualistic process in Brazil and the world, with symbolisms and meanings that configure identities, demarcate powers and erect territoriality. From a grounded approach in Cultural Geography and phenomenological philosophy, this article aims to describe and draw some pertinent reflections on food consumption in the field of geography from a religious perspective.

Keywords: Islam; Ashura; *Kaak Al Abbas*; territoriality; geosymbol.

RÉSUMÉ – KAAK AL ABBAS : UN RITE ALIMENTAIRE RELIGIEUX ET L'ORGANISATION DE L'ESPACE. La géographie culturelle traite des géo-symboles qui influencent les agencements territoriaux. Le sacré peut se matérialiser symboliquement dans les actions et comportements habituels d'un groupe, tels que sa nourriture, en provoquant l'élaboration d'identités et en évoquant ses connaissances et ses répulsions alimentaires. Dans cet article, le *Kaak Al Abbas* apparaît comme un aliment symbolique, essentiel pour la célébration de l'Achoura, ce point de repère historique correspondant à la bataille de Karbala, la tragédie responsable de la scission religieuse et politique entre Sunnites et Chiites. Son élaboration, sa consommation et sa distribution font partie de cette célébration annuelle, tant au Brésil que dans le reste du monde. Elle comporte des symbolismes et des significations créant des identités, délimitant des pouvoirs et construisant des territorialités. Selon une approche fondée sur la Géographie culturelle et sur la Philosophie phénoménologique, on a cherché à décrire et à élaborer des réflexions pertinentes sur les conséquences géographiques d'une consommation alimentaire de type religieux.

Mots clés: Islam; *Ashura*; *Kaak Al Abbas*; géo-symbole; territorialité.

I. INTRODUÇÃO

Ao alimentar-se o agente do espaço constrói marcas de territorialidade. Para a compreensão desta assertiva, é necessário, antes de tudo, uma análise dos conceitos de território e territorialidade para a diferenciação qualitativa do espaço que abriga o espetáculo sensorial. Para isso, temos de definir a função do alimento no espaço para que a tessitura de conexões empíricas faça sentido. O alimento antes de ocupar um determinado espaço ele encerra uma gama de signos que reverberam em significados que passam a ter expressão, somente, quando determinado grupo vivencia a experiência do alimento conectado à terra, culminado na geograficidade (Dardel, 1952), ou seja, no envolvimento homem/meio. Essa conexão para ser levada a cabo tem como vetor a percepção gustativa, a capacidade sensorial apreendida *in loco*, resgatando, desvelando ou guardando a memória do lugar. O sabor oriundo da terra *mater* apresenta – por meio da imaginação geográfica – paisagens e suscita o sentimento de pertencimento identitário.

A inumerável capacidade de erigir sentimentos, torna-se palpável na materialização do sabor no palato e na distribuição dos ingredientes nas papilas, no entanto, o alimento só se torna geossímbolo (Bonnemaison, 2005) quando seu sabor passa a ter algum gosto. É a ligação indissociável do gosto com a terra que permite a criação de territorialidades.

O sabor, mera percepção sensorial passa a ter determinado gosto, entendido aqui, como dimensão sociocultural. Para que essa classificação fique bastante clara, vamos analisar os conceitos geográficos elencados, geossímbolo, território e territorialidade religiosa.

Ao atribuir ao conceito de territorialidade três ingredientes espaciais, Soja (1971) diferencia qualitativamente os espaços de ação antrópica. O sentido de identidade espacial, de exclusividade e da compartimentação da interação humana são atributos que permitem o controle do espaço através da demarcação, interdição e dominação, caracterizando a territorialidade que para Sack (1986), é observada como um comportamento humano espacial, é uma *praxis* observável e compartilhada, uma expressão de poder que não intencional e não agressiva, apenas se constitui em uma estratégia humana para afetar, influenciar e controlar pessoas, fenômenos e relações no uso social do espaço. Já Hall (2005), através do conceito de *proxemia*, um refinamento da territorialidade biocenótica que define uma espécie de envoltório ou cabina invisível que delimita espaços individuais como territórios portáteis individuais com limites flexíveis de acordo com a percepção espacial, constituindo-se em um componente cultural especializado de caráter restrito. Como ressalta o autor, tudo que o homem faz esta relacionado com sua experiência espacial, e o significado que atribuímos ao espaço que regulamenta o nosso desempenho está profundamente relacionado com as distâncias interpessoais.

Territorialidade religiosa, por sua vez, significa o conjunto de práticas desenvolvido por instituições ou grupos no sentido de controlar um dado território, onde o efeito do poder do sagrado reflete uma identidade de fé e um sentimento de propriedade mútuo. A territorialidade é fortalecida pelas experiências religiosas coletivas ou individuais estabelecendo a relação simbólica que existe entre cultura e espaço (Corrêa, 2004; Rosendahl, 2012). O território torna-se, então, um geossímbolo (Bonnemaison, 1997) entendido como um artefato material com referenciamento espacial dotado de centralidade, que aponta ausências e conecta um grupo a seu objeto ou lugar de memória. Pode ser um objeto, uma canção, um lugar delimitado, um acidente geográfico, desde que ele possua imbricado em sua existência um valor simbólico atemporal e contínuo. O geossímbolo como território, surge, portanto, como espaço vivido que emana da etnia, constituindo-se em relação cultural vivida entre dado grupo social e uma trama de lugares hierarquizados e interdependentes, originando um sistema espacial, isto é, um território. Ainda, segundo ele, é pela existência de uma cultura que o território é criado e é pelo território que uma prática cultural se fortalece, exprimindo a relação entre espaço e cultura por meio da materialidade e imaterialidade dessa última (Corrêa & Hall, 2005).

Na análise deste geógrafo a territorialidade, por sua vez, está fortemente impregnada de um caráter cultural, e ela ocorre quando um território delimitado culturalmente desenvolve propriedades de delimitação e controle para fluxos materiais e agentes externos. Território e territorialidade representam escalas de complexidade na gestão do espaço, iniciando como lugar de característica topofílica (Tuan, 1983), evoluindo para o território com a elaboração de códigos de agrupamento burocráticos e definição de fronteiras com características juridico-políticas, culminando no desenvolvimento de estratégias de influência e controle observados nas territorialidades. Ambos são artefatos simbólicos, imateriais e classificatórios.

Ainda pensando na diferenciação qualitativa entre território e territorialidade, incluem-se as territorialidades religiosas como dotadas de estratégias para gerir, manter e formar os territórios ligados ao controle de pessoas e objetos, e às experiências sobrenaturais em um determinado espaço, tornando um lugar sagrado fortalecendo as territorialidades religiosas. A continuidade da especialização territorial dotada de complexidade e mecanismos regulatórios desemboca em uma territorialidade, espaço ultra específico de exercício do poder. Para Rosendahl (2005) territorialidade religiosa significa o conjunto de práticas desenvolvidas por instituições ou grupos religiosos a fim de controlar pessoas e objetos. É uma ação estratégica para manter a existência e legitimar a fé e sua reprodução ao longo da história. É fortalecida pelas experiências religiosas coletivas e individuais que a comunidade religiosa mantém no lugar sagrado e nos itinerários que constituem seu território.

Neste íterim, torna-se importante compreender a celebraçãoⁱ religiosa de *Ashura*, isto é, interpretar a “poderosa estratégia geográfica de controle de pessoas e coisas sobre territórios” (Rosendahl, 1996, p. 56), mapeando e descrevendo as marcas de territorialidade islâmica xiita. Após a revisão dos conceitos geográficos que cartografam o homem religioso nas tipologias espaciais e o conectam à terra através de seus geossímbolos, passemos à contextualização da celebração anual de *Ashura*, evento de grande expressão demográfica e que nos permite interpretar o alimento e a performance (Schechner, 2006) do ato de alimentar-se na (e para a) geografia cultural.

II. O ALIMENTO DE LUTO NO CONTEXTO HISTÓRICO DE *ASHURA*

O movimento Husseinita teve sua história inicializada na cidade de Madinah, Arábia Saudita, quando os agentes do governo da época impuseram a Imam Hussein Ibn Abu Taleb, neto do Profeta do Islam, que desse seu voto de fidelidade para o governador omíadaⁱⁱ Yazid ibn Mu'awiyah. Sua recusa a este pedido o faz seguir seu caminho para Makah (Arábia Saudita) e depois Karbala, palco da batalha ocorrida em 681 d.C.

O luto advindo deste fato histórico, apoia-se em um binômio que expressa dois juízos de islâmico valor: bondade/maldade ou tirania/liberdade. Foi uma batalha de ordem política e espiritual diretamente relacionada à identidade islâmica. Imam Hussein, não obstante o acoçamento e o tormento, continuou sua exortação e seus discursos. A oposição do poder político surgiu em decorrência da proposta de um modo de vida estritamente islâmico, representado por uma minoria religiosa liderada por uma personalidade religiosa com forte capacidade de coesão e fomento ideológico.

No presente texto se faz uma distinção conceitual importante, tendo em vista a multiplicidade de acontecimentos que perpassam a Tragédiaⁱⁱⁱ. A batalha de Karbala foi o combate derradeiro entre o Imam Hussein Ibn Ali Taleb^{iv} contra um governo anti-islâmico (Ansarián, 2015). O martírio ocorreu no último dia da Batalha, que durou dez dias. Al Hussein não aceitou submeter-se a uma legislação profana. A *Ashura*^v, portanto, refere-se ao espaço-tempo que compõe os dez primeiros dias de *Muharram*, o primeiro mês do calendário islâmico.

Após a morte do Imam, decapitado por seus inimigos em campo de Batalha, os sobreviventes da família foram arrastados como prisioneiros até Damasco. Zaynab Al Kubra, irmã de Al Hussein, frente à Corte do Governador Yazid, assistida por um séquito militar e pelo restante das mulheres e filhos dos *Ahlul Bayt*^{vi}, sobreviventes, profere um grande discurso, uma lamentação, ouvida por centenas de pessoas, gerando uma profunda comoção, marcando o nascimento da tradição anual da lembrança de *Ashura*, da lamentação, das elegias, das performances e procissões. Estes sobreviventes, tinham agora por missão, perpetuar a mensagem de Imam Hussein e fazer desde evento uma lembrança eterna do povo xiita. Estas *majlis*^{vii} foram realizados em todos os locais por onde passavam os sobreviventes, de Sham (Síria, sede do Governo) à Medinah. As *majlis* encontraram seu ápice quarenta dias após a morte do Imam, quando todos retornaram em peregrinação a Karbala e reviveram a *Ashura* publicamente, em um espetáculo que atraiu grande parte do califado (Khazraji, 2008). Lá foi erguido o Santo Santuário Imam Hussein e Imam Al Abbas, personagem que empresta seu nome ao alimento de luto aqui analisado, atribuindo à cidade de Karbala o *status* de uma hierópolis (Rosendahl, 1999) islâmica xiita (fig. 1).



Fig. 1 – Santuário Imam Al Hussein e Imam Al Abbas, Karbala, Iraque. Figura a cores disponível online.

Fig. 1 – *The Al Hussein and Al Abbas Shrine, Karbala, Iraq. Colour figure available online.*

Fonte: <http://www.scoopnest.com/user/TheIraqPulse/545239535248875520>

A instituição do xiismo, que foi denominada pela primeira vez como “Xiat Ali”, ou seja, “Xiismo de Ali”, foi à época da profecia de Muhammad. Portanto, o aparecimento da missão e convocação islâmica, sua expansão e seu progresso, ocorreram durante os vinte e três anos, a contar do ano da Revelação Alcorânica (610 d. C). Neste tempo o xiismo ganhou forma espacial, função e poder (Arroyo, 2014).

É pertinente, especificamente à Geografia da Religião, subcampo da Geografia Cultural, o estudo aqui apresentado, que estabelece de maneira clara a interdependência entre celebração religiosa, geossímbolo e a referência espacial. Através desses três pontos nodais, se espraia uma rede empírica onde o sagrado se manifesta através de um exercício de mobilidade subjetiva, onde a *terra mater* originária de um rito religioso se materializa e se reproduz em determinado espaço através de geossímbolos com as mesmas características físicas das hierópolis religiosas espalhadas ao redor do mundo.

Sendo assim, no presente artigo, é eleita como expoente da ideia a ser interpretada – a cidade sagrada islâmica de Karbala, no Oriente Médio, cenário original da Tragédia – a reprodução simbólica por meio de rituais de *Ashura* iraniana que se dá uma vez por ano na cidade de São Paulo, no bairro do Brás na Mesquita Muhammad Mensageiro de Deus, datada de 1987, (informalmente conhecida como Mesquita do Brás), situada na rua Elisa Witacker, 17 e administrada pela Associação Religiosa Beneficente Islâmica do Brasil (ARBIB), imbuída do espírito de salvaguardar a tradição xiita, minoria nas migrações pós 1980, foi fundada por libaneses do sul.

Na Mesquita do Brás, no ano de 2014 (1435 A.H),^{viii} foi observada, especificamente, a celebração de *Ashura* iraniana através de um exercício etnogeográfico. Entretanto, os árabes libaneses também ali performaram. Dividiram-se em grupos, o primeiro no segundo andar da Mesquita e o segundo grupo, de libaneses, no subsolo. Dentre as várias motivações possíveis que poderiam estar inculcadas na separação, a entendemos, primordialmente, por questões linguísticas, visto que as *latmiyas* “elegias e recitações do luto” foram celebradas nas línguas nativas: o árabe e o farsi. O alimento do luto, *Kaak Al Abbas* foi distribuído ao longo dos 10 dias de celebração, geralmente durante as *latmiyas*. Algumas mulheres ficavam na porta dos salões entregando aos muçulmanos, homens e mulheres, um conjunto de 3 a 4 *Kaaks* embrulhados em guardanapos brancos. Eram degustados entre as lamentações e as elegias do luto. Divididos entre as lágrimas e a memória das cenas narradas pelo *maddah*^{ix}, o alimento servia como e para uma (re)marcação geográfica, capaz de enfatizar através da sensação tátil e gustativa o alimento conectado à *terra mater*, catalisando como geossímbolo a transcendência espacial, trazendo para o momento-lugar presente a hierópolis Karbala. Os ingredientes envolvidos na preparação são de fácil acesso: trigo, gemas, açúcar e fermento, permitindo que a sua degustação seja possível ao redor do mundo visto não requerer ingredientes com cultivo específico para determinado solo ou clima. O paladar marcante, traduzido como percepção e memória manifesta em determinado lugar que traduz-se no sabor ao ser contextualizado socioculturalmente, é designado às especiarias que podem ser adaptadas à cada local, diferenciando o *Kaak* da época da celebração à toda e qualquer massa feita de trigo distribuída nas massas, pães, biscoitos e demais alimentos rotineiros de consumo diário. Açafrão, gengibre, anis estrelado e erva doce moída em doses minuciosamente fragmentadas são os condimentos que misturados conferem um sabor especial e único. Para além das propriedades gustativas, o visual é um recurso importante à memória. O *Kaak* é feito em uma fôrma própria que lhe confere uma estética arredondada com círculos lembrando um espiral ascendente como raios de sol em movimento, o que garante

um aspecto vivaz e perfeitamente harmonioso quando disposto em uma bandeja, tornando-se apetitoso pela forma e pela cor amarelo/alaranjada, tal como o sol, uma força imanente que nunca se apaga, reificado como centro da galáxia, agrupando ao seu redor um sistema funcional e grandioso da natureza, distribuindo incessantemente luz, calor e vida (fig. 2). O alimento do luto representa simbolicamente a nutrição do corpo e do espírito pelo astro martirizado na terra sagrada. O alimento liga o homem religioso à terra por meio do sustento físico e espiritual e é pelo alimento e através dele que se firma esse elo espaço-temporal, uma ontologia *in illo tempore*.



Fig. 2 – *Kaak Al Abbas*. Figura a cores disponível online.

Fig. 2 – *Kaak Al Abbas*. Colour figure available online.

Fonte: <http://www.tasteofbeirut.com/abbas-cookie-kaak-al-abbas>

O antropólogo Mintz (2001) aponta a relevância do estudo do alimento relacionado com as questões religiosas, pois “representa uma base que liga o mundo das coisas ao mundo das ideias por meio de nossos atos.” No Islam xiita, essa acepção ganha relevância quando compreendemos a cosmologia que integra a lógica de aproximação com o Sagrado. O alimento *Kaak Al Abbas*, literalmente em árabe: Biscoito de *Al Abbas*, nos remete a uma personagem histórica da Epopeia de *Ashura*. *Al Abbas* venceu a sede do Deserto e arriscou sua vida às Margens do Rio Eufrates, no Iraque, para que a família de Muhammad, o Profeta do Islam, não padecesse de sede durante a batalha de Karbala (Epopeia de *Ashura*). Este alimento representa o luto, a dor e a vitória sobre os inimigos do Islam, a lembrança reavivada em forte aporte emocional coletivo de que há mártires, corajosos e virtuosos em defesa da justiça e da liberdade (Ansárian, 2015). O alimento encerra em si a glória de uma batalha histórica, o luto pela perda do homem religioso de linhagem profética, um signo de agrupamento identitário e a conexão com a terra dos mártires.

Dentre tantos geossímbolos dispostos e passíveis de análise sob uma perspectiva geográfica, a opção pelo alimento se deu pela capacidade de análise sob um viés geográfico e sua simbiose pragmática com a celebração de *Ashura*, com a dotação do aparelho orofacial,

a boca, através do binômio paladar (gosto) e voz (memória oralizada). Essa justaposição entre o biológico e o cultural, em que uma mesma região corporal é dotada de duas potencialidades humanas, expressão e historicidade, torna-se instrumento apoiado em uma performance extracotidiana (Bião, 1998) representada pela celebração religiosa e na vocalidade como historicidade da voz (Zumthor, 1993). Neste caso, o degustador e o poeta religioso são alçados à posição de sujeitos produtores do espaço cinestésico, no qual escuta, degusta e vê durante a ação solene da celebração de *Ashura*, o tecer de uma rede complexa de tradições. Bonnemaison na obra de 1991, apontava a celebração ritual como meio de obter direito territorial. Na celebração de *Ashura* a consecução deste direito é atingida através de uma celebração que aglutina três eixos performáticos: o oral o corporal e o cinestésico. Esse período cerimonial é tradicionalmente marcado por representações e recitações do drama de Karbala (Em farsi: *azadari*) e grandes procissões, onde muçulmanos shiaas *Divanegam*^x em intensa performance coreografada, batem as mãos no peito ou na cabeça (Em farsi: *latmiya*), ou ainda, mais raramente, com o uso de facas e navalhas (Em farsi: *qamazani*) como sinal de luto (Arroyo, 2016). Já o eixo cinestésico fica por conta da sensação tátil e gustativa representada pelo contato do alimento com o palato e com as papilas gustativas e, ainda, da língua que circunda, explora e acomoda o alimento friável após fragmentação e sorvimento. Ao final da celebração, os eixos performáticos concluídos em sua extensão e plenitude apresentam operações de constituição da história do texto poético: produção, comunicação, recepção, conservação e repetição (Zumthor, 1993). Esses objetos operadores são representados pelo alimento e poesia oral (*azadari*).

O alimento da celebração é o geossímbolo de destaque neste artigo e participa como operação de produção no que se refere à reconstituição da memória coletiva através do gosto e sua dimensão sociocultural que resgata a história, a cultura e a paisagem da terra Karbala. Este geossímbolo marca por meio da comunicação, ao transmitir a si mesmo pela percepção sensorial e aos outros pela performance da alimentação a identidade islâmica xiita e a rememoração do luto, a consternação em homenagem a *Al Abbas*. Atua na recepção de elementos externos de ligação ao mundo heterogêneo e profano do cotidiano e recria o ambiente homogêneo e suspenso do sagrado, do espaço hierofânico (Eliade, 1992).

Por fim, a conservação e repetição como operações intimamente relacionadas, pois na intenção de conservar a memória da celebração, se repete no tempo-espço as tiras de comportamento (Schechner, 1995), tais como unidades de gestual intencional programado. Podem ser entendidas como material bruto sobre o qual a performance ocorrerá, seja a partir do aprendizado de técnicas expressivas ou do ensaio. É representado pelas *latmiyas* de *Ashura*, pela evocação da plêiade de personagens da Batalha, e principalmente pela poesia oral simbólica, tendo como maior expoente o choro que carrega a dualidade da ruptura com as formas de vivenciar neste mundo, ora pelo choro ao ingressar na vida tal como um bebê que nasce ou o choro da perda pela morte. O luto, certamente, é um processo moroso em que se liquida a ligação da libido com o objeto, desligando-a (Freud, 2008), nesse sentido, o alimento carregado de sabor, recria a paisagem de Karbala e participa desse processo como um conector que ao confirmar a memória e acentuar a

ligação pelo paladar característico, não permite o desligamento total do homem religioso à personalidade martirizada. É preciso que essa memória seja reflexiva e contínua para que o grupo não se dissolva em inautenticidade decorrente de sua imemoração. O alimento é garantia de longevidade histórica e reafirmação identitária exprimindo uma cultura de geograficidade manifesta através de sabores que criam e recriam cenários, paisagens, lugares, espaços, sentimentos agradáveis ou não, pelo sabor experimentado, proporcionando inúmeras experiências geográficas (Marandola, 2012). Essa conexão para ser efetiva tem como vetor a percepção gustativa, calcada na inumerável capacidade de erigir sentimentos, tornando-se palpável na materialização do sabor no palato e na distribuição dos ingredientes nas papilas, no entanto, o alimento só se torna geossímbolo (Bonnemaison, 2005) quando seu sabor passa a ter algum gosto. É a ligação indissociável do gosto com a terra que imprime marcas de territorialidade. O sabor, mera percepção sensorial passa a ter determinado gosto, portanto, e percepção sociocultural, quando há memória. Para Tuan (1983) o sabor através de experiências vividas e formas experienciais constituirão tanto o pensamento quanto o sentimento. Os sabores devem ser considerados como espaciais, pois descrevem diversos lugares e paisagens, através de condições irreais e concretas. A *Terra Imaginalis*, tal como a hierópolis Karbala, quando trazida ao pólo hierofânico representa a teoria tuanina de que os sabores específicos trazem à memória e recriam imageticamente terras longínquas e, portanto, intangíveis em um primeiro momento. Para dar conta dessa distância a repetição do gesto da alimentação, como performance celebrativa e a recitação de poemas orais épicos reconectam à terra através de mediações cinestésicas (audição, oralidade, paladar) padrões rítmicos (repetições memoráveis) de resgate.

Sobre isso, Zumthor (1993) analisou minuciosamente a marca da oralidade em textos medievais, e fornece amplo instrumental para que sejam identificadas as marcas da voz na produção literária escrita. Os recitadores xiitas elaboram extratos de textos narrativos sobre a Batalha, desenhando-lhe rimas metrificadas por ritmos contundentes e repetitivos. Zumthor percebe “energias que transbordam do texto” (Zumthor, 1993, p. 207) e as organiza em eixos distintos. O segundo eixo pode ser entendido como àquele em que o *maddah* recita uma epopeia para performance, exatamente essa energia que transborda e assume sua forma plástica no movimento estético corporal. O alimento, materialidade simbólica vem com a função tátil e do gustativa completar o ciclo de ligação com a hierópolis, inculcando indelevelmente a memória gustativa na essência do homem religioso, o alimento assume então uma função de centralidade espacial, realocando e tornando móvel a terra querida e eternizada no além-mar. É necessário “pensar pensamentos memoráveis” (Ong, 1998, p. 45), que podem ser retidos, recuperados e repetidos. Esses pensamentos são obtidos a partir de padrões que permitem a repetição oral, ou seja, padrões rítmicos – o ritmo é altamente memorável –, equilibrados, nos quais se façam presentes repetições, antíteses, aliterações, assonâncias, expressões epitéticas ou formulares, provérbios, todos esses recursos que favorecem a memorização do pensamento e sua repetição. O alimento se sobressai como um recurso da materialidade com funções psico-sensoriais de memorização, preservação e resgate.

III. A FENOMENOLOGIA COMO MÉTODO DE ANÁLISE DO SABOR ENQUANTO EXPERIÊNCIA GEOGRÁFICA

A Geografia Humanista, especialmente a Geografia da Religião, desde a década de oitenta do século passado, se empenha na análise teórica e conceitual acerca da movimentação do Homem no espaço. Ao semiografar sua cultura no meio ambiente ele permite que se conheça sua *praxis*, seus discursos, seus ritos. Neste ínterim, a ciência em questão pôde com sucesso compreender, na interface da dinâmica cultural hodierna, permeada por conflitos sócio-políticos de cunho religioso, o Islam capaz de edificar no espaço sua marca simbólica e sua história, sendo capaz de erguer sob o viés identitário um território de concessão, de permuta e de integração com as culturas de alteridade que o circundam (Arroyo, 2015).

O método adotado foi a etnogeografia (Holzer, 2008), e a Fenomenologia surge como filosofia teórica essencial na construção dos saberes e sentidos ligados ao alimento, envolvendo emoção, estética, fé e agência através da sensibilidade sensitiva e cinestésica. A despeito dos exercícios de internalização e *praxis* conceituais de reflexividade, alteridade e simetria, indispensáveis a uma metodologia voltada à etnografia, foi-nos possível concluir a análise, tendo em vista a liberdade intelectual e sensitiva, além das peculiaridades da filosofia fenomenológica.

Os exercícios antropológicos indicam nosso posicionamento na pesquisa como observador participante. Estes instrumentais analíticos são indispensáveis a uma metodologia voltada a etnogeografia. O primeiro exercício, o da reflexividade torna peremptória a ação do pesquisador como aquele que observa, absorve e reflete, não apenas reproduz o que vê sem critério científico, pois o espaço percebido e vivido na filosofia fenomenológica não exclui a análise crítica geográfica quando transcrito no papel. O princípio da simetria não consiste em anular as diferenças, mas colocar os heterogêneos no mesmo plano rizomático, buscando situar o pesquisador no centro, exatamente para que as diferenças possam ser percebidas e não exatamente pré-concebidas pois não há identidades absolutas nem relativismos generalizados e sim singularidades (combinatórias locais), e por fim, o princípio da alteridade pressupõe que nos reconheçamos distintos para se justificar a aproximação e a pesquisa. Não há conhecimento passível de ser produzido em espaços homogêneos. O contraditório, as dinâmicas locais e as antíteses são indispensáveis.

Sendo assim, ao enunciar os três princípios da pesquisa de campo e a filosofia teórica na qual o artigo se desenvolve, podemos explicitar as questões de posicionalidade na pesquisa para a produção do artigo.

Já em 1947, em discurso na *Association of American Geographers* (AAG), John Kirtland Wright, propôs à Geografia o estudo das “terras incógnitas pessoais”, pressupondo a necessidade de uma avaliação não sistemática, objetiva ou cartesiana sobre os lugares já explorados quantitativamente. Seria então necessária uma geosofia histórica, autorizando o estudo do conhecimento geográfico por outras áreas que agregassem a subjetividade

acadêmica e pessoal à geografia (Wright, 1947). Só com Lowenthal, em 1961, após um amadurecimento das possibilidades de análise no campo, e através da geosofia, abarcaria-se uma nova filosofia metodológica com variadas formas de observação, pautando-se na descrição rigorosa do mundo vivido da experiência humana, e com isso, através da adoção da intencionalidade, reconheceria a essência das estruturas perceptivas, incluindo o consciente e o inconsciente e, portanto, o deliberado e o fortuito (Relph, 1976; Buttimer, 1974 *apud* Holzer, 2008).

“Finalmente, com “Humanistic Geography” (Tuan, 1976), definia-se uma orientação humanista para a geografia. Para Tuan o objetivo do novo campo disciplinar não era se deter na exploração de um tema único, mas de fazer uma nova leitura de todos os temas geográficos, de construir o conhecimento científico, de modo crítico, procurando na filosofia um ponto de vista para a avaliação dos fenômenos humanos. No referido artigo foram indicados cinco temas de interesse da geografia humanista que, para o autor, estavam além da metodologia científica. Eram eles: o conhecimento geográfico, território e lugar, aglomeração e privacidade, modo de vida e economia e, finalmente, religião.” (Ibidem, p. 142).

As práticas identitárias e de subjetivação ganham, portanto, relevância e *status* de objeto para a geografia, incluindo os sujeitos que se pensam a partir de outros territórios existenciais e que semiografam suas performances em determinado tipo de espaço apoiados nos diversos geossímbolos que emanam da cultura, a reforçam e a multiplicam, espalhando-se pelos espaços. O lugar de ação ganha nova caracterização, a perspectiva da experiência e a ontologia das formas de sentir, culminando na necessidade do mundo vivido ser analisado pela sensibilidade sensitiva e cinestésica. A primeira apreendida em intuição pura com forte ligação com a memória coletiva e com a fé e a segunda, pelas estéticas próprias do lugar e da interação Homem-Tempo-Espaço.

IV. CONCLUSÃO

As questões que envolvem o sabor como um elemento essencial no conhecimento geográfico, associam-no à cultura, à natureza e ao seu imaginário e relacionam-no intrinsecamente e indelevelmente à relevância da paisagem e do lugar como conceitos ambientais. Imaginário e memória circunscrevem essa geografia, tomando o homem como vetor da natureza, culminando na geograficidade (Dardel, 1952). Constantemente, por diversas alusões às cenas épicas da batalha e à hierópolis que a abrigou, novos comportamentos são restituídos, confirmados e modelados tendo como fonte normatizadora Karbala e seus corolários sacralizados. Esse laço atemporal e inquebrantável nos encaminha a prosseguir a reflexão geográfica, estabelecendo conexões e lógicas relacionais e causais entre os conceitos caros à Geografia Cultural. Na evolução do aprofundamento espaço-lugar-território/territorialidades, através – mas não somente – pelo gesto performático da

poética oral e da alimentação, acedemos ao último olhar analítico que circunscreve o objetivo deste artigo: a identidade do grupo. O alimento como geossímbolo do grupo religioso islâmico xiita representa a eterna ligação com Karbala, que embora subjetiva, é capaz de construir territorialidades. Os atributos próprios das territorialidades, como a identidade espacial, de exclusividade e de compartimentação da interação humana são observados a partir da época de *Ashura*, quando a Mesquita da ARBIB em São Paulo permite à hierofania ser estabelecida. Esses atributos, inerentes à descrição qualitativa dos espaços territorializados, encontram no alimento seu aporte físico que confere através do sabor a identidade espacial, ligando o alimento à terra sagrada. O penúltimo atributo, a exclusividade, é justificado pela participação na performance alimentar como característico ao grupo: apenas os muçulmanos xiitas compartilham da memória coletiva ligada ao gosto como íntinseca à dor do luto, que recria o sentimento de pertencimento e fortalece a ligação com a terra sagrada trazendo-a através do gosto para o lugar físico real/atual *in acto* do Homem, que deveras é transportado pela sensação do sabor característico, acedendo a uma mobilidade subjetiva, tanto da *Terra Imaginalis*, transposta em tempo real, quanto do movimento inverso, ou seja, do homem religioso que recria e revive a paisagem de Karbala. Por fim, a compartimentação da interação humana, visto que a celebração pode ser dividida em unidades performáticas, cabendo a este artigo o estudo da ação do alimento como geossímbolo capaz de construir territorialidades. A partir do alimento é possível decodificar a paisagem de Karbala, Cosgrove (2012) afirma que esse é o objetivo central da Geografia.

O subconsciente, o imaterial, a intenção do ato em potência, a performance e o simbolismo, portanto, precisam ser explorados para que a ontologia das formas de sentir, natural ao estudo fenomenológico justifique, por fim, o estabelecimento físico de grupos identitários em lugares específicos.

Ainda de acordo com Bonnemaison, este artigo cumpre com o objetivo da Geografia Cultural que afirma que as questões acerca do território não consistem em apreender o fato cultural nele mesmo, mas em definir territórios reveladores de etnias e culturas que desenvolvem através de seus geossímbolos conexões espaciais atemporais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ansarián, H. (2015). *Toda Tierra es Karbala. La Epopeya de Ashura* [All Earth is Karbala. The Epic of Ashura]. Irão: Ed. Elhame Shargh.
- Arroyo, K. (2016). As Majlis de Ashura: Territórios de Performance [The Majlis of Ashura: Performance Territories]. *Revista Litteris*, 17, 1-30.
- Arroyo, K. (2015). A construção de um território religioso móvel no Brasil: Islam, identidades e simbolismo [The construction of a mobile religious territory in Brazil: Islam, identities and symbolism]. *Revista Espaço e Cultura*, 37(1), 6-25.
- Arroyo, K. (2014). As espacialidades islâmicas xiitas: os geossímbolos na construção de uma identidade particular [Islamic Shia Spatialities: Geosymbols in the Construction of a Particular Identity]. *Caderno de Geografia*, 45(26), 1-10.

- Bião, A. J. C. (1998). Etnocenologia, uma introdução [Ethnocenology, an introduction]. In C. Greiner & A. Bião (Org.), *Etnocenologia. Textos Selecionados* (pp. 187). São Paulo: Annablume/PPGAC/GIPECIT.
- Bonnemaison, J. (2005). *Culture and Space: Conceiving a New Geography*. London: I.B Tauris & Co Ltd.
- Bonnemaison, J. (1997). Les gens des lieux: histoire et géosymbles d'une société enracinée: Tanna [People of places: history and geosymbols of a rooted society: Tanna]. J. Bonnemaison (Ed.), *Les fondements géographiques d'une identité: l'archipel du Vanuatu: essai de géographie culturelle* [The geographical foundations of identity: the Vanuatu archipelago: an essay on cultural geography] (pp. 23). Paris: Orstom.
- Bonnemaison, J. (1991). *Le développement est un exotisme: détachement et fascination d'une île mélanésienne* [Development is an exoticism: detachment and fascination of a Melanesian island]. *Ethnies*, 13, 12-17.
- Cosgrove, D. (2012). A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas [Geography is everywhere: culture and symbolism in human landscapes]. In R. L., Córrea & Z. Rosendahl (Org.), *Geografia Cultural – Uma Antologia [Cultural Geography – An Anthology]* (pp. 92-122). Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Corrêa, A. M. (2004). Irmandade da Boa Morte como manifestação cultural afro-brasileira: de cultura alternativa a inserção global [Brotherhood of the Boa Morte as Afro-Brazilian cultural manifestation: from alternative culture to global insertion]. (Tese de Doutorado em Geografia). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, CCMN/PPGG.
- Dardel, E. (1952). *L'Homme et La Terre – Nature de la réalité géographique* [Man and the Earth – Nature of Geographical Reality]. Paris: Ed. PUF.
- Eliade, M. (1992). *O Sagrado e o Profano* [The Sacred and the Profane]. São Paulo: Martins Fontes.
- Fickeler, P. (2008). *Questões Fundamentais na geografia da religião* [Fundamental Issues in the Geography of Religion]. Espaço e Cultura – Edição Comemorativa. Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC.
- Freud, S. (2008). *Luto e Melancolia* [Mourning and Melancholia]. São Paulo: Ed. José Olympio.
- Hall, E. T. (2005). *A dimensão oculta* [The hidden dimension]. São Paulo: Martins Fontes.
- Holzer, W. (2008). A Geografia Humanista: Uma revisão [Humanist Geography: A Review]. *Revista Espaço e Cultura*. Edição comemorativa, 1, 137-147.
- Khazraji, T. (2008). *A Revolução do Imam Hussein: Motivos, Fatos e Resultados* [The Revolution of Imam Hussein: Reasons, Facts and Results]. São Paulo: Arresala.
- Marandola, E. JR. (2012). Sabor Enquanto Experiência Geográfica: Por uma Geografia Hedonista [Taste While Geographical Experience: For a Hedonist Geography]. *Geograficidade*, 2(1), 42-52.
- Mintz, S.W. (2001). Comida e Antropologia: uma revisão [Food and Anthropology: a review]. *Revista de Ciências Sociais*, 47(16), 31-42.
- Sack, R. D. (1986). *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Schechner, R. (2006). What is performance. In R. Schechner (Ed.), *Performance studies: an introduction, second edition* (pp. 28-51). New York & London: Routledge.
- Schechner, R. (1995). *The future of Ritual: writings on culture and performance*. Nova York: Routledge.
- Soja, E. W. (1971). *The political Organization of Space*. Washington, D.C: AAG Commission on College Geography.
- Ong, W. (1998). *Oralidade e cultura escrita: a tecnologia da palavra escrita* [Orality and written culture: the technologization of the written word]. Campinas, São Paulo: Papirus.
- Rosendahl, Z. (2012). *Primeiro a obrigação, depois a devoção: estratégias espaciais da Igreja Católica no Brasil de 1500 a 2005* [First obligation, then devotion: spatial strategies of the Catholic Church in Brazil from 1500 to 2005.]. Rio de Janeiro: EdUERJ
- Rosendahl, Z. (2005, Março). *Território e Territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião*. [Territory and Territoriality: a geographical perspective for the study of religion]. X Encontro de Geógrafos da América Latina. 20 a 26 de março de 2005. Universidade de São Paulo, SP.
- Rosendahl, Z. (1999). *Hierópolis: O Sagrado E O Urbano* [Hierópolis: The Sacred and the Urban]. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Rosendahl, Z. (1996). *Espaço e Religião: uma abordagem geográfica*. [Space and Religion: a geographical approach]. Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC.
- Tuan, Y-F. (1983). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. [Space and place: the perspective of experience]. São Paulo: Difel.

- Tuan, Y-F. (1980). *Topofilia. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. [Topfilia. A study of the perception, attitudes and values of the environment]. São Paulo: DIFEL.
- Tuan, Y-F. (1976). Humanistic Geography. *Annals of Association of American Geographers*, 66, 266-276.
- Zumthor, P. (1997). *Introdução à poesia oral*. [Introduction to oral poetry]. São Paulo: Hucitec.
- Zumthor, P. (1993). *A letra e a voz. A "literatura" medieval* [The letter and the voice. The medieval "literature"]. São Paulo: Companhia das Letras.

ⁱ Foi escolhida a definição de Celebração para a *Ashura* com base em Fickeler (2008) que melhor define esse evento, como: um aspecto da adoração, um aspecto interno, visível e que possuem expressão geográfica.

ⁱⁱ Trata-se duma dinastia de califas muçulmanos do clã dos *Coreichitas*, que reinaram em Damasco de 661 a 750 e em Córdova de 756 a 1031. O seu mandato começou com a morte do último califa ortodoxo Mohabib I (661-680), passado a capital para Damasco e tornando o califado hereditário.

ⁱⁱⁱ O vocábulo Tragédia é utilizado a partir da óptica da História Islâmica, tendo em vista o assassinato de um grande líder espiritual descendente direto do Profeta Muhammad.

^{iv} Neto do Profeta Muhammad e o filho mais novo de Fatemah Azzahrá com Ali Ibn Abu Taleb (genro e primo do Profeta)

^v Literalmente, em árabe, significa: dez.

^{vi} Em árabe: O Povo da Casa. Representa o núcleo familiar do Profeta Muhammad composto por 5 membros: Muhammad, sua Filha Fatemah Azzahrá, seu marido Ali Ibn Taleb, seus filhos Hassan e Hussein (morto em Batalha). A representação simbólica da família se dá pela "Mão de Fátima", em algumas culturas chamadas *Hamsá*.

^{vii} Em árabe: celebração. As celebrações e suas unidades de performance podem ser denominadas e/ou descritas em árabe ou farsi (língua da República Islâmica do Irã, país com maior número de xiitas do mundo).

^{viii} Antes da Hégira, peregrinação de Muhammad de Makah para Madinah em 622 da era cristã. Marco do início do calendário islâmico.

^{ix} Poeta oral, recitador do drama de Karbala.

^x Termo popular transliterado do farsi, utilizado no Irão para os muçulmanos atores desta performance. Em sentido literal significa: "loucos por Hussein".

A EMERGÊNCIA DE MICROERVEJARIAS DIANTE DA OLIGOPOLIZAÇÃO DO SETOR CERVEJEIRO (BRASIL E ESPANHA)

SILVIA CRISTINA LIMBERGER¹

ANTONI F. TULLA²

RESUMO – A saturação do mercado de cervejas tradicionais nos países desenvolvidos a partir da década de 1970 trouxe novos elementos para a análise do setor. As grandes empresas passaram a estender seus mercados para países onde o consumo tornava-se crescente, assim como aumentaram os investimentos na diversificação da produção. No Brasil e Espanha, as empresas multinacionais chegaram nos anos 90 e os esforços para produzir novas cervejas concretizaram-se nos anos 2000, a partir da iniciativa de produtores caseiros e da criação de microcervejarias. Entretanto, a produção de cervejas especiais de alto valor agregado, também passou a ser estratégia das grandes empresas como forma de diversificação de seu portfólio de produtos. É importante mencionar que Brasil e Espanha apresentam formações sócio-espaciais distintas, e que, portanto, não é fácil realizar um estudo comparativo. Este estudo visa, sobretudo, demonstrar que a concentração de capital e a formação de economias de oligopólio são processos intrínsecos ao modo de produção capitalista e se difundem em qualquer sistema onde este predomine, do mesmo modo, que se difundem os processos de criação de microcervejarias e de diversificação da produção.

Palavras-chave: Oligopólio cervejeiro; microcervejarias; diversificação da produção; Brasil; Espanha.

ABSTRACT – THE EMERGENCE OF MICROBREWERIES IN THE FACE OF THE OLIGOPOLIZATION OF THE BREWING SECTOR (BRAZIL AND SPAIN). The saturation of the traditional beer market in developed countries from the decade of 1970 has brought new elements to the analysis of the sector. The large companies began to expand

Recebido: dezembro 2016. Aceite: março 2017.

¹ Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGG) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis-SC, 88040-900, Brasil. E-mail: sillimberger@gmail.com

² Catedrático em Geografia, Departamento de Geografia, Universitat Autònoma de Barcelona (UAB), Edifício B, 08193 Bellaterra, Espanha. E-mail: antoni.tulla@uab.cat

their markets to countries where consumption was increasing, as well as increasing investments in the diversification of production. In Brazil and Spain, multinational corporations arrived in the 1990s and efforts to produce new beers came to fruition in the 2000s, starting with the initiative of home producers and the creation of microbreweries. However, the production of special high-value beers has also become a strategy for large companies as a way to diversify their product portfolio. It is important to mention that Brazil and Spain have different socio-spatial formations, and that therefore it is not so simple to carry out a comparative study. This study aims, above all, to demonstrate that capital concentration and the formation of oligopoly economies are processes intrinsic to the capitalist mode of production and are diffused in any system where it predominates, in the same way, that the processes of creation of microbreweries and diversification of production are intensified.

Keywords: Brewer oligopoly; microbreweries; diversification of production; Brazil; Spain.

RÉSUMÉ – L'APPARITION DE MICROBRASSERIES FACE À L'OLIGOPOLISATION DU SECTEUR DES BIÈRES (BRÉSIL ET ESPAGNE). La saturation du marché traditionnel des bières dans les pays développés, depuis la décennie de 1970, a apporté de nouveaux éléments pour l'analyse de ce secteur économique. Les grandes entreprises ont étendu leur marché dans les pays où la consommation était croissante et elles ont consacré toujours plus d'investissements à la diversification de leurs produits. Au Brésil comme en Espagne, des entreprises multinationales apparurent pendant la décennie de 1990, leurs efforts pour développer la production datant surtout des années 2000, par initiatives locales de production et par création de micro-brasseries. Entre temps, la production de bières particulières, de coût élevé, devint un autre objectif des grandes entreprises cherchant à diversifier leur offre. Mais il faut noter que les différences sociales et spatiales entre le Brésil et l'Espagne rendent difficile toute étude comparative. On cherche surtout ici à démontrer que la concentration du capital et l'apport d'économies de type oligopole résultent d'un mode de production capitaliste qui se répand partout où ce système prédomine, alors même que les micro-brasseries se multiplient et que la production se diversifie.

Mots clés: Oligopole des bières; micro-brasserie; diversification de la production; Brésil; Espagne.

I. INTRODUÇÃO

O Brasil é o terceiro país produtor de cerveja do mundo com produção de 140 460 milhões de hectolitros, cerca de 24,5% da produção do continente americano e 7% da produção mundial em 2014 (The Barth Reports, 2000-2016). O setor representa 1,6% do PIB e 14% da indústria de transformação nacional; 2 2 milhões de postos de trabalho indireto (produção e transporte de matérias-primas e cervejas) e 1 7 milhões de postos de trabalho diretos na indústria; 50 fábricas e cerca de 300 microcervejarias, distribuídas principalmente no Sul e Sudeste do país. Nos últimos 10 anos, o setor cervejeiro brasileiro cresceu a uma taxa média de 5% ao ano (CERVBRASIL, 2015).

Enquanto isso, a Espanha constitui-se no décimo primeiro país produtor de cerveja com produção de 32 700 milhões de hectolitros, cerca de 6% da produção da União Europeia, e 1,6% da produção mundial em 2013 (The Barth Reports, 2000-2016). Possui 257 mil postos de trabalhos indiretos e seis mil postos diretos na indústria; 18 fábricas e cerca de 400 microcervejarias localizadas, principalmente, na região da Catalunha. O mercado sofreu com a crise de 2007 e retomou o crescimento somente no ano de 2014 com acréscimo de 3,3% no faturamento neste ano (Informe Socioeconómico del Sector de la Cerveza en España, 2014). Diferentemente do Brasil, a Espanha tem orientado a sua produção para o mercado externo, principalmente depois da crise¹.

As diferenças no setor dos dois países se estabelecem, de forma geral, na quantidade produzida, no tamanho dos mercados consumidores internos e no comércio internacional. O Brasil possui 204 milhões de habitantes e um consumo de 62 litros per capita e a Espanha, com 47 milhões de habitantes, consome 48 litros per capita (The Barth Reports, 2000-2016). O consumo ainda é diferenciado pelo hábito da população. Em Espanha 100% da cerveja é consumida fora de casa, sendo 29,5% em embalagens de lata, 27,4% em barril e 43,1 em garrafa (Informe Socioeconómico del Sector de la Cerveza en España, 2014). No Brasil 70% da cerveja é consumida fora de casa e 30% em casa: 53% envasada em garrafa e 47% em latas (SICOBEBE, 2016). As grandes cervejarias espanholas orientaram-se, principalmente depois da crise de 2007, para o mercado externo. A Mahou San Miguel, por exemplo, exporta 15% da sua produção e é responsável por 75% das exportações da cerveja espanhola (pesquisa de campo na Fábrica da Mahou San Miguel em Alovera – Castilla – La Mancha/Espanha, 2015). Em 2013, Espanha exportou 1 490 milhões de hectolitros e o Brasil 1 098 milhões, porém, as exportações brasileiras evoluíram muito no decorrer dos anos 2000, pois eram apenas de 45 930 hectolitros no ano de 2000, conforme dados da FAO, 2014.

Entretanto, nos dois países formam-se economias de oligopólio. No Brasil, 67,9% do mercado é dominado pela empresa de capital belga AB InBev, maior grupo cervejeiro do mundo, subsidiada pela Ambev na América Latina. O restante do mercado está dividido entre a cervejaria de capital nacional Petrópolis, com 11,3% e os grupos internacionais Kirin com 10,8% e Heineken com 8,4% (Junior *et al.*, 2015)ⁱⁱ. Em Espanha, o capital cervejeiro está dividido entre o grupo de capital nacional Mahou San Miguel, a qual detém 35,3% do mercado, seguido pela Heineken com 29,7% e a Estrella Damm com 24,7% do mercado (Informe Socioeconómico del Sector de la Cerveza en España, 2014).

O objetivo deste artigo é demonstrar a formação de economias de oligopólio no setor cervejeiro do Brasil e em Espanha e a importância da diversificação da produção proposta pelas pequenas cervejarias, as quais emergiram em meados dos anos 90 no Brasil e nos anos 2000 em Espanha. Dessa forma, os objetivos específicos são referentes à formação de economias de escala, à criação das microcervejarias e à capacidade competitiva que se estabelece entre o grande e o pequeno capital.

A metodologia da pesquisa consiste em trabalho teórico e empírico. Como aporte teórico utiliza-se a categoria da Formação Sócio-Espacial trazida para a análise da ciência geográfica por Milton Santos (1979; 1999), como uma adequação do método da Formação Econômica Social implícita nas obras de Karl Marx. O método da Formação Sócio-Espacial permite compreender as transformações de determinado espaço através da reprodução do capital – transformações nas forças produtivas e nas relações de produção – perpassando pela análise dos processos gerais e das especificidades de cada região.

Ainda como contributo teórico recorre-se a autores que analisam a constituição das economias de oligopólio por meio de uma visão global do desenvolvimento da grande empresa, levando em consideração a teoria da concorrência imperfeita, a qual concentra sua atenção sobre as condições de entrada de outras firmas, as inovações e descontinuidades tecnológicas, a diversificação setorial e de produtos e as suas influências sobre a acumulação das firmas. Dentre esses se destacam: Chandler, 1962; Labini, 1956; Baran, 1957; Lenin, 1899 e 1916 e Schumpeter, 1912.

Para o levantamento de dados secundários foram importantes os trabalhos de Poelmans e Swinnen, 2013; Barber, 2013; Kob, 2000; a base de dados conhecida como The Barth Report, 2014 e o Informe Socioeconómico del Sector de la Cerveza en España, 2014.

Os dados primários são oriundos da participação em feiras, festivais e eventos relacionados com o setor cervejeiro, onde foram entrevistados profissionais de diversas áreas do setor: empresários de microcervejarias e de produção de maquinário e matérias-primas; mestres cervejeiros; químicos; agrônomos, entre outros.

O trabalho de campo teve início no Festival Brasileiro da Cerveja realizado no mês de março de 2013 na cidade de Blumenau no sul do Brasil. Esse evento trouxe uma perspectiva geral do setor das microcervejarias e foram catalogadas e entrevistadas as 70 empresas participantes. Nesse mesmo ano, participou-se da XIII Feira Nacional da Tecnologia em Cerveja, no mês de junho, em Santo Amaro, no Estado de São Paulo, evento que trouxe para o Brasil as principais empresas do mercado mundial interessadas no mercado cervejeiro nacional. Ainda em 2013, participou-se do Festival Internacional de Cervejas Especiais (Mondial de la Bière), realizado no mês de novembro, no Rio de Janeiro, o qual apresentava ao consumidor algumas das principais microcervejarias brasileiras. Em 2014, aconteceu o Festival Brasileiro da Cerveja, onde observou-se o aumento do número de empresas, bem como do público participante.

A participação nas feiras e festivais e a interação com os indivíduos envolvidos na produção e distribuição das cervejas especiais serviram de base para direcionar a pesquisa e também para selecionar as microcervejarias visitadas. Os trabalhos de campo foram realizados nas microcervejarias no sul do país: Donau Bier, Insana, Seasons, Tupiniquim, Lagom, Irmãos Ferraro e Way Beer.

Os trabalhos de campo também ocorreram nas grandes cervejarias: Museu da Bohemia (Ambev) em Petrópolis/Rio de Janeiro novembro de 2013; fábrica da Kirin-Brasil em Itu/São Paulo, janeiro de 2014; Fábrica da Heineken em Ponta Grossa/Paraná, abril de 2014; cervejaria INAB (Indústria Nacional de Bebidas) em Toledo/Paraná, em abril de 2014; cervejaria Petrópolis em Petrópolis/Rio de Janeiro, janeiro de 2015.

Em Espanha, o primeiro trabalho de campo foi realizado no Barcelona Beer Festival, realizado em março de 2015, onde se obteve uma visão geral do segmento das microcervejarias através de conversas informais com os participantes no festival. Desse mesmo modo, participou-se da FERIA de Cervezas Artesanas del Poble Nou, em Barcelona, em junho de 2015 e as visitas às empresas foram realizadas nas microcervejarias Espiga, Ales Agullons e Moritz, na região da Catalunha. Outros trabalhos de campo foram realizados nas grandes cervejarias: fábrica da Mahou-San Miguel em Lleida (Catalunha, maio de 2015); fábrica do grupo Mahou-San Miguel em Alovera (*Castilla-La Mancha*, julho de 2015); fábrica de Estrella Damm em Barcelona (Catalunha, setembro de 2015)ⁱⁱⁱ.

II. A DINÂMICA ESPACIAL E A FORMAÇÃO DAS ECONOMIAS DE OLIGOPÓLIO

A industrialização espanhola teve origem, assim como a brasileira, em pequenas fábricas de fundo de quintal que abasteciam, a princípio, o mercado local. Não só nesses dois países, mas também em outros com distintas características de suas revoluções industriais, a produção artesanal deu início ao processo de produção de mercadoria no modo de produção capitalista. A pequena produção mercantil constitui a base para o desenvolvimento do capitalismo e o artesão tem os mesmos interesses de classe dos grandes industriais, constituindo-se em um pequeno burguês que divide o seu tempo em diversas atividades e produzindo em pequena quantidade para um mercado regional, empregando, quando necessário, um pequeno contingente de mão de obra. A pequena produção implica no crescimento da divisão social do trabalho, em princípio, com a separação das atividades industriais e da agricultura (Lenin, 1899).

Embora os processos de desenvolvimento do capital se assemelhem por constituir uma lei, não ocorre de igual forma no mesmo espaço de tempo. Nas primeiras décadas do século XIX, nas regiões periféricas da península espanhola, já estava presente uma tradição mercantil e uma agricultura mais diversificada com maior grau de comercialização e exportações de produtos agrícolas. Esta acumulação agrícola deu origem à produção industrial e ao financiamento de obras de transportes e canais marítimos. Esse dinamismo esteve vinculado ao movimento mercantil dos portos de Bilbao (País Basco), de Santander (Cantábria), de Barcelona, Tarragona, Valencia, Alicante e Málaga (Mediterrâneo) e de Cádiz (Atlântico) (Barber, 2013)^{iv}.

Em meados do século XIX, a Espanha passava por um processo de mecanização e formação de grandes empresas. O volume da produção têxtil foi multiplicado por dez, de 1820 a 1860. O país apresentava um grau de industrialização mais avançada do que países como a Bélgica e Itália. A modernização foi realizada com maior intensidade na região da Catalunha e Madrid, o que levou a concentração da produção nessas regiões. Embora a produção têxtil apresentasse índices de crescimento inédito, depois de 1850, apenas metade das empresas sobreviveram ao processo de modernização (Balcells, 1977).

No Brasil, no período entre 1873 e 1922, formava-se o pacto de poder da Segunda Dualidade Básica da Economia Brasileira caracterizada pela interrupção do tráfico negreiro e pela extensão do trabalho assalariado decorrente da imigração europeia. Os senhores feudais tornaram-se hegemônicos e o capitalismo mercantil constituiu o primeiro estágio do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Nessa fase, o capitalismo mercantil do centro do sistema capitalista introduzia mercadorias no país, enquanto o capitalismo mercantil nacional estimulava a conversão dos produtos da economia natural em mercadorias, incentivando a diversificação da produção interna por processos artesanais e manufatureiros como forma de substituição das importações. A pequena produção de mercadorias foi uma preparação para a industrialização substitutiva das importações, o mercado expandiu-se com a produção de mercadorias e não mais, simplesmente com a produção de subsistência^v.

Nesse contexto de modificação da estrutura econômico-social, eclodiu a indústria cervejeira no Brasil e em Espanha através da utilização de técnicas produtivas já experimentadas por países como Alemanha e Inglaterra. Isso não quer dizer que a produção cervejeira não existisse antes. Em Espanha, a produção da bebida teve início através da dinastia dos Austrias (Casa de Habsburgo – século XVI); no Brasil, a bebida era importada desde a vinda da família real em 1808 e passou a ser fabricada no mercado interno em meados do século XIX com a vinda de imigrantes europeus.

No Brasil, as cervejarias Brahma (1888) e Antartica (1885), principalmente, já surgiram equipadas para produção em grande escala e alcançaram grandes extensões das regiões sul e sudeste do país. Pode-se observar, na figura 1, a localização das principais cervejarias brasileiras no período de 1880 a 1928 no território brasileiro e seus respectivos tamanhos. Conforme Kob (2000): a Brahma, no Rio de Janeiro, produzia 80 000 hectolitros por mês; a Guanabara (1912), Antartica e Bavária (1877) em São Paulo, produziam respectivamente: 60 000, 50 000 e 40 000 hectolitros por mês e a Atlântica (1912) no Paraná, produzia cerca de 33 000 hectolitros por mês. Afirma Kob (2000) que, em 1920, o Brasil produzia cerca de 86% de sua cerveja no Sudeste e 12% no Sul onde se concentrava a maior parte da produção e da renda.

As diversas pequenas cervejarias espalhadas pelo território brasileiro, sobretudo na região sul do país, foram desaparecendo com o advento da industrialização. No sul do Brasil, poucas fábricas evoluíram para uma produção industrial na virada do século XIX para o século XX em decorrência da dificuldade de concorrer com as empresas Antartica e Brahma, melhor localizadas e tecnologicamente superiores (Roche, 2000).

Desde a fundação, as empresas Brahma e Antartica vêm ampliando seu capital através da compra de outras cervejarias concorrentes e de investimentos em novas fábricas em outras regiões do país. Ainda no início do século XX, adquiriram importantes cervejarias como a Guanabara e a Bavária. Em 1920, a Antartica era a maior cervejaria brasileira com 1 300 trabalhadores e seu capital inicial já havia sido multiplicado por sete. Nos anos 1960, das 18 maiores cervejarias brasileiras trabalhando com maquinaria industrial, 9 haviam sido adquiridas por Brahma e Antartica e 7 desapareceram do mercado.

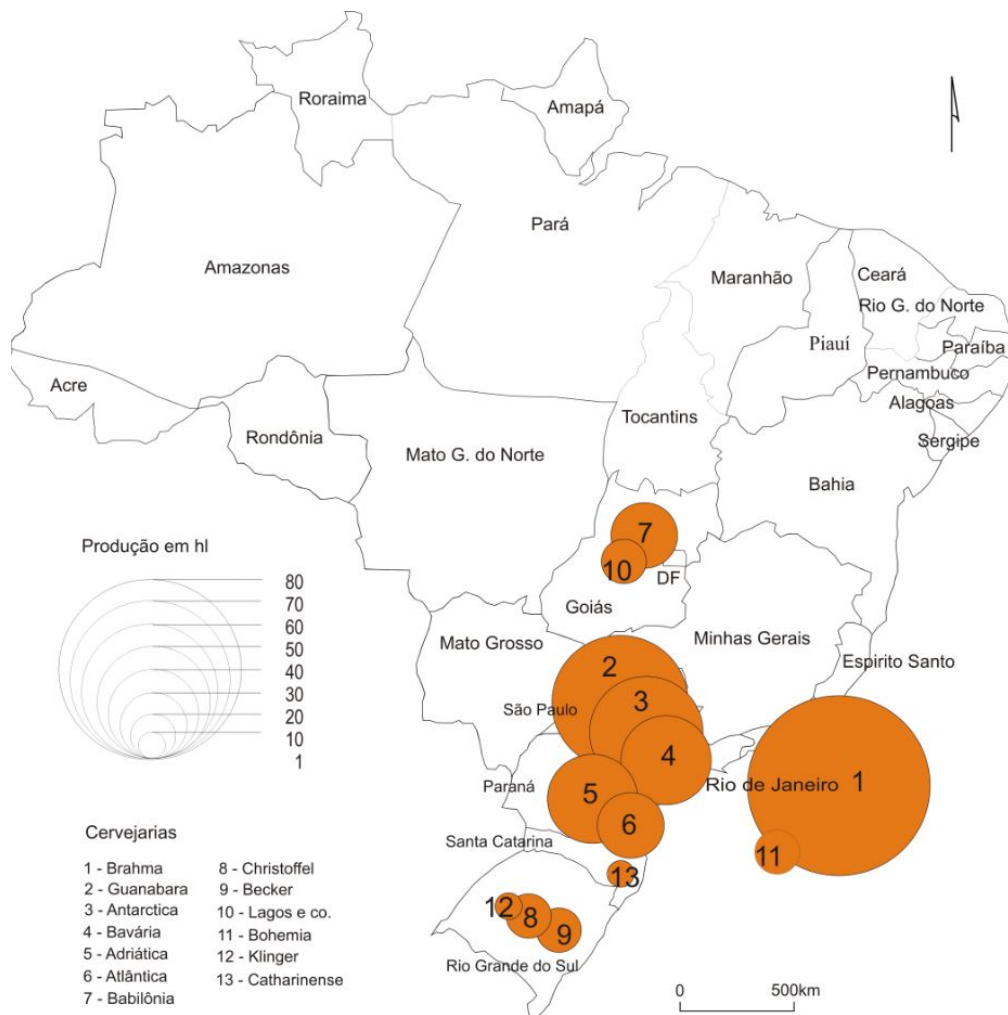


Fig. 1 – Distribuição espacial das primeiras cervejarias brasileiras e produção (hl), no período de 1880 a 1928. Figura a cores disponível online.

Fig. 1 – Spatial distribution of the first Brazilian breweries and production (hl), in the period from 1880 to 1928. Colour figure available online.

Fonte: Kob (2000), organização própria

Em Espanha, as primeiras grandes cervejarias, equipadas com máquina a vapor e direcionadas para a produção de cervejas de baixa fermentação, encontravam-se mais dispersas no território, como se pode observar na figura 2. Em Madrid, localizava-se a maior empresa, a cervejaria El Águila (1900) que, em 1917, era responsável por 25% da produção de cerveja espanhola com produção de 70 056 hectolitros por mês. Em Barcelona localizava-se a segunda maior cervejaria, a Estrella Damm, (1872) com produção de 38 045 hectolitros por mês. No sul de Espanha, em Andaluzia, foi fundada, em Sevilla em 1904, a cervejaria La

Cruz del Campo (Cruz Campo), com produção de 29 528 hectolitros por mês em 1917. Outras pequenas cervejarias estavam dispersas no território espanhol como a Ernesto Petry (Moritz), a Luis Moritz (1889), em Barcelona e a Hijos de C. Mahou (1890), em Madrid.

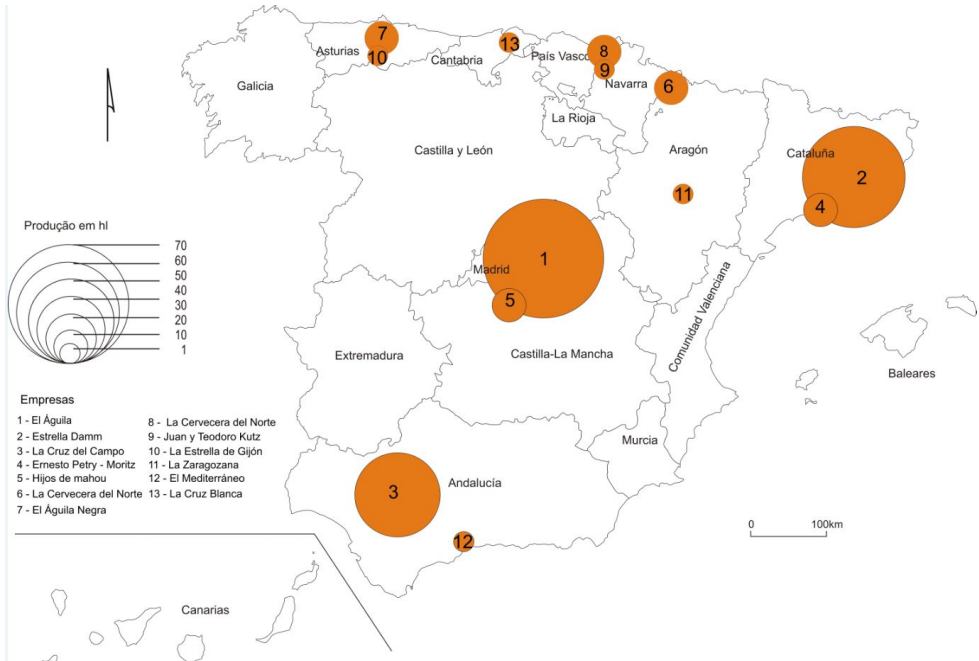


Fig. 2 – Distribuição espacial das primeiras cervejarias da Espanha e produção (hl), em 1917. Figura a cores disponível online.

Fig. 2 – Spatial distribution of the first Spanish breweries and production (hl), in 1917. Colour figure available online.

Fonte: Barber (2013), organização própria

O consumo de cerveja era bastante moderado em Espanha até ao final dos anos 50, quando então iniciou um crescimento considerável. Passou do consumo de 60 mil litros, em 1960, para 12 300 milhões, em 1970, e 25 800 milhões, em 1987. Em 1968, cada espanhol consumia 29 litros de cerveja ao ano e 67 litros de vinho; em 1987 consumia 67 litros de cerveja e 55 litros de vinho. O processo de crescimento e consolidação do setor se fez por empresas nacionais que concorriam entre si e intensificavam o processo de concentração de capital. Em 1957 existiam 57 fábricas de cerveja em Espanha, as quais produziram cerca de 17 050 milhões de litros, já em 1987, existiam 34 fábricas que produziram 70 000 milhões de litros (Parrondo, 2005).

No início dos anos 90, tal como ocorreu no Brasil, grandes grupos multinacionais do setor entraram no território espanhol: a Heineken adquiriu 51% do grupo El Águila e o grupo irlandês Guinness adquiriu a totalidade da cervejaria Cruz Campo. Outros movimentos de fusões menos agressivos ocorreram com a Cervejaria Damm, que teve 18% de

seu capital adquirido pela Oetken e com a cervejaria Mahou que teve 30% de seu capital adquirido pelo grupo BSN. Em 1999, o grupo Heineken, que já controlava quase a totalidade da El Águila, adquiriu a Cruz Campo pertencente à Guinness, passando a controlar uma cota de 40% do mercado cervejeiro espanhol (Parrondo, 2005). Ainda em 1999, a Mahou adquiriu a totalidade da cervejaria San Miguel constituindo-se no maior grupo cervejeiro do país.

Na década de 90, as principais cervejarias brasileiras também realizaram parcerias com o capital externo. A Antártica realizou uma *joint venture* com Anheuser-Busch a partir da criação de uma nova empresa dividida entre 51% do capital da Anheuser-Busch e 49% da Antártica; a Brahma associou-se com a Miller Brewing Co., criando uma nova empresa no Brasil com capital dividido em duas partes iguais. A Skol Caracu (pertencente ao grupo Brahma) associou-se à Carlsberg para distribuição dos seus produtos no país.

No entanto, tais parcerias entre empresa nacional e capital externo foram se dissolvendo no decorrer da década. No ano de 2000 as cervejarias Brahma e Antártica, que realizaram diversas aquisições no território nacional, fundiram-se formando a Companhia de Bebidas das Américas (Ambev). Ela permaneceu como uma empresa de capital nacional até 2004, quando foi adquirida pela cervejaria de capital belga Interbrew, formando InBev, transformada em AB InBev em 2008 com a compra da cervejaria americana Anheuser-Busch.

Ainda no início dos anos 2000, a empresa canadense Molson adquiriu as ações da cervejaria brasileira Kaiser, vendendo em 2006 para a Femsa Cerveza, sendo adquirida pela Heineken em 2010. A partir de então, além da Kaiser, a Bavária, pertencente ao grupo Molson desde 2000, também faz parte do grupo Heineken (pesquisa de campo na cervejaria Heineken em Ponta Grossa/Paraná, 2014). Outra multinacional a entrar no Brasil nos anos 2000 foi a japonesa Kirin, através da compra da Schincariol, a segunda maior cervejaria do país (pesquisa de campo na cervejaria Kirin em Itú/São Paulo, 2014). Desse modo, grande parte do setor foi desnacionalizado nos anos 2000, restando apenas a cervejaria Petrópolis de capital nacional.

Observa-se, no quadro I, a síntese das quatro maiores empresas no Brasil e em Espanha, que dominam respectivamente 96% e 95% da produção nacional de cerveja, demonstrando a concentração do mercado em grandes empresas e a formação de economias de oligopólio.

Quadro I – Maiores grupos cervejeiros do Brasil e da Espanha – 2013
(Produção em milhões de hectolitros).

Table I – Largest brewing groups in Brazil and Spain – 2013 (Production in millions of hectoliters).

Espanha	Produção	Mercado	Capital	Brasil	Produção	Mercado	Capital
Mahou San Miguel	12 274	37%	nacional	Ambev	165 000	67,9%	Bélgica
Heineken	9 807	29,6%	Holanda	Petrópolis	21 800	11,3%	nacional
Estrella Damm	8 239	24,9%	nacional	Kirin Brasil	-	10,8%	Japão
Estrella Galicia	1 235	3,7%	nacional	Heineken	19 000	8,4%	Holanda

Fonte: Sindicerv (2014); Barber (2013); Júnior, O. C. *et al.* (2015); Informe Socioeconómico del Sector de la Cerveza en España (2014); The Barth Reports (2014)

As estratégias das maiores empresas, tanto no Brasil como em Espanha, estão diretamente ligadas à expansão do mercado e, conseqüentemente, ao aumento na escala de produção. Nos últimos anos, a Ambev adquiriu importantes cervejarias nos países vizinhos: Quilmes na Argentina, Companhia Cervejarias Unidas – CCU no Chile e Cervecería y Maltería Paysandú no Uruguai (Aginsky Consulting Group, 2010), e investiu na construção de novas unidades no nordeste brasileiro onde o consumo ainda é reduzido, mas encontra-se em ascensão. A Mahou San Miguel tem direcionado sua política de expansão para o mercado externo através de acordos com o grupo Carlsberg e Cronenberg, para produção e distribuição de suas cervejas na Inglaterra e Alemanha. A empresa adquiriu 50% das ações da cervejaria indiana Arian Breweries & Distilleries, localizada no estado de Rajastán (pesquisa de campo na cervejaria Mahou San Miguel em Alovera/Castilla La Mancha, 2015).

Os grandes grupos mostram interesse pela produção de cervejas diferenciadas e vêm incorporando em seu portfólio novas variedades da bebida. Por exemplo, a Ambev adquiriu em 2015 as microcervejarias Walls e Colorado e a Kirin adquiriu em 2010 a cervejarias Eisenbahn e Baden-Baden, todas fabricantes de cervejas especiais no Brasil; a Mahou San Miguel está trabalhando na construção de uma microcervejaria dentro de sua fábrica em Alovera para produção de cervejas especiais e, também, adquiriu 30% da microcervejarias norte-americana Founders Brewing no ano de 2015, além das cervejarias espanholas Anaga, em 2004, e a cervejaria Alhambra em 2007 (pesquisa de campo na cervejaria Mahou San Miguel em Alovera/Castilla La Mancha, 2015).

III. O SURGIMENTO DAS MICROERVEJARIAS E A DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO

O movimento das cervejas especiais teve início nos anos 1970 nos países desenvolvidos do sistema capitalista. Nos Estados Unidos, a liberdade de produzir cerveja em casa voltada para o mercado só foi conquistada em 1979, quando o presidente Jimmy Carter assinou a *Lei Cranston*, na qual os impostos de consumo federal e estadual foram alterados, habilitando os indivíduos a vender a sua cerveja a um pagamento mínimo da taxa de imposto. Porém, somente em 1984, a produção de cerveja nos “*brewpubs*” passou a ser legal em praticamente todos os estados do país (Carlson & Wehbring, 2011). Também, na Inglaterra, teve início, em 1970, um movimento a favor da autêntica cerveja *Ale*, em contraposição à massificação da cerveja industrial, promovido pela *The British Beer and Pub Association* (BBPA). Em consequência, surgiram milhares de micro e pequenas fábricas no país que se espalhou por toda a Europa.

O movimento de cervejas *Premium* nos Estados Unidos tem se desenvolvido através da “cultura da inovação”, que conheceu grande expansão com projetos avançados de hardware e software. É uma intensa inovação em produtos e processos em pequena escala. Pequenas e novas empresas têm sido entidades importantes na comercialização de novas tecnologias (Mowery & Rosenberg, 2005).

O Brasil e a Espanha não ficaram à parte desse processo. O movimento das cervejas especiais surgiu no Brasil no início dos anos 90, através da cervejaria situada no próprio bar, parceria que funcionou muito bem na Europa e nos Estados Unidos, mas não no Brasil, onde o bar, além de não fazer parte da cultura diária da população, tem alta taxa de impostos, a mesma aplicada às grandes cervejarias. Uma das microcervejarias que foi criada produzindo e vendendo a cerveja no mesmo estabelecimento foi a DaDo Bier do Rio Grande do Sul, fundada em três unidades: Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro. As vendas se consolidaram, porém eram cobrados 80% de IPI (imposto sobre o produto industrializado) sobre o preço de venda ao consumidor final. No ano 2000, depois de realizar uma parceria para a distribuição dos seus produtos com a Ambev, as três fábricas-bar foram desmontadas e foi criada uma unidade produtiva em Santa Maria – RS somente para a produção. Tal mudança permitiu a produção de cerveja artesanal usando a mesma estrutura em grande escala com um custo muito competitivo. Para o proprietário da DaDo Bier, Eduardo Bier, é preciso ter, no mínimo, uma produção de um milhão de litros e ter uma cerveja tipo *lager* para sustentar o volume do negócio (Revista de Cerveja, 2012).

A partir de então, a estratégia da DaDo Bier passou a ser construir a sua marca e desenvolver uma produção em escala através da publicidade e da inovação em produtos. Os planos da empresa atualmente são investir em São Paulo e Rio de Janeiro através de negociações com as grandes redes como Pão de Açúcar, Wall Mart e Carrefour. Os projetos também estão voltados para a Zona Sul de Porto Alegre e Cais Mauá, também no Rio Grande do Sul.

Em Espanha, o processo de criação de microcervejarias tomou proporção em 2006. A primeira microcervejaria criada foi a Dougall's, situada em Santander, no norte do país, que iniciou o procedimento de abertura da fábrica em 2003, mas o processo só foi consolidado três anos mais tarde, pois não existia uma lei para essa categoria de indústria. Entretanto, essa não foi a primeira tentativa de produzir cerveja especial no país. Ainda nos anos 1990, o inglês Steve Huxley, residente em Espanha estabeleceu uma fábrica-bar em Barcelona, mas, segundo ele, o negócio não vingou porque não se encaixava nas leis da indústria e, logo em seguida, o negócio foi encerrado (entrevista com Steve Huxley no Barcelona Beer Festival, 2015).

No quadro II, expõem-se as principais microcervejarias do sul do Brasil e da Região da Catalunha, Espanha. Pode-se observar que as microcervejarias no Brasil são maiores em quantidade produzida. Juntas, as quinze cervejarias brasileiras selecionadas apresentam uma produção de cerca de 2 360 000 litros por mês enquanto as espanholas apresentam juntas produção de 102 000 litros.

Pode-se observar também no quadro seguinte, que muitas empresas brasileiras surgiram nos anos de 2002 e 2003, período de crise do ciclo econômico endógeno brasileiro em que o setor apresentou queda na produção e no comércio internacional, bem como um aceleramento no processo de fusões e aquisições (análise dos dados de The Barth Reports (2014), sobre a produção de cerveja no Brasil e na FAO (2014) sobre o comércio internacional da bebida).

Tanto na região da Catalunha como no Brasil, o surgimento das microcervejarias pode ser entendido como uma alternativa frente à crise econômica. As microcervejarias podem promover o Desenvolvimento Local (DL) de pequenos produtores rurais, com interesse na produção de cerveja^{vi}. O surgimento de novas empresas em períodos de crise econômica significa que o mercado ainda é maior do que as grandes empresas possam abastecer, ou que, as pequenas empresas não interferem no desempenho do oligopólio por dedicarem-se a segmentos que não interessam ao grande capital (Steindl, 1972).

Quadro II – Principais microcervejarias do sul do Brasil e da Catalunha.

Table II – Main microbreweries of the south of Brazil and of Catalonia.

Cervejaria/Localização/ Brasil	Fundação	Produção litros/mês	Cervejaria/Localização/ Espanha	Fundação	Produção litros/mês
Bierbaum-Treze Tilhas/SC	2004	7 000	Ales Agulions-Mediona	2009	1 500
Bierland-Blumenau/SC	2003	70 000	Beercat-Sant Marçal	2012	3 500
Borck-Timbó/SC	1996	30 000	Espiga-Barcelona	2013	8 000
Clae-Campo Largo/PR	2009	30 000	Fort-Barcelona	2012	2 000
DaDo Bier-Santa Maria/RS	1995	1 000 000	Guineu-Barcelona	–	16 600
Eisenbahn-Blumenau/SC	2002	400 000	HZTIL-Barcelona	2014	4 000
Farol-Canela/RS	2003	12 000	La Pirata-Barcelona	2012	3 500
Gaudenbier-Curitiba/PR	2010	38 000	La Sitgetana-Sitges	2010	2 000
Insana-Palmas/PR	2012	100 000	Mínera-Sant Joan de les Abadesses	–	4 000
Irmãos Ferraro-Porto Alegre/RS	2009	7 000	Montseny-Sant Miquel de Balenyà	2007	16 000
Província-Santa Maria/RS	2003	3 000	Moska-Girona	2007	3 500
Saint Beir-Forquilha/SC	2007	160 000	Les Clandestines-Tarragona	2007	2 000
Schorstein-Pomerode/SC	2006	500 000	Rosita-Tarragona	2007	15 000
Seasons-Porto Alegre/RS	2010	15 000	Whyn-Girona	2012	3 000
Tupiniquim-Porto Alegre/RS	2013	18 000	Zulogarden-Molins de Rei	2009	2 500

Fonte: Pesquisa de campo, 2012, 2013 e 2014, organização própria

Conforme Casellas (2014), o Desenvolvimento Local é uma estratégia empresarial baseada na competitividade e na busca da otimização dos processos produtivos e da diferenciação dos produtos com base nos recursos do mercado local.

Nas microcervejarias, não necessariamente, os recursos para a produção vão existir no mercado local, apesar dos esforços e das iniciativas. Tais empresas podem apresentar

efeito multiplicador no mercado local e regional, assim que vão despertando o interesse de novos investidores e outras atividades relacionadas, como a produção de matéria-prima e equipamentos. Por exemplo, pode-se citar a Lupulina, empresa de plantação e processamento do lúpulo, criada em Girona-Catalunha em 2012 com objetivo de atender o mercado local de cervejas artesanais (pesquisa de campo no Festival de Cerveza Artesana del Poblenou, 2015).

A fabricação e o conhecimento para a adaptação do maquinário para produção em pequena escala também podem ser realizados no mercado local-regional assim como a utilização de recursos do mercado local, como o guaraná, a erva-mate e a rapadura, no Brasil. O mercado local também pode contribuir com suas características peculiares^{vii} ligadas ao turismo, sobretudo o turismo rural, como por exemplo, a cervejaria La Vella Caravana localizada na região do Pirineo Catalán (Catalunha espanhola) ou a microcervejaria Farol localizada na serra gaúcha, (Rio Grande do Sul/Brasil).

Em ambos os países muitos dos investimentos em microcervejarias surgiram a partir da iniciativa de cervejeiros caseiros. No Brasil, em muitos casos, a microcervejaria surgiu como a busca de diversificação das atividades industriais, sendo o capital inicial oriundo de outros negócios empresariais da família, como por exemplo, as cervejarias Bierland, Mistura Clássica, Colorado, Burgerman, DaDo Bier e Insana (pesquisa de campo no Festival Brasileiro de Cerveja, 2014). Em outros casos, o capital original adveio de investimentos próprios e a atividade cervejeira se constituiu na principal atividade da família como, por exemplo, as empresas Saint Bier, Borck, Falk Bier e Clain. Muitos dos empresários contam com o financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES-FINAME), que traz como pré-condição ao empresário a compra de no mínimo 70% de maquinários e equipamentos no mercado nacional (pesquisa de campo no Festival Brasileiro de Cerveja, 2013).

Em Espanha, o capital original das microcervejarias, em geral, é oriundo de um grupo de sócios que realizaram investimento particular, como por exemplo, a microcervejaria Montseny que foi fundada por sete sócios e um capital inicial próprio de 200 mil euros. A Naparbier possui seis sócios, dentre eles uma família alemã; a HZT1L foi formada por sete sócios catalães; Espiga, La Sitgetana e Moska foram fundadas através de dois sócios. Embora seja recorrente, essa formação empresarial não é uma regra para as microcervejarias espanholas: a empresa Dougall's de Santander foi fundada por um espanhol e um inglês, os quais possuíam outras atividades, e a produção cervejeira como atividade secundária. Também há algum tipo de financiamento através do banco La Caixa, embora não seja muito difundido no meio das pequenas cervejarias (pesquisa de campo no Barcelona Beer Festival, 2015).

O processo de produção das microcervejarias é semelhante no sul do Brasil^{viii} e na Catalunha, apesar da diferença no tamanho das empresas e dos mercados nacionais. As microcervejarias brasileiras se concentram no Sul e Sudeste onde realizam a maior parte das suas vendas, mas recentemente, têm se direcionado ao Nordeste onde a renda e a possibilidade de consumir uma cerveja com maior valor agregado vêm aumentando. Também exportam para países vizinhos e, em alguns casos, para outros países (Bélgica e

Japão, por exemplo). As microcervejarias alcançam um mercado mais limitado dentro do território espanhol, porém praticam com mais afinco a política de exportações para países vizinhos como Portugal, França e Itália (pesquisa de campo nas microcervejarias Espiga e Ales Agullons na região da Catalunha, 2015).

Algumas empresas não possuem fábricas, mas pequenos laboratórios experimentais onde elaboram as receitas que serão fabricadas em escala para o mercado por uma empresa parceira/terceirizada. Dedicam-se dessa forma, a pesquisa e desenvolvimento do produto. Na outra ponta do processo, as empresas que se dedicam à elaboração das receitas alheias, as quais contam com a diminuição de sua capacidade ociosa, como por exemplo, a Saint Bier no Brasil e a Vic Brewery em Espanha (dados de trabalho de campo).

As microcervejarias trazem a inovação de produtos como elemento central da produção. Para a grande empresa, a inovação em produtos é uma estratégia de diversificação do portfólio de produtos, assim como também são estratégias os acordos de importações de diferentes tipos de cervejas e da compra de outras cervejarias e outras marcas de cervejas.

O fenômeno do surgimento das pequenas fábricas de cerveja pode ser explicado pelo fato do setor constituir um oligopólio diferenciado, onde a forma predominante de disputa de mercado é a diferenciação dos produtos. A diferenciação do produto está associada aos investimentos de publicidade e comercialização no que se refere aos produtos existentes e a permanente inovação de produtos (P&D) no que se refere a novos produtos. Esse tipo de economia de oligopólio está mais preocupado em inibir a entrada de um novo concorrente do que com o grau de concentração técnica das suas fábricas. A natureza das barreiras à entrada não se prende a economias técnicas de escala, mas sim às economias chamadas de escala de diversificação “[...] ligadas à persistência de hábitos e marcas e, conseqüentemente, ao elevado volume dos gastos para conquistar uma faixa de mercado mínimo que justifique o investimento” (Possas, 1987, p. 175). No entanto, por ter um elevado potencial inovador e ausência de fronteiras bem delimitadas, esse tipo de economia não exclui a possibilidade de entrada de novas empresas concorrentes (Possas, 1987).

A análise do oligopólio diferenciado leva em consideração elementos diferentes do que a análise do oligopólio concentrado. Na análise do oligopólio concentrado podem ser excluídas as imperfeições do mercado e as preferências dos consumidores. Conforme Labini (1956) certo grau do monopólio está inserido na própria estrutura técnica das indústrias concentradas, independentemente das preferências, da ignorância dos consumidores e da incerteza dos produtores. Todavia, para a análise do oligopólio diferenciado, o elemento principal é dado pela preferência de certos consumidores para com os produtos de determinadas empresas, produtos que são ou parecem ser diferentes dos de outras empresas. É o que acontece com a cerveja, mesmo apresentando o mesmo processo de elaboração, cada tipo de cerveja se distingue por sua receita tornando o produto sempre diferenciado, ou mesmo, tornando produtos semelhantes diferenciados pela qualidade.

No oligopólio concentrado, existem barreiras criadas pela técnica que operam contra concorrentes potenciais. No oligopólio diferenciado, as barreiras à entrada são oriundas da diferenciação dos produtos. As barreiras no oligopólio concentrado são determinadas pela tecnologia e pela amplitude do mercado e no oligopólio diferenciado, pelos esforços de vendas necessários para conquistar um número adequado de consumidores^{ix}.

As empresas marginais devem considerar as ações e políticas das grandes empresas: se o mercado se expande e as grandes empresas seguem a política de manter a cota de mercado, as pequenas empresas podem alargar suas vendas proporcionalmente ao crescimento do mercado, caso as grandes invistam para aumentar seu mercado, não há lugar para as pequenas. Nos momentos de crise, as pequenas empresas estão sensíveis a deixar o mercado ou serem absorvidas pelas grandes.

As microcervejarias podem ser diferenciadas da seguinte maneira: aquelas de produção artesanal, que não visualizam a expansão do mercado e fabricam um produto elaborado para um mercado específico, priorizando o controle de todo o processo produtivo e até mesmo da distribuição – caso da Ales Agulions em Espanha, e, aquelas que investem em tecnologias para expansão da produção com o objetivo de tornarem-se competitivas em âmbito nacional e até mesmo internacional – caso da Colorado, Backer, Wals, Invicta, Insana, Schornstein e Seasons no Brasil, e muitas outras, que surgiram muito pequenas, mas se expandiram logo em seguida.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em ambos os países formaram-se grandes grupos cervejeiros dominantes no mercado nacional, com a diferença de que em Espanha o setor não sofreu o processo de desnacionalização, como ocorreu no Brasil onde, com exceção da cervejaria Petrópolis, as três maiores empresas foram adquiridas pelo capital externo nos anos 2000.

A saturação do mercado de cervejas tradicionais e a intensificação da concorrência no mercado mundial levaram a expansão dos grandes grupos para as economias periféricas em desenvolvimento. Além da expansão das economias de escala, as empresas passaram a dedicar-se à diversificação da produção no que compete às transformações no conteúdo nutricional da cerveja. Nesse processo, a fabricação de cervejas especiais de alto valor agregado, tornou-se interessante para a grande empresa, por isso, muitas cervejarias realizaram aquisições de microcervejarias ou investiram na construção de suas próprias microcervejarias. A AB InBev, maior grupo cervejeiro do mundo, por exemplo, comprou sete cervejarias artesanais nos Estados Unidos, dentre elas a Goose Island Beer de Chicago (Valor Econômico, 2016). As duas maiores cervejarias espanholas, Mahou-San Miguel e Estrella Damm, criaram pequenas cervejarias dentro de suas grandes fábricas de produção em massa.

A grande empresa oligopolista é tecnicamente mais avançada e inovadora do que a pequena empresa. Ela possui disponibilidade financeira, crédito fácil e equipe especializada. O que se pode observar através do trabalho de campo nas grandes cervejarias em

ambos os países é que, além do poder de barganha que possuem na compra e venda do produto, dispõem de laboratórios equipados para desenvolver pesquisas de alto nível científico e de grande valor prático desenvolvendo alianças com universidades e órgãos de pesquisa, como por exemplo, a parceria da AB InBev com a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) para a produção e transformação genética da semente de cevada.

Dessa forma, a permanência da empresa cervejeira marginal depende das condições de expansão da grande empresa e da extensão do mercado: i) se a demanda for favorável, ou pelo menos tão ampla quanto a expansão das empresas bem sucedidas, a participação das pequenas empresas é mantida e até pode aumentar o número de empresas acompanhando o crescimento do mercado; ii) se a acumulação interna das empresas bem-sucedidas empurrarem para a expansão além do que a demanda pode acompanhar, elas terão que conquistar uma parte da fatia do mercado ocupada pelas empresas marginais.

Entretanto a permanência da pequena empresa cervejeira no Brasil e em Espanha pode ser justificada pelo fato de que muitas são extensões de outros negócios industriais familiares e, portanto, estão vinculadas a alguma grande empresa; pelo fato de que o empresário deseja manter seu negócio mesmo que a atividade resulte apenas em lucros médios; pelo fato de que a atividade é encarada como *hobby*; ou mesmo, pelo fato de que a empresa seja tão pequena e produza uma bebida tão específica que não influencie na atuação da empresa líder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aginsky Consulting Group (2010). *Global Craft Beer Market: Trends and Opportunities in Developing Economies*. USA: Aginsky Consulting Group, set./2010. Retrieved from: www.aginskyconsulting.com
- Associação Brasileira da Indústria da Cerveja (CERV-BRASIL). (2015). *Anuário 2015* [Yearbook 2015]. Retrieved from: <http://www.cervbrasil.org.br/paginas/index.php?page=anuario-2015>
- Balcells, A. (1977). *Cataluña Contemporánea I (Siglo XIX)* [Contemporary Catalonia I (19th century)]. Madrid: Siglo XXI de España Editores S. A.
- Baran, P. A. (1957). *A Economía política do desenvolvimento* [The political economy of growth]. (Edição brasileira de 1984). São Paulo: Abril Cultural.
- Barber, X. G. (2015). La indústria cervecera santandestina a la sombra del mercado de Indias [The brewing industry in Santander at the shade of the Indias market]. *Scripta Nova*, XIX(518).
- Barber, X. G. (2013). *Los Orígenes y la implantación de la industria cervecera en España, siglo XVI – 1913* [The Origins and the implantation of the brewing industry in Spain, 16th century – 1913]. Barcelona: Universitat de Barcelona. Facultat d' Economia i Empresa – Departament d' Història i Institucions Econòmiques.
- Carlson, R., & Wehbring, R. (2011). *Microbrewing the Bioeconomy: Innovation and Changing Scale in Industrial Production*. EUA: Biodesic LLC.
- Casellas, A. (2014). *Desarrollo local y territorio: del crecimiento indiscriminado a la viabilidad social y económica* [Local development and territory: of indiscriminate growth to social and economic viability]. Diputación de Barcelona. Elementos de Innovación y Estrategia, n. 5.
- Chandler, A. (1962). *Ensaio para uma teoria histórica da grande empresa* [Essays toward a historical theory of the big business]. (Edição brasileira de 1998; 2000). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- FAO. FAOSTAT FAO Statistics Division (2014). Base de dados [Database]. Retrieved from: <http://faostat.fao.org/site/626/default.aspx#ancor>

- Informe Socioeconómico del Sector de la Cerveza en España (2014). *Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente*. Madrid: Secretaría General Técnica. Retrieved from: <http://publicacionesoficiales.boe.es/>
- Júnior, O. C., Junior, J. R. T., Galinari, R., Rawet, E. L., Silveira, C. T. J. da (2015). O setor de Bebidas no Brasil [The Beverages sector in Brazil]. BNDES Setorial. *Biblioteca Digital*, 40, 93-130.
- Kob, E. (2000). Como a cerveja se tornou bebida brasileira: a história da indústria de cerveja no Brasil desde o início até 1930 [How beer became Brazilian drink: the history of the beer industry in Brazil from the beginning until 1930]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 161(409), 29-58.
- Labini, P. S. (1956). *Oligopólio e progresso técnico* [Oligopoly and technical progress]. (Edição brasileira de 1986). São Paulo: Nova Cultural.
- Lenin, V. I. (1916). *O imperialismo: fase superior do capitalismo* [Imperialism: the highest stage of capitalism]. (Edição brasileira de 2008). São Paulo: Centauro.
- Lenin, V. I. (1899). *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* [The development of capitalism in Russia]. (Edição brasileira de 1982). São Paulo: Abril Cultural.
- Limberger, S. C. (2013). O setor cervejeiro no Brasil: gênese e evolução [The brewing sector in Brazil: genesis and evolution]. *Cadernau: Cadernos do Núcleo de análises urbanas*, 6(1), 66-77.
- Mowery, D., & Rosenberg, N. (2005). *Trajatórias da Inovação: a mudança tecnológica nos EUA da América no século XX*. [Paths of Innovation: technological change in 20th-century America]. Campinas: UNICAMP.
- Parrondo, F. (2005). *La industria cervecera en España* [The brewing industry in Spain]. Madrid: Anales de Geografía.
- Poelmans, E., & Swinnen, J. F. M. (2011). A Brief Economic History of Beer. In *The Economics of Beer*. Belgium: Katholieke Universiteit Leuven – LICOS Centre for Institutions and Economic Performance. Retrieved from: <http://oxfordindex.oup.com/view/10.1093/acprof:oso/9780199693801.003.0001>
- Possas, M. L. (1987). *Estruturas de mercado em oligopólio* [Market structures in oligopoly]. São Paulo: Hucitec.
- Rangel, I. (2005). *Obras Reunidas* [Collected Works]. Vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto/BNDES.
- Rangel, I. (1981). A história da Dualidade Brasileira [The History of the Brazilian Duality]. *Revista de Economia Política*, 1(4), 5-34.
- Revista da Cerveja (2012) DaDo Bier, um pioneiro mais uma vez inovando [DaDo Bier a pioneer again innovating]. *Revista da Cerveja*. Porto Alegre, 1/ mai., n. 01.
- Rocha, F. G. & Tulla, A. F. (2015). Indicação geográfica de productos agrícolas: situación y perspectivas para la pequeña explotación familiar en Brasil [Geographical indication of agricultural products: situation and prospects for small exploration family in Brazil]. *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, 61/1, 67-89.
- Roche, J. (2000). *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul* [The German colonization and the Rio Grande do Sul]. Vol. II, Porto Alegre: Editora Globo.
- Santos, M. (1999). Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial [Mode of production technical-scientific and spatial differentiation]. *Revista Território*, IV(6), 5-20.
- Santos, M. (1979). *Espaço e Sociedade* [Space and Society]. 1. ed. Petrópolis: Vozes.
- Schumpeter, J. (1912). *Teoria do Desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico* [The Theory of Economic Development: an inquiry into profits, capital, credit, interest and the business cycle]. 2 ed. (Edição brasileira de 1982). São Paulo: Nova Cultural.
- Sicobe (2016). *Produção Cervejas e Refrigerantes: Embalagem e Região Geográfica* [Beer and Soft Drinks: Packaging and Geographical Region]. São Paulo: Ministério da Fazenda. Retrieved from: <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/Bebidas/SistContrProdSicobe.htm>
- Steindl, J. (1972). *Pequeno e grande capital: problemas econômicos do tamanho das empresas* [Small and Big Business: Economic Problems of the Size of Firms]. (Edição brasileira de 1990). São Paulo: Hucitec
- The Barth Reports (2000-2016). *Barth-Haas Group*. German. Retrieved from: <http://www.barthhaasgroup.com/en/news-and-reports/the-barth-report-hops>

- Tulla, A. F., Pallarès-Barberà, M., & Vera, A. (2009). *Naturbanization and local development in the mountain areas of the Catalan Pyrenees*. In M. J. Prados (Ed.), *Naturbanization. New identities and processes for rural – natural areas* (pp. 75-92). London: Taylor & Francis Group.
- Valor Econômico (2016). *Grandes cervejarias tentam atrair quem não confia nelas* [Great breweries try to attract those who do not trust them]. Retrieved from: <http://www.valor.com.br/empresas/4391112/grandes-cervejarias-tentam-atrair-quem-nao-confia-nelas>

ⁱ A Espanha exportou 109.817 toneladas de cerveja em 2013 e o Brasil 139 033. Mas é necessário considerar que essa quantidade exportada pela Espanha é uma porcentagem muito maior da produção total do que a exportada pelo Brasil no mesmo ano (FAO, 2014).

ⁱⁱ Em janeiro de 2017 a Heineken adquiriu as ações da Brasil Kirin, detentora da Schincariol, tornando-se a segunda maior cervejaria do país, fator que vai remodelar a estrutura do setor.

ⁱⁱⁱ Este trabalho é resultado do estágio doutoral realizado na Universitat Autònoma de Barcelona em 2015, o qual teve por objetivo investigar o desenvolvimento do setor cervejeiro espanhol, e, sobretudo o surgimento e desempenho das microcervejarias na década de 2000. A proposta de tese apresentada à linha de pesquisa Formação Sócio Espacial: Mundo/Brasil/Regiões do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina foi defendida em agosto de 2016 e intitulada “Estudo geoeconômico do setor cervejeiro no Brasil: estruturas oligopólicas e empresas marginais”.

^{iv} Ver sobre a formação da indústria cervejeira em Santander em Barber (2015).

^v Ver sobre dualidade básica da economia brasileira em Rangel (1981; 2005).

^{vi} Ver mais sobre Desenvolvimento Local em Roucha; Tulla (2015).

^{vii} Ver sobre como as atividades que agregam valor podem contribuir ao desenvolvimento local em Tulla, Pallarès-Barberà, y Vera (2009).

^{viii} Ver mais sobre microcervejarias no Sul do Brasil em Limberger (2013).

^{ix} O obstáculo que torna difícil a entrada de novas empresas no oligopólio diferenciado não é tanto a dificuldade de se obter recursos financeiros para custear as despesas de venda, mas a dificuldade de se obter consumidores em número tal que não só permita recuperar os custos concretos de produção, mas também as despesas com a implantação. “Essa descontinuidade torna necessário garantir uma saída que seja suficientemente ampla e depende, além dos custos fixos técnicos, do custo fixo da implantação” (Labini, 1956, p. 67).

DETECÇÃO REMOTA DE ILHAS DE CALOR SUPERFICIAIS: EXEMPLOS DE CIDADES DE PORTE MÉDIO E PEQUENO DO AMBIENTE TROPICAL, BRASIL

MARGARETE CRISTIANE DE COSTA TRINDADE AMORIM¹

RESUMO – O objetivo deste artigo é identificar como as ilhas de calor de superfície se espacializam em cidades de porte médio e pequeno por meio da utilização de imagens do canal infravermelho termal do satélite Landsat 8. Pretende-se, portanto, analisar as características das temperaturas superficiais e a distribuição espacial da cobertura vegetal arbórea, da densidade de construções e dos tipos de materiais dos telhados, em cidades de porte médio e pequeno do ambiente tropical. Foram diagnosticadas ilhas de calor de superfície de forte magnitude (entre 8°C e 11°C) e as áreas com as maiores temperaturas estiveram associadas com os materiais construtivos utilizados nas coberturas, particularmente os telhados de fibrocimento e de zinco, com a densidade das construções e a carência de cobertura vegetal arbórea.

Palavras-chave: Clima urbano; ilha de calor de superfície; Landsat 8; sensoriamento remoto; cidades tropicais.

ABSTRACT – REMOTE SENSING OF SURFACE HEAT ISLANDS: EXAMPLES OF SMALL – AND MEDIUM – SIZED CITIES IN THE TROPICAL ENVIRONMENT, BRAZIL. The purpose of this article is to identify how island surface heat is spatialized in small – and medium – sized cities through the use of images of the thermal infrared channel of the Landsat 8 satellite. It thus intends to assess the characteristics of surface temperatures and the spatial distribution of woody vegetation, construction density and the types of rooftop materials in small – and medium-sized cities in a tropical environment. We diagnosed surface heat islands of strong magnitude (8-11°C), and the areas with the highest temperatures were associated with construction materials used in rooftops, particularly asbestos cement and zinc, construction density and lack of woody vegetation.

Keywords: Urban climate; surface heat island; Landsat 8; remote sensing; tropical cities.

Recebido: maio 2015. Aceite: dezembro 2016.

¹ Bolsista de Produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Rua Roberto Simonsen, 305, CEP 19060-900, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil. E-mail: mccta@fct.unesp.br

RÉSUMÉ – TÉLÉDETECTION DES ÎLES DE CHALEUR SUPERFICIELLES: L'EXEMPLE DES VILLES DE TAILLE MOYENNE OU PETITE, EN MILIEU TROPICAL, AU BRÉSIL. En utilisant les images du canal infrarouge thermique du satellite Landsat 8, on a recherché la localisation des îles de chaleur superficielles dans les villes petites ou moyennes soumises à un climat tropical. On y a analysé les caractéristiques des températures superficielles et la distribution spatiale de la couverture arborée, des constructions et des types de matériaux servant de toits. On a ainsi observé que les îles de chaleur accentuées (de 8 à 11°C) étaient associées à certains matériaux constituant les toits, comme le fibrociment et le zinc, ainsi qu'à la forte densité des constructions et à l'absence de couverture arborée.

Mots clés: Climat urbain; île de chaleur superficielle; Landsat 8; télédétection; villes tropicales.

I. INTRODUÇÃO

O avanço nas tecnologias de sensoriamento remoto tem proporcionado o conhecimento cada vez mais detalhado da superfície terrestre. Tais tecnologias permitem a aquisição de informações sobre objetos sem contato físico direto e se utiliza de sensores para coletar energia proveniente do objeto, convertê-la em sinal possível de ser registrado e apresentá-la em forma adequada à extração da informação (Jensen, 2009).

Nos estudos de climatologia urbana, o sensoriamento remoto, através da aquisição da temperatura da superfície, tem auxiliado na compreensão da distribuição das fontes de calor dentro de uma área urbana que contribuem para a formação das ilhas de calor urbanas – ICU (Mendonça & Dubreuil, 2002; Arnfield, 2003; Voogt & Oke, 2003; Weng, 2003; Dubreuil, Quenol, Foissard, & Planchon, 2010; Amorim, 2013; Lucena, Rotunno Filho, Almeida França, Faria Peres, & Xavier, 2013).

Este artigo tem como objetivo identificar como as ilhas de calor de superfície se espacializam em cidades brasileiras de porte médio e pequeno por meio da utilização de imagens do canal infravermelho termal do satélite Landsat 8. Relacionam-se as temperaturas superficiais e a distribuição espacial da cobertura vegetal arbórea, da vegetação rasteira, das construções e dos tipos de materiais dos telhados.

O crescimento urbano no Brasil acarretou a derrubada de grandes áreas florestais em várias regiões do país. No oeste do Estado de São Paulo, norte do Paraná e sul de Mato Grosso do Sul isso não foi diferente, pois além do surgimento dos centros urbanos, o uso do solo rural predominantemente voltado para a agropecuária, resultou em fortes transformações em sua vegetação natural ao longo dos anos. Há indícios de que este processo de ocupação tenha provocado aumento da temperatura e concentração pluvial, modificando o regime climático (Amorim, Dubreuil, Quenol, & Sant'anna Neto, 2009).

As cidades escolhidas para este estudo – Presidente Prudente, Rosana, Paranavaí e Nova Andradina (fig. 1) – foram selecionadas porque fazem parte da Raia Divisória São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, definida por Passos (2006), como sendo áreas de fronteiras, onde os processos se manifestam segundo uma lógica de descontinuidade

objetiva da paisagem ou, ainda, segundo uma impermeabilidade muito acentuada entre as parcelas do território submetidas às definições e redefinições territoriais mais ou menos independentes. Segundo o mesmo autor, as cidades estão inseridas em uma região que necessita de estudos que possam revelar suas potencialidades paisagísticas com o objetivo de subsidiar o desenvolvimento regional e local.

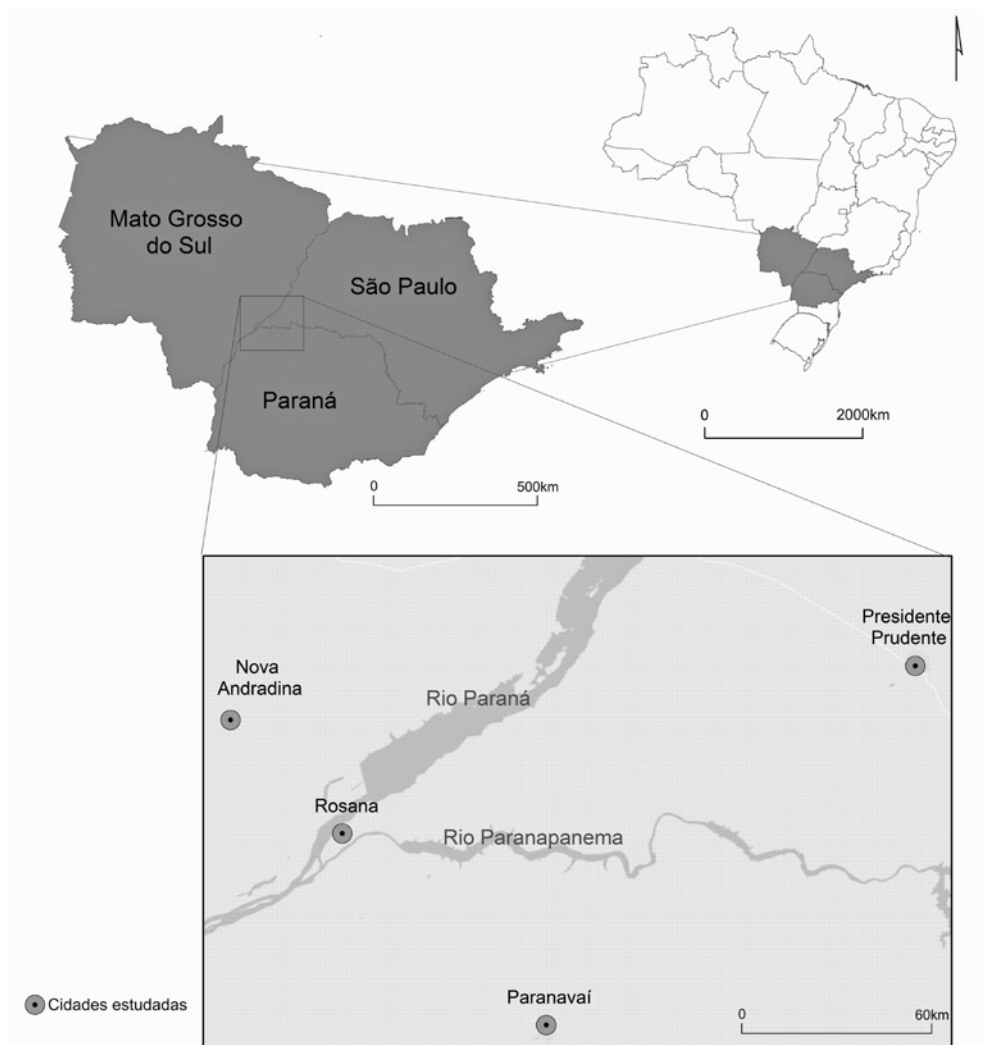


Fig. 1 – Localização de Presidente Prudente (SP), Rosana (SP), Paranavaí (PR) e Nova Andradina (MS) na raia divisória São Paulo – Paraná – Mato Grosso do Sul.

Fig. 1 – Location of Presidente Prudente (SP), Rosana (SP), Paranavaí (PR), and Nova Andradina (MS) in frontier parting São Paulo – Paraná – Mato Grosso do Sul.

Fonte: Adaptado de Passos (2006)

Neste sentido, o estudo das ilhas de calor superficiais nas quatro cidades justifica-se pela necessidade de se oferecer subsídios para o planejamento territorial das mesmas, porque pouco se conhecia sobre o papel que elas desempenham na alteração das temperaturas superficiais. Este estudo está inserido em um projeto mais amplo, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), intitulado “Dinâmicas Socioambientais, Desenvolvimento Local e Sustentabilidade na Raia Divisória São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul”, que visa contribuir para o planejamento e para a gestão de uma porção do território que teve suas paisagens naturais drasticamente alteradas e são carentes de estudos.

As referidas cidades possuem médio e pequeno porte e se caracterizam pelo clima tropical continental em área de transição entre as massas de ar tropicais (Atlântica e Continental), polares e equatoriais. Possuem duas estações definidas, um período de verão/outono, quente (temperaturas médias das máximas entre os 27°C e 29°C) e muito chuvoso (entre 150 e 200mm mensais); e invernos amenos (com temperaturas médias das mínimas entre os 16°C e 18°C) e menos úmidos (chuvas mensais entre os 20 e 50mm). Diante da forte irregularidade climática da região, explicada pela proximidade da latitude do Trópico de Capricórnio, área de conflito entre os sistemas tropicais e extratropicais, as cidades apresentam variabilidade interanual bastante acentuada. De modo geral, as massas tropicais prevalecem na região a maior parte do ano, ora com origem no atlântico, mais úmidas, ora com trajetórias continentais, mais quentes e secas (Amorim, *et al.* 2009; Sant’Anna Neto & Tommaselli, 2009).

Como as cidades tropicais são naturalmente quentes a produção do clima urbano e a geração das ilhas de calor são responsáveis pela intensificação do desconforto térmico e pela diminuição da qualidade ambiental e de vida das pessoas.

II. CARACTERÍSTICAS DAS CIDADES ESCOLHIDAS PARA ESTUDO

A retirada da cobertura vegetal original associada à impermeabilização das superfícies urbanas e a concentração de edificações, resultam no aumento das temperaturas atmosféricas e superficiais (Amorim, 2000; Amorim, *et al.* 2009). Além desses fatores, devem ser considerados os materiais construtivos utilizados, que em muitos casos geram maior inércia térmica e desconforto humano.

Na maioria dos municípios brasileiros a vegetação natural ficou restrita a pequenas parcelas do território e mesmo nas cidades de pequeno e de médio porte, as características do clima local estão diretamente ligadas às formas de uso e ocupação da terra (Cruz, 2009; Frasca Teixeira & Amorim, 2013).

Rosana encontra-se a 22° 34’ 47” de latitude sul e 53° 03’ 33” de longitude a oeste. A sede municipal localiza-se a 236 metros de altitude e, aproximadamente, a 10km da confluência dos rios Paraná e Paranapanema, a 7km da margem do Paranapanema e a 1km do rio Paraná (fig.1). O rio Paraná é o limite territorial natural com o Estado do Mato Grosso do Sul a oeste, e o rio Paranapanema é o limite com o Estado do Paraná ao sul.

Segundo o Censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de Rosana é de 19 691 habitantes, sendo que apenas 26% da população reside na sede do município e o restante, os outros 74% no distrito e em áreas rurais. O motivo pelo qual a população rural é maior que a urbana, deve-se ao fato de um distrito estar localizado aproximadamente a 15km da sede municipal, fora do núcleo urbano de Rosana. Esse distrito foi fundado para receber a população que serviu como mão de obra na construção da hidrelétrica de Primavera e é onde vive, portanto, a maior parte da população do município.

Presidente Prudente localiza-se à 22° 07' 04" de latitude sul e 51° 22' 57" de longitude oeste, com população de 207 610 habitantes (IBGE, 2010) e é sede da 10ª região administrativa do Estado de São Paulo. A paisagem urbana apresenta grande diversidade de ocupação da terra. Os bairros mais antigos (construídos entre as décadas de 1950 e 1970) são densamente construídos e com significativa cobertura vegetal arbórea nas calçadas e nos quintais. Por outro lado, as áreas residenciais que surgiram nas décadas de 1980/1990 são a grande maioria e apresentam-se com edificações esparsas, com gramado e vegetação arbórea. Neste grupo prevalecem os conjuntos habitacionais e loteamentos destinados à população de baixa renda com terrenos menores e materiais construtivos menos adequados ao conforto térmico e ambiental (paredes finas e coberturas de fibrocimento).

A cidade de Paranavaí localiza-se na porção noroeste do Estado do Paraná e possui população de 81 590 habitantes (IBGE, 2010). De acordo com Passos (2006), o noroeste do Paraná foi contemplado com uma concepção moderna de colonização: a construção de vias de circulação e o desenho de pequenos centros urbanos, “coordenados” por cidades de porte médio (Maringá, Paranavaí, Cianorte, Umuarama); ao mesmo tempo, o parcelamento dos lotes rurais obedeceu a uma concepção, cujo objetivo maior era o dinamismo da economia e das relações amplas determinantes para o desenvolvimento regional.

A cidade de Nova Andradina localiza-se na porção sudeste do Estado do Mato Grosso do Sul, com total de 45 585 habitantes (IBGE, 2010). Conforme esclarece Passos (2006) a ocupação do sudeste/sul mato-grossense foi consequência da capitalização observada nas áreas próximas e de ocupação anterior. O fato do capital “externo” se apropriar, majoritariamente, do espaço, tem um peso significativo (negativo) na gestão do território, ainda hoje. As desigualdades territoriais permanecem nas condições atuais e podem ser observadas, por exemplo, nos diferentes padrões construtivos verificados no ambiente intraurbano.

A preocupação em realizar estudos de clima nestas cidades justifica-se pela necessidade de se auxiliar o ordenamento territorial das mesmas, podendo, portanto, resultar em ações efetivas para a melhoria da qualidade ambiental urbana.

III. AS DIFERENTES ILHAS DE CALOR URBANAS

A ilha de calor urbana é definida como sendo uma área mais quente do que seus arredores. Ela é calculada considerando-se a diferença da temperatura entre o ambiente construído e o não construído no mesmo instante.

A literatura aponta três tipos de ilhas de calor urbanas em função da camada onde são encontradas: 1 – a ilha de calor superficial diagnosticada por meio do sensoriamento remoto, objeto deste artigo; 2 – a ilha de calor atmosférica inferior, que Oke (1978) denominou *urban canopy layer*, compreendida entre o nível do solo e o nível médio dos telhados. Neste caso, as temperaturas são medidas abaixo do nível do topo dos edifícios, por meio de diferentes procedimentos, tais como, transectos móveis (medidas itinerantes com veículos) e pontos fixos por meio de uma rede de estações meteorológicas inseridas na malha urbana e no ambiente rural ou apenas com registradores automáticos de temperatura instalados em locais escolhidos no intraurbano e rural de acordo com os objetivos e características das áreas; 3 – a ilha de calor da atmosfera urbana superior, denominada por Oke (1978) *urban boundary layer*. Esta se sobrepõe à anterior e se estende por vezes até à atmosfera livre. Trata-se, portanto, da parte superior da camada limite urbana, em que particularmente as características de temperatura, umidade, turbulência e composição da atmosfera são influenciadas pela presença da cidade (Oke, 1995).

No Brasil a Ilha de Calor Urbana (ICU) da atmosfera inferior tem sido a mais estudada e é, por essa razão, a mais conhecida. Os trabalhos realizados buscaram compreender os ritmos térmicos urbanos, assim como a intensidade e magnitude das ilhas de calor, além de sua distribuição espacial (Monteiro, 1990; Mendonça, 2015).

Os estudos sobre ilhas de calor de superfície são menos comuns no Brasil e podem ser realizados por meio de imagens de satélites ou por sensores termais instalados em aeronaves. O uso de imagens de satélite tem crescido devido ao desenvolvimento de satélites com alta resolução espacial. No Brasil, Lombardo (1985, p. 132), realizou estudo pioneiro utilizando-se de imagens do satélite NOAA/AVHRR, com a identificação de pico da temperatura de 25°C no centro da cidade de São Paulo em comparação com o ambiente do entorno densamente vegetado. Devido à resolução espacial desse satélite (1,1km), não foi possível o detalhamento das características térmicas intraurbanas. Voos em aeronaves especiais possibilitam análises mais detalhadas de temperaturas das superfícies, pois essas podem voar mais próximas ao solo e assim viabilizam a coleta de imagens com maior resolução, entretanto são caros e necessitam de autorização para voar a altitudes mais baixas do que é normalmente permitido.

Diversos autores (Sobrinho, Jiménez-Muñoz, & Paolini, 2004; Stathopoulou & Cartalis, 2007; Yuan & Bauer, 2007; Amorim *et al.*, 2009) tem utilizado imagens do Landsat (Land Remote Sensing Satellite) 5 e 7 (banda 6 do canal infravermelho termal com resoluções espaciais de 120 e 60 metros, respectivamente) e do Landsat 8, bandas 10 e 11, do infravermelho termal/TIRS 1, com resolução espectral de 10,6 – 11,19 μm e resolução espacial de 100 metros, mas tratadas e disponibilizadas com pixel de 30 metros pela USGS (United States Geological Survey). Voogt e Oke (2003) evidenciam que o sensoriamento remoto termal, tanto por meio de aeronaves como por satélites, tem propiciado novas formas de observações sobre as ilhas de calor, bem como a compreensão de suas causas e características. O sensoriamento remoto tem sido utilizado para avaliar temperaturas e outras características das superfícies, tais como, tipos de coberturas e pavimentos,

vegetação e solo nu. Isso é possível por meio da medição de energia refletida e emitida a partir dos objetos presentes na superfície. Mede-se com esses sensores a energia visível refletida e a radiação infra-vermelha térmica emitida pelos alvos.

A principal vantagem de se utilizar o sensoriamento remoto é sua capacidade de permitir a visualização de temperaturas em grandes áreas; entretanto, é possível obter apenas uma vista panorâmica de temperaturas superficiais, sem que seja viável se obter as temperaturas de paredes e sob a vegetação, por exemplo.

Voogt e Oke (1997) adicionaram informações verticais da temperatura aos dados coletados por sensoriamento remoto para gerar uma temperatura tridimensional.

No Brasil o número de trabalhos relacionados à ilha de calor que se utilizam do sensoriamento remoto tem crescido, particularmente nas regiões metropolitanas e em cidades de grande porte (Lombardo, 1985; Sousa & Baptista, 2005; Bias & Baptista, 2005; Andrade, Souza, Sakuragi, & Castro, 2007; Coltri, Velasco, Polizel, Demétrio, & Ferreira, 2007). Nos últimos anos as cidades de porte médio e pequeno têm sido alvo de estudos das temperaturas superficiais; dentre eles destacam-se: Amorim, *et al.* (2009), Cruz (2009), Amorim e Monteiro (2011), Amorim (2013), Dorigon e Amorim (2013), Ugeda (2013), Ortiz e Amorim (2013), Frasca e Amorim (2013), dentre outros. Dos trabalhos citados, Amorim, *et al.* (2009), Dorigon e Amorim, (2013), se referem a estudos realizados nas cidades objeto deste artigo. O primeiro analisa as características térmicas do clima urbano em duas cidades de médio porte: Rennes (França) e Presidente Prudente (Brasil), por meio de registros da temperatura do ar (pontos fixos e medidas itinerantes) e dados térmicos de superfície obtidos pelo tratamento de imagens do satélite Landsat 7, sendo diagnosticado o aumento das temperaturas, ligeiramente maiores em Rennes do que em Presidente Prudente e a geração de ilhas de calor urbanas (ICU), decorrentes do processo de urbanização nas duas cidades. O segundo mostrou as diferenças térmicas dos alvos em Paranavaí, que atingiram mais de 13°C em relação ao ambiente rural.

IV. OS PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Para a geração dos mapas de temperatura da superfície das cidades em questão foram utilizadas imagens do satélite Landsat 8, banda 10, do canal infravermelho termal/TIRS 1, com resolução espectral de 10,6 – 11,19 μm e resolução espacial de 100 metros, mas tratadas e disponibilizadas com pixel de 30 metros pela United States Geological Survey (USGS).

Os procedimentos para a obtenção das temperaturas em grau Celsius ($^{\circ}\text{C}$) na imagem de satélite foram realizados no software IDRISI Taiga, com a utilização de parâmetros fixos de conversão de níveis de cinza da imagem (NC) para radiância, depois para temperatura Kelvin e finalmente para graus Celsius.

As equações e parâmetros foram obtidos no sítio da USGS e serão apresentados a seguir.

$$L\lambda = MLQcal + AL \quad (1)$$

Onde:

$L\lambda$ = Radiância do topo da atmosfera (Watts/(m² * srad * μm));

ML = Fator multiplicativo de redimensionamento de cada banda presente nos metadados (Radiance_Mult_Band_x, onde x é o número da banda);

AL = Fator aditivo de redimensionamento de cada banda presente nos metadados (Radiance_Add_Band_x, onde x é o número da banda);

Qcal = Valores de pixel quantificados e calibrados do produto padrão (DN).

Depois desta primeira fórmula foi feita a correção atmosférica das imagens segundo os princípios disponibilizados pela *Atmospheric Correction Parameter Calculator*, a qual fornece valores locais para *Transmittance*, *Upwelling Radiance* e *Downwelling Radiance*. Para isso foram incluídos os dados da estação meteorológica automática do INMET localizada na FCT/UNESP de Presidente Prudente. De acordo com Coll, *et al.* (2010), a equação 2 se aplica à correção atmosférica específica da cena.

$$CV_{R2} = \frac{CV_{R1} - L\uparrow}{\epsilon\tau} - \frac{1 - \epsilon}{\epsilon} L\downarrow \quad (2)$$

Onde (Coll *et al.* (2010):

CV_{R2} – valor da célula da correção atmosférica como radiância

CV_{R1} – valor da célula como radiância da seção 1

$L\uparrow$ – upwelling radiance

$L\downarrow$ – downwelling radiance

τ – transmitância

ϵ – emissividade (0,95).

Após a correção atmosférica, aplicou-se a equação 3 para converter os valores em temperatura Kelvin:

$$T = \frac{K2}{\ln\left(\frac{K1}{L\lambda} + 1\right)} \quad (3)$$

Onde (USGS, 2015),

T = Temperatura efetiva no satélite em Kelvin;

K2 = Constante de calibração 2 – valor – 1 321,08;

K1 = Constante de calibração de 1 – valor – 774,89;

L = Radiância espectral, em Watts / (metro quadrado ster * * mm).

Para gerar a grade de temperatura da superfície em graus Celsius (°C), os valores de temperatura em Kelvin foram subtraídos de 273.15.

Neste artigo, optou-se por apresentar as intensidades das ilhas de calor superficiais nas quatro cidades estudadas. Para isso, foram consideradas as diferenças das temperaturas intraurbanas em relação aos ambientes rurais próximos, e não os valores absolutos das temperaturas superficiais. Portanto, partiu-se da menor temperatura registrada na cena, sendo esta considerada como o ponto “0” e, a partir dela, foram calculadas as diferenças de temperaturas dos alvos (por pixel), para que fosse possível reconhecer um padrão de aquecimento nos ambientes intraurbanos e rurais próximos.

Para a elaboração dos mapas de uso da terra foram utilizadas as bandas 3, 5 e 4 do Landsat 8, respectivamente *Green*, *Near Infrared* e *Red*, com o objetivo de elaborar mapas de composição colorida que diferenciam as áreas urbanas e rurais e, juntamente com trabalhos de campo e conhecimento das cidades, auxiliaram na classificação do uso da terra.

Na sequência, por meio da junção das bandas 4 e 5 foram geradas os mapas de NDVI (Índice de Vegetação por Diferença Normalizada), que permitiram identificar a densidade de vegetação e sua distribuição.

Utilizando-se das bandas 3, 5, e 4 do Landsat 8 e das cartas de NDVI se processou a classificação automática do uso da terra, no Idrisi, por *Cluster*.

A partir da classificação inicial se realizou o agrupamento das classes e a classificação final foi reduzida em três classes levando-se em consideração o elemento que predominou em cada pixel: construções, vegetação rasteira e vegetação arbórea. Essas classes foram escolhidas por serem fundamentais para diferenciarem as temperaturas e contribuir para a geração das ilhas de calor urbana. A classe “vegetação arbórea” reuniu as áreas verdes urbanas nos parques e nos fundos de vale. A “vegetação rasteira” considerou as pastagens, os terrenos urbanos sem construções e com presença de gramados. A classe “construções” agrupou todas as áreas impermeabilizadas tanto com alta, média e baixa densidade de construções como as vias pavimentadas.

Para a delimitação das áreas onde as cidades estão inseridas nas imagens de satélite, foram importadas e sobrepostas as bases cartográficas contendo os limites dos setores censitários, disponibilizadas pelo IBGE.

Com a disponibilidade de informações geradas através do sensoriamento remoto do canal infravermelho termal e por meio dos mapas de uso da terra, foram verificadas as diferenças das temperaturas dos alvos no ambiente urbano da imagem tomada no dia 19/01/2014, para as cidades de Paranavaí, Nova Andradina e Rosana, da órbita 223, ponto 76 (13h30m GMT). Cabe informar que estas três cidades localizam-se na mesma cena e para Presidente Prudente não havia imagem do mesmo dia, pois ela está em outra cena mais precisamente na órbita 222, ponto 75, sendo utilizada, portanto, a imagem disponível do dia 28/01/2014 às 13h23m (GMT).

As informações sobre o horário da captura das imagens e os dados registrados em estações meteorológicas são importantes porque nas termais tomadas em um dia de fraca insolação, as superfícies dos materiais terão temperaturas mais baixas e emitirão intensidades menores de energia radiante do que num dia de alta insolação. Consequentemente,

as duas imagens apresentarão diferentes tons de cinza para os mesmos alvos, dando a impressão que ocorreu alguma variação ou mudança dos alvos entre as duas datas de tomadas das imagens (Baptista, 2012). Deste modo, a viabilidade do uso das imagens termais em dias diferentes depende do conhecimento das condições atmosféricas no momento da tomada da imagem, a fim de se corrigir a radiância da cena (Coll, *et al.*, 2010), conforme descrito anteriormente.

V. TEMPERATURAS DA SUPERFÍCIE EM CIDADES DE PORTE MÉDIO E PEQUENO DO AMBIENTE TROPICAL

Nos dias de tomada das imagens de satélite do Landsat 8 utilizadas nesta pesquisa, não houve registro de precipitação, o céu estava sem nuvens e segundo os dados da estação meteorológica do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), localizada em Presidente Prudente (quadro I), as temperaturas máximas se aproximaram dos 33°C e a umidade relativa em torno de 60%. No horário próximo à passagem do satélite (10h00m – hora local), as temperaturas estavam em torno de 26,5°C. As condições atmosféricas estavam muito parecidas nos dois dias, com ventos fracos do quadrante sudeste, o que permite a comparação das diferenças de temperaturas dos alvos entre as cidades com cenas tomadas em dias diferentes.

Quadro I – Dados Diários da Estação Meteorológica do INMET localizada em Presidente Prudente.

Table I – Daily Data of the INMET Meteorological Station located in Presidente Prudente.

Data	T Média °C	T 10h °C	UR Média %	T Min °C	T Max °C	Pressão atm hPa	Vel. Vento m/s	Prec. mm	Dir. Vento Grau	Vel. Max m/s
19-jan-2014	26,9	26,7	58,8	21,7	32,8	962,7	1,5	0,0	109,9	6,4
28-jan-2014	25,9	26,6	63,5	21,3	32,9	964,9	0,9	0,0	100,2	8,5

Fonte: INMET – Instituto Nacional de Meteorologia

As imagens do satélite meteorológico GOES, disponibilizadas pelo Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Instituto de Pesquisas Espaciais (CPTEC/INPE) mostraram que nos dias 19 e 28 de janeiro de 2014, os estados de São Paulo, Paraná e sudeste do Mato Grosso do Sul, onde estão localizadas as cidades estudadas, não havia cobertura de nuvens, possibilitando a tomada das imagens com boa qualidade.

O total de precipitação no mês de janeiro de 2014 foi de 188,4mm, distribuídos em 17 dias. No mês de dezembro de 2013, o total foi de 127,2mm. Essas informações são importantes porque a vegetação depende da precipitação para não secar. Portanto, a vegetação cobrindo o solo e as árvores com folhas bem desenvolvidas possibilitam que o

campo apresente menor amplitude térmica, com exceção das áreas com solo exposto. A superfície coberta por vegetação tem maior capacidade térmica e precisa de maior quantidade de energia para que sua temperatura aumente 1°C quando comparados com os materiais presentes no ambiente urbano.

Segundo Jensen (2009) o solo coberto por vegetação perde energia através da evaporação e da evapotranspiração que transforma calor sensível em calor latente e o transfere para a atmosfera sem que ocorra aumento de temperatura. Desta forma, no campo coberto pela vegetação, mesmo que predominantemente rasteira, a temperatura será menor. Já nos períodos de estiagem, além da diminuição da umidade do solo, há o declínio da vegetação e, conseqüentemente, da evaporação e da evapotranspiração. Com o solo exposto a temperatura da superfície tende a ser mais elevada do que as do ambiente urbano. O albedo é reduzido em superfícies de solo exposto e reflete menos radiação de pequeno comprimento de onda.

Todos os objetos que compõem a superfície terrestre são fontes emissoras de radiação eletromagnética com intensidades de emitância proporcionais à sua temperatura de superfície (Baptista, 2012). Deste modo, o uso do sensoriamento remoto permite verificar a temperatura dos alvos dependendo do tipo de uso e cobertura da terra. Com a disponibilidade de informações geradas através do tratamento da imagem do canal infravermelho termal foi possível calcular as diferenças das temperaturas dos alvos nos ambientes urbanos, com o propósito de diagnosticar a intensidade das ilhas de calor superficiais nas quatro cidades em questão. Jensen (2009), exemplifica através de algumas avaliações realizadas em pesquisas utilizando essas técnicas que as áreas comerciais podem apresentar durante o dia temperaturas mais altas e as mais baixas podem ficar restritas aos corpos d'água, vegetação e terras de uso agrícola. Entretanto, salienta que áreas residenciais podem apresentar temperaturas intermediárias pela composição heterogênea de casas, gramas e coberturas arbóreas.

Os contrastes de temperaturas entre os ambientes rurais e urbanos ficaram evidentes neste estudo e podem ser entendidos quando são analisados os mapas de uso da terra gerados a partir das bandas 3, 4, 5 do satélite Landsat 8, conforme descrito nos procedimentos da pesquisa. Para se identificar as diferenças de temperaturas dos alvos entre as cidades e para se avaliar a capacidade de cada uma delas em propiciar o aumento das temperaturas, subtraiu-se de cada pixel dos recortes utilizados para cada cidade a menor temperatura absoluta registrada nas áreas arborizadas, normalmente localizadas nos ambientes rurais próximos às malhas urbanas, chegando-se, portanto, nas intensidades das ilhas de calor superficiais urbanas. Deste modo, a temperatura "0"°C foi atribuída para o menor valor absoluto registrado em cada recorte e a partir dela foram calculadas as diferenças produzidas em cada alvo.

Na comparação dos mapas de uso da terra (fig. 2, 4, 6, 8) e de intensidade das ilhas de calor superficiais (fig. 3, 5, 7, 9), percebeu-se claramente a influência e a importância da presença da vegetação para a diminuição da temperatura da superfície.

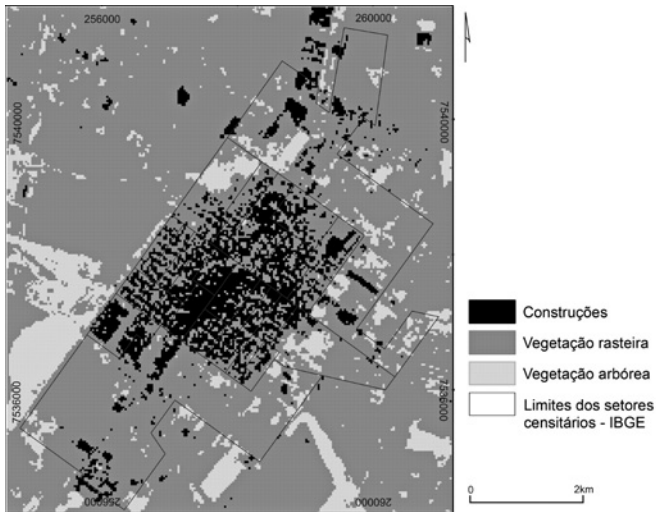


Fig. 2 – Nova Andradina (MS): Carta de uso da terra gerada a partir das bandas 3, 4 e 5 do Landsat-8 de 19/01/2014.

Fig. 2 – Nova Andradina (MS): Land use chart generated based on band 3, 4 and 5 of Landsat-8 of 1/19/2014.

Fonte: Original image source: <http://earthexplorer.usgs.gov/> – WRS 223-076

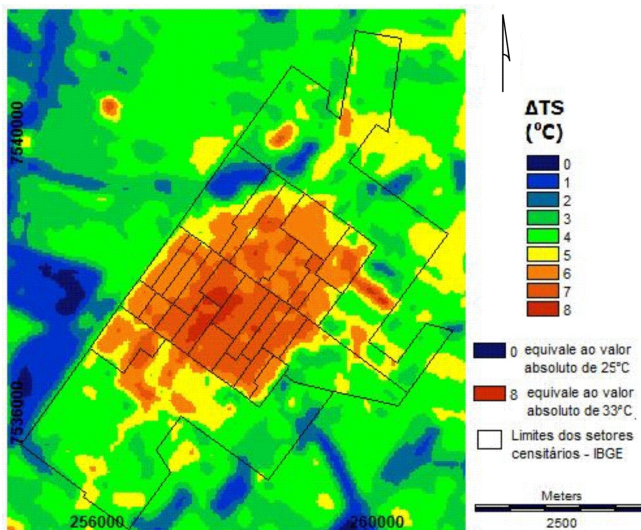


Fig. 3 – Nova Andradina (MS): Carta da intensidade da ilha de calor superficial gerada a partir da imagem do canal infravermelho termal (banda 10) do Landsat-8 de 19/01/2014.

Figura a cores disponível online.

Fig. 3 – Nova Andradina (MS): Intensity of surface heat island chart generated based on image of the thermal infrared channel (band 10) of Landsat-8 of 1/19/2014. Colour figure available online.

Fonte : Original image source: <http://earthexplorer.usgs.gov/> – WRS 223-076

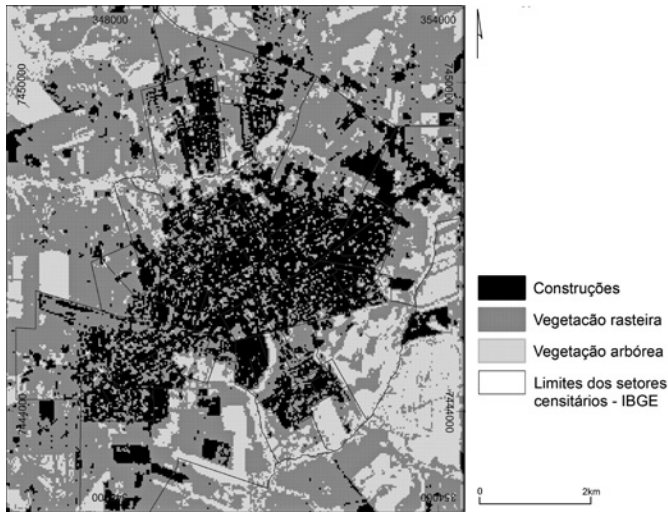


Fig. 4 – Paranavaí (PR): Carta de uso da terra gerada a partir das bandas 3, 4 e 5 do Landsat-8 de 19/01/2014.

Fig.4 – Paranavaí (PR): Land use chart generated based on band 3, 4 and 5 of Landsat-8 of 1/19/2014.

Fonte: Original image source: <http://earthexplorer.usgs.gov/> – WRS 223-076

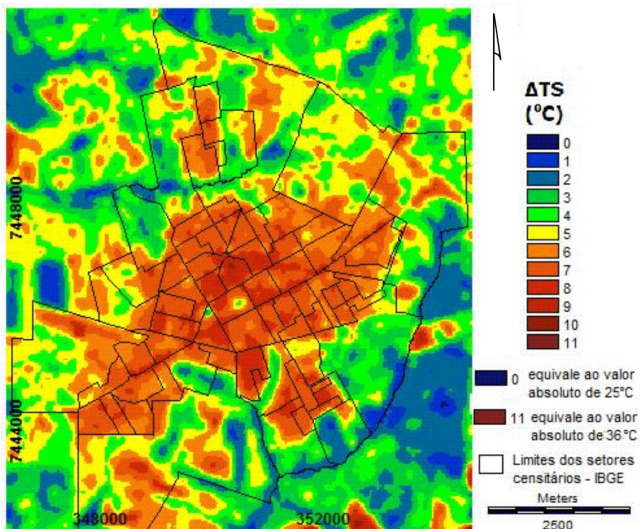


Fig. 5 – Paranavaí (PR): Carta da intensidade da ilha de calor superficial gerada a partir da imagem do canal infravermelho termal (banda 10) do Landsat-8 de 19/01/2014.

Figura a cores disponível online.

Fig. 5 – Paranavaí (PR): Intensity of surface heat island chart generated based on image of the thermal infrared channel (band 10) of Landsat-8 of 1/19/2014. Colour figure available online.

Fonte : Original image source: <http://earthexplorer.usgs.gov/> – WRS 223-076

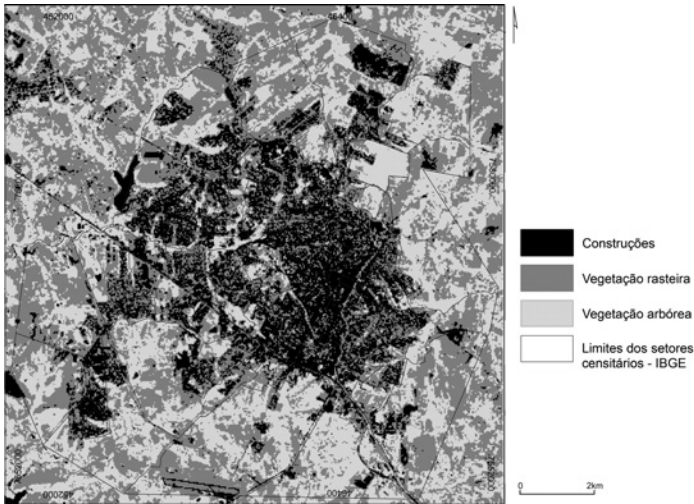


Fig. 6 – Presidente Prudente (SP): Carta de uso da terra gerada a partir das bandas 3, 4 e 5 do Landsat-8 de 28/01/2014.

Fig.6 – Presidente Prudente (SP): Land use chart generated based on band 3, 4 and 5 of Landsat-8 of 1/28/2014.

Fonte: Original image source: <http://earthexplorer.usgs.gov/> – WRS 223-076

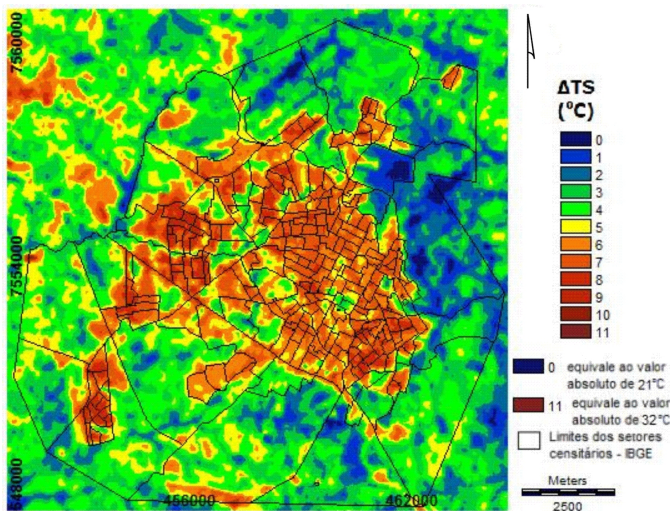


Fig. 7 – Presidente Prudente (SP): Carta da intensidade da ilha de calor superficial gerada a partir da imagem do canal infravermelho termal (banda 10) do Landsat-8 de 28/01/2014.

Figura a cores disponível online.

Fig. 7 – Presidente Prudente (SP): Intensity of surface heat island chart generated based on image of the thermal infrared channel (band 10) of Landsat-8 of 1/28/2014. Colour figure available online.

Fonte : Original image source: <http://earthexplorer.usgs.gov/> – WRS 222-075

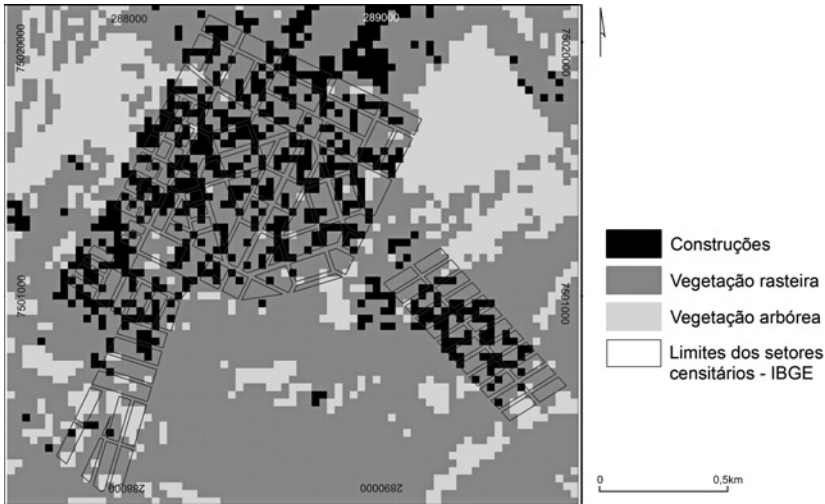


Fig. 8 – Rosana (SP): Carta de uso da terra gerada a partir das bandas 3, 4 e 5 do Landsat-8 de 19/01/2014.

Fig. 8 – Rosana (SP): Land use chart generated based on band 3, 4 and 5 of Landsat-8 of 1/19/2014.

Fonte: Original image source: <http://earthexplorer.usgs.gov/> – WRS 223-076

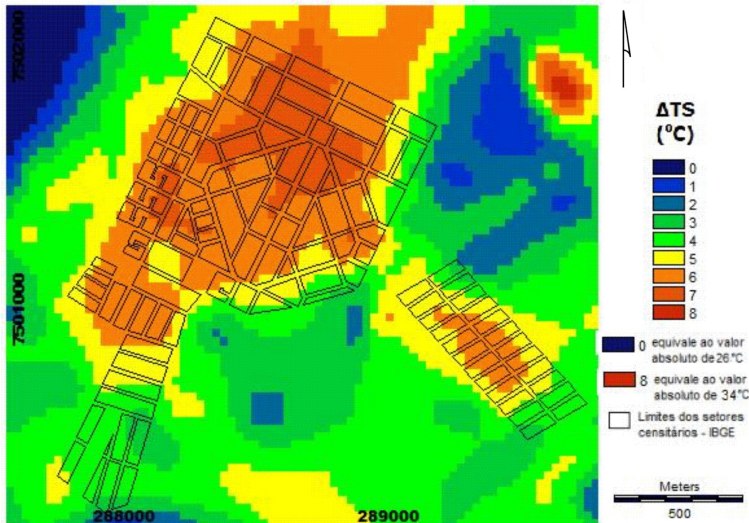


Fig. 9 – Rosana (SP): Carta da intensidade da ilha de calor superficial gerada a partir da imagem do canal infravermelho termal (banda 10) do Landsat-8 de 19/01/2014. Figura a cores disponível online.

Fig. 9 – Rosana (SP): Intensity of surface heat island chart generated based on image of the thermal infrared channel (band 10) of Landsat-8 of 1/19/2014. Colour figure available online.

Fonte: Original image source: <http://earthexplorer.usgs.gov/> – WRS 223-076

As imagens termais originalmente tratadas apresentaram temperaturas absolutas que variaram entre 25°C e 33°C para Nova Andradina, entre 25°C e 36°C para Paranavaí, entre 21°C e 32°C para Presidente Prudente e entre 26°C e 34°C para Rosana, conforme indicados nas legendas dos mapas de intensidade das ilhas de calor (fig. 3, 5, 7, 9).

Uma observação importante a ser feita é que as imagens apresentaram valores absolutos de temperaturas dos alvos que se assemelharam entre si e as diferenças intraurbanas (entre os pontos mais quentes e mais frios) estiveram relacionadas com os tipos de materiais de cobertura da superfície. Por exemplo, em Presidente Prudente e Paranavaí, as maiores cidades dentre as quatro analisadas, foram constatadas as maiores intensidades das ilhas de calor superficiais que atingiram 11°C (fig. 7 e 5). Esse fato decorre das menores temperaturas (21°C e 25°C) terem sido registradas em áreas de cobertura vegetal arbórea, localizadas em áreas do ambiente rural próximo (fig. 6 e 4). As outras duas cidades apresentaram temperaturas mínimas dos alvos de 25°C (Nova Andradina) e 26°C (Rosana). Em todos os mapas de intensidade das ilhas de calor superficiais foram registradas as menores temperaturas nas áreas com as maiores densidades de cobertura vegetal. Já no que diz respeito às maiores temperaturas, todas as cidades apresentaram valores muito próximos (34°C para Rosana, 33°C para Nova Andradina, 32°C para Presidente Prudente e 36°C para Paranavaí), porque os materiais utilizados nas coberturas dos telhados são muito parecidos (cerâmica, telhados metálicos e de fibrocimento).

Deste modo, as cartas de intensidades das ilhas de calor superficiais representativas do verão mostram que as áreas urbanas se apresentaram mais aquecidas do que as rurais. Esta característica é decorrente da substituição dos elementos naturais como a vegetação, por materiais construtivos que armazenam maior quantidade de energia, tendo, portanto, albedo mais baixo.

Devido à propriedade de emissividade dos materiais presentes nas superfícies, os sensores do infravermelho termal registram a intensidade da radiação equivalente à temperatura radiante aparente do terreno, e não a temperatura cinética verdadeira. A temperatura cinética verdadeira, que é medida com um termômetro é a que mede o grau de movimento ou de agitação das moléculas. Como efeito desse fenômeno, os objetos emitem radiação eletromagnética (Baptista, 2012).

Portanto, quando o sensor termal mede essa energia emitida, ele não está medindo a temperatura cinética do objeto, como se faz com o termômetro, mas a temperatura radiométrica. Segundo Baptista (2012), a lei de Stefan-Boltzmann é válida para objetos que são emissores perfeitos (corpos negros). Para compensar a diferença das fontes corpos negros com as fontes naturais, basta acrescentar a ela o valor de emissividade correspondente a cada material.

A emissividade varia entre 0 a <1, deste modo, a temperatura radiométrica medida no sensor sempre será inferior à temperatura cinética real do objeto. Os materiais com emissividades próximas a 1 exibem temperaturas radiométricas mais próximas a de suas temperaturas cinéticas (Baptista, 2012).

Na ausência de nuvens, a radiação emitida pela atmosfera em comprimento de onda longa e recebida pela superfície depende da temperatura e da emissividade da atmosfera

de acordo com a Lei de Stefan-Boltzmann (Lopes, 2003). A radiação emitida pela superfície é governada pela mesma lei e depende também da sua emissividade e temperatura. Deste modo, há uma parte da radiação em onda longa incidente que é refletida pela superfície. Como a emissividade das superfícies na cidade é tipicamente superior a 0,90 a reflexão em onda longa é muito fraca.

Em estudo realizado por Amorim (2014), verificou-se que o tempo de resposta entre as temperaturas dos alvos e a temperatura do ar é diferente entre o ambiente rural e o urbano. As temperaturas do ar e do alvo no pixel onde a estação meteorológica estava instalada no ambiente rural, com predomínio de vegetação rasteira, foram praticamente as mesmas, ou seja, registrou-se 27°C no alvo (às 10h24m hora local) e 27, 6°C no ar às 10h00m. No ambiente urbano o tempo de resposta entre o ar e o alvo foi diferente. A temperatura do ar medida na área construída ficou muito próxima ao que foi registrado no alvo apenas duas horas depois da captura da imagem de satélite (12h00m), sendo que no horário da passagem do satélite (10h24m hora local) a temperatura do alvo estava em 33°C e a do ar em 29,5°C. Esta diferença no tempo de resposta é consequência das características termodinâmicas das superfícies nas áreas construídas e não construídas.

A reflexão terrestre e a radiação emitida pela superfície são comandadas por fatores locais, a primeira pelo albedo e a segunda pela temperatura de superfície e emissividade (Lopes, 2003). O balanço radiativo é a principal entrada de energia de um sistema, mas não é o seu resultado final. Ele é contrabalançado pelas trocas energéticas entre as superfícies e a atmosfera efetuadas pelos fluxos convectivos de calor sensível, de calor latente e pela condução de calor do, ou para o solo (Lopes, 2003).

Devido a cor escura do solo exposto, ele tem albedo reduzido e retém mais calor e por este motivo, suas temperaturas se assemelham às áreas densamente construídas e com materiais de cobertura inadequados ao ambiente tropical por armazenarem mais energia.

Os materiais construtivos utilizados nos ambientes urbanos, particularmente nos telhados, são os principais responsáveis pelo calor produzido tanto no interior quanto no entorno das edificações. Este calor é determinado pelo albedo (refletância) e pela emissividade dos materiais. O albedo representa a parte da radiação solar incidente, que é refletida pelo material, enquanto a emissividade determina o desempenho térmico caracterizado pela temperatura superficial (Ferreira & Prado, 2003).

Deste modo, quando expostas à radiação solar, as superfícies com elevado albedo e emissividade tendem a permanecerem mais frias. Isso ocorre porque elas absorvem menos radiação e emitem mais radiação térmica para o espaço, transmitindo menos calor para seu entorno. Entretanto, quanto menor for o albedo e a emissividade maior será a absorção de calor e sua permanência no ambiente de entorno.

Nas quatro cidades estudadas prevalece o uso de três tipos de materiais de cobertura: as telhas cerâmicas, as de fibrocimento e as metálicas (alumínio, zinco e aço galvanizado). As coberturas cerâmicas são mais utilizadas em residências de classe média e alta, as de fibrocimento prevalecem nos bairros e conjuntos habitacionais de população de baixa renda e as metálicas nas edificações comerciais e industriais.

Devido às suas propriedades físicas, os materiais de cobertura apresentam as respostas térmicas que podem ser observadas na quadro II.

Quadro II – Temperatura superficial dos materiais (ASTM E 1980-98).

Table II – Surface temperature of materials (ASTM E 1980-98).

Material	Albedo (a)	Emissividade (e)	Temperatura superficial (°C)	Diferença de temperatura entre o ar e o material
Cerâmica vermelha	0,53	0,9	36,8	-0,1
Cerâmica branca	0,54	0,9	36,2	-0,6
Fibrocimento	0,34	0,9	47,1	+10,3
Alumínio s/ pintura	0,57	0,05	69,4	+32,6
Alumínio cores claras	0,40-0,47	0,9	40,1-43,3	de +3,2 a +6,5
Alumínio cores escuras	0,26-0,38	0,9	45,0-51,4	de +8,1 a +14,5
Aço galvanizado s/ pintura	0,57	0,25	57,9	+21,1

Fonte: Adaptado de Ferreira e Padro (2003, p. 10)

Cabe destacar que ao longo do dia as temperaturas das superfícies urbanas são mais variantes do que as temperaturas do ar. À noite essas superfícies liberam o calor acumulado, geralmente voltando à temperatura original do ar (Gartland, 2010). Inversamente, árvores, vegetação rasteira e arbustos tendem a se manter frescos sob a incidência dos raios solares, com temperaturas iguais ou inferiores à temperatura do ar, desde que devidamente hidratadas (Gartland, 2010). Essas características foram claramente verificadas nas cidades objeto desta investigação, conforme pode-se comparar nos mapas de uso da terra e de intensidade das ilhas de calor.

As ilhas de calor de superfície atingiram magnitudes elevadas considerando-se os fragmentos de vegetação do ambiente rural, com as menores temperaturas, e áreas construídas com intensidades de até 8°C para Nova Andradina, 8°C para Rosana, 11°C para Presidente Prudente e Paranavaí. As áreas com as maiores temperaturas nos ambientes urbanos estiveram associadas com os materiais construtivos utilizados nas coberturas, particularmente onde havia o predomínio de telhados de fibrocimento e de zinco, com alta densidade das construções, onde os terrenos são completamente impermeabilizados e carentes de cobertura vegetal arbórea.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos em cidades médias e pequenas têm se pautado no fato de que, assim como nos grandes centros urbanos, em aglomerações com menores dimensões territoriais e complexidades do ponto de vista de sua estruturação, tem sido observado fortes transformações na paisagem natural, materializadas através de diferentes formas de poluição do ar, água, solo e subsolo, além de transformações na morfologia e estrutura do ambiente urbano. Rios e córregos são canalizados ou têm seus cursos alterados; a morfologia é

modificada através de aterros e construções; a vegetação é retirada; e a associação das atividades urbanas com a forma de ocupação da terra, provocam alterações nos elementos climáticos.

Partindo-se do conceito de ilha de calor de superfície (Voogt & Oke, 2003) que considera as diferenças entre as temperaturas dos alvos registradas nos materiais urbanos (pavimentos, telhados das edificações, cobertura vegetal, etc.) e o ambiente rural, por meio do sensoriamento remoto, verificou-se que as cidades estudadas possuem elevadas intensidades de ilhas de calor de superfície, que atingiram 11°C em Presidente Prudente e Paranavaí e 8°C em Nova Andradina e Rosana.

Deste modo, este estudo evidenciou que tanto nas cidades de porte médio (Presidente Prudente e Paranavaí) como nas pequenas (Nova Andradina e Rosana) as alterações na superfície proporcionaram ilhas de calor superficiais com intensidades que se assemelham às grandes cidades.

A geração das ilhas de calor urbanas mesmo em cidades de porte médio e pequeno do ambiente tropical depende da interação entre a radiação recebida e a refletida dos tipos de materiais construtivos de edificações com diferentes usos, tais como, residenciais, comerciais e industriais.

O sensoriamento remoto, por meio das imagens termais, tem se mostrado um importante instrumento para o diagnóstico das ilhas de calor urbanas. As relações entre as ilhas de calor atmosféricas e superficiais não foram objeto de análise neste artigo, entretanto, tais relações já foram comprovadas em diversos estudos (Imamura, 1989; Stoll & Brazel, 1992; Kawashima, Ishida, Minomura, & Miwa, 2000). Diante disto, o desconforto térmico, que em sua análise considera principalmente as características da temperatura do ar e da umidade relativa, é intensificado pela geração das ilhas de calor nessas cidades do ambiente tropical, que são naturalmente quentes, na maior parte do ano.

Deste modo, as ilhas de calor superficiais que também refletem no aumento da temperatura do ar (Stoll & Brazel, 1992), podem contribuir para efeitos diretos sobre a mortalidade e morbidade devido ao grande número de pessoas expostas. Essas relações pouco têm sido estudadas no Brasil, entretanto, a influência das altas temperaturas sobre a morbidade e mortalidade foi demonstrada em diversos estudos, dentre eles destaca-se o realizado por Díaz, *et al.*, 2002. Neste estudo verificou-se a existência de algumas condições críticas a partir das quais a mortalidade aumenta (Garcia, 2009).

Além das questões relacionadas à saúde dos cidadãos, as temperaturas elevadas interferem no aumento do consumo de energia, particularmente no verão.

Na realidade brasileira e, particularmente, nas cidades estudadas, há parcela significativa da população de baixa renda que tem sua situação agravada na medida em que, por falta de opção, se utiliza de materiais construtivos pouco adequados, como os telhados de fibrocimento, além de ocuparem lotes pequenos, completamente construídos, impermeabilizados e sem cobertura vegetal nas calçadas e no interior dos lotes. Tais fatores contribuem para os efeitos adversos do calor armazenado nas edificações, expondo essas pessoas a situações de insalubridade que podem se manifestar na forma de enfermidades como doenças respiratórias e do aparelho circulatório. Características diferentes são verificadas

em bairros ricos, que possuem lotes grandes, coberturas de cerâmica vermelha ou branca, áreas permeáveis e com cobertura de vegetação nas calçadas e no interior dos lotes.

Diante desses fatos, evidencia-se a importância de se realizar o estudo nessas quatro cidades, porque mesmo nas de pequeno porte, existem especificidades climáticas que precisam ser consideradas pelo planejamento territorial para que sejam tomadas medidas que possam amenizar situações de desconforto térmico.

Considerando-se as altas intensidades das ilhas de calor superficiais diagnosticadas nos ambientes urbanos em questão, sugerem-se algumas medidas para amenizá-las e dentre elas destacam-se: a necessidade de plantio de árvores com espécies adequadas ao ambiente tropical; a utilização de materiais construtivos adequados que não exijam tanto a climatização dos ambientes internos; ao se implantar novos loteamentos, deve-se considerar as características climáticas, evitando-se a impermeabilização generalizada do solo e a edificação em toda a área do terreno, propiciando maior quantidade de áreas permeáveis no ambiente urbano.

Tais medidas podem contribuir para que as cidades sejam mais confortáveis e saudáveis resultando na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amorim, M. C. C. T. (2014, outubro). As temperaturas da superfície e do ar: contribuições aos estudos de clima urbano [Surface and air temperatures: contributions to urban climate studies]. In *X Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica, V Simpósio Paranaense de Climatologia, Reunião da CoC-UGI, 2014, Curitiba. Anais do X Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica*. Curitiba: UFPR.
- Amorim, M. C. C. T. (2013, abril). O clima urbano a partir do sensoriamento remoto e de registros da temperatura do ar [The urban climate from remote sensing and air temperature records]. In *Anais XIV Encuentro de Geógrafos de América Latina: reencuentro de saberes territoriales latino-americanos, 2013, Lima*. Lima/Peru: UGI.
- Amorim, M. C. C. T. (2000). *O clima urbano de Presidente Prudente/SP* [The urban climate of Presidente Prudente/SP]. (PhD thesis). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo/Brasil.
- Amorim, M. C. C. T., Dubreuil, V., Quenol, H., & Sant'anna Neto, J. L. (2009). Características das ilhas de calor em cidades de porte médio: exemplos de Presidente Prudente (Brasil) e Rennes (França) [Characteristics of heat islands in medium-sized cities: examples of Presidente Prudente (Brazil) and Rennes (France)]. *Confins*, 7, 1-16.
- Amorim, M. C. C. T., & Monteiro, A. (2011). As temperaturas intraurbanas: exemplos do Brasil e de Portugal [The intra-urban temperatures: examples from Brazil and Portugal]. *Confins*, 13, 1-18.
- Andrade, L. L., Souza, L. H., Sakuragi, J., & Castro, R. M. (2007). Estudo de ilhas de calor na cidade de São José dos Campos utilizando o canal infravermelho termal do Landsat-5 e o aerotransportado HSS [Study of heat islands in the city of São José dos Campos using the thermal infrared channel of Landsat-5 and the airborne HSS]. In *Anais Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto*. Santa Catarina, Florianópolis: INPE.
- American Society for Testing and Materials (1996). *Standart test method for solar absorptance, reflectance, and trasmitance or materials using integrating spheres* – ASTM E 903. United States: American Society for Testing and Materials.
- Arnfield, A. J. (2003). Two decades of urban climate research: a review of turbulence, exchanges of energy and water, and the urban heat island. *Int. J. Climatol.*, 23(1), 1-26.

- Baptista, G. M. de M. (2012). Sensores Imageadores na Faixa Termal (8 – 14 μm) [Image sensors in the thermal band (8 – 14 μm)]. In P. R. Meneses, & T. Almeida (Org.), *Introdução ao Processamento de Imagens de Sensoriamento Remoto* [Introduction to Remote Sensing Image Processing] (pp. 47-56). Brasília: UnB/CNPq.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE – Mapas IBGE – Atlas Escolares [IBGE Maps – School Atlas]. Retrieved from: http://www.ibge.gov.br/mapas_ibge/atlas.php (acesso, janeiro de 2015)
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE – Cidades [Cities]. Retrieved from: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm>
- Bias, E. S., & Baptista, G. M. M. (2005). A análise do fenômeno de ilhas de calor urbanas, por meio da combinação de dados Landsat e Ikonos [The analysis of the phenomenon of urban heat islands, through the combination of Landsat and Ikonos data]. In *Anais do Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto*, Goiânia. Goiás: INPE.
- Coll M, Piroddi C, Steenbeek J, Kaschner K, Ben Rais Lasram F, Aguzzi J, et al. (2010) The Biodiversity of the Mediterranean Sea: Estimates, Patterns, and Threats. *PLoS ONE* 5(8): e11842. doi.org/10.1371/journal.pone.0011842
- Coltri, P. P., Velasco, G.D.N., Polizel, J.L., Demétrio, V.A., & Ferreira, N.J. (2007). Ilhas de calor da estação de inverno da área urbana do município de Piracicaba, SP [Heat islands of the winter season the urban area of Piracicaba, SP]. In *Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto*. Santa Catarina, Florianópolis: INPE.
- Cruz, G. C. F. (2009). *Clima urbano de Ponta Grossa – PR: uma abordagem da dinâmica climática em cidade média subtropical brasileira* [Urban climate of Ponta Grossa – PR: an approach of climatic dynamics in a Brazilian subtropical middle city]. (PhD thesis). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo/Brasil.
- Díaz, J., Jordán, A., García, R., López, C., Alberdi, J. C., Hernández, E., & Otero, A. (2002). Heat waves in Madrid 1986-97: effects on the health of the elderly. *International Archives of Occupational and Environmental Health*, 75, 163-70.
- Dorigon, L.P., & Amorim, M.C.C.T. (2013). Estrutura térmica da superfície de Paranavaí/PR através do Landsat 7 [Thermal structure surface of Paranavaí / PR through Landsat7]. *Caderno Prudentino de Geografia*, 2, 110-129.
- Dubreuil, V., Quenol H., Foissard, X., & Planchon, O. (2010). Climatologie urbaine et îlot de chaleur urbain à Rennes [Urban Climatology and Urban Heat Island in Rennes]. In P. Clergeau (Dir.), *Ville et biodiversité: les enseignements d'une recherche pluridisciplinaire* [City and Biodiversity: Lessons of a multidisciplinary research] (pp. 105-122). Presses Universitaires de Rennes.
- Ferreira, F. L., & Prado, R.T.A. (2003). Medição do albedo e análise de sua influência na temperatura superficial dos materiais utilizados em coberturas de edifícios no Brasil [Measurement of albedo and analysis of its influence on the surface temperature of materials used in roofs of buildings in Brazil]. São Paulo: *Boletim Técnico da Escola Politécnica da USP*, 351, 1-12.
- Frasca Teixeira, D. C., & Amorim, M. C. C. T. (2013). Estudo do Clima Urbano a partir da Análise da Temperatura da Superfície no Município de Rancheira-SP [Study of the Urban Climate from the Analysis of Surface Temperature in the Municipality of Rancheira-SP]. In *XV Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada*. Vitória: UFES.
- García, F. F. (2009). Ciudad y cambio climático: aspectos generales y aplicación al área metropolitana de Madrid [City and climate change: general aspects and application to the metropolitan area of Madrid]. *Investigaciones Geográficas*, 49, 173-195.
- Gartland, L. (2010). *Ilhas de calor: como mitigar zonas de calor em áreas urbanas* [Heat islands: understanding and mitigating heat in urban areas]. São Paulo: Oficina de Textos.
- Jensen, J. R. (2009). *Sensoriamento remoto do ambiente: uma perspectiva em recursos terrestres* [Remote sensing of the environment: an earth resource perspective]. 2 ed. São José dos Campos: Parenteses.
- Kawashima, S., Ishida, T., Minomura, M., & Miwa, T. (2000). Relations between surface temperature and air temperature on a local scale during winter nights. *Journal of Applied Meteorology*, 39, 1570-1579.

- Lombardo, M. A. (1985). *Ilha de calor nas metrópoles: o exemplo de São Paulo* [Heat island in the metropolis: the example of São Paulo]. São Paulo: Hucitec.
- Lopes, A. S. (2003). *Modificações no clima de Lisboa como consequência do crescimento urbano: vento, ilha de calor de superfície e balanço energético* [Changes in the Lisbon climate as a consequence of urban growth: wind, surface heat island and energy balance]. (PhD thesis). Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. <https://www.researchgate.net/publication/291516544>
Modificacoes no Clima de Lisboa como Consequencia do Crescimento Urbano Vento Ilha de Calor de Superfície e Balanço Energetico
- Lucena, A. J., Rotunno Filho, O. C., Almeida França, J. R., Faria Peres, L., & Xavier, L. N. R. (2013). Urban climate and clues of heat island events in the metropolitan area of Rio de Janeiro. *Theoretical and applied climatology*, 111(3-4), 497-511.
- Mendonça, F. A. (2015). O estudo do SCU – Sistema Clima Urbano – no Brasil: aplicações e avanços [The study of the UCS – Urban Climate System – in Brazil: applications and advances.]. In C. A. F. Monteiro, J. L. Sant’anna Neto, F. Mendonça, J. A. Zavatini (Org.), *A construção da climatologia geográfica no Brasil* [The construction of geographical climatology in Brazil] (pp. 155-166). Campinas: Alínea.
- Mendonça, F., & Dubreuil, V. (2002). L'étude du climat urbain au Brésil: Etat actuel et contribution de la télédétection [The study of urban climate in Brazil: Current status and contribution of remote sensing]. In V. Dubreuil (Ed.), *Environnement et télédétection au Brésil* [Environment and Remote Sensing in Brazil] (pp. 135-146). Presses Universitaires de Rennes.
- Monteiro, C. A. de F. (1990). A cidade como processo derivador ambiental e estrutura geradora de um “clima urbano” [The city as environmental deriving process and generating structure of an “urban climate”]. *Geosul*, 5(9), 80-114.
- Oke, T. R. (1995). The heat island of the urban boundary layer: Characteristics, causes and effects. In J. E. Cermak, A. G. Davenport, E. J. Plate, & D. X. Viegas (Eds.), *Wind climate in cities* (pp. 81-107). Dordrecht: Kluwer Academic.
- Oke, T. R. (1978). *Boundary Layer Climates*. London: Methuen & Ltd. A. Halsted Press Book.
- Ortiz, G. F., & Amorim, M. C. C. T. (2013). Índice de vegetação por diferença normalizada (NDVI), temperatura da superfície e do ar na cidade de Tarumã/SP [Normalized Difference Vegetation Index (IVDN), surface and air temperature in the city of Tarumã/SP]. In *Anais XIV Encontro de Geógrafos de América Latina: reencontro de saberes territoriais latinoamericanos*. Lima/Peru: UGI.
- Passos, M. M. (2006). *A Raia Divisória – Geosistema, Paisagem e Eco-História* [Territorial limit – Geosystem, Landscape and Eco-History]. Maringá: EDUEM.
- Sant’Anna Neto, J. L., & Tommaselli, J. T. G. (2009). *O tempo e o clima de Presidente Prudente* [The weather and climate of Presidente Prudente]. Presidente Prudente: FCT/UNESP.
- Sobrino, J. A., Jiménez-Muñoz J. C., & Paolini, L. (2004). Land surface temperature retrieval from LANDSAT TM 5. *Remote Sensing of Environment*, 90, 434-440.
- Sousa, D.O., & Baptista, G.M.M. (2005, abril) Análise da influência da resolução espacial na determinação das ilhas urbanas de calor em São Paulo, por meio dos sensores ASTER e MODIS [Analysis of the influence of spatial resolution in determining the urban heat island in São Paulo, through ASTER and MODIS sensors]. In *Anais XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto*. Goiânia, Goiás: INPE.
- Stathopoulou, M., & Cartalis, C. (2007). Daytime urban heat islands from Landsat ETM+ and Corine land cover data: an application to major cities in Greece. *Sol. Energy*, 81, 358-368.
- Stoll, M.J., & Brazel, A.J. (1992). Surface-air temperature relationships in the urban environment of Phoenix, Arizona. *Physical Geography*, 13(2), 160-179.
- Teza, C.T.V., & Baptista, G.M.M. (2005). Identificação do fenômeno ilhas urbanas de calor por meio de dados ASTER on demand 08 – Kinetic Temperature (III): metrópoles brasileiras [Identification of the urban heat island phenomenon by ASTER data on demand 08 – Kinetic Temperature (III): Brazilian metropolises]. In *Anais XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto*. Goiânia, Goiás: INPE.
- Ugeda Júnior, J. C. (2013). Correlação entre a temperatura da superfície e temperatura do ar na cidade de Jales-SP [Correlation between surface temperature and air temperature in the city of Jales-SP]. In M. C.

- T. Amorim, J. L. Sant'Anna Neto, & A. Monteiro (Org.), *Climatologia Urbana e Regional: questões teóricas e estudos de caso* [Urban and Regional Climatology: theoretical issues and case studies] (pp. 291-316). São Paulo: Outras Expressões.
- USGS-United States Geological Survey *Using the USGS Landsat 8 Product*. Retrieved from: https://land-sat.usgs.gov/Landsat8_Using_Product.php
- Voogt, J. A., & Oke, T. R. (2003). Thermal remote sensing of urban climates. *Remote Sensing of Environment*, 86, 370-384.
- Voogt, J. A., & Oke, T. R. (1997). Complete urban surface temperatures. *Journal of Applied Meteorology*, 36(9), 1117-1132.
- Weng, Q. (2003). Fractal analysis of satellite-detected urban heat island effect. *Photogrammetric Engineering and Remote Sensing*, 69(5), 555-566.
- Yuan, F., & Bauer, M.E. (2007). Comparison of impervious surface area and normalized difference vegetation index as indicators of surface urban heat island effects in Landsat imagery. *Remote Sensing of Environment*, 106, 375-386.

JEAN DRESCH, A ATUALIDADE DE UM GEÓGRAFO ANTI-COLONIALISTAⁱ

GUSTAVO FRANCISCO TEIXEIRA PRIETO¹

ELISA FAVARO VERDI²

No dia 19 de novembro de 2015 ocorreu na Universidade de Paris 8, por organização do Institut Français de Géopolitique (IFG), a conferência de abertura da exposição *Jean Dresch, géographe anticolonialiste*. Na ocasião, reuniram-se os professores Béatrice Giblin, Yves Lacoste e Mohamed Naciri. Tal evento marcou a disponibilização para o público do *Fond Jean Dresch*, arquivo de mais de 7 mil documentos, organizado e digitalizado pela Biblioteca Universitária da Paris 8², e que consiste no arquivo pessoal do geógrafo Jean Dresch, o qual doou a sua biblioteca à mesma universidade.

Jean Dresch (1905-1994) é considerado por Lacoste (2012) um geógrafo anti-colonialista, pensador e militante das lutas anti-coloniais do norte da África. Nascido em Paris, Dresch estudou na École Normale Supérieure entre 1926 e 1930 e desenvolveu suas pesquisas iniciais nas áreas de Geologia e Geografia Física a partir da orientação de Emmanuel de Martonne (1873-1955). Em 1928, Dresch começou uma pesquisa sobre a geomorfologia dos Pireneus. Na ocasião, Albert Demangeon (1872-1940), ao regressar de uma viagem ao Magreb, comunicou ao jovem estudante a existência de uma bolsa de estudos no Marrocos e convidou-o a desenvolver sua pesquisa no país. Assim, Dresch iniciou seu trabalho sobre a geomorfologia estrutural do maciço de Moulay Idriss e as formas tradicionais de ocupação do solo na região. Em 1930, o geógrafo tornou-se *agrégé* em História e Geografia e, a partir de 1931, instalou-se na África do Norte, onde permaneceu por dez anos trabalhando como professor no liceu muçulmano de Rabat, Marrocos, e engajou-se intensamente na militância política magrebina (Verdi, 2016).

No período, produziu sua *thèse d'État*, intitulada *Recherches sur l'évolution du relief dans le massif central du Grand Atlas : le Haouz et le Sous*, um trabalho de geomorfologia continental, além de uma tese secundária denominada *Documents sur les genres de vie de montagne dans le massif central du Grand Atlas*, que teve como tema a evolução do relevo do maciço central do Alto Atlas. Os trabalhos de campo para a sua pesquisa e também com os alunos do liceu tiveram forte impacto na formação de Dresch, e o próprio afirmava que foi nesse momento que se deparou com as contradições da colonização francesa (Dresch, 1986).

Recebido: março 2016. Aceite: maio 2016.

¹ Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP), Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), Av. Prof. Lineu Prestes, 338 – São Paulo, SP, Brasil. E-mail: gustavofprieto@yahoo.com.br

² Graduada e Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP), Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), Av. Prof. Lineu Prestes, 338 – São Paulo, Brasil. E-mail: elisafavaroverdi@gmail.com

Entre 1931 e 1936, Dresch militou no Partido Socialista Marroquino e a partir de 1936 foi um dos fundadores do Partido Comunista do Marrocos (PCM). Dresch redigiu diversos artigos de expressivo impacto teórico-político para o periódico *L'Espoir*, do PCM, denunciando o colonialismo francês, tais como *Il faut lutter contre la misère* e *La colonisation n'enrichit pas les travailleurs marocains*, ambos publicados em 1938. Seu posicionamento político de esquerda e de apoio aos movimentos nacionalistas marroquinos foi interpelado em 1940, quando a França ocupada pelos nazis iniciou uma ampla perseguição aos comunistas – tanto na metrópole quanto nas colônias. Na ocasião, Dresch recebeu uma convocação para ou retornar à França ou ser enviado ao campo de concentração de Boudnib, Marrocos. No retorno à metrópole, em 1941, se tornou *Docteur ès lettres* e ficou encarregado do curso de Geografia da África do Norte, na Sorbonne. Todavia, atravessou um conjunto de perseguições políticas no seu processo de contratação na universidade, mesmo com o apoio de seu mestre De Martonne, reconhecidamente vichyista (Dresch, 1989).

Durante o período da Segunda Guerra Mundial, Jean Dresch participou ativamente da Resistência Francesa e permaneceu com sua crítica à colonização por intermédio de sua pesquisa. Publicou artigos na área de Geografia Física e também textos no periódico *La Pensée* do Partido Comunista Francês (PCF), ao qual se filiou após seu retorno à França (Clerc, 2011). Dresch foi professor na Université de Caen (1942-1945), na Faculté des Lettres de Estrasburgo (1946-1948), na École Nationale de la France d'outre-mer (1947-1948) e finalmente, professor no Institut de Géographie da Sorbonne (1948-1977), ocupando as cadeiras de Geografia da Colonização e da África do Norte e de Geografia Física.

Em 1945, Dresch foi designado pelo Ministério das Colônias para investigações e pesquisas sobre trabalho forçado na África colonial, sobretudo nas regiões da Costa do Marfim, Alto-Volta (atualmente Burkina Faso) e Gold Coast (atualmente Gana). O geógrafo produziu descrições da ocupação do solo, análises sobre o crescimento urbano e o campo africano e sobre investimentos de capital nas regiões. Dresch descreveu essa experiência como mais um momento revelador dos limites da colonização e do desenvolvimento específico dos países africanos (Dresch, 1986). Durante a década de 1950, fez visitas e trabalhos de campo pela América Latina, África Central, Oriente Médio, URSS e China, redigindo sobre as práticas nefastas do colonialismo. O artigo de Dresch sobre a guerra da Argélia, denominado *Le fait national algérien* (1956), foi decisivo para a evolução de uma perspectiva mais próxima do nacionalismo argelino por parte do PCF (Lacoste, 1978). Clerc (2011) afirma que Dresch foi o primeiro dentre os geógrafos franceses a tomar uma posição anti-colonialista no seio da intelectualidade.

O arquivo de Jean Dresch doado à universidade consiste na sua biblioteca pessoal e em diversos outros materiais que refletem a obra e a biografia deste geógrafo: correspondências pessoais; um vasto material fotográfico; manuscritos que incluem uma centena de cadernos de campo, descrições da paisagem, desenhos e croquis; e diversos periódicos de Geografia e outras áreas afins.

Na conferência de abertura, Béatrice Giblin, professora e pesquisadora do IFG, destacou que Dresch foi o organizador da primeira equipe de geógrafos da Centro Experimental de Vincennes, criado em novembro de 1968 após as manifestações de estudantes e trabalhadores de maio daquele ano, da qual participou Yves Lacoste. Giblin também enfatizou a importância de Dresch no momento de fundação da revista *Hérodote*, em 1976, periódico que teria sido combatido por geógrafos de diversas tendências políticas, tanto da direita quanto da esquerda. Para Giblin, a notoriedade de Jean Dresch frente à corporação de geógrafos fez com que a revista ficasse protegida pela sua autoridade, visto que Dresch fora presidente da União Geográfica Internacional (1972-1976) e diretor do Instituto de Geografia da Sorbonne (1960-1970), além de presidente do Comitê Nacional Francês de Geografia (1966-1978), presidente do comitê de Geografia do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS) durante a década de 1960 e membro do comitê científico dos *Annales de Géographie* ao longo de décadas.

Na sua intervenção, Yves Lacoste, professor emérito da Universidade de Paris 8, esclareceu que Dresch defendeu o projeto de *Hérodote* que ousava associar e integrar a Geografia Física e a Geografia Humana, o que teria causado diversas polêmicas à época, tanto na universidade quanto na

imprensa francesa. No entanto, para Lacoste, o próprio trabalho de Dresch revelaria a possibilidade dessa integração: considerado um geomorfólogo, o geógrafo também dedicou-se à cartografia³ e à Geografia Econômica⁴. Lacoste enfatizou que este arquivo de Jean Dresch foi doado à Universidade de Paris 8 pois a Universidade de Paris 7, na qual o geógrafo lecionou, não aceitou a doação. Para Lacoste, se tratou de uma recusa política da instituição que não quis associar-se à memória deste notório militante comunista.

Já Mohamed Naciri, professor na Universidade Mohammed V, destacou que Jean Dresch foi um geógrafo engajado na história do século XX, especialmente nas questões e contradições do sistema colonial. Para Naciri, a realização dos trabalhos de campo no Norte de África (Marrocos), foi responsável pela tomada de consciência de Dresch sobre tais contradições, determinantes portanto para a sua trajetória pessoal, política e intelectual. O *Fond Jean Dresch* seria, assim, a maneira de restituir a memória de um homem da ação, engajado no projeto de uma Geografia militante capaz de superar os antagonismos da dominação colonial. Ainda para Naciri, Dresch assumiu a perspectiva da Geografia Ativa, destacando-se os seus estudos sobre as populações berberes do Magreb e as suas específicas técnicas de trabalho com a terra e sua relação com a natureza. Naciri destacou que Dresch valorizava o trabalho de campo tanto como uma etapa fundamental da pesquisa geográfica quanto como um momento de sociabilidade. Além disso, o trabalho de campo contribuía para a análise concreta das contradições e paradoxos da realidade do lugar.

A exposição sediada na Universidade de Paris 8 evidenciou três aspectos centrais da vida e da obra de Jean Dresch: seu engajamento político e sua militância comunista, o seu apreço pelo trabalho de campo e a produção de uma Geografia que se opunha às determinações da Geografia colonialista. Béatrice Giblin, Yves Lacoste e Mohamed Naciri ressaltaram que a Geografia Física de Dresch fundamentava-se em um humanismo militante preocupado com os problemas sociais. Portanto, distanciando-se de uma Geografia aplicada, a obra de Jean Dresch sustenta que a verdadeira aplicação da ciência é política e ao serviço dos cidadãos. O *Fond Jean Dresch* revela a atualidade de uma Geografia comprometida com as contradições do subdesenvolvimento, do colonialismo e do neocolonialismo e a prática de um geógrafo preocupado com a integração entre as subdisciplinas da ciência geográfica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Clerc, P. (2011). Tous colonialistes? Les géographes français et l'idéologie coloniale [All colonialists? French geographers and colonial ideology]. Comunicação no Colóquio *Quand l'injustice crée le droit: le procès des insurgés de Cayenne à Nantes en 1931*. Retrieved from: http://www.loire-atlantique.fr/upload/docs/application/pdf/2012-06/clerc_tous_colonialistes.pdf
- Dresch, J. (1989). Jean Dresch, la géographie. [Jean Dresch, geography]. *Cahiers pour l'histoire du CNRS*, 3(1), 55-69.
- Dresch, J. (1986). Jean Dresch et le Maghreb. [Jean Dresch and the Maghreb]. *Revue de l'Occident musulman et de la Méditerranée, Désert et montagne au Maghreb*, 41-42, 19-26.
- Dresch, J. (1946). Sur une géographie des investissements de capitaux. L'exemple de l'Afrique Noire. [On a geography of capital investment. The example of Black Africa]. *Bulletin de l'Association de géographes français*, 177-178, 59-64.
- Lacoste, Y. (2012). Trente-six ans après... [Thirty-six years after...]. In Y. Lacoste (Ed.), *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre* (p. 5-52). Paris : La Découverte.
- Lacoste, Y. (1978). Un géographe anticolonialiste, Jean Dresch. [An anti-colonial geographer, Jean Dresch]. *Hérodote*, 11 : 3-9.
- Verdi, E. F. (2016). *Produção geográfica e ruptura crítica: a Geografia uspiana entre 1964 e 1985* [Produção geográfica e ruptura crítica: a Geografia uspiana entre 1964 e 1985]. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo.

ⁱ Algumas das reflexões biobibliográficas sobre Jean Dresch apresentadas nessa recensão foram ligeiramente modificadas da dissertação de mestrado de Verdi (2016).

ⁱⁱ Tais documentos digitalizados podem ser acessados através do seguinte sítio eletrônico: <https://www.bu.univ-paris8.fr/fonds-jean-dresch>

ⁱⁱⁱ De acordo com Yves Lacoste, a cartografia cumpre um papel fundamental no entendimento da Geografia produzida por Dresch. Esse interesse se revela, por exemplo, nos mapas dos gêneros de vida da população rural marroquina em sua tese secundária, na cartografia sobre o trabalho forçado na África subsaariana e também no mapeamento da ocupação nazista e da resistência francesa em Paris durante a Segunda Guerra Mundial.

^{iv} A partir da década de 1940, Dresch empreendeu uma análise acerca da geografia dos investimentos de capital, relacionando aspectos econômicos e políticos para o entendimento da dominação colonial na África (Dresch, 1946).

A BIOGRAFIA HUMBOLDT POR ANDREA WULFⁱ

BÁRBARA MESQUITA¹

A vida, os métodos de trabalho e a obra publicada do conhecido geógrafo, naturalista e explorador prussiano Alexander von Humboldt (1769-1859) são brilhantemente apresentados nesta biografia intitulada “A Invenção da Natureza – As aventuras de Alexander von Humboldt, o herói esquecido da ciência”, da autoria de Andrea Wulf. O título condensa aqueles que são os três objectivos centrais do livro: dar a conhecer a capacidade de Humboldt observar e interpretar as interligações existentes na natureza; relatar a sua vida e viagens, incluindo os métodos de trabalho e as consabidas capacidades de análise e síntese humboldtianas; e, por último, trazer (novamente) a público a relevância do seu trabalho, retirando-o daquilo que a autora considera ser um injusto esquecimento.

De nacionalidade alemã e britânica, e residindo atualmente em Inglaterra, Andrea Wulf é escritora e historiadora formada pelo *Royal College of Art* de Londres, e tem diversa colaboração assinada em jornais como *The Guardian*, *Sunday Times*, *Financial Times*, *LA Times* e *Wall Street Journal*. Entre os livros que publicou anteriormente, destaca-se *Chasing Venus. The Race to Measure the Heavens* (2012), lançado na ocasião do último trânsito de Vénus, em Junho de 2012. O livro *A Invenção da Natureza* que tratamos aqui foi já distinguido com diversos prémios, entre os quais se contam *Costa Biography Award*, *Royal Society Science Book Prize*, *LA Times Book Prize (Science & Technology)*, *Ness Award* “For popularising the histories of geography and of scientific botanical exploration” (Royal Geographical Society) e *Bayerischer Buchpreis* (Alemanha).

Esta biografia divide-se em cinco partes, assim resumidas: 1) As ideias iniciais e a procura de um destino; 2) a viagem de exploração na América do Sul; 3) o regresso à Europa, a organização e estruturação de toda a informação recolhida durante o périplo americano; 4) a difusão de ideias e a influência do pensamento de Humboldt; 5) os últimos anos de vida e a presença das suas ideias no pensamento ou na ação de autores como o biólogo e filósofo Ernest Haeckel e o naturalista John Muir. No início do livro são apresentados os mapas simplificados das viagens realizadas por Humboldt, sendo feita no final a enumeração exaustiva das suas obras. A presente edição é ilustrada com diversas gravuras a preto e branco, e inclui ainda um caderno central a cores, com imagens ilustrativas da vida e do trabalho do biografado. O texto principal é enriquecido com breves biografias de alguns dos mais destacados interlocutores científicos ou políticos de Humboldt ou de personalidades que foram influenciadas de forma especial pelas suas ideias, como Charles Darwin, Thomas Jefferson ou Simón Bolívar. Darwin foi, aliás, muito inspirado pelas obras de Humboldt: a sua decisão de partir para a

Recebido: fevereiro 2017. Aceite: março 2017.

¹ Mestranda em População, Sociedade e Território, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa (IGOT-Ulisboa), Edifício IGOT, Rua Branca Edmée Marques, 1600-276 Lisboa, Portugal. E-mail: barbara.mar72@gmail.com

viagem à volta do mundo terá sido determinada pela leitura da “Narrativa Pessoal”, onde Humboldt relatou a expedição que realizara à América do Sul.

Alexander von Humboldt nasceu em Berlim, numa família abastada, e teve uma educação intelectual e moral muito sólida. Cresceu em pleno Iluminismo, época que tinha “o progresso como palavra de ordem” e se afirmava confiante em que “ninguém se preocupasse que a própria natureza pudesse ser destruída” (p. 21). Tendo desde cedo demonstrado uma preferência por viagens e temas ligados à natureza, Humboldt foi fortemente influenciado pela filosofia de Kant, pelo que, para si, “o mundo externo, as ideias e os sentimentos fundiam-se uns nos outros” (p. 46).

Graças à fortuna, entretanto herdada, em 1799, Humboldt partiu para a sua grande viagem à América do Sul, acompanhado pelo jovem cientista francês, Aimé Bonpland, e levando consigo uma panóplia de instrumentos científicos. A segunda parte do livro é dedicada a essa viagem de mais de cinco anos pelo continente americano. Salienta-se o carácter apaixonado de Humboldt, e a forma determinada como percorria os locais por onde passava, trabalhando sempre exaustivamente. A autora destaca aqui também a forma como Humboldt “comparava tudo o que via com aquilo que previamente observara e aprendera na Europa” (p. 66), demonstrando, simultaneamente, uma capacidade de observar e analisar em detalhe e a competência excepcional para articular os resultados desse trabalho e construir um pensamento integrado sobre os fenómenos observados.

Nessa viagem, Humboldt constatou que a interferência humana na natureza poderia provocar alterações climáticas irreversíveis: “Apenas há algumas décadas, as montanhas e os sopés que rodeavam o vale de Aragua e o Lago Valencia eram florestados. Agora, com as árvores derrubadas, as pesadas chuvas tinham erodido o solo. Tudo estava intimamente ligado, concluía Humboldt” (p. 73). Como o próprio explicitou, “tudo é interação e reciprocidade”, afastando-se, assim – remata A. Wulf –, da “perspetiva antropocêntrica que dominara a abordagem da humanidade à natureza durante milénios” (p. 76) e constituindo uma inegável evidência da atualidade do pensamento deste cientista. No mesmo sentido, ao escalar o Chimborazo (Equador), Humboldt teve a ideia de fazer uma representação gráfica da natureza local como uma rede, em que tudo estava ligado. A ideia foi precursora, na medida em que “em vez de pôr as plantas no interior das suas categorias, via a vegetação pelas lentes do clima e da localização: uma ideia radicalmente nova, que continua hoje a moldar a nossa compreensão dos ecossistemas.” (p. 118).

Humboldt revelou também claras preocupações humanistas, bastando o exemplo do choque que sentiu ao observar o mercado de escravos de Cumaná (Venezuela) e que o levou a tornar-se abolicionista. É de notar que, contrariamente à maioria dos europeus, Humboldt ficara cativado pelos povos indígenas e referia-se ao “barbarismo do homem civilizado, quando via como o povo local era tratado pelos colonos e pelos missionários” (p. 92). Por outro lado, em Cuba Humboldt registou que grande parte dos solos eram destinados à produção de açúcar, concluindo que tal “era uma receita segura para a dependência e a injustiça” (p. 137-138) – em boa medida, um pensamento visionário, que associava o colonialismo com a devastação do ambiente e a perpetuação da dependência da metrópole e da injustiça social.

A terceira parte da obra sistematiza a “ordenação das ideias” que Humboldt empreende depois de regressar à Europa, em 1804, e de se ter fixado em Paris, onde rapidamente começou a partilhar os resultados das suas expedições, proferindo conferências, escrevendo várias obras em simultâneo e discutindo com diversos cientistas. Wulf destaca aqui a forma como Humboldt dividia generosamente os espécimes e as informações recolhidos, por acreditar que esta era a forma de fazer avançar a ciência. A publicação em 1805 do “Ensaio sobre a Geografia das Plantas”, primeiro volume da monumental “Viagem às Regiões Equatoriais do Novo Continente” marcará este período.

Como referimos, o processo da difusão das ideias de Humboldt no meio científico da época ocupa a quarta parte da obra. Andrea Wulf sublinha aqui o modo como Humboldt se consagrou por inteiro à

atividade científica e intelectual, e isto apesar do interesse de Frederico Guilherme III lhe ter, entretanto aberto oportunidades de intervenção política em Berlim. Desfrutando de uma impressionante fama pública para um homem de ciência do seu tempo, é sabido que as multidões afluíam às conferências que dava. Em geral, se tratavam de conferências de acesso livre, que muito contribuíram para democratizar a ciência na medida em que incluíam, na assistência, mulheres e pessoas de diferentes condições sociais. Como enfatiza a autora, Humboldt seria muito provavelmente o cientista mais famoso da sua época, na Europa e no mundo.

O livro não podia esquecer a importante viagem exploratória que Humboldt empreendeu em 1829 ao território russo, financiada pelo Czar Nicolau I, com o objetivo de recolher informação sobre metais preciosos. Este contexto não lhe permitiu a liberdade que gostaria de ter tido, quer quanto à escolha do itinerário seguido, quer ao nível da crítica que poderia empreender ao sistema feudal russo.

Em 1834 Humboldt iniciou a redação de uma obra ambiciosa, que visava agregar todo o mundo material: «Cosmo: Um esboço da descrição física do Universo», que viria a ser o seu livro mais influente e cujo primeiro tomo saiu publicado em 1845 (5º e último volume, póstumo, em 1862). Esta obra, que contou com um vasto número de colaboradores, de certa forma corria contra a tendência que se afirmava na época no sentido da “profissionalização das ciências e fortalecimento da separação entre as diferentes disciplinas científicas” (p. 314).

A biografia de Humboldt assinada por Andrea Wulf encerra com o tema “Novos mundos: a evolução das ideias”, onde se detalham alguns aspectos da duradoura influência de Humboldt, de que o exemplo mais expressivo será a denominada Corrente de Humboldt. Esta circunstância, não é ainda assim suficiente para conseguir iludir um relativo “esquecimento” do seu multifacetado contributo para a ciência. Wulf considera que este poderá, em parte, dever-se ao facto de Humboldt ter sido um dos últimos grandes polígrafos, numa época que, como referimos, afirmou a divisão entre disciplinas, não valorizando, conseqüentemente, abordagens holísticas. Por outro lado, a grande herança que deixou corresponde a uma visão integrada da natureza, e não uma descoberta científica concreta, o que também dificultará uma apreensão mais imediata do seu contributo. A estas interpretações juntam-se os sentimentos anti-germânicos generalizados nos períodos posteriores às duas Guerras Mundiais e que Andrea Wulf considera adversos, à partida, ao reconhecimento de um cientista alemão, independentemente deste ter tido a dimensão que Humboldt conseguiu.

Trata-se de uma biografia monumental, que cumpre na perfeição o objetivo de relembrar os contributos de Alexander von Humboldt para a ciência. É um trabalho de investigação muito rigoroso, tendo a autora percorrido arquivos do mundo inteiro e realizado uma parte da viagem de Humboldt à América do Sul. Os contextos sociais e políticos da época são descritos com detalhe, o que facilita a compreensão do texto.

Sendo uma obra de divulgação geral, tem a vantagem acrescida de ter sido redigida num estilo simples e atrativo. Estamos diante de uma leitura muito útil para introduzir as ciências em geral, assumindo uma relevância particular no caso da Geografia. Este interesse deriva, sobretudo, da abordagem holística de Humboldt, que encarava o mundo físico como um todo, visualizando a rede de relações nele existente. Por outro lado Humboldt foi um dos primeiros cientistas a observar e interpretar a influência humana nas alterações do clima, o que o livro também claramente sublinha. Conclui-se com uma frase da obra, que servirá de estímulo à sua leitura: “Os livros, os diários e as cartas de Humboldt revelam um visionário, um pensador muito para lá do seu tempo. Inventou as linhas isotérmicas (...) descobriu o equador magnético. Surgiu com a ideia da vegetação e das zonas climáticas que serpenteiam em torno do globo. O que é mais importante, porém, é que Humboldt revolucionou a forma como vemos o mundo natural. Por todo o lado descobriu ligações. (...) inventou a rede da vida, o conceito de natureza tal como hoje o conhecemos” (p. 6).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Wulf, A. (2016). *A Invenção da Natureza – As aventuras de Alexander von Humboldt, o herói esquecido da ciência* [The invention of nature - the adventures of Alexander von Humboldt]. Tradução de Pedro Vidal. Lisboa: Temas e Debates.

¹ Recensão realizada no âmbito da unidade curricular Teoria e Métodos da Geografia, Mestrado em População, Sociedade e Território, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa (IGOT-ULisboa).

A GEÓGRAFA ISABEL ANDRÉ

NOTAS DE TESTEMUNHO DE UM PERCURSO INOVADOR, BRILHANTE E LIVREⁱ

PATRÍCIA PEDRO RÊGO¹

Se eu tiver que morrer
Vou morrer pela vida!

Vinicius de Moraes

Isabel André faz parte da geração entusiasta que chegou ao Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no imediato pós-25 de Abril de 74.

Espírito brilhante, vivo, confiante e amante dos debates, impôs os seus pontos de vista e interessou-se geograficamente pelas novas temáticas sociais que o contexto revolucionário fazia chegar à Academia nesses anos de formação.

Pioneira em muitas iniciativas e decisões, desde logo na maternidade que abraçou no limiar da idade adulta, antes ainda de chegar à Universidade, Isabel André associava a paixão à racionalidade numa medida desconhecida para a maioria dos seus contemporâneos. Exemplo da harmonização surpreendente entre um pensamento racional de que não abdicava (dizia, com frequência, “vou pensar no assunto...”) e o entusiasmo, a paixão, perante cada nova descoberta (os novos conceitos, as interações que se evidenciavam, os actores em presença, o papel dos lugares...), a sua forma de viver traduziu-se na afirmação da integridade, evidenciada no seu percurso pessoal e profissional, e expressa num exercício constante de liberdade. Havia na Isabel André a generosidade da partilha das suas experiências e dos seus projectos com os outros, convocando-os para o seu círculo próximo, numa medida maravilhosa, didáctica e incentivadora, embora adepta da autonomia de cada uma e de cada um. A sua vivência integradora, particularmente atenta aos mais jovens, beneficiou os seus alunos, os discípulos, a família, os amigos. Era, contudo, exigente porque queria construir um caminho novo.

Desde muito cedo (finais dos anos 70) Isabel André colaborou na investigação, no Centro de Estudos Geográficos, na linha de acção Estudos para o Planeamento Regional e Urbano. A economia e a política sempre a interessaram e, para além do contributo em projectos de planeamento, colaborou nos estudos pioneiros na temática da Geografia Eleitoral a que dedicou, aliás, a sua tese de mestrado em 1984.

¹ Professora Auxiliar, Departamento de Geociências, Universidade de Évora, Colégio Luís António Verney, Rua Romão Ramalho, 59, 7000-671 Évora, Portugal. E-mail: patrego@uevora.pt

Foram anos de encantamento, esses anos de formação em que a Escola de Lisboa era bafejada pelas novas correntes de pensamento que envolviam os estudantes de várias gerações, ao mesmo tempo que se beneficiava da presença dos mais velhos mestres.

Foi nas primeiras aulas do Curso de Geografia que conheci a Isabel Margarida, uma inteligência generosa, aberta à amizade e à partilha, num momento em que todos nós, jovens estudantes, nos fascínávamos com a Geografia e com tudo aquilo que através dela aspirávamos concretizar, do ponto de vista profissional.

Amante da escola, de aprender mas também da reflexão sobre o modo de transmitir conhecimento, iniciou, em 1980, o percurso profissional na Academia, como docente no Departamento de Geografia na Universidade de Lisboa. Um pouco mais tarde (1992), partilhou com colegas e amigos a experiência do planeamento, da consultoria e da avaliação de políticas públicas na empresa *Geoidea*. Esta iniciativa proporcionou a Isabel Margarida o alargamento da sua rede de amigos ao mesmo tempo que diversificou a sua experiência profissional. Alguns desses amigos acompanharam sempre a sua vida, nomeadamente porque para além de um trabalho ou de um estudo específico foi tecendo relações humanas que fidelizou. Assim, também através dos amigos desenvolveu a sua ligação estreita a lugares (cidades) particulares que, além de Lisboa, fazem parte da sua geografia pessoal: Barcelona, Bruxelas, Madrid, Paris, Montreal, Quebec, Horta, Montemor-o-Novo...

A construção do seu percurso académico é marcada pelos temas de investigação inovadores, ligados às suas vivências, preocupações ou sensibilidade pessoal. É, naturalmente, o caso da sua dissertação de doutoramento em Geografia Humana, pela Universidade de Lisboa (1994), intitulada "O falso neutro em Geografia Humana: género e relação patriarcal no emprego e no trabalho doméstico". Para além de ser um estudo pioneiro na Geografia do Género, esta tese recebeu um prémio numa cerimónia a que assisti, na Biblioteca Municipal do Palácio Galveias, no Campo Pequeno. Contudo, o facto não aparece no currículo e, assim, todos temos dificuldade de nomear a distinção. Recordo ainda que o prémio incluía o interesse na publicação da dissertação mas, fruto da característica da Isabel Margarida em focar-se na investigação seguinte, uma vez terminados os trabalhos desenvolvidos, a iniciativa não se concretizou.

Os estudos de género conferiram o maior reconhecimento à Isabel Margarida, durante a sua vida académica. Assim, por exemplo, em projectos internacionais onde participou, mesmo não sendo essa a temática central do seu contributo, era solicitada como especialista das ciências sociais nos estudos de género. Depois, numa sequência natural, alargou a sua investigação de Geografia Social à saúde reprodutiva da mulher, aos maus tratos às crianças e jovens, ao abandono escolar. Estas temáticas, em que as crianças e a família estão no centro da reflexão, são-lhe caras até porque as crianças voltam a estar muito presentes na sua vida por via da chegada dos netos, na viragem do século. Quanto a estes estudos, decorrem de uma longa parceria com investigadores do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa, iniciada em 1995.

Antes de mais professora, associava cada cara familiar, percebida num encontro fora da Universidade, a um aluno de geografiaⁱⁱ. Entretanto, testemunhei, por diversas vezes, antigos alunos que se lhe dirigiam na rua, fazendo referência entusiasta às suas aulas e ao seu contributo para o interesse em estudar geografia.

Os temas ligados ao ensino e às metodologias de investigação, com particular interesse nos instrumentos metodológicos destinados a estimular os processos de aprendizagem activa, o pensamento crítico e as metodologias participativas, foram trabalhados em estreita relação e parceria com outros colegas do ex-departamento de Geografia da Faculdade de Letras, entretanto integrado no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT-UL). Adepta da inovação, e confiante no futuro, viveu com entusiasmo a autonomização da Geografia e com dedicação a criação do Instituto, em 2009.

Desde 2004, com os projectos que liderou e em que participou, quer nacionais como europeus, a sua investigação orientou-se para os processos de inovação sócio-territorial e o desenvolvimento urbano, para as práticas de governança socialmente inovadoras, para o estudo do papel da cultura e das artes na regeneração dos lugares.

Estes novos e fortes interesses de pesquisa resultaram do encontro com outros colegas investigadores, quer no Centro de Estudos Geográficos, quer na Newcastle University e KU Leuven. O sucesso da nova etapa deveu-se tanto às qualidades de liderança da Isabel Margarida, como ao facto de ter sabido congregar à volta destes temas um conjunto ímpar de jovens bolseiros de investigação: o Alexandre Abreu, o André Carmo, a Ana Stevens, o Leandro Gabriel.

O notável percurso geográfico da Isabel Margarida André foi sendo solidamente construído através de problematizações que se foram sucedendo, como tentei exemplificar. Não foi um caminho solitário e tive o enorme privilégio de fazer parte dos que a acompanharam desde o início. Gostávamos muito uma da outra. Eu adorava a sua inteligência, o seu entusiasmo, a sua decisão, o modo como geria o tempo. Com ela tudo parecia possível. O convite que me foi endereçado para escrever esta nota é a primeira oportunidade que tenho de fazer uma reflexão sobre a vida da minha amiga de sempre, de ganhar sobre ela uma nova perspectiva que a engrandece porque o seu legado à Geografia é muito significativo. E agora? Só temos que retomar a leitura dos seus textos, recordar a universalidade do seu espírito e continuar caminhando.



Isabel André, Jubileu do Professor Orlando Ribeiro em 1981
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Fotografia da autoria de Ilídio do Amaral

ⁱ Agradeço ao geógrafo Fernando João Moreira, companheiro de vida da Isabel André, a generosidade de ter sido o primeiro leitor deste texto e os seus comentários.

ⁱⁱ O Fernando João Moreira contava o episódio do reconhecido jogador de futebol a quem a Isabel Margarida perguntou, num hotel de Liubliana, “foi meu aluno...?”.

ELOGIO HISTÓRICO DO ACADÉMICO EMÉRITO ILÍDIO MELO PERES DO AMARAL, FEITO PELO SENHOR JORGE MANUEL BARBOSA GASPAR

JORGE GASPAR¹

Academia das Ciências de Lisboa, 27 de Março de 2014

Caríssimo Confrade Emérito Ilídio do Amaral
Senhores Confrades
Minhas Senhoras e Meus Senhores

Constitui para mim uma honra e uma grande alegria ocupar a cadeira (28L) que Ilídio do Amaral inaugurou e a que portanto deu nome e conteúdo, na secção das Letras desta Academia das Ciências. Sou aluno de Ilídio do Amaral há quase 54 anos e tenho plena consciência das dificuldades que se me colocam numa função que resume muito do espírito das academias científicas: a necessária continuidade científica, social e cultural do trabalho académico.

A maior dessas dificuldades decorre de ao cabo de mais de meio século de aprendizagem e colaboração, ainda hoje me surpreender com as produções que o confrade Ilídio do Amaral nos vai oferecendo com regularidade.

À medida que ia elaborando este texto que hoje vos apresento, aumentavam as dificuldades de inclusão das atividades desenvolvidas por Ilídio do Amaral pertinentes para esta função. De facto, cada entrada que me parecia adequada para inserir as ações do confrade, justificava plenamente uma sessão autónoma: **o académico, o geógrafo, o gestor universitário, o curador da coisa pública, o incansável investigador, o pedagogo, o facilitador tolerante e eficaz.**

Ilídio Melo Peres do Amaral nasceu em Luanda em 1926, nas Ingombotas (Freguesia de Nossa Senhora do Carmo), numa família angolana mestiça, Sotto Mayor do lado materno e Amaral Gurgel do lado paterno. Nessa cidade fez os seus primeiros estudos – ensino primário e secundário. Ainda antes de iniciar a sua carreira como geógrafo e assistente universitário, foi empregado bancário em Lisboa, no Banco Português do Atlântico, e em Luanda, no Banco Comercial de Angola, onde foi responsável pelos Serviços de Comércio Externo e de Garantias Bancárias.

Na Universidade de Lisboa, concluiu a licenciatura em Geografia em 1956, o doutoramento em 1964, a agregação/professor extraordinário em 1968 e chegou a Professor Catedrático em 1969. Nesta

¹ Professor Emérito do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, e Investigador Efetivo do Centro de Estudo Geográficos, Rua Branca Edmée Marques, 1600-276 Lisboa, Portugal. E-mail: jorgegaspar@campus.ul.pt

Universidade foi membro do Senado, Vice-Reitor e Reitor. Como o próprio refere nas suas notas bibliográficas, a revista *Pública* do jornal *Público*, sublinhou o facto de ser então, “...o único professor catedrático de origem africana alguma vez a assumir o cargo de Reitor em Portugal”.

I. O ACADÉMICO

O ilustre académico Ilídio Melo Peres do Amaral é acima de tudo o **exemplo**, a personificação do ideal académico: “*Nisi utile est quod facimus, stulta est gloria*”. (Se não for útil o que fizermos, a glória será vã).

Da atividade académica de Ilídio do Amaral pode dizer-se que é a de um trabalhador inspirado e metucioso, com a ambição de saber e dar a conhecer.

Desprendido em relação a honrarias, mesmo quando inerentes ao seu desempenho e na sequência lógica do seu labor: nunca ocupou qualquer cargo na Academia.

Mas o mesmo se passou no Instituto de Geografia e no Centro de Estudos Geográficos, da Universidade de Lisboa, de que foi o verdadeiro esteio ao longo de duas décadas.

Ilídio Melo Peres do Amaral foi eleito Sócio Correspondente da Academia das Ciências em 15 de Julho de 1976 e desde então não cessou um percurso de académico dedicado aos grandes objetivos da instituição, mormente através da assiduidade aos atos académicos, apresentação de comunicações e intervenções a propósito de comunicações de confrades.

Assim, em 1988, passava naturalmente a Efetivo e recorrentemente viria a colaborar e a representar a Academia. Neste particular, relevam-se a participação ativa no Programa Towards Young Academies across Europe. Sharing Experiences and Building Capacities, que se efetuou em Madrid, no Instituto de Espanha, com o patrocínio da ALLEA – *All European Academies – European Federation of Academies of Sciences and Humanities*.

De grande alcance para a Academia das Ciências de Lisboa foi a sua proposta de 2001, por solicitação do então presidente Senhor Professor Adriano Moreira, de organização da 7ª Secção do Classe de Letras, “Sociologia e outras Ciências Sociais”, para o que estabeleceu contatos com os futuros 10 sócios correspondentes e preparou os respetivos processos, que foram submetidos para votação do Plenário de Sócio Efetivos.

Também por convite do Presidente Senhor Professor Adriano Moreira levou a cabo com grande empenho e sucesso a “representação adequada de Académicos Correspondentes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Foi assim que um conjunto de personalidades de grande prestígio internacional, cientistas, escritores e artistas, de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, vieram a integrar a nossa Academia. Participou ainda na proposta e eleição de outros grandes vultos, como José Ramos Horta, então Presidente da República de Timor Leste, de Nelson Mandela e do Príncipe Aga Khan. Patrocinou também a entrada de dois especialistas em História de Angola e de África, a alemã Beatrix Heintze e o norte-americano Calder Miller.

Ilídio do Amaral levou a cabo várias investigações no domínio da História no acervo bibliográfico e documental da Academia das Ciências, que originaram comunicações, conferências, bem como publicações, algumas no âmbito da Academia, outras através de outras entidades e algumas até por sua iniciativa e impressas à sua custa.

Assim, em 2003 publicou *As Academias das Ciências na Contextura da Globalização*, em que estuda 77 Academias das Ciências da Europa, analisando os respetivos comportamentos face à globalização, dando particular ênfase às redes nacionais e continentais que se desenvolveram. Mas o estudo não ficou pelas análises, apresentando propostas de medidas necessárias para a modernização e atualização das Academias, mormente da Academia das Ciências de Lisboa. Este trabalho foi revisto em 2008 (Amaral, 2008a).

Outro foco da atividade académica de Ilídio do Amaral tem sido a chamada de atenção para a necessidade de uma boa História da Academia das Ciências de Lisboa que seja, e utilize as suas próprias palavras, “dignificadora de uma instituição que existe há mais de duas centúrias muito ricas em acontecimentos e que é detentora de um espólio valiosíssimo carecido de condições financeiras e humanas favoráveis para a sua manutenção, o seu estudo e divulgação”. Como contributo, apresentou, em 2010, as “Nótulas históricas sobre os primeiros tempos da Academia das Ciências de Lisboa” (Amaral, 2012b), em que anuncia “um livro em elaboração”, que já tem o título provisório de *A Fundação da Academia das Ciências de Lisboa no contexto das ideias da Europa de meados do século XVIII a meados do século XIX*.

Na continuada tarefa de chamar a atenção para o valioso património bibliográfico da Academia das Ciências de Lisboa, Ilídio do Amaral peregrinou pelo legado de Frei Manuel do Cenáculo, sob o patrocínio estimulante de mestre José Vitorino de Pina Martins:

“Quando o incunábulo augustiniano – [referência à Cidade de Deus de Santo Agostinho oferecida pelo Prof. José Vitorino de Pina Martins à Academia das Ciências de Lisboa] se encontrava entre os meus livros numa estante onde ele dialogava com os Opera omnia de Pico della Mirandola (Bolonha, 1496), eu recorria frequentemente à sua leitura por amor librorum ou por imposição da minha curiosidade, na Academia das Ciências, o meu incunábulo passou a ficar numa sala hermeticamente fechada, onde se encontram os livros valiosos, ou seja o que os Franceses chamam a Réserve Précieuse. Mas a reserva Preciosa ficou realmente... de reserva. Os ilustres académicos não estão hoje voltados para o passado. Os científicos olham, como está bem de ver, para o futuro. Muitos dos letrados não amam de facto o que chamam, num jargon moderno, a cultura livresca... E eis como, deste modo, os incunábulo ficam condenados a pernoitar no escuro intangível da Reserva Preciosa” (excerto retirado de J. V. de Pina Martins, “As queixas de um incunábulo (Veneza, 1475) esquecido e abandonado” em pp. 225-230 de História de Livros para a História do Livro. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007)” (Amaral, 2012c, p.9).

Dessa peregrinação resultaram notas, comentários e informações de grande alcance, reunidas na publicação *As Biblias e outras Raridades das Coleções de Frei Manuel do Cenáculo. Da sua existência na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa*. Além de abrir novas pistas para o conhecimento da personalidade poliédrica que foi o antigo Bispo de Beja e Arcebispo de Évora, aponta um estimulante conjunto de considerações sobre bíblias, mormente sobre a Bíblia de Johannes Gutenberg. Mas o foco das reflexões centra-se na Bíblia de Mogúncia ou Moguntina, de 1462, que foi de Frei Manuel do Cenáculo e hoje faz parte da “Reserva Preciosa” da Academia das Ciências de Lisboa. A análise bibliológica da obra permite-lhe o estabelecimento de diálogo com abordagens antecedentes, nomeadamente as de J. V. Pina Martins (Martins, 2007) e de Artur Anselmo (Anselmo, 1997).

Também José Correia da Serra foi objeto das pesquisas de Ilídio do Amaral no âmbito do património documental da Academia das Ciências de Lisboa. Desse labor já resultaram dois livros, publicados sob o título geral de *Estudos Preliminares de Inéditos Juvenis de José Correia da Serra*: o primeiro em 2012 – *A propósito do Catalogue Raisonné des Voyageurs de ma Bibliothèque (1769)* e o segundo, em 2013 – *A propósito dos Zibaldone di Materie Diverse I a IV (1767)*. (Amaral, 2012a; Amaral, 2013a).

II. O GEÓGRAFO

A descoberta e confirmação da vocação de geógrafo terá sido fortemente inspirada no convívio científico e humano com Mestre Orlando Ribeiro (Amaral, 1981a; Amaral, 1981d; Amaral, 1984c; Amaral, 1997c; Amaral, 2008b).

Claro que tal só foi possível graças ao seu espírito geométrico e sentido do rigor, ao gosto pelo campo e pelo trabalho de campo, que exercita como método fundamental nas suas pesquisas geográficas, em particular nas de geomorfologia.

Paulatinamente leva a cabo uma obra extensa e multifacetada, plena de temas de interesse, sobretudo para a Geografia, mas não só.

Por isso é muito difícil fazer uma seleção, no entanto, depois de uma aturada revisitação às obras de Ilídio do Amaral, mais demorada do que inicialmente previa – por vezes parei na apreciação/avaliação de mais de meio século do meu próprio percurso de geógrafo, assinalando com exaltação momentos gratificantes; outras vezes a descobrir novas facetas na obra de Ilídio do Amaral, de que eu tinha passado ao lado, por distração ou tão só por falta de amadurecimento para ver.

Ainda assim, acabei por “escolher” três momentos que marcam o percurso do Geógrafo:

A – *Santiago – A Terra e os Homens*, 1964

B – *Luanda – estudo da Geografia Urbana*, 1968

C – Duas abordagens muito recentes (2012/2013) dos fenómenos interligados da urbanização e da globalização...: a partir de duas conferências, uma na Universidade Católica, em Lisboa, outra na Universidade de Cabo Verde.

A – Santiago – A Terra e os Homens

Este estudo constituiu a dissertação de doutoramento em Geografia pela Universidade de Lisboa, apresentada e defendida em 1964, e publicado, numa primeira edição, esgotada, pela Junta de Investigações do Ultramar, nas suas Memórias (Nº 48, segunda série) tendo tido nova edição em 2007, promovida por cinco instituições, a que o percurso de Ilídio do Amaral ficou associado de diferentes maneiras: a Associação das Universidades de Língua Portuguesa, o Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, o Instituto de Investigação Científica Tropical, a Universidade do Algarve e a Universidade de Cabo Verde.

Trata-se de uma excelente monografia de Geografia regional na linha da melhor escola francesa, de que a escola portuguesa foi uma prestigiada herdeira. Num e noutro caso, verifica-se no pós-guerra uma passagem do estudo dos espaços metropolitanos para os domínios coloniais. Podem apresentar-se como paradigmas da abordagem em territórios insulares coloniais, no caso francês, as teses de doutoramento de Guy Lasserre, sobre a Ilha de *Guadalupe* (Lasserre, 1961) e de Defos du Rau sobre a Ilha *Reunião* (Defos du Rau, 1960) e no caso português, o estudo de Orlando Ribeiro sobre a Ilha do Fogo (Ribeiro, 1954), as dissertações de doutoramento de Francisco Tenreiro, sobre a Ilha de São Tomé (Tenreiro, 1961) e de Ilídio do Amaral sobre Santiago (Amaral, 1964).

Sem abandonar o modelo clássico da Geografia Regional francesa, Ilídio do Amaral por um lado promove atualizações decorrentes dos avanços das ciências geográficas, mormente as do mundo anglo-saxónico e, por outro lado, adequa o exercício científico à realidade daquele espaço concreto. Daqui resultam a um tempo capítulos de grande atualidade, como os que dedica ao clima – questão maior na Geografia de Cabo Verde, e à Geomorfologia, domínio em que o autor é um dos grandes especialistas da nossa Universidade, e capítulos fundamentais nas componentes sociais e económica, inescapáveis para quem recorre ao trabalho de campo como método privilegiado.

Mas a *atualização* que o autor promove no âmbito da Geografia Regional ficou expressa na abordagem dos aspetos da vida de relação e na preocupação com a aplicação dos conhecimentos que a sua investigação podia oferecer aos decisores políticos. Preocupações que são sintetizadas no final do último capítulo (Perspetivas económicas) num ponto a que chamava “Em torno dos problemas da ilha” e nas Conclusões: “A tentativa de soluções tiradas das possibilidades locais conduz portanto a certo pessimismo, e mesmo a um sentimento de impotência, sugeridos pela simples apresentação dos problemas.

Razoáveis se por acaso a população não aumentasse, não se adaptariam ao acréscimo que, inevitavelmente, haviam de promover. Não só a realização simultânea dessa variedade de soluções levaria à dispersão de esforços, como exigiria tal soma de créditos, para resultados tão mediócras, que é legítimo exitar antes de escolher.” (Amaral, 1964, 368). “E este é o grande problema das ilhas, mesmo daquelas que vão experimentando certos progressos: a INCERTEZA de se poderem manter, sem este auxílio, no quadro dos seus próprios recursos.” (Amaral, 1964, p. 373).

B – Luanda – Estudo de Geografia Urbana

Luanda – estudo de Geografia Urbana, concluído em 1967 e publicado no ano seguinte (Amaral, 1968b), é um trabalho amadurecido ao longo de um percurso de 12 anos, tempo transcorrido desde a elaboração da dissertação de licenciatura (São Paulo de Assunção de Luanda, FLUL, 1956), período em que Ilídio do Amaral além de pesquisas intensas no âmbito da Geomorfologia e da Geografia Regional, dedicou continuado interesse ao Urbanismo de África, com destaque para os estudos sobre Luanda, Rede Urbana de Angola e Johannesburgo (Amaral, 1957; Amaral, 1959; Amaral, 1961; Amaral, 1962; Amaral, 1966).

Este estudo de Geografia Urbana é ainda hoje uma das mais penetrantes leituras do “processo dinâmico da evolução urbana” de uma cidade de África, um encaminhamento que vai da leitura do *sítio* à “expansão urbana e seus problemas”, resolvendo-se numa síntese conclusiva, em que se apontam como problemas maiores a macrocefalia face ao território angolano, com patente primazia (*primate-city*) no contexto da rede urbana de Angola. Assim, temos um diagnóstico, enriquecido por uma visão prospetiva, cuja justeza o tempo confirmou: “Cidade dinâmica, de crescimento atual explosivo, onde se concentram o poder e o capital, não tendo gerado uma região urbana próxima, sujeitou, todavia, à sua dependência uma área vasta. Neste contraste tem Luanda um dos seus traços mais originais e delicados, de marcada singularidade no campo da génese e evolução das cidades.” (Amaral, 1968b,129). Este é último parágrafo do livro e foi escrito em 1967 e poderia sintetizar o tema de um colóquio, de uma conferência, sobre os problemas atuais e futuros das capitais dos espaços intertropicais. Pensando nessa eventualidade, somos tentados a lançar desde já uma questão para um debate: e poderia ter sido de outra maneira?

Procuo ainda uma resposta para a questão de saber como foi possível um período tão conturbado como o dos anos 60, em Angola, elaborar uma obra tão serena, profunda, assertiva e que resiste ao tempo, ao ponto de ser hoje um instrumento fundamental para ler Luanda e o Urbanismo não só em Angola, como em África.

O profundo conhecimento daquelas realidades, o recurso à melhor teoria disponível nos saberes geográficos nos anos 1960 (Ilídio do Amaral compulsou a bibliografia mais atualizada, disponível em cinco idiomas) e o necessário trabalho de campo, explicam em boa medida o sucesso.

C – Duas abordagens muito recentes (2012/2013) dos fenómenos interligados da urbanização e da globalização

As Cidades: símbolos da Associação de Política, Economia e Cultura. Base para uma sessão com debate, curso de pós-graduação em Urbanismo U.C.P. 56 p. policopiadas, (Amaral, 2012d).

Assisti com emoção e proveito a esta sessão de seminário, conferência seguida de debate, em que participaram alunos e professores e teve a *moderação* do diretor do curso, o saudoso confrade Manuel da Costa Lobo. Ilídio do Amaral após uma breve mas estimulante síntese sobre a evolução das cidades e da urbanização, centrou-se nas grandes questões que se colocam hoje às cidades nas suas dimensões política e cultural, dando particular ênfase aos problemas da sustentabilidade, nas componentes económica, social e ambiental.

Cidades na África Subsariana no século XXI, como partes do Sul Global (Amaral, 2013b).

Na Conferência da Praia, 2013, Ilídio do Amaral começou por abordar o conceito de Sul global e sua pertinência quer para a questão do desenvolvimento, quer para a questão do Urbanismo e, em particular, para o entendimento das cidades.

Para o efeito apoia-se numa bibliografia muito diversificada, abrangendo todo o leque das ciências sociais, técnicas e artes pertinentes para a melhor dilucidação do fenómeno. A apresentação das notas e comentários dessa bibliografia constituem como que um **Atlas** e um roteiro através das várias dimensões físicas, sociais e culturais da urbanização no sul-global e, em particular, nos espaços africanos a sul do Sahara.

Percurso que o autor foi desbravando não só apoiado no acervo bibliográfico mais recente a que fiz referência, mas também na experiência pessoal, decorrente dos contatos no terreno e da participação em conferências e reuniões de trabalho, de que nos vai dando conta.

Trata-se de facto de uma investigação em curso, um trabalho em progresso que importa acompanhar atentamente. Trata-se, por outro lado, de um documento pedagógico de muito interesse para a multiplicidade de estudantes e estudiosos do fenómeno urbano do “Sul Global”, bem como para os que têm a difícil, mas estimulante, missão de acompanhar e reencaminhar os processos complexos que configuram uma das maiores revoluções da história da humanidade.

III. O PEDAGOGO E O MESTRE

Uma das marcas mais notáveis em Ilídio do Amaral enquanto professor é o profundo respeito pelos alunos, revelado nas múltiplas dimensões do que deve ser a relação entre o professor e os alunos: desde logo, algo que se vai esquecendo, mas que está no cerne da atividade docente: a preparação das aulas, depois, o ouvir atentamente, a disponibilidade, a paciência... o cumprimento rigoroso dos horários das aulas, da entrega em tempo convencionado dos trabalhos de avaliação...enfim, o respeito pelos alunos.

Recordo com frequência a minha primeira aula de Geografia, na Faculdade de Letras: Geografia Física I. O então 2º Assistente, comportava-se já como um verdadeiro mestre – do vestir ao falar, clareza na exposição, atento às dúvidas dos alunos, mostrando um entusiasmo sereno que com o tempo nos contagiava eficazmente.

Ao longo dos 5 anos da licenciatura, Ilídio do Amaral esteve sempre presente, nas visitas de estudo e nas excursões anuais do curso que organizava com rigor, nos colóquios quinzenais de que na maior parte dos casos se encarregava da curadoria e se necessário da animação.

Assim como recordei a primeira aula, recordei a ajuda e o apoio na minha dissertação de doutoramento, orientada por Orlando Ribeiro, o que me permitiu fazer muitas melhorias, pela discussão e pelo contraditório proporcionados: ele não concordava com muitos dos pressupostos teóricos em que eu me baseava; mas Ilídio do Amaral fez uma leitura rigorosíssima da primeira versão do manuscrito, anexando capítulo a capítulo páginas e páginas, manuscritas, com dúvidas, sugestões, aditamentos.

Assumindo o risco de repetir algo do que já disse, mas às vezes é útil repetir, permitam-me que transcreva aqui uma passagem do agradecimento que fiz *aos meus mestres*, por altura da fantástica homenagem que amigos, alunos, colegas e companheiros de variadas lides me proporcionaram na Reitoria da Universidade de Lisboa em 28 de Novembro de 2007: *Recordo a primeira aula do Curso de Geografia na Faculdade de Letras – na sala do fundo do Centro de Estudos Geográficos, não havia memória de tantos alunos no 1º ano (uns 17, creio, mais que nos restantes 4 anos da Licenciatura!). O então 2º Assistente, entrou com porte de Professor: elegante, de gravata, causou logo boa impressão e o tempo veio confirmá-lo: Ilídio do Amaral era o professor que melhor vestia, com simplicidade, elegância e no espírito do tempo.*

Deu-nos o programa, as regras do jogo e muitos conselhos, que me foram úteis ao longo do curso e, talvez o mais importante, ensinou-me a gostar da Geografia Física, primeiro a Geomorfologia e depois a Climatologia.

*Ao longo do curso senti sempre o acompanhamento, o aconselhamento e o patrocínio recorrente de Ilídio do Amaral. Quando em Outubro de 1965, quatro meses após concluir a Licenciatura e um mês de estágio de campo no Douro, a pensar num doutoramento sobre o Douro e a Vinha e o Vinho, sou lançado aos bichos na **ESBAL**, para ensinar Geografia Física e Geografia Humana aos alunos do 4º e 5º anos de Arquitectura, o que me salvou foi a preciosa ajuda de Ilídio do Amaral: quer no desenho dos programas quer na bibliografia adequada a arquitectos. Começou aí a minha aprendizagem para o Planeamento Urbano e Regional.*

Poucos anos passados após a minha estadia na Suécia, concluía a minha dissertação de doutoramento, sob a orientação de Orlando Ribeiro e a ajuda de muita gente, como de resto ficou referido nos agradecimentos. Ilídio do Amaral, além de dicas e dos incentivos, foi o leitor mais atento e mais criticamente eficaz do manuscrito. As suas correcções iam das gralhas e do estilo, directamente sobre o papel dactilografado, aos comentários, pertinentes e estimulantes, feitos numas folhinhas A5, norma no CEG de então.

Foi ainda Ilídio do Amaral que me acolheu, já depois de doutorado, na sua área de investigação dedicada às questões urbanas, onde pude, com toda a liberdade, dinamizar um pequeno grupo de jovens interessados em estudar Lisboa. Surgiu daí o embrião da futura Linha de Ação E.P.R.U. (Estudos para o Planeamento Regional e Urbano), que ainda perdura, se não já na designação do grupo de investigadores, pelo menos na série de publicações, de que acabei de receber o número 70 – Integração de Dados Estatísticos na Classificação de Imagens de Satélite, de Jorge Rocha e Paulo Morgado Sousa.

Ilídio do Amaral, que tem acompanhado a minha carreira académica desde o primeiro ano da Faculdade, ainda há dias me escrevia com muita amizade, a lembrar-me da necessidade de dar mais atenção à Academia das Ciências, agradeci o “lembrete/ralhete” e vou procurar mais uma vez, seguir os seus sempre oportunos e úteis conselhos”. Fim de citação.

IV. UM TRABALHADOR INCANSÁVEL, UM DEDICADÍSSIMO SERVIDOR DA COISA PÚBLICA

Ilídio do Amaral tem um registo impressionante de cargos de direcção no âmbito da gestão universitária, tanto no setor público, como no setor privado. A essas funções a que nos referiremos de seguida juntam-se inúmeras participações em comissões e assessorias diversas a instituições públicas, no País e fora do País, merecendo referência especial a colaboração dada às jovens universidades de Angola e de Cabo Verde.

Assim, na Universidade de Lisboa, onde realizou todo o seu percurso, foi membro do Senado, Vice-Reitor e Reitor. Funções desempenhadas num período difícil, de transição para o regime democrático, onde a personalidade e o saber fazer de Ilídio do Amaral foram decisivos no bom sucesso dessa transição, com incremento da projeção internacional da Universidade de Lisboa.

No Instituto de Alta Cultura foi Vogal do Conselho Superior, Vice-Presidente e Presidente; na Junta de Investigação Científica do Ultramar foi Vogal do Conselho Superior e Vice-Presidente; foi membro dos conselhos científicos da JNICT (Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica); foi ainda membro do Conselho Superior de Ciência e Tecnologia.

Ainda no âmbito da gestão e políticas do ensino superior e da investigação científica destaca-se a participação em comissões da OCDE e na Comissão do Ensino Superior do Conselho da Europa.

Assinale-se ainda a colaboração com a Fundação Calouste Gulbenkian e com a UNESCO, sob cuja égide elaborou a proposta de reestruturação do setor das Ciências Sociais e Humanas da Universidade Agostinho Neto.

O saber adquirido na gestão do ensino superior público foi posto ao serviço da valorização do ensino superior privado, quer enquanto Reitor da Universidade Internacional, quer como Presidente do Instituto Politécnico Internacional. Entre múltiplas tarefas e iniciativas levadas a cabo neste âmbito, relevam-se os esforços desenvolvidos no sentido da institucionalização do Conselho de Reitores das Universidades Privadas.

Decerto que na perspetiva de um geógrafo, antigo aluno e discípulo, a atividade de Ilídio do Amaral no âmbito das instituições de ensino e investigação das ciências geográficas merecem particular relevo. De todas, destacarei o Centro de Estudos Geográficos, fundado por Orlando Ribeiro há mais de 60 anos, e que deve a Ilídio do Amaral a continuidade, consolidação e projeção nacional e internacional. Enquanto Secretário do CEG, Ilídio do Amaral além de apoiar e ajudar Orlando Ribeiro, dirigiu importantes projetos de investigação que nos anos 1960 e 1970 contribuíram para a afirmação não só do CEG, como da Geografia Portuguesa. No mesmo período, e a partir do CEG, Ilídio do Amaral sucede a Orlando Ribeiro na Presidência da Comissão Nacional de Geografia, membro da União Geográfica Internacional, representando assim a Geografia Portuguesa em congressos e conferências internacionais das Ciências Geográficas.

Quando nos anos 1970 começa a ocupar importantes cargos de gestão científica e universitária, muitos foram os que temeram que se ia perder um professor e um investigador, de que a Universidade tanto carecia. Mas tal não aconteceu; ainda em 1976, na cerimónia da tomada de posse como Reitor da Universidade de Lisboa, conferida pelo Decano da Universidade, o Professor Orlando Ribeiro, este afirmou ao concluir o seu discurso: “Nada mais acrescentarei senão o desejo de que o meu colega Ilídio do Amaral, cuja energia conheço e aprecio, se aplique com êxito às novas tarefas que lhe incumbem, e encontre tempo para continuar a servir a Geografia, que tão fortemente vincou a sua personalidade e a sua vocação”. – Como o tempo acabaria por demonstrar, passados quase 40 anos, podemos verificar que Ilídio do Amaral correspondeu plenamente aos votos do velho Mestre: também serviu a Geografia, exercitando a sua vocação de forma superlativa.

V. A OBRA PUBLICADA

Como procurei mostrar, o percurso de uma vida académica é muito mais do que um registo bibliográfico, mas no cômputo final a obra publicada merece um registo individualizado, já que no essencial é o que mais se projeta no tempo e no espaço.

Ao longo de 58 anos de atividade científica, o tempo que medeia entre a apresentação da sua dissertação de licenciatura, *São Paulo de Assunção de Luanda*, Lisboa, 1956, e a atualidade, Ilídio do Amaral apresenta 480 títulos na sua extensa e diversificada bibliografia.

Desde logo, evidenciou dois interesses principais nos temas de investigação: a Geografia Urbana e a Geomorfologia. Progressivamente, outros temas foram ganhando peso na sua obra: Geografia Política, Geografia Histórica, História, Políticas de ensino universitário e Políticas de investigação científica.

Ainda nos anos 1950, na sequência da Dissertação de Licenciatura, publica alguns artigos sobre Luanda e na década seguinte, um importante estudo sobre a rede urbana de Angola (Amaral, 1962), trabalho original no contexto da Geografia Portuguesa, que colocou a chamada “Escola de Lisboa” no topo das investigações em Geografia Urbana. Entretanto, conhecem-se também os primeiros resultados dos estudos de Geomorfologia que com Orlando Ribeiro e Mariano Feio, vinha desenvolvendo no Norte de Angola e que foi obrigado a interromper devido à eclosão da Guerra Colonial (Ribeiro, Feio, Amaral, 1961).

Voltou então o fulcro das suas investigações para Cabo Verde, Ilha de Santiago, que, como vimos, seria o tema da sua dissertação de doutoramento (Amaral, 1964) – obra que mereceu o prémio Abílio Lopes do Rego da Academia das Ciências de Lisboa.

O estudo da Geomorfologia continua como um dos eixos da atividade científica, destacando-se o artigo “Tendências da Geomorfologia” (Amaral, 1967), sendo ainda de referir a notícia na Revista Finisterra sobre “As inundações de 25/26 de Novembro de 1967” (Amaral, 1968a), mas o maior peso do seu trabalho na segunda metade dos anos 1960 foi canalizado para o já referido estudo sobre Luanda (Amaral, 1968b), e, logo no ano seguinte, publica uma síntese dos seus trabalhos sobre a segunda cidade de Moçambique “Beira, Cidade e Porto do Índico” (Amaral, 1969).

Em 1973 publica dois artigos de referência sobre a Geomorfologia de Angola “Contribuições para o conhecimento do Karst ou carso de Nova Caipemba, no noroeste de Angola” (Amaral, 1973a) e “Formas de «Inselberge» (ou montes-ilha) e de meteorização superficial e profunda em rochas graníticas do deserto de Moçamedes (Angola) na margem direita do rio Curoca” (Amaral, 1973b), temas a que voltaria num artigo publicado na revista Garcia da Horta, em 1977 “Paisagens Morfológicas do Deserto de Moçamedes (Angola) entre os rios Cuoca e Cunene (1ª parte)” (Amaral, 1977).

Logo no ano seguinte publica na Finisterra um importante artigo sobre o fenómeno da urbanização em Angola (Amaral, 1978), tema que retoma numa conferência no Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian (Amaral, 1979a). Entretanto publica dois relatórios de referência sobre *A Escola Geográfica de Lisboa e a sua contribuição para o conhecimento geográfico das Regiões Tropicais* (Amaral, 1979b) e *Formas e processos eólicos, com exemplos do Deserto de Moçamedes* (Amaral, 1979c).

No ano seguinte publica na revista *Garcia da Orta* o seu primeiro trabalho de referência no âmbito da Geografia Política “Entre o Cunene e o Cubango ou a propósito de uma fronteira africana” (Amaral, 1980-1981) e inicia a publicação da *Bibliografia Geral de Cabo Verde (anotada e ilustrada)* (Amaral, 1980; 1981a).

É por esta altura que começa a elaborar e a publicar estudos sobre a gestão universitária e gestão da investigação científica em Portugal (Amaral, 1981b; Amaral, 1981c).

Em 1983 é publicada a sua primeira *Memória* da Academia das Ciências de Lisboa, sobre “A cidade e o futuro: a propósito da explosão urbana mundial” (Amaral, 1983a). Neste mesmo ano relevam-se ainda dois trabalhos de síntese sobre a produção dos geógrafos da “Escola Geográfica de Lisboa”, um na *Garcia da Orta* (Amaral, 1983b) e outro na *Revista da Faculdade de Letras* (Amaral, 1983c) e o primeiro estudo sobre os muceques de Luanda, na *Finisterra* (Amaral, 1983d).

Mantendo a Geomorfologia no centro das suas atividades científicas, como o demonstra o artigo sobre as paisagens com *Inselberge* nas regiões tropicais (Amaral, 1984a), é neste ano que Ilídio do Amaral revela uma forte propensão para os estudos de História, patente no ensaio sobre Luanda em meados do século XIX, a partir de um texto de 1848, publicado na *Garcia da Orta* (Amaral, 1984b) e no estudo sobre a viagem de dois pombeiros angolanos através de Angola e Moçambique, no início do século XIX, também este publicado na *Garcia da Orta* (Amaral e Amaral, 1984a). Ainda neste ano, os mesmos autores apresentaram uma exaustiva *bibliografia científica* de Orlando Ribeiro (Amaral e Amaral, 1984b).

No ano seguinte, Ilídio do Amaral mantém um ritmo de publicação notável, repartido pelas suas áreas de investigação prediletas – as cidades do Terceiro Mundo (Amaral, 1985b) e da África Tropical em particular (Amaral, 1985a); a Geografia Política, através de mais uma memória da Academia das Ciências de Lisboa, sobre *Fronteiras, Estado e Nação em Áfricas* (Amaral, 1985c) e a geomorfologia do Sul de Angola – “Processos e formas de evolução do relevo em rochas da orla sedimentar do deserto de Moçamedes” (Amaral, 1985d). Publica ainda uma comunicação feita à Academia da Marinha, sobre a *Missão Landsat* (Amaral, 1985e) e mais dois trabalhos, também com Ana Amaral – o início de uma coletânea de textos comentados sobre as regiões tropicais (Amaral e Amaral, 1985a) e um texto sobre a Utopia de Tomas Morus (Amaral e Amaral, 1985b).

O ano de 1986 continua a demonstrar uma diversificação de interesses: a geografia política, “Fronteiras do Sahel: alguns aspectos geográficos” (Amaral, 1986a) e “The geographical factor in the formation of modern states” (Amaral, 1986b); geografia histórica, “Participação portuguesa para o conhecimento do continente africano no século actual” (Amaral, 1986c) e “Progressos do conhecimento geográfico da África em finais do século XIX” (Amaral, 1986d); sem se afastar nunca da sua geomorfologia – “Em redor do tema da flexura marginal, ou litoral, dos continentes” (Amaral, 1986e).

No ano seguinte os mais significativos trabalhos publicados são de novo de Geografia Política – “A irrupção de estados-insulares após a segunda guerra mundial: um facto novo na geografia política” (Amaral, 1987a) e de Geografia Histórica com “Mbanza Kongo, cidade do Congo ou São Salvador. Contribuição para o conhecimento geográfico de uma aglomeração urbana ao sul do Equador, nos séculos XVI e XVII” (Amaral, 1987b).

Em 1988, tendo continuado a publicar nos domínios da sua predileção, destaca-se um ensaio, resultante de uma comunicação à Academia das Ciências, “Lisboa uma capital do Renascimento”, publicada em “O Humanismo Português 1500-1600” (Amaral, 1988). No final da década oferece-nos, entre outros, trabalhos de reflexão sobre o espaço da Península Ibérica (Amaral, 1989) e sobre a geografia tropical de Gilberto Freyre (Amaral, 1990).

Ao longo dos anos 1990 verifica-se algum abrandamento no ritmo das publicações o que se liga decerto à maior intensidade na gestão universitária e científica, nacional e internacional, mas que logo é recuperado no final do século. Permaneceram os temas, com um crescente enfoque em África e no Atlântico, destacando-se alguns trabalhos, inclusive os premiados, a que já nos referimos. Na História, releva-se o estudo sobre a organização de novos territórios no Atlântico Sul do século XVI (Amaral, 1991), as notas de Geografia Histórica sobre a cidade de Mbanza Congo (Amaral, 1992), o estudo sobre o Reino do Congo nos séculos XV e XVI, premiado pela Academia Portuguesa de História (Amaral, 1996a), o ensaio sobre Luanda durante “o consulado” de Paulo Dias de Novais (Amaral, 2000a); na Geografia Política, tem uma nota introdutória no Livro *Global boundaries. World boundaries* (Amaral, 1994), um artigo sobre fronteiras internacionais africanas (Amaral, 1997a); na Geomorfologia, publicou um artigo de síntese sobre as regiões tropicais (Amaral, 2000b); na Geografia Urbana, destaca-se uma bibliografia selecionada de estudos de Geografia Urbana (Amaral, 1997b), um ensaio sobre as cidades insulares atlânticas no século XVI (Amaral, 1999a) e uma bibliografia de Luanda (Amaral, 1999b); anota-se ainda uma nova incursão na reflexão sobre a obra de Gilberto Freire (Amaral, 1996b) e nas questões da *tropicalidade* (Amaral, 1998), bem como um estudo sobre os nacionalismos africanos, “memórias e reflexões em homenagem ao Mário Pinto de Andrade, 1928-1990” (Amaral, 2000c).

E Ilídio do Amaral entra no século XXI com um impressionante desempenho na investigação científica e correlativas publicações; não se afastando significativamente da rota anterior, manteve uma maior propensão para as abordagens históricas, procurando sempre novas temáticas, no espírito do tempo. É assim que em 2003 publica na *Africana Studia* o artigo “Presença da mulher africana ao sul do Sara na Cultura e na Ciência: questões de Género” (Amaral, 2003a). De resto mantém-se fiel à Geografia Urbana (Amaral, 2001a, 2002a, 2002b, 2005a, 2005b, 2007a, 2012d e 2013b), assim como à Geografia Física com natural ênfase na Geomorfologia, tendo introduzido a problemática dos riscos, numa interessante abordagem ao sítio de Luanda (Amaral, 2001c, 2002b, 2006).

No domínio da História, salientamos o estudo sobre o papel das ilhas atlânticas na rede de globalização dos séculos XV a XVII (Amaral, 2001b), outro sobre a importância das “fontes cruzadas” para a História de Angola (Amaral, 2002c), ainda as relações entre História e Geografia, na História de Angola (Amaral, 2007b), a colonização europeia da África Subsariana (Amaral, 2008c) e “*Reflexões de um geógrafo em torno do tema Memória e História. A construção das identidades*” (Amaral, 2010).

A Geografia Política continuou também no conjunto dos temas tratados, com novas abordagens, como a dos desafios que se colocam aos países lusófonos face à globalização (Amaral, 2002d; Amaral, 2005c).

Uma nova preocupação respeita os estudos culturais nas suas várias vertentes, reconhecendo-se uma clara orientação para os territórios africanos, como “Cabo Verde – permanência e rupturas” (Amaral, 2001d), “Acerca da Paisagem” (Amaral, 2001e), e o ensaio “Sobre culturas e intercâmbios culturais” (Amaral, 2009c).

Mas à medida que avança o século XXI o maior peso do labor de Ilídio do Amaral recai sobre temas da história e do património da Academia das Ciências de Lisboa, como já referimos anteriormente.

Ainda assim, ficaram sem referência muitas das publicações de Ilídio do Amaral, por um lado, por manifesta falta de espaço nesta função, por outro, pela dificuldade de chegar a um bom ordenamento que, fazemos votos, o autor venha a leva a cabo, oferecendo-nos uma série de opúsculos, que a sua obra bem merece e os seus leitores há muito aguardam.

VI. UM CONSTRUTOR DE PONTES, UM PROMOTOR DE DIÁLOGOS – ASSIM, COMO QUEM NÃO QUER A COISA

É reconhecida a capacidade que Ilídio do Amaral tem demonstrado possuir na abordagem de temas de vários domínios científicos, mormente nos que se situam no vasto conjunto das Humanidades e Ciências Sociais, sem deixar de inscrever a sua matriz de geógrafo, estabelecida na regra do seu mestre Orlando Ribeiro, na interseção com as Ciências da Natureza.

A História de África, e em particular de Angola, têm vindo a merecer uma atenção muito especial e algumas das suas obras afirmaram-se como essenciais para o conhecimento da História de África. Um dos mais notáveis estudos que produziu neste âmbito foi *O Reino do Congo*, os Mbundu (ou Ambundos), o reino dos “Ngola” (ou de Angola) e a presença Portuguesa de finais do século XV a meados do século XVI, (Lisboa, 1996), que obteve o Prémio História Calouste Gulbenkian – Presença de Portugal no Mundo, da Academia Portuguesa de História.

É já vasta e diversificada a bibliografia histórica de Ilídio do Amaral de que podemos apontar como exemplos o estudo sobre Paulo Dias de Novais: *O Consulado de Paulo Dias de Novais. Angola no último quartel do século XVI e primeiro do século XVII* (Amaral, 2000a), ou *Importância das «fontes cruzadas» na historiografia angolana (Reflexões de um geógrafo)* (Amaral, 2000d).

Ainda nas Ciências Sociais e tomando como referência trabalhos dos últimos 15 anos, salientamos no domínio da Ciência Política o ensaio *Em torno dos nacionalismos africanos. Memórias e reflexões em homenagem ao Mário Pinto de Andrade, 1928-1990*. (Amaral, 2000c).

Ainda nas Ciências Sociais sublinham-se as aproximações à Economia e Finanças, em estudos como “Importância do sector informal da economia urbana em países da África Subsariana” (2005a) e “Operações financeiras no sector informal das cidades da África Subsariana” (2007a).

Mas as pontes e os diálogos têm sido recorrentes também no âmbito das ciências físicas e naturais, bem como nas articulações com o ordenamento do território e urbanismo. Nestes domínios a produção recente tem sido notável, como nestes dois exemplos: “Luanda e o seus dois arcos complexos de vulnerabilidade e risco: o das restingas e o das escarpas abarrocadas” (2002); “O rio Cambongo-Neguza e os seus afluentes: um exemplo da complexidade de padrões de drenagem em Angola” (2006).

Nas ciências como nas artes, as verdadeiras obras de um autor acabam por definir um percurso de vida, uma narrativa da pessoa, uma autobiografia.

Esta dimensão está bem patente no percurso científico e académico de Ilídio do Amaral, tal como o podemos aperceber, a par e passo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amaral, I. (1956). *São Paulo de Assunção de Luanda*. (Dissertação de licenciatura em Geografia). Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Amaral, I. (1957). Aspectos económicos da cidade de Luanda [Economic aspects of the city of Luanda]. *Boletim do Instituto de Angola*, 9, 51-60.
- Amaral, I. (1959). Subsídios para o estudo da evolução da população de Luanda [Subsidies for the study of the evolution of the population of Luanda]. *Garcia de Orta*, 7(2), 212-226.
- Amaral, I. (1961). Descrição de Luanda setecentista vista através de uma planta de 1755 [Description of 17th century Luanda seen through an urban plan of 1755]. *Garcia de Orta*, 9(3), 409-420.
- Amaral, I. (1962). *Ensaio de um estudo geográfico da rede urbana de Angola* [Essay on a geographic study of the urban network of Angola]. Col. Estudos, Ensaios e Documentos, Vol. 97. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Amaral, I. (1964). *Santiago de Cabo Verde: a Terra e os Homens* [Santiago de Cabo Verde: the Earth and Man]. Col. Memórias, Vol. 48, (Prémio Abílio Lopes do Rego, da Academia das Ciências de Lisboa). Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Amaral, I. (1966). Johannesburg. Do campo mineiro à conurbação [Johannesburg. From the mine field to the conurbation]. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 1(2), 240-256.
- Amaral, I. (1967). Tendências da Geomorfologia [Trends in Geomorphology]. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 11(3), 17-38.
- Amaral, I. (1968a). As inundações de 25/26 de Novembro de 1967 na região de Lisboa [The floods of 25/26 November 1967 in the Lisbon region]. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 11(5), 79-84.
- Amaral, I. (1968b). *Luanda. Estudo de geografia urbana* [Luanda. A study of urban geography]. Col. Memórias, Vol. 53, (Prémios Almirante Gago Coutinho, da Sociedade de Geografia de Lisboa, e da Câmara Municipal de Luanda). Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar
- Amaral, I. (1969). Beira, cidade e porto do Índico [Beira, city and port of the Indian Ocean]. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 14(7), 76-93.
- Amaral, I. (1973a). Contribuição para o conhecimento do Karst ou carso de Nova Caipemba, no noroeste de Angola [Contribution to the knowledge of the Karst of Nova Caipemba in north-western Angola]. *Garcia de Orta, Série de Geografia*, 1(2), 1-28.
- Amaral, I. (1973b). Formas de «Inselberge» (ou montes-ilhas) e de meteorização superficial e profunda em rochas graníticas do deserto de Moçâmedes (Angola), na margem direita do rio Curoca [Forms of “Inselberg” deep and superficial weathering on granite rocks of the Moçâmedes desert (Angola), on the right bank of the Curoca river]. *Garcia de Orta, Série de Geografia*, 1(1), 1-34.
- Amaral, I. (1977). Paisagens morfológicas do deserto de Moçâmedes (Angola) entre os rios Curoca e Cunene (1ª. parte) [Morphological landscapes of the Moçâmedes (Angola) desert between the Curoca and Cunene rivers (1st part)]. *Garcia de Orta, Série de Geografia*, 4(1-2), 1-28.
- Amaral, I. (1978). Contribuição para o conhecimento do fenómeno de urbanização em Angola [Contribution to the knowledge of the phenomenon of urbanization in Angola]. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 13(25), 43-76.
- Amaral, I. (1979a). *Vers la compréhension de la géographie urbaine de l'Angola* [Towards an understanding of the urban geography of Angola]. Arquivos do Centro Cultural Português. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Amaral, I. (1979b). A “Escola geográfica de Lisboa” e a sua contribuição para o conhecimento geográfico das Regiões Tropicais [The “Geographical School of Lisbon” and its contribution to geographical knowledge of the Tropical Regions]. Relatório da Linha de Acção nº 5 – Estudos de Geografia das Regiões Tropicais, 1. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 87 p. (policop.)
- Amaral, I. (1979c). *Formas e processos eólicos, com exemplos do deserto de Moçâmedes* [Wind forms and processes, with examples from the Moçâmedes desert]. Relatório da Linha de Acção nº 5 – Estudos de Geografia das Regiões Tropicais, 4. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 76 p., il. + 31 folhas de estampas. (policop.)
- Amaral, I. (1980-81). Entre o Cunene e o Cubango, ou a propósito de uma fronteira africana [Between

- Cunene and Cubango, or the purpose of an African border]. *Garcia de Orta, Série de Geografia*, 6(1-2), 1-50.
- Amaral, I. (1980). *Bibliografia geral de Cabo Verde. (Anotada e ilustrada)* [General bibliography of Cape Verde. (Annotated and illustrated)]. IV, Relatório da Linha de Acção nº 5 – Estudos de Geografia das Regiões Tropicais, 6, 154 p. (policop.). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos
- Amaral, I. (1981a). *Bibliografia científica de Orlando Ribeiro* [Scientific bibliography of Orlando Ribeiro]. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 99 p. (policop.)
- Amaral, I. (1981b). *Algumas reflexões em torno de um projecto de decreto-lei sobre a autonomia das universidades portuguesas* [Some reflections on a draft decree-law on the autonomy of Portuguese universities]. Lisboa, 17 p. + quadros e estatísticas. (policop.).
- Amaral, I. (1981c). *Duas notas em torno de alguns problemas sobre a gestão da investigação científica universitária em Portugal* [Two notes about some problems on the management of academic scientific research in Portugal]. Lisboa, 15 p. (policop.).
- Amaral, I. (1981d). Homenagem a Orlando Ribeiro [Homage to Orlando Ribeiro]. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, XVI(31), 5-14.
- Amaral, I. (1982). Paisagens morfológicas do deserto de Moçâmedes (Angola), entre os rios Curoca e Cunene (2ª. parte) [Morphological landscapes of the Moçâmedes desert (Angola), between the Curoca and Cunene rivers (2nd part)]. *Garcia de Orta, Série de Geografia*, 7(1-2), 1-34.
- Amaral, I. (1983a). A cidade e o futuro: a propósito da explosão urbana mundial [The city and the future: about the global urban explosion]. In Imprensa Nacional Casa da Moeda (Ed.), *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa* [Memoirs of the Lisbon Academy of Sciences] (pp. 147-158), vol.23. Lisboa: Classe de Letras.
- Amaral, I. (1983b). Estudos de geografia das regiões tropicais (contribuição da Escola Geográfica de Lisboa) [Geographic studies of the tropical regions (contribution of the Geographical School of Lisbon)]. *Garcia de Orta, Série de Geografia*, 8(1-2), 1-44.
- Amaral, I. (1983c). Geógrafos e Geografia na Faculdade de Letras de Lisboa [Geographers and Geography at the Faculty of Letters of Lisbon]. *Revista da Faculdade de Letras*, 68-82.
- Amaral, I. (1983d). Luanda e os seus “muçeqes”, problemas de Geografia Urbana [Luanda and its “muçeqes”, problems of Urban Geography]. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, XVIII(36), 293-325.
- Amaral, I. (1984a). Acerca das paisagens com *inselberge* (ou montes-ilhas) em regiões tropicais [About landscapes with inselbergs (or monadnocks) in tropical regions]. In Centro de Estudos Geográficos (Ed.), *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro* [Homage to Orlando Ribeiro] (pp. 367-375), Vol. 1. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Amaral, I. (1984b). Luanda em meados do século XIX, revelada num texto de 1848 [Luanda in the mid-nineteenth century, revealed in a text from 1848]. *Garcia de Orta, Série de Geografia*, 9(1-2), 1-16.
- Amaral, I. (1984c). Homenagem a Orlando Ribeiro [Homage to Orlando Ribeiro]. In Centro de Estudos Geográficos (Ed.), *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro* [Homage to Orlando Ribeiro] (pp. 19-26), Vol. 1. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Amaral, I. (1985a). Acerca das cidades da África tropical: notas bibliográficas [On cities in tropical Africa: bibliographical notes]. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 3, 225-230.
- Amaral, I. (1985b). Notas bibliográficas sobre as cidades do Terceiro Mundo (I) [Bibliographical notes on Third World cities (I)]. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, XX(39), 163-172.
- Amaral, I. (1985c). Fronteiras, Estado e Nação em África. Apontamentos de geografia política [Frontiers, State and Nation in Africa. Notes on political geography]. In Imprensa Nacional da Casa da Moeda (Ed.), *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa* (pp. 43-68). Lisboa: Classe de Letras.
- Amaral, I. (1985d). Processos e formas de evolução do relevo em rochas da orla sedimentar do deserto de Moçâmedes (Angola) [Processes and forms of evolution of rock relief in the sedimentary margin of the Moçâmedes desert (Angola)]. *Garcia de Orta, Série de Geografia*, 10(1-2), 1-40.
- Amaral, I. (1985e). A redescoberta do Mundo na segunda metade do século XX. *Missão Landsat* [The rediscovery of the World in the second half of the 20th century. Landsat Mission]. Lisboa: Academia de Marinha.

- Amaral, I. (1986a). Fronteiras do Sahel: alguns aspectos geográficos [Borders of the Sahel: some geographical aspects]. *Garcia de Orta, Série de Geografia*, 11(1-2), 1-54.
- Amaral, I. (1986b). The geographical factor in the formation of modern states. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, XXI(41), 57-76.
- Amaral, I. (1986c). Participação portuguesa para o conhecimento do continente africano no século actual [Portuguese participation in knowledge creation on the African continent in the current century]. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 104(7-12), 123-143.
- Amaral, I. (1986d). Progressos do conhecimento geográfico da África em finais do século XIX [Progress in geographical knowledge of Africa in the late nineteenth century]. In Academia das Ciências de Lisboa (Ed.), *História e desenvolvimento da Ciência em Portugal* [History and development of science in Portugal] (pp. 1141-1171), Vol. 2. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- Amaral, I. (1986e). Em redor do tema da flexura marginal, ou litoral, dos continentes [Around the theme of the marginal, or coastal, flexure of the continents]. In Brito, R. (Coord.), *Estudos em Homenagem a Mariano Feio* [Studies in Homage to Mariano Feio] (pp. 3-15). Lisboa: Public. Patrocinada por Instituto Nacional de Investigação Científica, Instituto de Investigação Científica Tropical, Fundação Calouste Gulbenkian e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Amaral, I. (1987a). A irrupção de estados-insulares após a segunda guerra mundial: um facto novo em geografia política [The eruption of island states after the Second World War: a new fact in political geography]. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, XXII(44), 297-359.
- Amaral, I. (1987b). Mbanza Kongo, cidade o Congo ou São Salvador. Contribuição para o conhecimento geográfico de uma aglomeração urbana africana ao sul do equador, nos séculos XVI e XVII [Mbanza Kongo, Congo or San Salvador city. Contribution to geographic knowledge of an African urban agglomeration south of the equator in the 16th and 17th centuries]. *Garcia de Orta, Série de Geografia*, 12(1-2), 1-40.
- Amaral, I. (1988). Lisboa uma capital do Renascimento [Lisbon a Renaissance capital]. In Academia das Ciências de Lisboa (Ed.), *O Humanismo português 1500-1600* [Portuguese Humanism 1500-1600] (pp. 619-652). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- Amaral, I. (1989). El espacio geografico de la Península Ibérica [The geographic space of the Iberian Peninsula]. In E. Barba (Coord.), *Iberoamérica, una comunidad* (pp.51-67), vol. 1. Madrid: Ediciones de Cultura Hispánica.
- Amaral, I. (1990). A geografia tropical de Gilberto Freyre [The tropical geography of Gilberto Freyre]. In Universidade Internacional (Ed.), *Leituras do Tempo. História, Filosofia, Biologia, Literatura, Política e Economia do Tempo* [Readings of Time. History, Philosophy, Biology, Literature, Politics and Economy of Time] (pp. 299-315). Lisboa: Universidade Internacional.
- Amaral, I. (1991). Medidas portuguesas para a organização dos novos territórios nas margens continentais do Atlântico sul no século XVI [Portuguese measures for the organization of new territories on the continental shores of the South Atlantic in the 16th century]. *Revista da Universidade de Coimbra*, 36, 277-316.
- Amaral, I. (1992). Notas de geografia histórica sobre uma capital africana do século XVI: Mbanza Kongo, no Reino do Congo [Historical geography notes on a 16th century African capital: Mbanza Kongo in the Kingdom of Congo]. In J. Serrão (Coord.), *Estudos de Homenagem a Jorge Borges de Macedo* [Studies of Homage to Jorge Borges de Macedo] (pp. 291-310). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Arqueologia e História da Universidade de Lisboa.
- Amaral, I. (1994). New reflexions on the theme of international boundaries. In H. Clive (Ed.), *Global boundaries. World boundaries* (pp. 16-23), vol. 1. Londres, Nova Iorque: Routledge.
- Amaral, I. (1996a). *O reino do Congo, os mbundu (ou ambundos), o reino dos “ngola” (ou de Angola) e a presença portuguesa, de finais do século XV a meados do século XVI* [The kingdom of the Congo, the mbundu (or ambundos), the kingdom of the “ngola” (or Angola) and the Portuguese presence, from the late 15th century to the 16th century]. (Prémio de História Calouste Gulbenkian, Presença de Portugal no Mundo, 1997, da Academia Portuguesa da História). Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.

- Amaral, I. (1996b). O homem e a sociedade em regiões tropicais: o caso brasileiro, segundo Gilberto Freyre [Mankind and society in tropical regions: the Brazilian case, according to Gilberto Freyre]. *Garcia de Orta, Série de Geografia*, 15(1), 1-12.
- Amaral, I. (1997a). Fronteiras internacionais africanas [African international borders]. In Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (Ed.), *As Fronteiras de África* [The Borders of Africa] (pp. 13-22). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Amaral, I. (1997b). *Bibliografia seleccionada: estudos de geografia urbana* [Selected bibliography: studies in urban geography]. Lisboa: Edição do autor.
- Amaral, I. (1997c). Homenagem ao Professor Orlando Ribeiro [Homage to Professor Orlando Ribeiro]. In Instituto de Investigação Científica Tropical (Ed.), *A erupção vulcânica de 1995 na ilha do Fogo (Cabo Verde)* [The 1995 volcanic eruption on Fogo Island (Cape Verde)] (pp. 235-256). Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Amaral, I. (1998). Vicissitudes geográfico-políticas na Zona Tropical [Geo-political vicissitudes in the Tropical Zone]. In L. C. Cunha, & S. Vilanova (Org.), *Os Trópicos na era da Globalização* [The Tropics in the Era of Globalization] (pp. 35-63). Recife: Fundação Joaquim Nabuco.
- Amaral, I. (1999a). Do «solitário ermo» à «afamada cidade»: reflexões sobre as cidades insulares atlânticas no século XVI” [From ‘lonely wilderness’ to ‘famous city’: reflections on Atlantic island cities in the 16th century]. Ponta Delgada: *Colóquio Comemorativo dos 450 anos da cidade de Ponta Delgada: Actas*, Universidade dos Açores e Câmara Municipal de Ponta Delgada, pp. 33-47.
- Amaral, I. (1999b). *Luanda: referências bibliográficas* [Luanda: bibliographical references]. Lisboa: Centro de Geografia do Instituto de Investigação Científica Tropical, 57 p. (policop.).
- Amaral, I. (2000a). *O consulado de Paulo Dias de Novais. Angola no último quartel do século XVI e primeiro do século XVII* [The consulate of Paulo Dias de Novais. Angola in the last quarter of the 16th century and the first quarter of the 17th century]. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 280 p., il.
- Amaral, I. (2000b). Geografia física das regiões tropicais: reflexões geomorfológicas (I) [Physical geography of tropical regions: geomorphological reflections (I)]. *Garcia de Orta, Série de Geografia*, 17(1-2), 1-22.
- Amaral, I. (2000c). *Em torno dos nacionalismos africanos. Memórias e reflexões em homenagem ao Mário Pinto de Andrade, 1928-1990* [On African nationalisms. Memories and reflections in homage to Mário Pinto de Andrade, (1928-1990)]. Porto: Granito, Editores e Livreiros.
- Amaral, I. (2000d). Importância das «fontes cruzadas» na historiografia angolana (Reflexões de um geógrafo) [Importance of “cross sources” in Angolan historiography (Reflections of a geographer)]. Lisboa: *Actas do II Seminário Internacional de História de Angola. As fontes e a sua interpretação*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 63-160.
- Amaral, I. (2001a). Análise das estruturas e funções urbanas na África Ocidental antes da presença europeia [Analysis of urban structures and functions in West Africa prior to European presence]. Lisboa: *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 183-196.
- Amaral, I. (2001b). As ilhas atlânticas e índicas como pontos nodais da rede de globalização iniciada nos séculos XV a XVII” [The Atlantic and Indian Ocean islands as nodal points of the globalization network that began in the 15th and 17th centuries]. *Portos, Escalas e Ilhéus no relacionamento entre o Ocidente e o Oriente*, Actas do “Congresso Internacional Comemorativo do Regresso de Vasco da Gama a Portugal”, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e Universidade dos Açores, vol. I, pp. 115-138.
- Amaral, I. (2001c). *Referências bibliográficas de interesse geomorfológico sobre as formas de evolução de vertentes, estabilidade das mesmas, movimentos de materiais e fenómenos correlacionados* [Bibliographical references of geomorphological interest on the evolutionary forms of slopes, their stability, material movements and correlated phenomena]. Lisboa: Centro de Geografia do Instituto de Investigação Científica Tropical, 77 p. (policop.).

- Amaral, I. (2001d). Cabo Verde: permanências e rupturas [Cape Verde: permanence and ruptures]. In Centro de Estudos Africano (Ed.), *Africana* (pp. 13-48), 6-Especial. Porto: Universidade Portucalense.
- Amaral, I. (2001e). Acerca de 'paisagem': apontamentos para um debate [On 'landscape': notes for a debate]. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, XXXVI(72), 75-81.
- Amaral, I. (2002a). Contribuição para uma bibliografia geográfica de Luanda [Contribution to a geographical bibliography of Luanda]. *Garcia de Orta, Série de Geografia*, 18(1-2), 47-67.
- Amaral, I. (2002b). Luanda e os seus dois arcos complexos de vulnerabilidade e risco: o das restingas e ilhas baixas e o das escarpas abarrocadas [Luanda and its two complex arches of vulnerability and risk: the salt-marshes and low-lying islands and crowded escarpments]. *Territorium – Revista de Geografia Física Aplicada no Ordenamento do Território e Gestão de Riscos Naturais*, Minerva, 9, 89-115.
- Amaral, I. (2002c). *Construindo a história de Angola: a importância da utilização de fontes. Reflexões de um geógrafo* [Building the history of Angola: the importance of using sources. Reflections of a geographer]. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Amaral, I. (2002d). A comunidade dos Países de Língua Portuguesa perante alguns desafios da integração regional e da globalização [The community of Portuguese-speaking countries facing challenges of regional integration and globalization]. *Garcia de Orta, Série de Geografia*, 18(1-2), 21-32.
- Amaral, I. (2003a). Presença da mulher africana ao sul do Sara na cultura e na ciência: questões de género [The presence of African women in Southern Sahara in culture and science: gender issues]. *Africana Studia*, 6, 153-171.
- Amaral, I. (2003b). *As Academias das Ciências na contextura da globalização* [The Academies of Sciences in the context of globalization]. Lisboa: Edição do Autor.
- Amaral, I. (2005a). Importância do sector informal da economia urbana em países da África subsariana [The importance of the informal sector of the urban economy in sub-Saharan African countries]. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia* Lisboa, L(79), 53-72.
- Amaral, I. (2005b). Apontamentos sobre Luanda: uma capital colonial imperfeita [Notes on Luanda: an Imperfect Colonial Capital]. *Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, (Cidades Africanas)*, 5, 48-55.
- Amaral, I. (2005c). Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa face aos Desafios do Século XXI [Portuguese-speaking African Countries in the face of 21st Century challenges]. In T. C. Silva, M. Araújo, & C. Cardoso (Orgs.), *'Lusofonia' em África. História, Democracia e Integração Africana* [Lusophony in Africa. History, Democracy and African Integration] (pp. 3-30). Dakar: CODESRIA.
- Amaral, I. (2006). O rio Cambongo-Negunza e os seus afluentes: um exemplo da complexidade de padrões de drenagem em Angola [The Cambongo-Negunza river and its tributaries: an example of the complexity of drainage patterns in Angola]. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, Lisboa, XLI(82), 15-48.
- Amaral, I. (2007a). Operações financeiras no sector informal das cidades da África Subsariana [Financial operations in the informal sector of Sub-Saharan African cities]. In A. Esteves (Ed.), *Geophilia, o sentir e os sentidos da Geografia. Homenagem a Jorge Gaspar* [Geophilia, the feel and senses of Geography. Homage to Jorge Gaspar] (pp. 413-432). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- Amaral, I. (2007b). *Sobre as relações entre a Geografia e a História. Reflexões de um geógrafo* [On the relations between Geography and History. Reflections of a geographer]. Luanda: *III Encontro Internacional sobre História de Angola*.
- Amaral, I. (2008a). *As Academias de Ciências na contextura da Globalização* [The Academies of Sciences in the context of Globalization]. Lisboa: Edição do Autor.
- Amaral, I. (2008b). Orlando Ribeiro Humanista [Orlando Ribeiro the Humanist]. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, XLIII(85), 45-56.
- Amaral, I. (2008c). Reflexões em torno da Colonização Europeia da África Subsariana no Século XX [Reflections on the European Colonization of Sub-Saharan Africa in the 20th Century]. *Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa*, 35, 141-162.

- Amaral, I. (2009a). *Nótulas históricas sobre os primeiros tempos da Academia das Ciências de Lisboa* [Historical notes on the early days of the Lisbon Academy of Sciences]. Texto policopiado e difundido, 33 p. + 3 figuras.
- Amaral, I. (2009b). O sonho português das minas de prata em Cambambe (Angola) [The Portuguese dream of the silver mines in Cambambe (Angola)]. In M. Correia (Ed.), *Do Kunene a Cabinda. História e estórias de Angola. IV Raid Kwanza Sul* [From Kunene to Cabinda. History and stories of Angola. IV Raid Kwanza Sul] (pp. 187-191). Lisboa e Luanda: Pangeia e Chá de Caxinde.
- Amaral, I. (2009c). Sobre culturas e Intercâmbios culturais [About cultures and cultural exchanges]. *Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa*, 36, 51-66.
- Amaral, I. (2010). *Reflexões de um Geógrafo em torno do tema 'Memória e História. A construção das Identidades'* [Reflections of a Geographer on the theme 'Memory and History. The construction of Identities']. Luanda: IV Encontro Internacional sobre História de Angola, 39 p. policopiadas.
- Amaral, I. (2012a). *Estudos Preliminares de Inéditos juvenis de José Correia da Serra. A propósito do 'Catalogue Raisonné des Voyageurs de ma Bibliothèque (1769)* [Preliminary Studies of juvenile novels by José Correia da Serra. On the 'Catalogue Raisonné des Voyageurs de ma Bibliothèque (1769)]. Lisboa: Edições Colibri.
- Amaral, I. (2012b). *Nótulas históricas sobre os primeiros tempos da Academia das Ciências de Lisboa* [Historical lectures on the early days of the Lisbon Academy of Sciences]. Lisboa: Edições Colibri.
- Amaral, I. (2012c). *As Bíblias e outras Raridades das Coleções de Frei Manuel do Cenáculo. Da sua existência na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa* [Bibles and other rarities from the collections of Frei Manuel do Cenáculo. On its existence in the Library of the Academy of Sciences of Lisbon]. Lisboa: Edições Colibri.
- Amaral, I. (2012d). *As Cidades: símbolos da Associação de Política, Economia e Cultura. Base para uma sessão com debate, curso de pós-graduação em Urbanismo U.C.P.* [The Cities: symbols of the Association of Politics, Economy and Culture. The basis of a debate, postgraduate course in Urbanism U.C.P.]. 56 p. policopiadas.
- Amaral, I. (2013a). *Estudos Preliminares de Inéditos Juvenis de José Correia da Serra. A propósito dos Zibaldone di Materie Diverse I a IV (1767)* [Preliminary Studies of Juvenile Unpublished by José Correia da Serra. On the subject of the Zibaldone di Materie Diverse I to IV (1767)]. Lisboa: Edições Colibri.
- Amaral, I. (2013b). *Cidades na África Subsariana no século XXI, como partes do Sul Global*. Cidade da Praia (Santiago, Cabo Verde) [Cities in sub-Saharan Africa in the 21st century, as parts of the Global South. City of Praia (Santiago, Cape Verde)]. Centro de Investigação em Desenvolvimento Local e Ordenamento do Território, Universidade de Cabo Verde, 38 p. policopiadas + Anexo Fotográfico com 26 imagens a cores.
- Amaral, I. (2013c). *Cidades na África Subsariana no século XXI, como partes do Sul Global* [Cities in sub-Saharan Africa in the 21st century, as parts of the Global South]. CIDLOT, Praia, 38 p. policopiadas.
- Amaral, I. & Amaral, A. (1984a). A viagem dos pombeiros angolanos Pedro João Baptista e Amaro José entre Mucari (Angola) e Tete (Moçambique), em princípios do século XIX, ou a história da primeira travessia da África central [The trip of the Angolan Pombeiros Pedro João Baptista and Amaro José between Mucari (Angola) and Tete (Mozambique) in the early 19th century, or the history of the first crossing of central Africa]. *Garcia de Orta, Série de Geografia*, 9(1-2), 17-58.
- Amaral, A. & Amaral, I. (1984b). *Bibliografia científica de Orlando Ribeiro* [Scientific bibliography of Orlando Ribeiro]. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- Amaral, I. & Amaral, A. (1985a). Geografia das regiões tropicais [Geography of tropical regions]. (Coleção de textos comentados) *Garcia de Orta, Série de Geografia*, 10(1-2), 41-58.
- Amaral, I. & Amaral, A. (1985b). A *Utopia* e Thomas More: uma obra e um homem para a eternidade [Utopia and Thomas More: a work and a man for eternity]. In F. Moser (Ed.), *Miscelânea de Estudos dedicados a Fernando de Mello Moser* [Collection of Studies dedicated to Fernando de Mello Moser] (pp.65-86). Lisboa: Comissão Científica do Departamento de Estudos Anglo-Americanos da Faculdade de Letras de Lisboa.

- Anselmo, A. (1997). *Estudos de História do Livro Antigo* [Historical Studies of the Antique Book]. Lisboa: Guimarães editores.
- Defos Du Rau, J. (1960). *L'île de la Réunion. Étude de Géographie Humaine* [Reunion Island. A Study of Human Geography]. Bordeaux: Institut de Géographie.
- Martins, J. V. (2007). *Histórias de Livros para a História do Livro* [Histories of Books to the History of the Book]. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lasserre, G. (1961). *La Guadeloupe. Étude géographique* [The Guadeloupe. Geographic study]. Vol. 2. Bordeaux : Union Française d'Impression.
- Ribeiro, O. (1954). *A Ilha do Fogo e as suas erupções* [The Island of Fogo and its eruptions]. Col. "Memórias", – Série Geográfica, 1954. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Ribeiro, O., Feio, M., & Amaral, I. (1961). Nota preliminar acerca do relevo de Angola entre os rios Zaire e Loge [Preliminary note on the relief of Angola between the rivers Zaire and Loge]. *Garcia de Orta*, 9(3), 509-514.
- Tenreiro, F. (1961). *A Ilha de São Tomé* [The Island of São Tomé]. LXXIII estampas. – Memórias (2ª Série). Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

ILÍDIO DO AMARAL (1924-2017) FUNDADOR, COLABORADOR E AMIGO DA FINISTERRA

MARIA JOÃO ALCOFORADO¹

A Revista *Finisterra* presta homenagem ao Professor Doutor Ilídio do Amaral, que nos deixou no passado mês de Março, depois de uma longa e brilhante carreira académica, científica e institucional. Exerceu cargos de grande relevância na academia, dignificando a Geografia Portuguesa e contribuiu muito para a sua divulgação no estrangeiro. Falando diversas línguas (incluindo o alemão), estabeleceu contactos em importantes escolas de Geografia estrangeiras, que se vieram a revelar fundamentais para a Escola de Geografia de Lisboa.

Nascido em Angola, o gosto pelo estudo das regiões tropicais iria acompanhá-lo ao longo da vida, tanto nos aspectos da Geografia Física, principalmente a Geomorfologia, como noutros domínios, de que se destaca a Geografia Urbana. As suas obras *Santiago de Cabo Verde. A Terra e os Homens* (1964) e *Luanda. Estudo de Geografia Urbana* (1968), várias vezes premiadas, constituem referências que continuam a ser re-editadas. No entanto, o eclectismo de Ilídio do Amaral está bem patente nos diversos interesses de investigação, para além dos já mencionados, de que são exemplo estudos sobre Ambiente, Detecção Remota, Geografia Histórica, Geografia Política e Económica, História, Ensino da Geografia, que culminaram, nos últimos anos em numerosos artigos e quatro livros sobre Geografia Histórica, um dos quais também premiado (Ilídio e Ana Amaral, 2016, n.º 271)¹.

Foi um excelente Professor, erudito e exigente. As suas aulas eram claras, interessantes e acompanhadas de numerosos esquemas, que desenhava no quadro com grande perícia. A sua dicção pausada permitia ir assimilando os conceitos e ... tomando notas. Nos meados dos anos 1970, era Ilídio do Amaral quem introduzia os caloiros ao estudo da Geografia Física, sendo para eles então o único Professor de Geografia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, visto que todas as outras cadeiras do curso eram leccionadas na Faculdade de Ciências. Ouvia e aconselhava os alunos. Iniciava-os também na observação de campo em excursões a pé aos arredores de Lisboa, por exemplo a Loures e Frielas para observação das “costeiras da região de Lisboa”. Colaborou, com grande empenho e dedicação, na fundação de diversas Universidades (Porto, Luanda, Cabo Verde, entre outras) e orientou teses sobre os mais variados temas, muitas delas sobre regiões tropicais.

Entre os numerosos cargos que deteve, Ilídio do Amaral foi Vice-Presidente e Presidente em exercício do Instituto de Alta Cultura, Vice-Reitor e Reitor da Universidade de Lisboa e Vice-Presidente da

¹ Investigadora do Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) da Universidade de Lisboa. Professora Catedrática Aposentada do IGOT, Universidade de Lisboa, Rua Branca Edmée Marques, 1600-276 Lisboa, Portugal. E-mail: mjalcoforado@campus.ul.pt

Junta de Investigações Científicas do Ultramar, na década 1970-80, período difícil de transição e de ajuste ao regime democrático. Foi director adjunto do Centro de Estudos Geográficos (CEG) desde a sua fundação em 1943, até que, em 1984, fundou o Centro de Geografia do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT). Prosseguiu os estudos das regiões tropicais, nomeadamente em Cabo Verde, Angola, Moçambique, África do Sul e dinamizou uma equipa de jovens que vieram a seguir as suas pisadas. Permaneceu, no entanto, como colaborador do Centro de Estudos Geográficos (IGOT, Universidade de Lisboa). Mais tarde, foi co-Fundador da Universidade Internacional, de que foi Reitor e do Instituto Superior Politécnico, de que foi Presidente. É notável a sua actividade como Membro da Academia das Ciências de Lisboa, incluindo a sua participação no Conselho Científico do Instituto de Altos Estudos da Academia e a sua colaboração com a Presidência.

I. ILÍDIO DO AMARAL, FUNDADOR E EDITOR DA FINISTERRA

Não se fará aqui uma descrição exaustiva da imensa e multifacetada actividade científica e de gestão de Ilídio do Amaral, que o leitor encontrará, por exemplo, na Bibliografia Científica de Ilídio do Amaral, coligida e anotada por Ana Amaral em 2016, assim como no artigo de Jorge Gaspar (neste volume) e no de Teresa Barata Salgueiro, no sítio da Associação Portuguesa de Geógrafos, que Ilídio do Amaral ajudou a criar, e de que foi o primeiro Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Pretende-se agora apenas salientar algumas das iniciativas e acções que Ilídio do Amaral canalizou para a *Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia*, referindo o seu papel de Fundador, com Orlando Ribeiro e Suzanne Daveau, a sua frequente colaboração com a Revista, alguns textos nela publicados e, por fim, mas não menos importante, o apoio eficaz e amigo aos responsáveis da Finisterra.

A publicação de uma revista de Geografia era um velho sonho de Orlando Ribeiro, transmitido a colegas portugueses e estrangeiros desde a fundação do Centro de Estudos Geográficos, em 1943. Vicissitudes diversas só permitiram editar os primeiros volumes em 1966, com o apoio financeiro da Fundação Calouste Gulbenkian. Ilídio do Amaral escreveu mesmo “finalmente preparavam-se os primeiros números da tão sonhada revista de Geografia – a nossa – *Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia*” (Amaralⁱⁱ, 2008, *Finisterra*, 86, p. 117). O seu nome terá surgido numa viagem à Galiza, ao cabo com o mesmo nome. Mostrando a vontade de internacionalização dos fundadores, o primeiro número abre com um artigo do geógrafo francês Pierre Gourou, *Pour une Géographie Humaine*, que viria a ser de leitura obrigatória para algumas gerações de estudantes.

Ilídio do Amaral permaneceu sempre nos corpos dirigentes da Finisterra, sendo ultimamente referido na contra-capa da Revista como “Fundador e antigo Director”. As suas numerosas responsabilidades tornaram descontínua a sua participação na gestão da Revista. No entanto, durante os anos em que fez parte da Comissão de Redacção (1992-1999), ou em que dirigiu a Finisterra (2000-2015), Ilídio do Amaral acedeu sempre, com enorme generosidade e empenho, aos convites para escrever textos alusivos a temas específicos e para animar e participar em diversas sessões. Foi numa delas que o ouvi descrever as vicissitudes da produção do primeiro número da Revista, já com a imprescindível ajuda do Dr. António Machado Guerreiro, secretário do CEG (homenageado na Finisterra 86). Ilídio do Amaral acumulou, como ele próprio disse, muitas das “responsabilidades das acções práticas e burocráticas para a concretização do projecto, além de contribuir com Notas e Recensões” (Amaral, 2001, *Finisterra*, 72, p. 15). Aquelas incluíam também viagens a Alcobça, “com o manuscrito debaixo do braço”, até à Tipografia Alcobacense, para discutir os pormenores técnicos e velar para que tudo ficasse pronto atempadamente. Ilídio do Amaral partiu seguidamente para a Universidade de Munique, onde iria estagiar durante o ano lectivo de 1965-66, seguindo a norma instituída por Orlando Ribeiro de enviar os geógrafos mais promissores a completar no estrangeiro a sua formação, tendo cabido depois a Suzanne Daveau a tarefa, não menos hercúlea, de

preparar os números seguintes. Com o crescimento do Centro, outros se foram encarregando da gestão e edição da Revista, ajustando a *Finisterra* a novas realidades, mas Ilídio do Amaral nunca deixou de se interessar por ela. A evolução da Revista é analisada em pormenor no 100º número da mesma (Alcoforado, Alegria, Queirós, Garcia, Morgado e Vieira, *Finisterra*, 2015, 100, p. 9-33).

II. ILÍDIO DO AMARAL, APOIANTE DAS INICIATIVAS DA REVISTA

Ilídio do Amaral tomou parte em diversas homenagens a Orlando Ribeiro, dando-lhes eco na *Finisterra*. Em 1981, participou numa sessão por ocasião do Jubileu de “Mestre Orlando” na Faculdade de Letras (Amaral, 1981, *Finisterra*, 31, p. 5-14) e, em 2008, publicou o ensaio *Orlando Ribeiro humanista*, a partir de uma palestra que proferira no ciclo de conferências, organizadas na Biblioteca Orlando Ribeiro, no bairro lisboeta de Telheiras (Amaral, 2008, *Finisterra*, 85, p. 45-56).

No número 63 da *Finisterra*, dedicado a Suzanne Daveau, Ilídio do Amaral oferece à Colega e co-Fundadora o artigo de cariz histórico intitulado *Relações externas congolosas na primeira década do século XVII, em tempos de D. Álvaro II: a Embaixada de D. Garcia Baptista e D. António Manuel*, constituído por “apontamentos sobre as relações diplomáticas entre o Congo, Portugal e Espanha e o Vaticano na primeira década do século XVII” (Amaral, 1997, *Finisterra*, 63, p. 115-131).

Em 2001, festejámos o 35º aniversário da *Finisterra*, com um número sobre o tema “Paisagem”. O texto de abertura, *Finisterra. Uma revista com trinta e cinco anos de prestígio*, da autoria de Ilídio do Amaral, constitui um excelente e minucioso balanço da vida da Revista (Amaral, 2001, *Finisterra*, 72, p. 11-25). Evocou o período difícil do “nascimento” da *Finisterra*, estabelecendo correspondências com a vida do Centro de Estudos Geográficos, nomeadamente os doutoramentos que iam tendo lugar e cujos resultados mais importantes eram, não raro, convertidos em artigos submetidos à Revista. Foi fazendo o paralelo com os Congressos da União Geográfica Internacional (*IGU*, na sigla inglesa), em que participava, também como Presidente da Comissão Nacional de Geografia e que iam tendo eco na *Finisterra*. No que refere ao XXIIº Congresso da *IGU* (em Montreal, 1972), dá testemunho de alguma confrontação entre geógrafos ‘tradicionais’ e outros que adoptavam métodos e técnicas quantitativos e pressupostos teóricos controversos representando a ‘revolução da Geografia teórica e quantitativa’ (aspas de I. do Amaral, 2001, p. 17). Da década 1980, refere, por exemplo, o XXIVº Congresso da *IGU* no Japão, cujos temas com mais destaque foram “as alterações climáticas, os desastres naturais e a sua previsão, as questões relacionadas com o ambiente” (p. 20). É interessante verificar que, mais de 30 anos depois, e apesar de grandes progressos técnicos e científicos, continuam a existir fortes travões políticos e económicos à resolução ou mitigação destes grandes problemas ambientais. Do mesmo modo, alude a outros congressos da *IGU*, o XXVIº em Sydney (1988) e o XXVIIº em Washington (1992) “onde foram sublinhadas novas orientações científicas e preocupações geográficas globais” (*idem*). Refere igualmente a Conferência Regional da *IGU*, organizada pelo CEG em 1998 e de que a *Finisterra* se fez eco. Termina considerando que a *Finisterra* “continua firme na sua rota de prestígio” (p. 21) e sublinha a importância da crescente presença da Revista no espaço virtual.

No mesmo volume, Ilídio do Amaral escreve um artigo com o título *Acerca de ‘Paisagem’. Apontamentos para um debate*. Se bem que inicie com a busca de uma definição geográfica, depressa discute a cidade utópica de Thomas More e refere “formas diferentes de ver e sentir a realidade”: cita alguns pintores como Monet e Pissarro, que “até serem chamados ‘impressionistas’, viam-se como ‘realistas’, de realismo relacionado com as suas maneiras de ver o mundo, de modo não clássico, não literário” (p. 79) e alude ainda a certas peças musicais que não é possível ouvir “sem fazer desfilar mentalmente as paisagens sugeridas” (p. 80). Termina com as paisagens ficcionadas do passado, algumas das quais já se tornaram realidade. Neste curto ensaio, a erudição e a imaginação do autor levam-nos por caminhos inesperados e fecundos.

Em 2005, Ilídio do Amaral oferece a Carlos Alberto Medeiros, homenageado na Finisterra, por ocasião da sua aposentação, um texto com o título *A importância do sector informal da Economia urbana em países de África subsariana*, que ilustra a abrangência pluridisciplinar dos seus estudos de Geografia Urbana (Amaral, 2005, *Finisterra*, 79, p. 53-72).

Posteriormente, o Professor Ilídio junta-se a vários colegas para evocar António Machado Guerreiro na Finisterra (Amaral, 2008, *Finisterra*, 86, p. 115-118). No texto *Recordando António Machado Guerreiro*, relembra as suas primeiras décadas na Faculdade de Letras e depois no CEG e as qualidades intelectuais e humanas do Dr. Guerreiro.

Em 2015, a celebração do 50º aniversário da Revista, que coincidiu com o lançamento do número 100, contou com o apoio e a presença de Ilídio do Amaral. Participando numa mesa-redonda, moderada por Diogo de Abreu e em companhia de Suzanne Daveau (também Fundadora da Revista), Jorge Gaspar e Maria João Alcoforado, o Professor dissertou longamente sobre o nascimento, a vida e... a sobrevivência da Finisterra, actualizando os dados de 2001, felicitando os editores e, num registo mais ligeiro, descrevendo alguns episódios pitorescos e menos conhecidos da vida da Revista. Para toda a equipa editorial, esta sua participação foi um grande incentivo, bem como a conversa subsequente com todos os autores, geógrafos e não-geógrafos, que por ele nutriam simpatia e admiração.

III. HOMENAGEM DA FINISTERRA A ILÍDIO DO AMARAL

A jubilação do Professor Ilídio do Amaral, em 1996, como Professor Catedrático de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, não correspondeu – de modo nenhum – a um abrandamento das suas actividades científicas. No entanto, o então director da Finisterra, Professor Carlos Alberto Medeiros, em concordância com a Comissão Científica do CEG, decidiu organizar um número em homenagem ao Professor, limitando os convites aos seus colegas mais próximos. No número duplo 67/68, editado em 1999, no seguimento da *Nota de Apresentação* de Carlos Alberto Medeiros e de *Notas Curriculares Resumidas*, coligidas por Ana Amaral, publicaram-se 15 artigos de geógrafos de várias universidades de Portugal, do Brasil e de Moçambique. Os trabalhos editados versam temas caros ao homenageado, metade dos quais sobre regiões tropicais. Na cerimónia de lançamento, na Reitoria da Universidade de Lisboa, Ilídio do Amaral dissertou sobre a sua vida de trabalho e a dos seus discípulos mais chegados, agradecendo as contribuições, o que aliás, voltou a fazer pessoalmente a cada um dos autores.

O Centro de Estudos Geográficos e o Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa dedicaram-lhe nova homenagem, em Novembro 2016. Ilídio do Amaral participou na totalidade do programa, desde as sessões da manhã até ao termo do jantar comemorativo, tendo confessado, em mensagem posterior: “para mim foi um dia de muita comoção perante tantos elogios (...) e a presença de tantos alunos antigos - muitos dos quais não via há bastantes anos – que quiseram tributar o agradecimento ao velho professor”. Recebeu, nessa ocasião, a medalha da Universidade, a do IGOT e a da Universidade de Cabo Verde.

IV. ILÍDIO DO AMARAL, AUTOR NA FINISTERRA

A produção de Ilídio do Amaral na Finisterra é extensíssima e mereceria um estudo aprofundado, que está fora do âmbito desta nota. A partir de alguns exemplos temáticos, pretende-se transmitir o modo como Ilídio do Amaral contribuiu para o prestígio da Revista, publicando nela investigação inédita e inovadora, ao mesmo tempo que teve um papel crucial na difusão bibliográfica, contribuindo para

a divulgação de títulos dificilmente acessíveis em Portugal e apresentando novas técnicas de estudo (por exemplo a Detecção Remota, logo nos primórdios da sua utilização em Geografia). Na era da *internet* e das facilidades concedidas pelas universidades (por exemplo a *B-on*), em que (quase) toda a bibliografia é disponibilizada (quase) instantaneamente, pode ser difícil compreender o problema com que se confrontavam os estudiosos portugueses para se manterem actualizados. Consciente deste facto, Ilídio do Amaral (como aliás os seus Colegas Orlando Ribeiro e Suzanne Daveau) apresentava regularmente as “novidades” científicas, enriquecendo-as com os seus comentários críticos e fazendo resumos de obras que apenas se encontravam disponíveis em línguas de mais difícil acesso, como o alemão. Contribuía também para o ensino da Geografia e a gestão da investigação científica, divulgando as conclusões de reuniões em que participava no âmbito dos diversos cargos que deteve.

Publicou mais nas primeiras décadas de vida da Revista, tendo-se progressivamente afastado (mas nunca desinteressado), porque se ia dedicando a outros projectos, de que a sua vida científica foi fértil (Ilídio e Ana Amaral, 2016; Gaspar, neste número). Multiplicou os seus temas de eleição, interessando-se por Geografia Política, Geografia Histórica, História, temas pedagógicos e de gestão científica, entre outros. Publicou diversos livros e relatórios do CEG e bastantes artigos noutras publicações periódicas. Sendo muitas campanhas de terreno em África ou noutros países tropicais subsidiadas pela *Junta de Investigações Científicas do Ultramar* (antiga *Comissão de Cartografia* e futuro *Instituto de Investigação Científica Tropical-IICT*), os resultados foram publicados com a chancela daquela instituição. A revista que recolheu mais artigos de Geomorfologia das regiões tropicais de Ilídio do Amaral foi Garcia de Orta. Série de Geografia, que Ilídio do Amaral fundou em 1973.

No entanto, Ilídio do Amaral reservou para a Finisterra muitos importantes artigos em temas da sua predilecção, de que se darão alguns exemplos.

1. Geomorfologia das Regiões tropicais

A Geomorfologia das regiões tropicais interessou desde o início Ilídio do Amaral. Foi o principal tema dos seus estudos em Munique e, no ano a seguir à chegada a Portugal, brinda a Finisterra com um artigo de síntese sobre as *Tendências da Geomorfologia* (Amaral, 1967, *Finisterra*, 3, p. 17-38), enriquecido certamente com material recolhido no seu estágio. Dá uma visão sintética da evolução da Geomorfologia, abrindo mesmo para os problemas de quantificação. A visão bíblica catastrofista da génese das formas do relevo só viria a ser posta em causa no séc. XVIII por Hutton (1726-97) e, só no fim do séc. XIX, os estudos de vários investigadores americanos, que culminaram com a teoria de W.M Davis da “erosão normal”, levaram a aceitar a acção fluvial como agente de erosão (sentido lato). A Geomorfologia tornou-se então independente da Geologia. Depois de se terem preocupado com a definição estrutural das formas de relevo, os geomorfólogos interessaram-se pela dinâmica externa, como agente do modelado. J. Tricart foi um impulsionador destes estudos nas décadas 1960 e 70. Compreendeu-se que o clima tem (e teve) um papel primordial no modelado. Daí decorreu a definição das regiões morfogenéticas de J. Büdel (1963). Também na mesma altura se dava ênfase a “um interesse crescente pela verificação rigorosa dos processos, dos aspectos quantitativos dos fenómenos” (p. 37), embora existissem “severas restrições à aplicação do aparelho matemático em Geomorfologia” (que, desde então, se têm vindo a resolver). Este artigo foi citado logo em 1968, nos *Cahiers de Géographie du Québec*, na síntese de P. Cotet, *Les réalisations de la géomorphologie moderne et le problème de la pénéplaine*.

São publicadas na Finisterra numerosas recensões de novos livros de Geomorfologia das regiões tropicais (às vezes obras de conjunto de Geografia Física), além de sínteses de teses de doutoramento, como a da sua orientanda Maria Eugénia Moreira, sobre a Bacia do Rio Umbelúzi (Moçambique). As recensões são minuciosas, mas críticas, ficando claro o mérito e as fraquezas das diferentes obras e das interpretações dos autores. Por exemplo, faz crítica incisiva do livro *Morphology of the Earth* de Lester

C. King (de 1962), que recusava a influência do clima no modelado, apesar de ter o cuidado de apontar os pontos que lhe pareceram mais positivos na obra (Amaral, 1966, *Finisterra*, 1, p. 111-114). Será depois a vez das *Publicações recentes de Geomorfologia dinâmica* (Amaral, 1966, *Finisterra*, 2, p. 267-273), de *Livros novos de Geografia Física* (Amaral, 1966, *Finisterra*, 2, p. 135-137 e 1967, *Finisterra*, 4, p. 266-269), em que refere livros de Arthur Strahler, que se tornariam obrigatórios em certas cadeiras, manuais alemães e temas da geografia soviética. Seguem-se *Progressos em Geomorfologia* (Amaral, 1968, *Finisterra*, 5, p. 101-106) e ainda *Geomorfologia tropical* (Amaral, 1983, *Finisterra*, 36, p. 389-392), entre outras. Dá a conhecer obras editadas em várias línguas (francês, inglês e alemão, italiano), essenciais para difundir a evolução das teorias e métodos da Geomorfologia de então e também as acesas discussões entre diferentes “correntes”. Sempre atento e interessado, publica mais tarde uma longa síntese denominada *Ler Cabo Verde. Notas e Reflexões* (Amaral, 2004, *Finisterra*, 78, p. 87-98), em que refere e comenta obras recentes de Geografia Urbana e Rural, Geomorfologia, Alterações Climáticas e ainda um Dicionário Português-Francês, que foca as particularidades da “língua portuguesa escrita em África e do crioulo”. No que toca à Geomorfologia refere a tese de doutoramento de F. L. Costa que “acentua as ligações entre a investigação e a sua aplicação”.

Baseado nestes conhecimentos teóricos e em longas campanhas de investigação no terreno, Ilídio do Amaral fez vários estudos em regiões tropicais, uma dezena dos quais publicados na Garcia de Orta. Série de Geografia, incluindo os célebres trabalhos sobre *Inselberge* (Ilídio e Ana Amaral, 2016, nº 70 e 111), elogiados por Orlando Ribeiro. Alguns trabalhos neste tema são também difundidos em relatórios do Centro de Estudos Geográficos (Linha de Acção nº 5, então dirigida por Ilídio do Amaral). Na revista Garcia de Orta, outros artigos pioneiros para a compreensão da Geomorfologia tropical são dados à estampa, nomeadamente sobre fenómenos cárnicos no NW de Angola (nº 110), estudos de formas litorais em Cabo Verde (nº 155), fluviais em Moçambique (nº 157) e modelado desértico, incluindo a acção eólica (nº 169, 203 e 229). Em 2006 volta a publicar na Finisterra um artigo de fundo *O rio Cambongo-Negunzo e os seus afluentes* (Amaral, *Finisterra*, 2006, 82, p. 15-48), para mostrar a complexidade dos padrões de drenagem em Angola, numa área semi-árida com relevos residuais de tipo *Inselberge*, formações quartzíticas e espaços de modelado cárnico. Neste artigo, separado dos anteriores por cerca de duas décadas, e a partir deste caso de estudo, o Autor faz uma síntese dos seus trabalhos sobre a Geomorfologia tropical, correlacionando os factores de dinâmica externa e interna para explicar a génese e evolução das formas de relevo.

2. Geografia urbana das regiões tropicais

No que diz respeito à Geografia urbana de regiões tropicais, Ilídio do Amaral escreve sobre *Johannesburg. Do campo mineiro à conurbação* (Amaral, 1966, *Finisterra*, 2, p. 240-256), *Beira, cidade e porto do Índico* (Amaral, 1969, *Finisterra*, 7, p. 76-93) e, mais tarde, sobre o *Fenómeno da urbanização em Angola* (Amaral, 1978, *Finisterra*, 25, p. 43-76) e sobre *Luanda e os seus ‘muceques’*. *Problemas de Geografia urbana* (Amaral, 1983, *Finisterra*, 36, p. 293-325).

A cidade de Joanesburgo é apresentada como um raro caso de sucesso, que conseguiu escapar ao comércio incerto do ouro, para se transformar (nos anos 1960) numa grande metrópole, centro de uma grande e poderosa conurbação. São, no entanto, conhecidos os problemas que a cidade enfrenta hoje em dia. Quanto à cidade da Beira, banhada pelo Oceano Índico, pode seguir-se a sua evolução desde a fundação de um posto militar em 1887 até ao fim da década 1960. A população urbana caracterizava-se pelo cosmopolitismo, a actividade do porto crescia (era a passagem para o Oceano dos países limítrofes interiores) e as actividades económicas e agrícolas prosperavam. No entanto, o autor conclui que a cidade não conseguiu organizar em seu redor uma área urbana estruturada. O mesmo aconteceu em

Luanda, cujos problemas dos muceques (ou musseques) continuavam (e continuam?) a necessitar de ser abordados e resolvidos, apesar das modificações ocorridas aquando da independência de Angola. Se bem que datados no tempo, estes estudos interessantes e incisivos têm servido de ponto de partida para actualizações recentes da investigação. Na perspectiva actual em que as métricas de avaliação da produção científica estão na ordem do dia (e – para o bem e para o mal – influenciam classificações e subsídios), verifica-se que este artigo, escrito em português, foi citado 15 vezes (em publicações referenciadas pelo *Google Scholar*). A difusão era na altura feita à base de permutas e de separatas, que os autores enviavam pelo correio aos colegas interessados ou distribuam nos congressos.

Tal como no caso dos estudos de Geomorfologia, Ilídio do Amaral publica numerosas recensões e notas de leitura sobre o estudo geográfico das cidades. Logo no segundo número faz referência ao *Central Business District* (CBD) a propósito de obras sobre *Cape Town* e cidades da Índia (Amaral, 1966, *Finisterra*, 2, p. 284-287), numa altura em que o conceito de CBD seria certamente pouco conhecido entre nós. No mesmo número, faz a recensão do livro de Jean Gottman intitulado *Megalopolis*, sobre a enorme “concentração urbana” no NE dos Estados Unidos, livro esse que teria repercussões em muitos estudiosos desta matéria em todo o Mundo (Amaral, 1966, *Finisterra*, 2, p. 131-135). Em 1969, publica *Notas de leitura em Geografia Urbana* (Amaral, 1969, *Finisterra*, 7, p. 125-134), apresentando livros italianos recentemente dados à estampa e uma compilação editada no Reino Unido relativa à *Urbanização e os seus problemas* em cidades de praticamente todos os continentes, destacando as contribuições mais interessantes e criticando construtivamente alguns pontos. Em 1985, surgem *Notas bibliográficas sobre cidades de África Tropical* (noutra publicação) e, na *Finisterra*, *Notas bibliográficas sobre cidades do Terceiro Mundo* em três partes (Amaral, 1985, *Finisterra*, 39, p. 163-172 e 40, p. 368-373 e ainda 1987, 44, p. 361-370). No mesmo ano escreve uma recensão da tese da sua doutoranda Teresa Barata Salgueiro sobre *Mercado de Habitação e Estrutura Urbana na Área sub-urbana de Lisboa* (Amaral, 1985, *Finisterra*, 39, p. 163-172). Mais tarde, refere várias obras sobre a cidade da Praia na síntese bibliográfica *Ler Cabo Verde. Notas e Reflexões* (Amaral, 2004, *Finisterra*, 78, p. 87-98).

3. Alterações climáticas e riscos naturais

Os textos sobre este assunto demonstram a sensibilidade do cientista para com a inconstância do clima, os danos potenciais ou reais de eventos meteorológicos extremos e a problemática das alterações climáticas e dos riscos naturais.

Logo no primeiro número da Revista, Ilídio do Amaral apresenta um conjunto de textos a que deu o título *Flutuações climáticas no globo* (Amaral, 1966, *Finisterra*, 1, p. 114-119), onde refere dois livros sobre os climas do passado e as comunicações apresentadas no Colóquio *Changes of Climate* (Roma, 1961), organizado pela Organização Meteorológica Mundial e pela UNESCO. Nas obras consultadas (de M. Schwarzbach e C. Brooks) é definida Paleoclimatologia, são descritas as alterações climáticas nos períodos geológicos e sintetizadas as suas possíveis causas naturais (terrestres, planetárias e extra-terrestres). Na reunião da UNESCO, discutem-se os métodos de estudo das alterações climáticas, que deverão ser ajustados às diversas escalas temporais das mesmas, a variação e variabilidade do clima no período instrumental e a utilidade de dados documentais. Na busca das causas, é já salientado por H. Flohn que “o aumento do teor de anidrido carbónico [CO₂] da atmosfera terrestre no decorrer dos últimos cem anos [em relação a 1960] é provavelmente uma das causas da flutuação climática recente”. Fica claro que as principais questões das alterações climáticas e do seu estudo estavam lançadas nesta altura e que Ilídio do Amaral teve clara percepção da importância do tema, dedicando-lhe várias páginas para incentivar trabalhos interdisciplinares (que só bem mais tarde se vieram a concretizar, como por exemplo o projecto EU *Millennium* no início do século XXI). Mais tarde, continuando atento aos grandes problemas mundiais, Ilídio do Amaral foca os debates ambientais na Conferência da ONU, em 1992, em

que “foram adoptadas a Declaração do Rio, a Agenda 21 e a Declaração Oficial de Princípios para um Consenso Global sobre a Gestão, a Conservação e o Desenvolvimento Sustentável de todos os tipos de florestas (...)”. Alude igualmente ao protocolo de Kyoto (1997), referindo que estes problemas de Ambiente e Desenvolvimento são objecto de estudo privilegiado para geógrafos (Amaral, 2001, *Finisterra*, 72, p. 11-25). A definição de clima, ou seja, a sucessão habitual de estados do tempo num determinado local, inclui já a noção de variabilidade; em ocasiões de maior amplitude dessas variações, ocorrem eventos extremos potencialmente nefastos para as populações e que – a realizarem-se as projecções climáticas – tenderão a tornar-se mais frequentes nas regiões do Sul da Europa: mais episódios de precipitação intensa, mais secas, mais ondas de calor. Em 2004, volta a este tema a propósito de Cabo Verde (Amaral, 2004, *Finisterra*, 78, p. 87-98), referindo as acções em curso e projectadas para mitigação e adaptação às alterações climáticas.

Um ano depois da publicação do texto sobre as flutuações climáticas, tiveram lugar precipitações muito intensas na região de Lisboa. Ilídio do Amaral foi dos primeiros a escrever numa revista científica sobre *As inundações de 25/26 de Novembro de 1967 na região de Lisboa* (Amaral, 1968, *Finisterra*, 5, p. 79-84). Foram as inundações mais mortíferas do século XX na região de Lisboa (embora o número exacto de vítimas não tenha chegado a ser divulgado) e ocasionaram avultados danos materiais. O artigo foi escrito imediatamente depois do acontecimento, apoiado em dados de precipitação fornecidos pelo Instituto de Meteorologia, trabalho de campo, fotografias próprias e informações sedimentológicas facultadas pelo geólogo A. M. Galopim de Carvalho (*Finisterra* 102). Este texto foi até hoje alvo de 27 citações referidas no *Google Scholar*, em publicações nacionais e internacionais, 3 das quais em conceituadas revistas internacionais (*Journal of Hydrology*, *Climates of the Past*, *Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change*). Como causas do desastre, Ilídio do Amaral refere: a intensidade da precipitação na noite de 25 para 26 de Novembro de 1967, o relevo e a forma da bacia de drenagem, o facto de os solos já estarem saturados pelas chuvas de Outubro e Novembro e dos leitos estarem atulhados de materiais detríticos; numa outra ordem de grandeza, são apontados os erros de ordenamento do território (por exemplo, construção de edifícios em leitos de cheia ou nas vertentes instáveis), entre muitas outras causas (p. 83). Apoiado no Boletim Meteorológico Diário, Ilídio do Amaral descreve igualmente a trajectória da depressão que afectou Portugal e mais particularmente a região de Lisboa. Muitos trabalhos deste género se seguiram até hoje, mas Amaral terá sido pioneiro em mostrar que estes estudos podem ter aplicação prática evidente. O País ficou em choque, mas foi a partir daí que começaram a ser tomadas medidas de prevenção e de resposta a calamidades deste tipo, de modo que as cheias de 19 de Novembro de 1983 na mesma área, originaram muito menor número de vítimas mortais. Na altura em que se está no rescaldo dos terríveis fogos florestais iniciados a 17 de Junho de 2017 no Centro de Portugal, deseja-se que a curto, a médio e a longo prazo haja vontade política para tomar efectivamente medidas para evitar que elementos meteorológicos adversos voltem a ter as mesmas consequências, analisando, discutindo e aplicando as sugestões dos inúmeros estudos e relatórios já divulgados sobre o assunto.ⁱⁱⁱ

Na mesma linha, e noutras publicações, Ilídio do Amaral também trata dos riscos naturais, por exemplo, no caso das restingas e das escarpas “abarrocadas” de Luanda (Territorium, 2002), e dos constrangimentos infringidos pelo clima às populações de Cabo Verde e suas actividades, presentes em diversos escritos e conferências.

4. Outros temas

Escolheram-se os três tópicos anteriores para ilustrar a riqueza da produção de Ilídio do Amaral na *Finisterra*, complementando artigos de fundo, tanto teóricos como de investigação, com notas e recensões que também se queriam pedagógicas e que foram essenciais para estudiosos portugueses. Poderiam, noutra ocasião, tratar-se de outros eixos temáticos, tal é a variedade de produção do

Professor Ilídio do Amaral, assim como de outras notas e recensões, de que se destacam dois longos textos sobre *A Geografia de Portugal nova e monumental*, organizada por Carlos Alberto Medeiros. Fica o testemunho de que Ilídio do Amaral era um investigador erudito, laborioso, precursor em muitos temas, rigoroso e informado. A Finisterra orgulha-se de ter sido um veículo privilegiado da sua produção científica.

Recordarei sempre com saudade o Professor Ilídio do Amaral. Foi ele que guiou os meus primeiros passos no curso de Geografia, quando, ainda no secundário, fui levada aos colóquios do Centro de Estudos Geográficos por Ruben A., amigo da minha família e dos Geógrafos, nomeadamente dos Professores Orlando Ribeiro e Ilídio do Amaral. Fui sua aluna e, sabendo que eu iria um ano para a Alemanha, ajudou-me com conselhos, indicações (e traduções) úteis. Fui depois sua assistente (com Maria Helena Dias) e sua colega. Não se coíbia de fazer notar frontalmente algo que não lhe agradava, mas aceitava explicações. Esteve nas provas do meu Doutoramento e acompanhou sempre a minha carreira com solicitude e Amizade, que não esquecerei.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amaral, I., & Amaral, A. (2016). *Bibliografia Científica de Ilídio do Amaral*. Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.

ⁱ Nas obras não referentes à Finisterra, citadas por Ilídio do Amaral e Ana Amaral (2016), será apenas indicado o número de ordem na respectiva lista bibliográfica.

ⁱⁱ Nas referências bibliográficas referentes à Finisterra, omitir-se-á o título da obra, por este ser indicado no texto.

ⁱⁱⁱ Refira-se que o número 53-54 da Finisterra, editado em 1992, foi dedicado exclusivamente aos problemas da “Floresta em Perigo”, e contém cinco artigos sobre o perigo de incêndios florestais por peritos portugueses e franceses, que estabelecem a comparação com incêndios do Sul da França e descrevem métodos de prevenção adequados, nomeadamente a gestão dos espaços florestais nas escalas regional e local.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

A Finisterra utiliza a [plataforma RCAAP](#) para a submissão e revisão por pares dos manuscritos submetidos.

Tipos de manuscritos

A Finisterra publica artigos, sínteses, atualizações bibliográficas e comentários de autor, além de curtas notícias de acontecimentos científicos recentes.

Dimensão dos manuscritos

Os artigos não devem exceder 50 000 caracteres com espaços, incluindo resumo e palavras-chave (no mínimo em duas línguas), bibliografia, figuras e quadros.

As sínteses bibliográficas não devem ultrapassar 30 000 caracteres com espaços.

As atualizações bibliográficas, comentários de autor, resenhas e notícias devem ter um máximo de 10 000 caracteres com espaços.

Formatação do texto e seções

Os textos originais devem ser preparados em suporte digital, em versão recente do Microsoft Word, OpenOffice ou RTE. Em conformidade, o ficheiro deve ser identificado pelo apelido do 1º autor/a, seguido de `_txt` e da respetiva extensão (ex: Castro_txt.docx).

O texto do manuscrito apresenta-se em espaço duplo, usa uma fonte de 12 pontos e sempre que pertinente, emprega itálico em vez de sublinhado (excepto em endereços URL); as indicações das figuras e quadros estão inseridos no texto, não no final do documento na forma de anexos. Os capítulos têm numeração romana e os seus títulos são apresentados em maiúsculas. Se existirem subcapítulos têm numeração árabe e são formatados a negrito com letra minúscula.

A indicação bibliográfica de um/a autor/a, no decurso do texto, deve ser feita pelo apelido, apenas com inicial maiúscula, seguido da data da obra e, se for uma citação, com indicação das páginas [ex: Couto (2010) ou (Alves, 2011) ou (Ribeiro, 2011: 23-24)].

Havendo 2 autores/as usa-se “&” entre os apelidos [ex: (Castro & Alves, 2009)]; se forem três ou mais autores/as indica-se o apelido do 1.º seguido de “et al.” [ex: (Tavares et al., 2011)]. Se forem necessárias abreviaturas indica-se o nome ou título completo a primeira vez que for referido, seguido da sigla entre parêntesis [ex: Instituto Nacional de Estatística (INE)].

Título

Deve ser conciso, exprimindo o conteúdo. Se necessário, usar subtítulo. É apresentado em maiúsculas a negrito e centrado.

PUBLISHING RULES

Finisterra uses the [RCAAP](#) platform for submission and peer review of submitted manuscripts.

Types of documents

Finisterra publishes articles, summaries and bibliographical updates, in addition to short news of recent scientific developments.

Size of manuscripts

Articles must not exceed 50,000 characters with spaces, including abstract and keywords in two languages, references, figures and tables.

Bibliographical notes and summaries must not exceed 30,000 characters with spaces

Bibliographical updates, Commentary, Book Review and news should have a maximum of 10,000 characters with spaces.

Formatting of text and sections

The originals must be prepared in digital form, using a recent version of Microsoft Word, OpenOffice or RTE. The file must be identified by the 1st author's last name, followed by `_txt` and the extension of the Word version. (Ex: Castro_txt.docx).

The text of the manuscript is presented in double space, uses a 12-point font and, where relevant, uses italics instead of underlining (except for URLs); the indications of figures and tables are inserted in the text, not at the end of the document in the form of attachments.

The chapters must be numbered using Roman numerals and the titles typed in capital letters. Sub-chapters must be numbered using Arabic numerals, and typed in bold lowercase.

The bibliographical indication of an author in the course of the text must be made by the surname, only with an initial capital letter, followed by the date of the work and, if it is a citation, indicating the pages [eg: Couto (2010) or (Alves, 2011) or (Ribeiro, 2011: 23-24)].

Being 2 authors should use “&” between surnames [ex: (Castro & Alves, 2009)]; if there are three or more authors, the surname of the 1st is followed by “et al.” [eg: (Tavares et al., 2011)]. If abbreviations are required, the name or full title shall be indicated the first time it is mentioned, followed by the abbreviation in brackets [eg: Instituto Nacional de Estatística (INE)].

Title

Should be concise and informative. A subtitle may be used if necessary. Should be typed in bold capitals and centered.

Autores/As

O nome dos/as autores/as é escrito em maiúsculas pequenas, sob o título do texto, à direita (ex. FRANCISCA ALVES)

A seguir ao nome insere-se uma nota que indica a situação profissional e o e-mail de cada autor/a.

A sequência dos nomes dos/as autores/as é da responsabilidade dos próprios.

Resumos

São apresentados resumos em português, inglês e francês, para além da língua do texto.

A tradução do resumo inclui obrigatoriamente a tradução do título.

A dimensão do resumo é de cerca de 1500 caracteres com espaços.

O resumo deve exprimir o conteúdo do texto, ressaltando os aspetos essenciais, sem que o leitor precise de consultar o texto. Não devem incluir-se nos resumos referências bibliográficas nem citações.

No fim de cada resumo são apresentadas palavras-chave, num máximo de cinco.

Notas de pé de página

Não se incluem notas de pé de página, exceptuando a afiliação dos/as autores/as.

Não se aceitam notas que sejam meras referências bibliográficas.

As notas que forem imprescindíveis (no máximo até 10) terão sequência numérica árabe e ficarão no final do texto.

Figuras

A palavra “figura” contempla os seguintes tipos de imagens: mapas, gráficos, desenhos, fotografias, infografias, etc.

Deve sempre existir uma versão a preto e branco de todas as figuras a cores, pois a Finisterra não imprime o manuscrito a cores. Caso o/a autor/a tenha interesse em que isso aconteça, serão cobrados os respetivos custos.

As figuras a cores apenas ficarão disponíveis online.

O título surge em duas línguas (original do texto e em inglês), deve ser conciso exprimindo o conteúdo da imagem. Deve ser feito um ficheiro separado, com os títulos das figuras, numeradas em árabe, em duas línguas. Esse ficheiro deve ser identificado pelo apelido do/a 1º autor/a, seguido de `_fig` e da extensão do Word (ex: `Durão_fig_docx`).

Todas as figuras devem ser referidas no texto, usando a palavra “figura” se esta ficar no meio da frase, ou a abreviatura “fig.” caso se usem parêntesis [ex: (fig. 1)].

Cada figura deve ser enviada em ficheiro individualizado/separado do texto (que não deve exceder 5 MB; o conjunto não pode ultrapassar os 30 MB), em formato `.jpeg`, `.tiff`, `.bpm`, `.gif`, `.png`, com uma resolução não inferior a 300 dpi. Cada ficheiro individualizado é identificado pelo apelido do/a primeiro/a autor/a, nº da figura e extensão (ex: `Durão_fig. 2. jpeg`).

Authors

The author's names should be typed in small capitals, beneath the title aligned to the right (eg: FRANCISCA ALVES). Following the name, insert a note indicating the professional situation and the e-mail of each. The sequence of the names of the authors are their own responsibility.

Abstracts

Two abstracts should be submitted one in the language used in the text and the other one in one of languages accepted by the journal.

The translation of the abstract must include the translation of the title

The abstract should convey the contents of the article, emphasizing the essential aspects, so that the reader gets a clear idea of the manuscript before reading it.

No references or citations should be included in the abstracts.

Each abstract should have approximately 1,500 characters including spaces. A maximum of five keywords should be provided at the bottom of each abstract.

Endnotes

No endnotes are allowed with the exception of authors' affiliations.

Notes with bibliographic references will not be accepted. All notes deemed indispensable (not more than 10) should be numbered sequentially in Arabic numerals and presented at the end of the manuscript.

Figures

Figures may include maps, graphs, drawings, photographs, infographics, etc.

The title should be concise and informative.

Please provide a separate file with the titles of figures in two languages, numbered using Arabic numerals. This file must be identified by the 1st author's surname, followed by `_fig` and extension of the Word version. Ex: `Durão_fig_docx`

All figures should be mentioned in the text by the word figure if it appears in mid-sentence or by the abbreviation `fig.` if parentheses are used Ex: (fig. 1).

Pictures must be submitted as separate image files in `jpeg`, `tiff`, `png`, `gif` or `bpm` formats, with a resolution of no less than 300 dpi. Each figure file must not exceed 5 MB and the total cannot exceed 30 MB. Each figure is identified by the name of first author, figure number and extension. Ex: `Durão_fig. 2. jpeg`.

The figures should have sufficient quality and legibility to allow reduction for the journal pages.

Reproduction will be in black and white, unless the author bears the cost for colour reproduction.

As figuras devem ter qualidade e legibilidade suficientes de forma a permitir redução para a mancha da revista.

A reprodução em papel será feita a preto e branco, salvo se o/a autor/a custear as despesas para reprodução a cor.

Nas convenções deve evitar-se a multiplicação de escalas de cinzentos, pela dificuldade de distinção entre elas, sendo aconselhado o uso de escalas de cinzento que permitam fácil leitura.

As legendas devem ser simples mas claras.

A fonte só deve ficar expressa, se tiver havido recurso a autores/as que não os do texto.

Quadros

Os quadros devem ser incluídos no texto e aí mencionados através de numeração romana.

Os títulos devem ser claros mas sintéticos, em duas línguas.

Devem evitar-se quadros que não caibam numa só página.

Os quadros devem ser simples, evitando frases longas, números extensos e demasiadas casas decimais.

A formatação dos quadros contempla linhas horizontais, sem limites verticais exteriores, sendo permitidas linhas verticais internas (ver números anteriores da revista).

A fonte só deve ficar expressa, se tiver havido recurso a autores/as que não os do texto.

Referências bibliográficas

Inclui exclusivamente as referências bibliográficas citadas no texto.

É inserida no final do texto, com o título “Referências Bibliográficas”.

Apresentada por ordem alfabética.

As referências bibliográficas não devem aparecer em notas de rodapé.

No caso de existirem diversas obras do/a mesmo/a autor/a segue-se a ordem cronológica, com a obra mais recente em primeiro lugar.

Se existir mais do que uma obra do mesmo ano e autor/a acrescentam-se à data as letras “a”, “b”, “c”, etc.

A Finisterra segue as Normas APA.

Direitos de Autor

Cabe aos/às autores/as dos manuscritos obter autorização para publicação de material sujeito a Direitos de Autor.

Direitos de Edição

Os direitos de edição pertencem ao Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa.

A edição de um texto submetido à Finisterra para publicação implica que seja um original.

A publicação implica a aceitação das “normas para submissão de manuscritos”, “deveres dos/as autores” e o envio de uma “carta de aceitação”.

Multiplication of gray scales should be avoided due to the difficulty of distinguishing between them.

Legends should be concise and clear.

Whenever a picture does not belong to the author of the manuscript, its source should be mentioned.

Tables

Tables should be included in the text and referred to therein using Roman numerals.

The headings should be clear and concise, and typed in two languages

Tables that do not fit on a single page should be avoided.

Tables should be as simple as possible, avoiding long sentences, and large numbers with too many decimal places.

The format of tables should have horizontal lines without outer vertical limits; internal vertical limits are allowed (see the journal’s earlier issues).

Whenever a table does not belong to the author of the manuscript, its source should be mentioned.

References

Includes only those cited in the text.

Are included at the end of the text, with the title “REFERENCES”.

Must be in alphabetical order.

Must not appear as footnotes.

In case there are several works by the same author, references must follow chronological order, with the most recent one first.

Whenever there are several works of the same year and by the same author letters a, b, c, etc. should come after the date.

For citation reasons is highly recommended bibliographic information in English.

APA Citation Style

Authors’ rights

It is the authors’ duty to obtain permission for publication of materials subject to copyright.

Edition rights

The publishing rights belong to the Centre for Geographical Studies of the Institute of Geography and Spatial Planning of the University of Lisbon.

The edition of a text submitted to the Finisterra for publication implies that it is an original.

The publication implies acceptance of the “norms for submission of manuscripts”, “authors’ duties” and the sending of a “letter of acceptance”.

Conditions for submission

As part of the original manuscript submission process, authors are required to verify compliance of the submission with respect to all clauses listed in this section.

Condições Para Submissão

Como parte do processo de submissão de manuscritos originais, os/as autores/as são obrigados/as a verificar a conformidade da submissão em relação a todas as cláusulas listadas nesta secção. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos/as autores/as. Sublinha-se que a contribuição é original e inédita e não se encontra sob revisão ou para publicação por outra revista ou editora. Caso contrário, deve-se justificar em “Comentários ao Editor” na plataforma [RCAAP](#) (a Diretora e a Comissão Executiva avaliarão a pertinência da publicação nestas condições).

O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em “Instruções para Autores/as”, na secção “Sobre a Revista”, na plataforma [RCAAP](#) ou no site da [Finisterra](#).

Em caso de submissão na Plataforma [RCAAP](#) a uma “Secção” (ex. artigos), verificar se as instruções disponíveis em “Assegurando a Revisão Cega por Pares” foram seguidas.

Declaração de direito autoral

Os textos são originais, não publicados nem submetidos a outras revistas.

A reprodução de material sujeito a direitos de autor foi antecipadamente autorizada.

As opiniões expressas nos textos submetidos à Finisterra são da responsabilidade dos/as autores/as.

Os/As autores/as comprometem-se a seguir as “[Normas para submissão de manuscritos](#)”, na plataforma [RCAAP](#) ou no site da [Finisterra](#).

Sempre que o texto precisar de sofrer alterações, por sugestão dos Revisores Científicos e/ou da Comissão Executiva, os/as autores/as comprometem-se a aceitar essas sugestões e a introduzi-las nas condições solicitadas. Sempre que houver alterações de que os/as autores/as discordem, devem ser apresentadas as respectivas justificações, caso a caso.

Política de privacidade

Os nomes e endereços fornecidos nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

Direitos de publicação

Todos os direitos de publicação pertencem ao [Centro de Estudos Geográficos](#) na sua qualidade de Editor da Revista Finisterra.

Submissions that do not conform to the standards will be returned to the authors.

It should be emphasized that the contribution is original and unpublished and is not under review or for publication by another journal or publisher. Otherwise, it should be justified in “Comments to the Editor” in the [RCAAP](#) platform (the Director and the Executive Committee will evaluate the pertinence of the publication in these conditions).

The text follows the style standards and bibliographic requirements described in “Instructions for Authors”, in the section “About the Magazine”, in the [RCAAP](#) platform or in the Finisterra website.

In the case of a submission to the [RCAAP](#) Platform for a “Section” (eg. articles), check that the instructions in “Ensuring the Blind Review by Peers” were followed.

Copyright statement

The texts are original, not published or submitted to other journals or editors.

Reproduction of copyrighted material has been authorized in advance.

The opinions expressed in the texts submitted to the Finisterra are the responsibility of the authors.

The authors undertake to follow the “Norms for submitting manuscripts”, on the [RCAAP](#) platform or on the Finisterra website.

Whenever the text needs to change, at the suggestion of the Scientific Reviewers and / or the Executive Committee, the authors undertake to accept these suggestions and to introduce them in the requested conditions. Whenever there are changes that the authors disagree with, the respective justifications should be presented, case by case.

Privacy policy

The names and addresses provided in this journal will be used exclusively for the services provided by this publication and are not available for other purposes or to third parties.

Publication rights

All publication rights belong to the [Centre of Geographical Studies](#) in its capacity as Editor of the Journal Finisterra.

PUBLICAÇÕES DO CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS

MEMÓRIAS

	€
Alcoforado M J (1992) <i>O clima da Região de Lisboa</i> . 15, 347 p.	15,00
Alegria M F (1990) <i>A organização dos transportes em Portugal (1850-1910). As vias e o tráfego</i> . 12, 560 p., fig. e mapas	10,00
Dias M H (1991) <i>Leitura e comparação de mapas temáticos em geografia</i> . 13, 433 p., fig. e mapas	10,00
Fonseca M L (1990) <i>População e território. Do país à área metropolitana</i> . 14, 416 p.	15,00

PUBLICAÇÕES AVULSAS

Amaral A (2016) <i>Bibliografia Científica de Ilídio Amaral</i> . 133 p.	5,00
Amaral A (1996) <i>Bibliografia Científica de Ilídio Amaral</i> . 106 p.	6,50
Barata Salgueiro T, Cachinho, H (Eds.) (2011) <i>Retail Planning for the Resilient City. Consumption and Urban Regeneration</i> . 332 p.	15,00
Cavaco C (2016) <i>Novas elites, novas mobilidades em turismo. Fluxos e territórios</i> . 415 p.	20,00
Cavaco C (coord) (2008) <i>Turismo. Inovação e desenvolvimento (Actas do I Seminário “Turismo e Planeamento do Território”)</i> . 393 p.	20,00
Daveau S (2010) <i>Um antigo mapa de Portugal (c. 1525). Reconstituição a partir do Códice de Hamburgo</i> . 359 p. CD-ROM	20,00
Daveau S (1998) <i>Bibliografia científica de Orlando Ribeiro (2.ª Parte, 1981-95)</i>	1,00
Dias M H, Botelho T, Coronel Henrique F (Coord.) (1999) <i>Quatro séculos de imagens da cartografia portuguesa, (2ª Ed.)</i> , LIV p. + 71 p.	20,00
Fonseca M L (coord) (2008) <i>Cities in movement. migrants and urban change</i> . 281 p.	20,00
Fonseca M L (coord.) (2006) <i>Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós-Agrícolas e Novos Lugares De Turismo E Lazer</i> . 361 p.	20,00
Gaspar J, Vale M (1998) <i>Desenvolvimento industrial e território (actas do seminário internacional)</i> . 326 p.	12,50
Henriques E B, Sarmento J. M, Lousada, M A (Eds.) (2010) <i>Water and Tourism Resources Management, Planning and Sustainability</i> . 269 p.	20,00
Medeiros E J R (2009) <i>O Processo de Cooperação Transfronteiriça na EU. Os casos de estudo do INTERREG-A nas regiões de fronteira: Portugal-Espanha e Suécia-Noruega</i> . 144 p.....	14,00
Medeiros I M (2011) <i>Dinâmicas socioeconómicas e governanças no litoral norte de Moçambique (Província de Cabo Delgado)</i> . 163 p.	12,00
Moreira, L M (2011) <i>O Alto Minho na Obra do Engenheiro Militar Custódio José Gomes de Villasboas</i> . 349 p.	10,00
Oliveira F R de (coord) (2012) <i>Leitores de mapas: dois séculos de história da cartografia em Portugal</i> . 191 p.	5,00
Oliveira F R, Mendoza Vargas H (2010) <i>Mapas de metade do mundo. A cartografia e a construção territorial dos espaços americanos: séculos XVI a XIX</i> . 643 p.	20,00

Oliveira F R, Esteves M H (2012) <i>IV Simpósio Ibero-Americano de História da Cartografia</i> . Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, 11 - 14 de Setembro de 2012 – Relatório. 94 p.	8,00
Pires I M (ed.) (2008) <i>A integração dos Mercados Ibéricos: um processo dependente e territorialmente diferenciado?</i> 201 p.	18,00
Simões J M, Ferreira C (Eds) (2009) <i>Turismos de nicho: motivações, produtos, territórios</i> . 411 p.	20,00
Simões J M (concepção), Costa E M da, Henriques E B, Queirós M, Lousada M A, Neves M (colaboração) (2007) <i>Portugal: Olhares da Geografia</i> . 211 p.	50,00
Vários (2007) <i>Geophilia: o sentir e os sentidos da Geografia Homenagem a Jorge Gaspar</i> . 717 p.	25,00

PUBLICAÇÕES DOS GRUPOS DE INVESTIGAÇÃO (*)

Abreu D de (2011) (1ª reimpressão) <i>Análise de Dados II. Programa</i> . E.P-R.U., 69: 114 p. + 288 p (Anexos)	22,50
Abreu D de (2006) <i>Análise de Dados II. Programa</i> . E.P.R.U., 69: 150 p.	Esgotado
Abreu D de (1993) <i>Programa de Análise Regional e Urbana</i> . E.P.R.U. ¹ , 40: 111 p.	Esgotado
Alberto A (2001) <i>O contributo da educação geográfica na educação ambiental</i> . <i>A Geografia no Ensino Secundário</i> . E.G.H.R. ² , 43: 177 p. + anexos	18,50
Alcoforado, M J (2010) <i>Climatologia Urbana para o Ensino</i> . CliMA, 3: 179 p.	Esgotado
Alcoforado M J (1993) <i>Programa de Climatologia</i> . A.I.G-E. ³ , 16: 99 p.	Esgotado
Alcoforado M J, Alegria M F, Pereira A R, Sirgado C (2009) <i>Domínios Bioclimáticos de Portugal. Definidos por comparação dos índices de Gaussen e de Emberger</i> . CliMA, 1: 57 p. e mapas (reedição).....	8,00
Alcoforado M J, Andrade H, Lopes A, Oliveira S (Eds) Frago M, Lombardo M, Matzarakis A (2008) <i>Estudos sobre cidades e alterações climáticas</i> . A.I.G-E., 8: 108 p.	12,00
Alcoforado M J, Dias M H (2002) <i>Imagens climáticas da Região de Lisboa</i> . A.I.G-E. (CD-ROM).	5,00
Alcoforado M J, et al. (eds) (2004) <i>Urban climate studies in Lisbon</i> . A.I.G-E., 1: 72 p.	10,00
Alcoforado M J, Lopes A, Andrade H, Vasconcelos J (2005) <i>Orientações climáticas para o Ordenamento em Lisboa</i> . Área de Investigação de Geo-Ecologia, 4: 81 p.	Esgotado
Alegria J M (2004) <i>As migrações pendulares de trabalho geradas por Évora</i> . E.P.R.U., 58: 213 p.	18,00
Almeida D (2011) <i>Planeamento e gestão de frentes de água. A frente ribeirinha norte de Almada</i> . TERRiTUR, 3: 112 p.	10,00
Alves T, Carvalho F T (org. e ed.) (2012) <i>Portugal. Vinte anos de integração na Europa</i> . <i>Mudanças e Perspectivas</i> . MOPT, 102 p.	10,00
Alves T (2010) <i>Geografia da Noite: Conhecer, Compreender, e Repensar os Territórios</i> . TERRiTUR: 176 p.	14,00

* Algumas das publicações esgotadas estão disponíveis online.

¹ E.P.R.U – Estudos para o Planeamento Regional e Urbano.

² E.G.H.R. – Estudos de Geografia Humana e Regional.

³ A.I.G-E – Área de Investigação de Geo-Ecologia.

Alves T (2005) <i>Serviços e desenvolvimento que oportunidades para as áreas rurais</i> . E.P.R.U., 62: 118 p.	15,00
Alves T (2005) <i>Geografia dos serviços</i> . E.P.R.U., 65: 176 p.	12,00
Andrade H, Vieira R (2005) <i>O estudo climático de um Espaço Verde de Lisboa: o Jardim da Gulbenkian</i> . A.I.G-E., 5: 45 p.	12,00
André I (2005) <i>Metodologias de investigação em geografia humana</i> . E.G.H.R.: 90 p.	12,50
Arrabaça P (2003) <i>Formas urbanas na cidade construída. Agualva-Cacém, 1953-2001</i> . E.P.R.U., 57: 286 p.	20,00
Aurindo M J (2006) <i>Portugal em Cartaz – representações do destino turístico</i> . E.G.H.R., 48: 208 p.	15,00
Avelino J L (1998) <i>O protagonismo territorial das cidades intermédias. O sistema urbano local de Santarém/Almeirim/Cartaxo</i> . E.P.R.U., 48: 315 p.	20,00
Barata H D (1996) <i>O Porto de Lisboa. O porto, a economia regional e o território</i> . E.P.R.U., 44: 188 p.	10,00
Barata Salgueiro T (1993) <i>Programa de geografia urbana</i> . E.G.H.R., D6: 126 p.	Esgotado
Barata Salgueiro T (1998) <i>Globalização e reestruturação urbana</i> . E.G.H.R., D7: 118 p.	Esgotado
Barata Salgueiro T (2002) <i>Lisboa e os desafios da nova economia</i> . E.G.H.R., 44: 132 p.	18,00
Cavaco C (2004) <i>Repensar Portugal na Europa. Perspectivas de um país periférico</i> . E.P.R.U., 59: 135 p.	15,00
Cavaco C (1999) <i>Desenvolvimento rural desafio e utopia</i> . E.P.R.U., 50, 455 p.	20,00
Cavaco C (coord.) (2002) <i>Repensar Portugal na Europa, perspectivas de um país periférico</i> . E.P.R.U., 55: 393 p.	20,00
Cavaco C (coord.) (1995) <i>As regiões de fronteira. Inovação e desenvolvimento na perspectiva do mercado único europeu</i> . E.P.R.U., 43: 408 p.	Esgotado
Cavaco C, Ramos A, Gomes H (1999) <i>O tapete no desenvolvimento local de Arraiolos</i> . E.P.R.U., 47: 56 p.	4,00
Cavaco C, Fonseca M. L. (2001) <i>Território e turismo no Brasil</i> . E.P.R.U., 53: 225 p.	18,00
Claudino S (1995) <i>Ensino superior português, diplomados e desenvolvimento regional</i> . E.G.H.R., B9: 220 p.	11,00
Correia S (2013) <i>Análise de padrões temporais e espaciais de descargas eléctricas atmosféricas em Portugal Continental</i> . Clima, 5: 124 p.	15,00
Dias M H (2007) <i>Cartografia temática: programa</i> . A.I.G-E., 6: 146 p.	Esgotado
Dias M H (coord.) (2003) <i>Contributos para a história da cartografia militar portuguesa</i> . CEG-IgeoE (CD-ROM)	20,00
Dias M H (1993) <i>Expressão gráfica</i> . (2ª Edição), 11: 71 p.	Esgotado
Ferreira A B, Ramón J, Román V, Zêzere J L, Rodrigues M L (1999) <i>A glaciação Plistocénica da Serra do Gerês</i> . A.G.F.A. ⁴ , 37: 151 p.	Esgotado
Ferreira D de B (2005) <i>Geografia física dos oceanos</i> . A.G.F.A.: 240 p.	20,00
Ferreira D de B (1993) <i>Agroclimatologia</i> . A.G.F.A., 34: 119 p.	5,00
Fonseca M L (1993) <i>Programa de geografia económica</i> . E.P.R.U., 39: 106 p.	5,00
Fonseca M L (coord.) (1995) <i>Lisboa: abordagens geográficas</i> . E.P.R.U., 42: 136 p.	9,00
Fonseca M L (2005) <i>Migrações e território, programa</i> . E.P.R.U.: 202 p.	Esgotado

⁴ A.G.F.A – Área de Geografia Física e Ambiente.

Fonseca M L, Malheiros J (2005) <i>Social integration & mobility: education, housing & health</i> . E.P.R.U., 67: 154 p.	15,00
Fonseca M L, Malheiros J, Esteves A, Caldeira M J (2002) <i>Immigrants in Lisbon – routes of integration</i> . E.P.R.U., 56: 111 p.	Esgotado
Fragoso M (2004) <i>O contexto atmosférico dos episódios de precipitação intensa no Sul de Portugal</i> . A.G.F.A., 39, 148 p.	20,00
Gaspar J, Kulhe E, Schätzl L (1998) <i>Effects of the European Integration Process on the Spatial Economic Development in Portugal</i> . E.P.R.U., 46: 159 p.	7,50
Gaspar J, Pires I, Henriques E B (2000) <i>Towards a rural-urban partnership in Europe. Some findings from SPESP study</i> . E.P.R.U., 51: 165 p.	12,50
Leal M (2008) <i>As cheias rápidas em bacias hidrográficas da AML Norte: factores condicionantes e desencadeantes</i> . SLIF, 8: 136 p.	15,00
Lopes A (2005) <i>Modificações no clima de Lisboa como consequência do crescimento urbano. Vento, ilha de calor de superfície e balanço energético</i> . A.I.G-E, 3: (CD).	5,00
Malheiros J M (2009) <i>Ambiente social urbano – programa da unidade curricular</i> . NETURB: 103 p.	14,00
Marques R J (2000) <i>Desenvolvimento local em espaço rural e novas competências</i> . E.G.H.R., 42, 193 p.	15,00
Medeiros C A (1999) <i>A Ilha de S. Jorge (Açores)</i> . E.G.H.R., C17: 67 p.	5,00
Mora C (2006) <i>Climas locais da Serra da Estrela. Características regionais e particularidades locais dos planaltos e do alto vale do Zêzere</i> . A.I.G-E, 7: (CD-ROM)	5,00
Moreira F J (1994) <i>O Turismo em Espaço Rural</i> . E.G.H.R., B8: 225 p.	Esgotado
Morgado P, Rocha J (2008) <i>Modelação geográfica de indicadores de desenvolvimento sustentável. Uma aplicação à área metropolitana de Lisboa</i> . E.P.R.U. 71: 137 p.	17,00
Neto C S (1993) <i>A flora e a vegetação dos meios palustres do Superdistrito Sadense</i> . A.I.G-E., 96 p.	7,50
Neto C S (2009) <i>Fitogeografia de Portugal</i> . CliMA, 2: 246 p.	20,00
Neto C S (2012) <i>Ambiente e Biodiversidade: Programa</i> . CliMA, 4: 159 p.	15,00
Neves M (2006) <i>Os sistemas litorais da Estremadura norte: classificação e caracterização geomorfológica</i> . DILIF, 4: 118 p.	12,50
Oliveira F R, Esteves M H (2012) <i>IV Simpósio Ibero-Americano de História da Cartografia – Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, 11 - 14 de Setembro de 2012 – Relatório</i> . HEGEC: 94 p.	8,00
Oliveira P (2003) <i>Inundações na cidade de Lisboa. Guia de Hidrogeografia Urbana</i> . DILIF ⁵ , 181 p.	15,00
Paixão R (2012) <i>Avaliação da vulnerabilidade biofísica do sistema dunar de Peniche-Baleal</i> . SLIF, 9: 147 p.	15,00
Pereira A R (2008) <i>Sistemas litorais: dinâmicas e ordenamento</i> . DILIF, 5: 113 p.	15,00
Pereira A R, Regnaud H, Dias J A, Laranjeira M M (1994) <i>Contribuições para a geomorfologia e dinâmicas litorais em Portugal</i> . L.A.G.F ⁶ , 35: 91 p.	Esgotado
Pereira A R, Ramos C e colaboradores (2000) <i>Contrastes espaciais concelhios de algumas componentes ambientais em Portugal Continental</i> . DILIF, 1: 40 p.	Esgotado

⁵ DILIF – Linha de Investigação em Dinâmica Litoral e Fluvial.

⁶ L.A.G.F – Linha de Acção de Geografia Física.

Ramos C (2009) <i>Dinâmica fluvial e ordenamento do território. Programa de unidade curricular do 2.º ciclo</i> . SLIF, 8: 96 p.	15,00
Ramos C (2005) <i>Programa de hidrogeografia</i> . DILIF: 122 p. http://www.ceg.ul.pt/download/Publicacoes_Download/CRamos/Programa_Hidrogeografia.pdf	Online
Reis J, Torres A, Mendes L, Lopes P (2004) <i>Boas práticas na educação geográfica</i> . E.G.H.R., 46: 177 p.	18,00
Rocha J, Sousa P M (2007) <i>Integração de dados estatísticos na classificação de imagens de satélite</i> . E.P.R.U., 70: 158 p.	17,50
Rodrigues M L (2009) <i>Geodiversidade, Património Geomorfológico e Geoturismo</i> . TERRiTUR: 123 p.....	15,00
Sarmento J, Henriques E B (Eds) (2013) <i>Tourism in the global south: heritages identities and development</i> . TERRiTUR: 250 p.	20,00
Simões J (2009) <i>Geografia do Lazer e do Turismo. Programa</i> . E.P.R.U., 66: 171 p. (reedição)	12,00
Taborda J P, Alcoforado M J, Garcia J C (2004) <i>O clima do sul de Portugal no século XVIII</i> . A.I.G-E., 2: 211 p. http://clima.ul.pt/images/pdf/pub/b_mja_2004_climasulportugal.pdf	Online
Trindade, J (2010) <i>Monotorização e análise de indicadores da dinâmica de praias expostas</i> . SLIF, 7: 120 p.	15,00
Vale M (coord.) (2001) <i>Desinvestimento e impactos económicos, sociais e territoriais</i> . E.P.R.U., 54: 289 p.	20,00
Vale M (2005) <i>Teorias e políticas de desenvolvimento regional</i> . E.P.R.U., 63: 96 p.	15,00
Vários (1994) <i>Regional Conference of the International Geographical Union</i> . E.P.R.U., 41: 109 p.	6,00
Vários (2000) <i>28th International Congress of the International Geographical Union</i> . E.P.R.U., 52: 116 p.	7,50
Vários (2002) <i>Olhares sobre o território e a espacialidade</i> . E.G.H.R.: 152 p.	18,00
Vários (2005) <i>Cartografia Militar Portuguesa dos séculos XVIII e XIX</i> . 176 p.	Esgotado
Ventura J E (1996) <i>Aspectos da Distribuição Espacial das Chuvas no Sul de Portugal</i> . A.G.F.A., 36: 92 p.	Esgotado
Zêzere J L (2001) <i>Distribuição do Ritmo dos Movimentos de Vertente na Região a Norte de Lisboa</i> . A.G.F.A., 38: 167 p.	Esgotado
Zêzere J L (2005) <i>Dinâmica de Vertentes e Riscos Geomorfológicos, Programa</i> . A.G.F.A., 41: 128 p.	Esgotado

APONTAMENTOS DE GEOGRAFIA

Série Investigação

	€
Barata Salgueiro T, Cachinho H (2002) <i>Comércio, consumo e (re)produção do espaço urbano</i>	3,00
Barata Salgueiro T, Cachinho H (2006) <i>As Relações Cidade - Comércio. Dinâmicas de evolução e modelos interpretativos</i>	2,50
Benko G (2000) <i>Mundialização da economia e metropolização do Mundo</i>	2,00
Borges B, Duarte A, Paixão R, Pedro P, Ramos C (2007) <i>Cheias Rápidas em Áreas Urbanas e sua Percepção: o caso da Bacia da R.ª de Odivelas</i>	4,00
Esteves A, Caldeira M J (2000) <i>Reiventando culturas: contribuições da comunidade cabo-verdiana para a dinâmica cultural de Lisboa</i>	3,00
Fernandes A, Santos C, Neto L, Ricardo S, Pereira A R (2004) <i>Turismo Natureza no concelho de Marvão. Uma proposta condicionada em Agosto/Setembro de 2003</i>	2,50
Gaspar J (2000) <i>Perspectivas da Geografia para o século XXI</i>	3,00
Gaspar J (2001) <i>Developing cohesive cities: a perspective from the ground</i>	2,00
Gaspar J (2001) <i>The structuring role of urban systems in Peripheral European Regions</i>	3,00
Henriques E B (2000) <i>As indústrias culturais e o sector económico da cultura. Questões conceptuais e metodológicas</i>	1,50
Lopes A, Vieira H (2001) <i>Heat fluxes from Landsat images</i>	3,50
Lousada M A (2003) <i>The police and the issues of urban spaces, 1780-1830</i>	1,50
Medeiros C A (2000) <i>Ponta Delgada no contexto das cidades insulares portuguesas</i>	1,50
Pereira A R (2000) <i>Risco em ambiente litoral</i>	1,50
Pereira A R, Neves M (2000) <i>The interaction between marine and sub-aerial processes in the evolution of rocky coasts. The example of Castelejo - SW, Portugal</i>	1,50
Pereira A R, Laranjeira M M, Neves M (2000) <i>A resilience checklist to evaluate coastal dune vulnerability</i>	2,25
Pereira, A R; Zêzere, J L; Morgado, P (2006) <i>Recursos naturais em Portugal: da inventariação à avaliação das potencialidades do território</i>	3,50
Rodrigues M L (2008) <i>A cartografia geomorfológica: evolução, conceitos e metodologias (O mapa geomorfológico de pormenor e alguns aspectos de aplicação)</i>	2,50
Vale M (2000) <i>How successful is Lisbon and Tagus valley. Former peripheral european region?</i>	1,50
Vieira G T (2000) <i>Cálculo do efeito de sombra com o Sistema de Informação Geográfica ILWIS 2.1</i>	2,50
Zêzere J L (2000) <i>A classificação dos movimentos de vertente: tipologia, actividade e morfologia</i>	2,00
Zêzere J L, Pereira A R, Sousa P M (2006) <i>Perigos naturais e tecnológicos no território de Portugal Continental</i>	3,00

Série Ensino

Gaspar J, Henriques E B, Vale M (2000) <i>Lisboa: porta para o Sudoeste Europeu</i>	3,00
---	------

FINISTERRA

REVISTA PORTUGUESA DE GEOGRAFIA

ASSISTENTES EDITORIAIS / *EDITORIAL ASSISTANTS*

Rute VIEIRA
Daniela FERREIRA

TRADUÇÃO E REVISÃO / *TRANSLATION AND REVISION*

Francês – Suzanne DAVEAU
Inglês – Jennifer McGARRIGLE

CAPA / *COVER*

Pedro CALAPEZ

CONTACTOS / *CONTACTS*

Toda a correspondência deve ser dirigida a:
Letters should be addressed to:

FINISTERRA. REVISTA PORTUGUESA DE GEOGRAFIA
CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS
UNIVERSIDADE DE LISBOA
Edifício IGOT, Rua Branca Edmée Marques,
1600-276 Lisboa, Portugal

E-mail: rev.finisterra@campus.ul.pt
<http://www.ceg.ulisboa.pt/revistafinisterra>
<http://revistas.rcaap.pt/finisterra>
<http://www.ceg.ul.pt/finisterra>
Finisterra Tel: +351 210 442 926

VENDA / *SALE*

Número avulso / *Single issue*: 12 €

Assinatura anual (3 números + correio) / *Annual subscription (3 volumes + postal charge)*
PORTUGAL: 30 € EUROPA; 40 € OUTROS PAÍSES / *OTHER COUNTRIES*

Periodicidade – Quadrimestral
Tiragem – 300 exemplares

Pré-impressão e impressão/ *Pre-printing and printing*:

EUROPRESS - Indústria Gráfica
Rua João Saraiva, 10-A
1700-249 Lisboa

ÍNDICE

EDITORIAL		
Jorge Malheiros Gonçalo Vieira Mário Vale Margarida Queirós	Nota editorial	3-6
ARTIGOS		
Ana Luíza Luz	Entre subsídios e turismo: instituições e poder na gestão dos baldios do parque nacional da Peneda-Gerês	7-27
Alan Liotard Lydie Goeldner-Gianella Delphine Grancher Daniel Brunstein Franck Lavigne	La perception du risque tsunamis à Sines, Portugal: de l'importance du paysage dans la perception sociale du risque	29-47
Wilfredo Angulo-Baudin Juan-Luis Klein Diane-Gabrielle Tremblay	Potencial y límites de las estrategias culturales de reconversión urbana: el caso de Bilbao	49-78
Karina Arroyo de Meneses	<i>Kaak Al Abbas</i> : o alimento religioso na construção de territorialidades	79-92
Silvia Cristina Limberger Antoni Tulla	A emergência de microcervejarias diante da oligopolização do sector cervejeiro (Brasil e Espanha)	93-110
Margarete Cristiane de Costa Trindade Amorim	Deteção remota de ilhas de calor superficiais: exemplos de cidades de porte médio e pequeno do ambiente tropical, Brasil	111-133
RECENSÕES		
Gustavo Francisco Teixeira Prieto Elisa Favaro Verdi	Jean Dresch, a atualidade de um geógrafo anti-colonialista	135-138
Bárbara Mesquita	A biografia Humboldt por Andrea Wulf	139-142
COMENTÁRIOS DE AUTOR		
Patrícia Rêgo	A geógrafa Isabel André, <i>notas de testemunho de um percurso inovador, brilhante e livre</i>	143-145
Jorge Gaspar	Elogio histórico do académico emérito Ilídio Melo Peres do Amaral, feito pelo senhor Jorge Manuel Barbosa Gaspar	147-164
Maria João Alcoforado	Ilídio do Amaral (1924-2017): fundador, colaborador e amigo da Finisterra	165-173